

CEDI - P. I. B.
DATA 19/07/1974
COD 31D00130

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL

AMAZÔNIA

integração e marginalização

Dezembro de 1973

CEAS: rua aristides nóvis, 101 - federação
40.000 - Salvador - Bahia

APRESENTAÇÃO

Este estudo nasceu de uma solicitação de pessoas da Igreja da Região Amazônica. A equipe que o elaborou, do Centro de Estudos e Ação Social, vê nele apenas uma pequena contribuição, um instrumento de trabalho, tosco e provisório, para uso daqueles que, do lado do povo, enfrentam, na reflexão como na prática, a dimensão social da problemática do homem da Amazônia.

É um estudo que analisa prevalentemente a realidade sócio-econômico da região, tendo consciência da importância desse nível de reflexão para iluminar o trabalho de todos aqueles que - e aqui se deve destacar a gente de Igreja - estão preocupados com o desenvolvimento do amazônide.

Sem ter uma sequência de capítulos estritamente lógico, divide-se em duas partes.

A primeira, apresenta uma visão global da região salientando a problemática econômica, as relações sociais, os projetos de colonização e de desenvolvimento comunitário, situando brevemente a Igreja neste contexto.

A segunda, trata de casos concretos, procurando - na impossibilidade de uma apresentação mais completa - dar exemplos típicos que possam orientar a compreensão de outras realidades ou trabalhos mais locais e particulares.

É ele todo, porém, um estudo para ser revisto, aprofundado, criticado. Sendo uma elaboração inicial e de um grupo de fora, valerá mais talvez no aspecto do método, do enfoque.

A equipe, por outra parte, agradece a preciosa colaboração de pessoas que, vivendo na região, lhe ajudaram na percepção de aspectos mais concretos e particulares de sua realidade.

Um agradecimento especial a "Aiuto alla Chiesa che soffre",
cuja ajuda possibilitou a realização dessa pesquisa.

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

1. Conhecer e agir
2. O método científico

1. CONHECER E AGIR

Nos últimos anos nota-se, entre as pessoas engajadas em trabalhos de evangelização, educação popular, promoção humana, desenvolvimento de comunidade, a preocupação de conhecer melhor, mais cientificamente, a sociedade com que trabalham, a "realidade". A este interesse corresponderia uma nova visão do homem que tende a ser integradora das esferas de sua atividade, do religioso e educativo com o social e econômico, enfim a superação de um dualismo rígido. Fala-se em "homem integral", "desenvolvimento integral", "todos os homens e o homem todo", em linguagem especificamente religiosa, de "encarnação". Em termos de atividade, corresponderia a uma tentativa de rejeição do paternalismo, do assistencialismo, a um desejo de superação de meras intenções a uma vontade de certo tipo de eficiência.

Na prática, porém, o "estudo de realidade" estaria encontrando limitações, mesmo de parte do agente. As relações entre indivíduos e sociedade, formas de consciência e situação social objetiva, realidade local e realidade nacional, entre os níveis econômicos, social e político da sociedade, podem não ser fáceis de discernir. Obstáculos à formulação correta dessas relações - necessária para o encaminhamento da atividade de base coerente com a nova visão - são, entre outros, o ponto de vista social do agente, a sua formação, o peso da visão "tradicional" ou "oficial" que às vezes se moderniza mas não é superada, e também a falta de método ou enfoque adequados.

Disto tudo resulta um estudo de realidade empírico descritivo, tipo "levantamento" exclusivamente (nº de casas sem fossa, etc.), e estático, em que se isola a situação particular ou a realidade local dos contextos regional e nacional, deixando escapar as determinações de fora; em que diversos aspetos da realidade são mais somados - numa justaposição de "sistemas" - do que mostrados na sua interação, ficando de fora as raízes, as causas verdadeiras dos problemas, e a dimensão política - no sentido amplo do termo - de toda atividade social, ainda quando o objetivo é permitir ao homem ser "Autor da História". Por outro lado, os estudos de natureza mais interpretativa tendem a ser tão abrangentes que não dizem nada para uma prática concreta e localizada.

Ambos esses tipos de estudo podem permitir que trabalhos de base se conduzam na verdade em desacordo com os objetivos almejados, ou que estes nem cheguem a ser formulados com um conteúdo mais concreto, histórico.

De fato, em muitos casos, o valor de um trabalho continua a ter como medida a nobreza das intenções do agente, que não tem critérios objetivos para evitar o assistencialismo, o paternalismo, a amenização, a dominação. As teorias e estudos são vistos como inúteis, pelo menos para o povo (o que muitas vezes é uma grande verdade), e a atitude de estudo, como antipática, pelo menos para muitos que se encontram "de mangas arregaçadas" fazendo o seu trabalho com sacrifícios. Contudo, a posição de que saber seja menos do que fazer, não deve excluir a importância de saber fazer. A exigência deve ser de um conhecimento a serviço do povo, que provenha da prática e para ela se volte.

2. O MÉTODO CIENTÍFICO

O enfoque ou método que transparece nos capítulos que se seguem, pode ser chamado de histórico-estrutural. Embora talvez se ja mais proveitoso vê-lo na sua aplicação, podemos apontar aqui algumas de suas características.

O método é histórico porque capta a sociedade em seu movimento, considerando os fenômenos como surgiram, se desenvolveram e alcançaram seu estado presente. Uma visão estática, como uma fotografia, não pode dizer de onde vem ou para onde vai o seu objeto, nada explica. Uma ação orientada por uma visão estática, não pode se fazer no sentido da mudança mas sim no da conservação. O método histórico verdadeiro não fixa, porém, todo e qualquer fato ou alteração, mas apenas aqueles que refletem - na sua interconexão - a formação das propriedades específicas de uma formação social, determinando a sua natureza. Daí ser também estrutural.

O enfoque estrutural distingue, por traz de um sem número de mudanças, de fenômenos, aquela conexão ou interrelação mais ou menos estável e governada por leis, dos elementos de uma formação social, que lhe confere suas propriedades específicas, suas características principais: a estrutura. Existe portanto uma es-

estrutura da sociedade e existem leis que governam a sua evolução.

Estes são supostos para que se possa falar de um conhecimento científico da sociedade já que - salvo dentro de uma visão estreita, positivista - a ciência não fica apenas na descrição mas vai à explicação, a interpretação dos fatos.

Dentro dessa perspectiva, o agente deve tratar de ver o processo social objetivamente, como ele é ou foi, e não apenas como imaginam ou imaginaram seus protagonistas. De um lado existe o povo, geralmente sem uma consciência clara de sua verdadeira posição nele, dos seus próprios interesses. De outro, os grupos dominantes representando-o, mais ou menos conscientemente, segundo uma imagem que justifique seus interesses como sendo direta ou indiretamente os da sociedade toda. No meio, o próprio agente que investiga, com sua formação de classe média, a instituição a que está ligado e outras, que representam um papel de intermediário e que devem também ser analisadas na sua "função latente", isto é, no papel que realmente têm e não apenas nos propósitos que pretendem ter.

Por último, no esforço para ser objetivo e perceber a estrutura da sociedade, deve o agente atentar para o que está na base: a atividade produtiva, o mundo do trabalho, pelo qual os homens transformam a natureza em bens para o indispensável provimento de suas necessidades, construindo a sociedade e o próprio homem. O mais importante aqui não são exatamente os aspectos meramente quantitativos ou apenas quem fica com mais e quem fica com menos, mas as relações que se estabelecem a esse nível - dependendo sem dúvida do tipo de atividade e do grau de desenvolvimento da técnica disponível - dando lugar à constituição de grupos sociais distintos, constituindo a explicação de um certo tipo de divisão da riqueza, a matriz das relações sociais a outros níveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

1a. PARTE: VISÃO GERAL

1. A nova integração da Amazônia

Apresenta o Plano de Integração Nacional, com o seu sentido econômico-político, e analisa suas possibilidades de sucesso. Também esboça um primeiro quadro global da realidade amazônica, seus recursos naturais, sua economia, e discute brevemente as posições que pode ter na economia brasileira e na economia mundial.

2. SUDAM: Superação ou confirmação do subdesenvolvimento

Apresenta historicamente a conformação do subdesenvolvimento da Amazônia. Trata de ver, em seguida, se o trabalho da SUDAM, que é sobretudo concessão de benefícios fiscais e financeiros, significa superação ou confirmação daquele subdesenvolvimento estrutural. Esta avaliação é feita a partir dos resultados já conseguidos e de projeções para o futuro.

3. Aviamento: uma relação social básica na Amazônia

Estuda o aviamento, a principal ligação econômica que une e opõe as várias categorias sociais em que se situa a população amazônica ligada ao extrativismo. Conclui analisando de que maneira o 'anacrônico' aviamento se modifica ou se adapta em contato com os bancos e as estradas que chegam.

4. Colonização: os problemas da solução

Estuda a colonização, que seria, na Amazônia, o grande projeto de caráter social que quer resolver o problema das populações marginalizadas do Nordeste especialmente. Trata-se de ver como pode evoluir e se tem já evoluído a colonização sob as inexoráveis leis do mercado capitalista dependente.

5. Desenvolvimento de comunidade como participação programada

Questiona um "desenvolvimento de comunidade" que quer fazer do povo igualmente colaborador incondicional de um governo autocrático e agente consciente de seu próprio desenvolvimento. Submete-o à prova de fogo do enfrentamento das próprias intenções sociais com as reais prioridades econômicas do governo.

6. A igreja alerta

Discute a função da Igreja - "sem cuja participação - ... não terá êxito o pensamento e o empreendimento do poder público" - diante da nova onda de ocupação da região. Sugere ainda algumas linhas gerais de ordem sociológica que encaminhem a pastoral popular amazônica dentro das melhores tendências do atual processo de mudança na região.

IIa. PARTE: ESTUDO DE CASOS

7. Análise histórica de uma realidade local

Apresenta a evolução sócio-econômica de uma realidade particular durante um período mais ou menos extenso e de transformações especialmente significativas. O objetivo é revelar de modo mais concreto algumas linhas dessa evolução.

8. A comunidade amazônica em transição

Recolhe algumas situações típicas, comuns aos pequenos núcleos rurais da Amazônia, pretensamente fechados e estáticos, tendo em vista o problema da mudança. Aponta como este tipo de comunidade, sob a ação de frentes de expansão modernizantes, se revela força potencial de verdadeira mudança.

9. São Félix: uma situação de tensões

Busca explicar, na forma em que aparecem na Amazônia, as tensões contínuas, generalizadas e manifestas, em maior ou menor grau "dentro" da sociedade em que vivemos, às quais tensões a Igreja está frequentemente exposta embora raramente alertada para sua natureza e suas causas. Mostra por outro lado, como - interiorizando essas tensões - a Igreja de São Félix desenvolve e reorienta uma pastoral concretamente libertadora.

10. Santarém: um programa de desenvolvimento de comunidade

Vê os programas oficiais de desenvolvimento de comunidade em implantação em Santarém dentro da situação sócio-econômica local. O objetivo é refletir mais concretamente sobre alguns desafios colocados pela orientação oficial, onde se destaca a omissão diante dos problemas básicos da população.

11. Uma proposta de colonização comunitária

Apresenta um modelo associativo de colonização agrícola para os grupos de pequenos colonos. A questão é a superação tanto do assistencialismo como do economicismo, isto é, a união de certa organização social julgada mais válida ao necessário sucesso econômico diante das forças do mercado dependente.

1a. PARTE

VISÃO GERAL

CAPÍTULO 1

A NOVA INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Minatoque

1577

Esquema do Capítulo

- 1 - A SECA DE 1970
- 2 - PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
- 3 - A REALIDADE AMAZÔNICA E O PIN
- 4 - A ECONOMIA DA AMAZÔNIA
- 5 - A AMAZÔNIA NA ECONOMIA BRASILEIRA
- 6 - OS FATORES DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA
- 7 - O SENTIDO POLÍTICO DA TRANSAMAZÔNICA
- 8 - UMA HIPÓTESE MAIS RADICAL

1 - A SECA DE 1970

Os projetos mais recentes sobre a Amazônia parecem ter nascido como uma "intuição" a partir da situação do Nordeste.

Foi a seca que em 1970 assolou novamente esta região, que mostrou como o Nordeste não se tornara menos vulnerável perante a seca apesar dos anos de trabalho da SUDENE. Esta tinha construído muitas coisas, mas para verificar como as indústrias criadas até então mediante os incentivos fiscais não podiam solucionar os problemas profundos do Nordeste, só era preciso ver como a vida destas indústrias não foi absolutamente atingida pela seca, que acabava com a agricultura de subsistência do interior, sinal claro de que a economia nordestina estava ainda dividida em setores estanques. O setor industrial moderno em nada estava entrosado com a economia rudimentar da maioria dos nordestinos.

A visita do Presidente MÉDICI ao Nordeste durante a seca teve seu ponto mais significativo no discurso pronunciado em Recife no dia 6 de junho de 1970 ¹ no qual a admissão franca da tragédia nordestina, que o Presidente acabava de ver pessoalmente, deixava entrever a vontade de tomar decisões concretas que ajudassem a enfrentar a situação.

Teria nascido assim a idéia da Transamazônica, ao que parece numa reunião não programada entre o Presidente e uns dos ministros mais significativos na viagem entre Recife e o Rio. ²

A idéia original carecia de qualquer programação séria e aprofundada, o que era lógico no contexto no qual nasceu, de urgência e de "intuição".

Foi só depois que se procurou planejar o programa e incluir a idéia da rodovia numa visão mais ampla que desse ao projeto a

1. Texto completo no Apêndice ao livro de ALBERTO TAMER, Transamazônica, solução para 2001. Rio de Janeiro, Apec, 1970, pp. 249 ss.

2. Cf. OSNY DUARTE PEREIRA, A Transamazônica: prós e contra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp. 116 ss.

viabilidade necessária, o conteúdo econômico e a integração com o conjunto de atividades governamentais que definem a política do governo atual.

É a análise deste planejamento que pode dar, mais do que o sentido da viabilidade (que num projeto de tal envergadura sempre terá ampla margem de risco), o sentido econômico e político dum plano originariamente destinado a resolver problemas humanos urgentes, de pobreza, de fome, de subemprego.

2 - PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

No dia 15 de junho de 1970, numa reunião na qual se tomaram também outras providências em favor do Nordeste, foi aprovado o ~~Plano de Integração Nacional (PIN), a ser executado em quatro~~ anos, de 1970 a 1974.

Conteúdo básico do plano era a criação de uma série de infraestruturas no Nordeste e na Amazônia. Os oito artigos da lei nº 1106, que constitui o documento básico do PIN, apresentam muito sinteticamente objetivos que se resumem na construção, como medida prévia, das duas rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica e num plano não melhor especificado de "colonização" junto com uma reforma agrária, pela qual se reservava uma faixa de até dez quilômetros à direita e à esquerda das novas rodovias.

Os recursos para executar as novas obras deviam ser atingidos através de várias entidades e, em particular, empregando 30% de todos os incentivos fiscais aplicados em todas as áreas. Em particular, a SUDENE teria sofrido uma redução notável dos seus recursos, justificada com a intenção de considerar as novas medidas uma solução para os problemas do Nordeste, solução de maior envergadura e portanto capaz de subtrair recursos às soluções mais particulares como a SUDENE.

O prazo para a execução do plano não foi inicialmente marcado, mas foi aproximadamente estimado em dois anos para a abertura das rodovias e em quatro anos para a instalação da colonização planejada.

Como toda a cúpula econômica brasileira estava representada

na fase de implantação do PIN, o País, apesar da falta de programação prévia (projetos para a Região Amazônica já existiam, mas sem nenhuma programação a curto prazo, antes da seca do Nordeste que tornou urgente a tarefa de encontrar uma saída), teve a verdadeira impressão de que todo o Brasil se estivesse mobilizando para a Amazônia. Ajudou neste sentido a campanha de propaganda lançada no País com todos os recursos disponíveis e com todos os meios de comunicação de massa, talvez a maior campanha em favor de um projeto brasileiro, de uma obra nacional. Até o futebol pareceu passar a segundo plano ao menos por uns dias.

Sobre a conexão da problemática amazônica e da do Nordeste, o Governo não deixou dúvida, declarando que "o plano funcionará num sistema de vasos comunicantes, pelo aproveitamento da mão-de-obra nordestina - o Nordeste é uma região densamente povoada - para a Amazônia, uma área vazia".³

O Plano foi até definido como um "ovo de Colombo", enquanto parecia proporcionar de uma vez uma solução adequada para os problemas do Nordeste e para aproveitar uma área quase totalmente desocupada e inexplorada.

Infelizmente o Nordeste e a Amazônia já conheceram este tipo de intercâmbio de populações, sempre em direção do Nordeste para a Amazônia, durante as secas, e que acabaram sempre num completo fracasso, por causa das grandes dificuldades existentes para a vida na selva e da completa falta de organização e de assistência aos nordestinos que se dirigiam para a região Amazônica.

O que se oferece agora ao Nordeste com a Transamazônica, é, não apenas a possibilidade de ocupação das terras úmidas do Maranhão, mas de toda a faixa da Amazônia, ao sul do grande rio, com uma superfície pelo menos uma dezena de vezes maior que as áreas ainda não ocupadas do Maranhão. Essa estrada, juntamente com a Cuiabá-Santarém, e principalmente ao Nordeste, oferece novas e imensas possibilidades de expansão.

3. Ministro JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO, cit., em OSNY DUARTE PEREIRA, op. cit., pp. 136 s.

são econômica.⁴

A Transamazônica seria uma vereda oferecida ao nordestino para a conquista e a colonização da Amazônia.⁵

O que se tinha diante dos olhos, porém, era mais um mapa da região, vazia e verde, do que uma análise da realidade e das possibilidades que a Amazônia ia proporcionar aos nordestinos deslocados para ela.

3 - A REALIDADE AMAZÔNICA E O PIN

3.1 - Talvez tenha sido a impressão natural, emotivamente muito carregada, que a palavra Amazônia deixa nos ouvintes, que consentiu a euforia inicial e não somente inicial.

A Amazônia, com efeito, é uma região em boa parte desconhecida. O que apavora em qualquer pesquisa econômica sobre a Amazônia é a quase total ausência de dados sistemáticos. O que fica é a impressão de uma região imensa, com enormes rios (e consequentemente grande disponibilidade de água para ser contraposta às "secas" do Nordeste) e a maior floresta tropical do mundo. Daí deduzir-se que estas riquezas enormes de vida vegetal devem comportar também enormes recursos que só esperam um explorador bem equipado para fornecer possibilidades quase inesgotáveis de enriquecimento.

O que a selva encobre nunca foi bem esclarecido, de um ponto de vista científico. Até ao começo dos trabalhos dos novos trechos da Transamazônica, não se sabia bem que tipo de solo, de relevo, de inundações, etc. iam ser encontrados ao longo do traçado. Esta realidade da falta de dados permitia as hipóteses mais esquisitas e os sonhos maiores.

Houve num primeiro momento a tendência generalizada a ex-

4. Ministro MARIO ANDREAZZA, cit. em Jornal do Brasil, 27 de julho de 1970.

5. Ministro MARIO ANDREAZZA, cit. em Jornal do Brasil, de 18 de junho de 1970.

trapolar para a Amazônia os recursos e as características do solo que mais ou menos se encontravam nas regiões vizinhas, não indo muito além disso.

3.2 - Numa segunda fase houve uma reação, igualmente emotiva, contra certos aspectos da idéia da Transamazônica, resumíveis especialmente no medo de um gasto irreparável que o homem ia cometer no último "paraíso" da natureza ainda intacto, e de que a destruição da floresta pudesse até repercutir sobre a terra inteira, que seria privada da sua maior fonte de oxigênio. A descoberta pois, confirmada por algumas pesquisas, de que o solo da Amazônia era um solo pobre, que poucas condições tinha para uma agricultura de exploração, e que podia até correr o risco de se tornar um novo Saara, se mal explorado, contribuiu para ver surgir volta e meia, gritos de alarme contra os perigos contidos nos planos governamentais.

3.3 - A Transamazônica foi constantemente apresentada como a solução principal e economicamente viável para resolver os problemas do Nordeste e para abrir ao mesmo tempo os enormes recursos da Região Amazônica à exploração. Para confirmar isso é preciso ver se as prioridades que foram assinaladas na realização do PIN correspondem aos problemas do Nordeste e se as finalidades econômicas apontadas vão ao encontro dos pontos mais frágeis da economia nordestina, tradicionalmente fraca, especialmente nos aspectos mais humanos.

a. Os problemas fundamentais do Nordeste, além dos que as secas periódicas proporcionam, ou melhor, evidenciam, podem resumir-se na falta de integração dos diferentes setores econômicos, na fraqueza estrutural do setor da agricultura de subsistência e no conseqüente desemprego crônico que permite comprimir os salários também do setor desenvolvido. Dada a estrutura social existente, a população nordestina vem sendo constantemente apresentada como excessiva. São portanto, problemas econômicos só num sentido mais amplo, envolvendo uma problemática social muito mais ampla e global.

b. O Plano de Integração Nacional não parece proporcionar soluções verdadeiras, enquanto não visa mudar nada no Nordeste (a não ser a continuação da política atual da SUDENE, muito duvidosa nos resultados) e não se propõe introduzir estruturas sócio-eco-

nômicas muito diferentes na parte da Amazônia a ser ocupada.

Deixando de falar agora diretamente do Nordeste (no qual antes de que em outras regiões seria preciso atuar na busca de soluções para os seus moradores) e de outras possibilidades por enquanto pouco aproveitadas (como a ocupação das terras úmidas do Maranhão, a maior parte terras devolutas, das quais se cogitam para uma obra de reforma agrária sem que qualquer coisa fosse efetivamente realizada), podemos considerar um pouco melhor as possibilidades da economia amazonense, embora a falta dos dados obrigue a ficar bastante no vago.

- A ECONOMIA DA AMAZÔNIA

- A economia da região amazônica sempre teve um caráter peculiar. O grande afastamento da região do resto do Brasil (a única saída fácil era para o Atlântico) e pelas distâncias no interior mesmo da região (Belém dista de Cruzeiro do Sul, no Acre, como de São Paulo) sempre impediu um tipo de economia que fosse integrada ao País. As relações econômicas e culturais assim foram feitas mais com a Europa do que com o resto do Brasil. A Amazônia assumiu assim o caráter de colônia, do Brasil ou dos estrangeiros por enquanto não examinamos. A região sempre foi vista pelos que aí se instalaram como algo que podia ser explorado, mas todos cuidaram de extrair muito mais do que iam gastar em investimentos. Por isso o valor das exportações sempre foi maior do que o das importações. Entre 1960 e 1964 o valor das exportações foi de 232 milhões de dólares, enquanto as importações alcançaram o valor de 85 milhões. Isso depende claramente da estrutura econômica da região, voltada até então só para a exploração de produtos primários, para exportação, cujos ganhos porém em geral nunca foram reinvestidos na região mesma. Dos 50 milhões de valor médio anual das exportações, cerca da metade (24/25 milhões) era representada pelo manganês do Amapá, outros 11 milhões pela castanha do Pará, 2 milhões pela pimenta e outros 2 milhões pela venda de peles (onça, jacaré, caitetu, etc.). O valor da madeira exportada variou muito, mas nos últimos anos antes de 1964, em média, nunca supe-

6. Fonte: STAP, Itamaraty, cit. em ARMANDO MENDES, Viabilidade Econômica da Amazônia, Belém, Univ. Federal do Pará, 1971, p. 104, quadro nº 13.

rou o valor de 1 milhão de dólares.

Com exceção da pimenta, que constitui um verdadeiro investimento na Amazônia (por parte da colônia japonesa) embora também dirigido para o exterior, logo se vê tratar-se de extração de matérias primas existentes no solo da região ou que a mesma selva proporciona.

- A peculiaridade econômica da região levou a um desenvolvimento do setor primário (especialmente na forma extrativista) e do terciário (comércio e funcionalismo público). Este último foi ainda mais favorecido pela instauração da zona franca de Manaus, que tornou o comércio naquela região particularmente proveitoso. O setor industrial só começou com algumas experiências nos anos mais recentes, mas a possibilidade de encontrar na região um mercado suficiente para alcançar dimensões razoáveis e economicamente rentáveis parece bastante reduzida.

Como a população está fortemente concentrada em poucos centros, as estatísticas (que são feitas por médias) dão em geral resultados muito irrealistas se referidos a toda a região.

- A população participou deste afastamento que atingiu toda a região. Apesar de serem os seus índices de mortalidade e de incidência de certas doenças sensivelmente melhores que os do Nordeste, a população não parece ter tido chance de participar em desenvolvimento mais dinâmico. Faltaram as experiências sociais e políticas, por exemplo, do Nordeste, e as enormes distâncias pareciam abafar/matar desde o começo qualquer desejo de criar uma economia mais dinâmica. Além dos dois centros de Manaus e Belém, a vida cultural, o planejamento, ao menos geral, etc., ficaram quase inexistentes. As distâncias e a selva conseguiam apagar tudo.

A Amazônia teve personalidades notáveis na sua história, mas o estímulo para a sua descoberta e a sua ocupação proveio especialmente de fora.

Querendo sintetizar a economia amazônica, poder-se-ia di

7. Ibid. p. 105, quadro nº 14.

8. Cf. para uma exposição sumária, porém clara, a mesma obra de ARMANDO MENDES, pp. 3 ss.

zer que ela se caracteriza pela sua vocação extrativista, sem qualquer transformação local das substâncias extraídas na região e sem que os recursos e as divisas arrecadadas fossem reinvestidas na região. À sombra do extrativismo prosperou uma certa forma de comercialização, em apoio às várias fases da exportação.

Em segundo lugar, as formas de agriculturas praticadas nunca foram além da assim chamada agricultura de subsistência, que não alcança expressão monetária e não participa assim do mercado, seja regional, seja nacional.

Em terceiro lugar, as atividades mais significativas sempre se desenvolveram com uma orientação básica para o exterior, numa forma de dependência total dos mercados extra-regionais e extra-nacionais. Esta dependência explica também a instabilidade histórica da economia da Amazônia, cujos ciclos foram ligados num passado até recente às descobertas de produtos substitutivos dos amazônicos (ex. da borracha, originária da Amazônia e que hoje nem aparece na pauta das exportações da região) e à procura de novos produtos, quando surgiram mercados favoráveis. Como a produtividade local é muito baixa, dadas as condições da extração e do trabalho e a dispersão no território, os preços altos sempre favoreceram, paulatinamente, a substituição dos produtos amazônicos por outros produtos sintéticos ou simplesmente localizados em áreas mais acessíveis e rentáveis (borracha na Malásia). Um certo êxito parece ter alcançado a introdução da cultura da pimenta do reino por parte dos japoneses, mas ficou até agora um caso isolado e, se bem examinado, parece mais ser a exceção que confirma a regra da alienação da economia amazônica e de sua extrema fragilidade.

É bom lembrar, além disso que, quando se fala em Amazônia e da economia da região, se fala afinal da economia da pequena parte até agora explorada e acessível de regra através dos rios e na qual também se concentrou quase toda a população (Amazônia ecumênica).

A AMAZÔNIA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Qualquer perspectiva de desenvolvimento da região tem que considerar antes de tudo qual vai ser a posição da Amazônia no conjunto da economia brasileira.

Poderiam configurar-se três hipóteses:

- uma economia amazônica voltada para si mesma,
- uma economia amazônica voltada para o mercado nacional;
- uma economia voltada para o mercado externo.

A viabilidade no sistema atual do primeiro tipo de economia é muito duvidosa e foi excluída até nos nomes oficiais. Sempre se falou em plano de "integração" da Amazônia ao resto do País e rodovias e outras obras públicas sempre foram apresentadas com esta finalidade.

Com exceção da Zona Franca de Manaus que constitui uma verdadeira ilha e pode proporcionar certas proteções econômicas às indústrias nela instaladas (como a importação livre de impostos de qualquer equipamento até dos mais modernos), fica portanto excluída, de antemão, a possibilidade de erigir defesas econômicas que protejam as indústrias locais (como seriam barreiras alfandegárias) de concorrentes do Centro-Sul, os quais se beneficiam de maiores economias de escala. A maior proteção vai ser constituída ainda pelas distâncias e pelo custo de transporte, que repercute aliás no sentido de tornar mais difícil o escoamento dos produtos amazônicos para outros mercados.

É claro além disso que o mercado local é muito reduzido e tampouco vai crescer muito depressa para consentir uma diversificação que torne autônoma a economia. Não há qualquer perspectiva de se adotar para a Amazônia, em relação ao Brasil, o modelo substitutivo de importações, a não ser em poucos itens bem escolhidos.

A possibilidade de integração harmônica da região na economia do País torna-se, porém, um assunto muito delicado perante o tipo de crescimento econômico acelerado que está se realizando no País.

Este se caracteriza por uma grande concentração, seja geo

9. Cf. Ibid., p. 6 ss.

10. Cf. por exemplo a Companhia Siderúrgica da Amazônia, em "Suprida fome de aço na Amazônia", Realidade, outubro 1971, p.22, e no mesmo número (todo dedicado à Amazônia), "Molina, o engenheiro ... não sabe como a siderúrgica pode não dar certo", pp. 134 s.

gráfica (Centro-Sul) seja econômica (forte emprego de capital, cuja propriedade e cujo poder administrativo se concentram nas mãos de poucas pessoas), que consente considerar boa parte do Brasil dependente da região mais desenvolvida. O processo de integração industrial, através de grandes indústrias cujo alcance se estende verdadeiramente a todo o território nacional, foi até agora realizado pelas grandes companhias multinacionais, na grande maioria estrangeiras, que tornaram a própria economia brasileira em boa parte dependente do exterior.

A Amazônia vai ser assim integrada, num processo acelerado, à economia nacional brasileira que tem as características indicadas, o que não deixa prever um futuro muito proveitoso para a região, que se coloca numa posição ainda mais precária no interior dum modelo já bastante dependente.

Neste sentido não se vê como a situação da Amazônia futura, com a exceção de certas "ilhas" mais dinâmicas e modernas, poderia ser muito diferente da do Nordeste atual, quanto a pobreza e desequilíbrio econômico, com a agravante da decepção das esperanças levantadas e da imensa faina para desbravar a selva e proporcionar condições de vida ao menos iguais às do Nordeste. Não é com efeito a simples extensão das fronteiras a que carrega consigo melhores condições de vida, e sim a corajosa adoção de modelos econômicos e de estruturas sociais diferentes da do Nordeste.

6 - OS FATORES DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Para vermos melhor este aspeto, podemos examinar a quem está sendo confiada a tarefa da ocupação da Amazônia.

6.1 - Como as rodovias simbolizam e constituem as maiores obras nacionais para proporcionar as infraestruturas necessárias, é claro que as pessoas contratadas para a implantação do sistema rodoviário contribuem num modo essencial para a ocupação. Cerca de 6.000 trabalhadores estão ocupados principalmente em cortar árvores, abrir as primeiras clareiras que aos poucos, mediante o emprego do naplam, dos tratores e de outras maquinárias, irão transformar a primeira picada numa rodovia de chão trafegável o ano todo. As obras públicas são tradicionalmente absorvedoras de mão de obra, embora com salários bastante reduzidos. Como após a Transamazônica já se esteja falando da Perimetral Norte, é provável

que um certo número de trabalhadores tenha ainda por uns anos o trabalho assegurado neste tipo de obras, embora em condições muito duras.

Além do significado político da rodovia, do qual falamos numa outra parte, é interessante notar as hesitações na escolha do tipo de empresa que iria realizar o projeto e na participação direta do Governo e do Exército no empreendimento. A Cuiabá-Santarém foi retirada da concorrência e entregue aos batalhões de engenharia do Exército que tinha reclamado uma maior participação em uma obra de tal envergadura e que já atuava na região em vultosas obras públicas. O Exército pode, porém, contratar empresas particulares para a construção. Os decretos que acompanharam a regulamentação da concorrência para os outros trechos manifestaram uma notável improvisação e o desejo de conciliar interesses contrastantes, como o de outras empresas estrangeiras, que não se desejava alijar ou que ao menos pressionavam para participar dos trabalhos. A engenharia nacional, na busca do respeito das regras de concorrência, foi várias vezes prejudicada pelas condições colocadas que exigiam elevado capital mínimo (as firmas nordestinas foram assim quase completamente eliminadas numa obra que devia ajudar principalmente o Nordeste) e condições tecnológicas iguais às existentes no exterior. Houve de qualquer maneira uma forte propensão em assegurar à iniciativa privada uma notável participação no empreendimento. Para acabar com as discussões, foi dito oficialmente pelo Eng. ELISEU RESENDE (Diretor do DNER) que "a Transamazônica é uma decisão política do governo brasileiro. As regras clássicas da análise econômica não podem ser adotadas num projeto de tal vulto, a se desenvolver numa região totalmente deserta e inexplorada".¹¹

6.2 - A extração da madeira. Com as primeiras obras para a construção da rodovia, implanta-se também uma das principais atividades da região: a conexas com a destruição da selva, embora não seja claro quanto isso seja feito para aproveitar a madeira e quanto para ter simplesmente o território livre da mata para outros trabalhos (rodovias, pastagem, lavoura, etc.).

Derrubar a mata é hoje uma das maiores fontes de emprego de toda a região. Nas seis

11. Cit. em Estado de São Paulo, de 17 de setembro de 1970.

grandes estradas federais em construção trabalham cerca de 6.000 homens que passam oito horas por dia golpeando as árvores. Na limpeza da mata para os pastos dos projetos agropecuários da SUDAM, trabalham não menos de 50.000 pessoas. Segundo estimativas de H.HODENHIR, vice-gerente da BRUMASA, empresa holandesa que faz compensados de madeira em Porto Santana (Amapá), pelo menos 15.000 pessoas vivem exclusivamente de derrubar troncos de uma árvore, a virola, para as grandes serrarias das vizinhanças. Uma estimativa muito conservadora pode considerar que pelo menos 30.000 pessoas fazem a mesma coisa para as serrarias em outras regiões do Amazonas.¹²

No mundo inteiro a história da civilização foi acompanhada por grandes desmatamentos, que mudaram profundamente as feições dos países europeus, em geral negativamente. França, Alemanha, etc. cuidaram muito nos últimos decênios do reflorestamento dos próprios territórios, investindo grandes recursos. Na Amazônia calcula-se em 300.000 hectares a superfície desmatada cada ano, depois da aceleração dos últimos anos, o que ainda não modifica substancialmente as imensas reservas florestais da região, mas é claro que o ritmo não pode continuar pelas razões ecológicas já apontadas, pelo rápido esgotamento dos solos tropicais desmatados e pelo perigo de mudanças irreversíveis na região.

Na Amazônia, de 1 hectare de solo, as chuvas carregam 1 quilo por ano quando a área é coberta por mata; da mesma área, quando o solo é desmatado, as chuvas tiram 34 toneladas de matéria bruta por ano.¹³

Julgando pelo ritmo de projetos aprovados pela SUDAM, pode calcular-se que, a não ser que o inicial "ímpeto amazônico"

12. "Hoje, cem mil pessoas vivem da destruição da floresta amazônica. Civilização ou ameaça?", em Realidade, p. 144.

13. Ibid., p. 138.

se esgote nos próximos anos, cerca de metade da floresta corre o risco de ser destruída, sem que esteja absolutamente claro o "lucro" da operação, ou seja, a nova estrutura agrícola da região.

O homem quebrou assim um certo equilíbrio no desmatamento, que consentia até agora uma regeneração perene da floresta. Antes cortava uma árvore aqui, uma ali, etc., devido também à não homogeneidade da floresta, enquanto agora a floresta é sistematicamente eliminada. É claro que a extração da madeira, racionalizada, poderia proporcionar trabalho e renda, mas não parece ser este o caso atual, devido a um processo acelerado de ocupação da região, incompatível com a presença da mata virgem e de devolução das terras a outras culturas que não consente aproveitar nem a madeira das árvores que estão sendo derrubadas. O exemplo melhor é fornecido pela queima da floresta, prática usual na derrubada.

6.3 - Um capítulo muito complexo e delicado é o que se refere às possibilidades de extração do minério existente na região. Na literatura mundial a Amazônia sempre foi apresentada como uma região misteriosa e cheia de todos os minerais úteis, em grandes jazidas. Muito se falou nos levantamentos que os estrangeiros, especialmente os norte-americanos, teriam feito às escondidas, para localizar as minas melhores e em seguida explorá-las.

O levantamento aerofotogramétrico que o projeto RADAM começou em 1970 teve que partir da estaca zero. Os trabalhos que aviões norte-americanos fizeram sistematicamente tanto sobre a Amazônia como no território brasileiro em geral, com base num acordo aprovado pelo Congresso Nacional no 7 de junho de 1966 (o levantamento entretanto já tinha sido começado em julho de 1964, antes da aprovação) parece que nunca foram comunicados às autoridades brasileiras, em forma de mapas e de fotografias, que aliás parecem ser facilmente acessíveis nos Estados Unidos aos estudantes universitários e em outros ambientes.

O perigo da desnacionalização da região por parte dos exploradores estrangeiros de minérios foi levantado várias vezes e a disputa é demais conhecida para ser aqui resumida.¹⁴

14. Entre as obras mais significativas podem-se citar, além de quase todo o livro de OSNY DUARTE PEREIRA já citado, ARTHUR FERREIRA REIS, A Amazônia e a cobiça internacional, Rio de Janeiro, Gráfica Record Ed., 1968; "Os estrangeiros roubam a Amazônia. Roubam mesmo?", em Realidade, pp. 171 ss.

Pode-se dizer que as pesquisas minerárias na Amazônia foram até agora bastante fracas e pouco sistemáticas, mas nos últimos anos muitas descobertas notáveis foram feitas. As principais são a do ferro na Serra dos Carajás, do alumínio do Trombetas e do estanho no território de Rondônia.

De acordo com a política atual do governo, as minas localizadas vão ser antes de tudo aproveitadas para incrementar as exportações. Depois do exemplo do manganês do Amapá (que proporciona sozinho a metade da renda das exportações da região amazônica) e do minério de Minas, que forneceram ao país muitas divisas, foram abertas agora as jazidas da Amazônia à concorrência internacional, o que significa, em geral, norte-americana. O ministro DELFIM NETO chegou a dizer que a exportação do minério deverá substituir a exportação do café como maior item das exportações brasileiras. A Amazônia terá um papel notável a absolver na execução deste projeto.

As primeiras tentativas governamentais de limitar a invasão dos estrangeiros foram bastante mal sucedidas. Como inicialmente a lei brasileira só permitia a concessão de exploração mineral em 5.000 hectares, a U.S. Steel, por exemplo, que queria explorar as reservas de minério da Serra dos Carajás (que se estendiam aproximadamente numa área de 160.000 hectares) pediu uma concessão em nome da filial brasileira (Companhia Meridional de Mineração) e 31 concessões em nome de velhos funcionários da empresa. O governo acabou mudando a lei e elevando de 5.000 para 50.000 hectares o limite máximo, consentindo à firma de ter uma subsidiária com outros 30.000 hectares. Nesta maneira o governo reservou a metade da jazida para a Companhia Vale do Rio Doce, para evitar o domínio exclusivo da U.S. Steel, introduzindo também na região o regime de oligopólio hoje tão difundido também no Brasil, no qual os preços não obedecem mais às regras da concorrência, mas são administrados e diretamente controlados por poucas firmas, em geral multinacionais.

Embora a literatura a propósito seja muito grande e em geral muito pessimista quanto ao "roubo" da Amazônia por parte dos estrangeiros, não parece, com exceções, que esta dominação irá

se exercer em formas brutais, ¹⁵ e sim obedecendo às regras do jogo até agora praticado também no Sul, através do controle da produção e dos preços e conseqüentemente do mercado. Isso vai ser agravado pela vulnerabilidade da economia amazônica, na qual o controle governamental será bastante reduzido e na qual não existem os corretivos econômicos, até um certo ponto automáticos que uma economia dinâmica moderna proporciona.

Em particular a indústria extrativa mineral moderna se caracteriza por uma alta concentração de capital (que as firmas estrangeiras podem em geral proporcionar juntamente com a garantia de escoar a produção através da própria rede comercial e industrial) e um emprego muito fraco da mão de obra. O minério da Amazônia portanto será provavelmente um bom negócio, mas só muito parcialmente brasileiro. Os lucros proporcionados dificilmente ficarão na região (também as firmas brasileiras têm a própria matriz no Centro-Sul) e o problema do subemprego na Amazônia e no Nordeste, que as grandes perspectivas de mineração deveriam ajudar a resolver, não irão encontrar neste setor uma solução adequada.

A esperança de criar um setor dinâmico a partir destas indústrias extrativas parece bastante reduzida numa política muito mais preocupada em atrair para a região qualquer tipo de investimento, na suposição de que todo investimento seja proveitoso, do que em integrar estas inversões numa visão de conjunto proporcionado e fixar regras que impeçam às grandes companhias organizar toda a região em função de si mesmas e dos próprios interesses, em geral finalizados e dirigidos para fora da região e até do País. A Constituição de 1967 eliminou o direito prioritário do proprietário do solo para a exploração do subsolo, tornando mais difícil a expropriação de terras que têm jazidas concedidas às firmas estrangeiras, diminuindo assim o risco destas últimas de perder as concessões.

6.4 - Os projetos de pecuária são atualmente os mais considerados e os mais viáveis. Um extrativismo mineral exclusivamente vol

15. Como seriam a presença massiva de estrangeiros, a não ser poucos técnicos, ou a exclusão física de brasileiros das áreas exploradas e ocupadas, a não ser aquela exclusão social que já se verifica, por ex., por parte dos funcionários da CHESF em Paulo Afonso, para com todos os que não pertencem à firma, ou em muitos clubes com todos aqueles que não têm condições sociais e econômicas à altura da entidade.

tado para o exterior vai ter poucas probabilidades de mudar a fisionomia da região, embora possa proporcionar lucros notáveis às firmas empreendedoras.

A atenção atual é portanto polarizada pela viabilidade dos projetos agropecuários a serem implantados na região. De cada dez projetos que procuram os incentivos fiscais da SUDAM, cinco são para atividades agropecuárias e as probabilidades de povoamento da Amazônia "pelas patas do boi" são muito maiores do que as que se referem a qualquer outro tipo de exploração, como se vê também no quadro anexo:

Composição dos recursos liberados pela SUDAM

Ano	Total (milhões de cruzeiros de 1969)	Setor agropecuário (%)	Setor industrial	Serviços básicos (%)
1967	58,8	26	73	1
1968	119,7	39	45	16
1969	183,1	51	45	4
1970	181,8	53	38	19

FONTE: EDMAR LISBOA BACHA, etc., Análise governamental de projetos de investimento no Brasil - Procedimentos e recomendações, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1972, p. 67, quadro I.12.

Razões para este êxito podem ser facilmente apontadas: o preço da carne no mundo subiu nos últimos anos e se prevê uma alta ainda maior; o investimento a ser feito é relativamente reduzido em comparação a qualquer outro tipo de inversões; o trabalho principal é o desbravamento da mata (executado em geral por queimadas sucessivas) e a instalação de um mínimo de infraestrutura, do que se pode até prescindir se a situação geográfica já proporciona água e uma certa facilidade de escoamento da produção e do gado (o que justamente a Transamazônica e as demais rodovias deveriam proporcionar). A Amazônia, além disso, situa-se numa posição muito favorável para o comércio internacional destinado a absorver a produção local. Geograficamente a região fica muito mais perto dos mercados consumidores norte-americanos e europeus do

que por exemplo a Austrália e a Argentina. Os riscos parecem portanto muito reduzidos.

A lógica dos lucros proporcionados pela perspectiva de tornar a Amazônia um dos maiores fornecedores de gado do mundo está, porém, levando a escolhas muito perigosas no sentido ecológico e ainda mais no sentido humano.

O aspeto ecológico, ao qual já acenamos, não pertence a nossa rápida análise, mas não deixa por isso de levantar dúvidas.¹⁶ Mas apesar das palavras muito duras usadas até agora: "pecuaristas fabricantes de desertos, sabotadores da navegação fluvial e preparadores de inundações",¹⁷ não parece que a corrida para o gado tenha sido reduzida.

Mas é especialmente um outro aspeto o que nos preocupa aqui, ou seja, o tipo de estruturas que vão sendo criadas e que se tornam uma repetição piorada das estruturas nordestinas tão culpáveis pela pobreza daquela região. As distorções muitas vezes apontadas nas estruturas sócio-agrícolas do Nordeste parecem estar sendo criadas aqui em proporções muito maiores.

Em primeiro lugar, o fato de serem as terras sem dono, torna possível a criação de fazendas ou de propriedades de um tamanho que bem foi definido como "amazônico". Como empreendimentos deste tipo só são acessíveis a quem possui grandes capitais, poucos são os proprietários que não possuam ao menos 100.000 hectares, enquanto o tamanho médio dos projetos aprovados pela SUDAM só é de 25.000, porque a maioria dos donos não querem comprometer logo a inteira extensão da propriedade. Em 1971 calculava-se em 280.000 quilômetros quadrados a área já em poder desses investidores (um pouco mais do que a Inglaterra), mas a pecuária em grandes fazendas parecer ser uma escolha irreversível atualmente, por causa da mínima infraestrutura exigida e dos lucros a curto prazo que parece prometer.

16. Cf. "Vocação é para a pecuária", em ALBERTO TAMER, op. cit., pp. 54. ss.

17. Subtítulos do capítulo XXII de OSNY DUARTE PEREIRA, op. cit. p. 265.

É claro que projetos de criação extensiva de gado - em áreas de um tamanho enorme e de propriedade concentrada em poucas mãos - vão simplesmente estender à Amazônia o tipo de latifúndio que foi a causa de boa parte do subdesenvolvimento da inteira América Latina. A posse da terra vai se tornar também aqui um meio de dominação social muito antes de ser um meio de aproveitamento racional do solo. Além disso, a mão de obra de que a pecuária precisa num tipo de empreendimento extensivo é muito reduzida, muito mais que em qualquer outro tipo de cultura agrícola. Uma fazenda de 290.000 hectares só ocupa 300 pessoas! Também a possibilidade por parte da região de absorver parte dos desempregados nordestinos fica assim de antemão reduzida, e para dizer a verdade, para procurar a mão de obra necessária à pecuária não é necessário recorrer ao Nordeste para iludi-lo, como já aconteceu em várias fazendas cujos trabalhadores chegaram de outros Estados da Federação.

Sobre a propriedade de imensas extensões do território por parte de estrangeiros (o que causou também a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que em 1970 averiguou a compra de mais de vinte milhões de hectares nos Estados de Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Bahia e no Roraima) já foi dito bastante para mostrar como a criação de estruturas latifundiárias a té em territórios virgens vai ser piorada pela propriedade das terras por parte de estrangeiros que às desvantagens normais vão acrescentar um interesse que se coloca originariamente fora do País.

A criação de fazendas que se dedicam à pecuária, que obedece à lei do máximo lucro alcançável agora na região, parece também esvaziar todos os desejos iniciais do Governo de colonizar a Amazônia conforme às declarações solenes que o mesmo decreto institutivo do FIN continha.

6.5 - Toca aqui talvez o ponto nevrálgico de todo o projeto amazônico, o qual poderia verdadeiramente proporcionar ao Brasil uma ocasião única de tornar uma região ainda não integrada ao País um exemplo de colonização moderna e racional, que consentisse também integrar uma parte substancial dos marginalizados (especialmente do campo) à economia nacional.

Talvez tenha havido desde o começo um equívoco na palavra

colonização, que pode ter um sentido amplo, parecido com povoamento i.é "o processo de ocupação e valorização de uma área realizado por indivíduos provenientes de fora", enquanto a opinião pública brasileira entendeu sempre os projetos de colonização amazonenses apresentados pelo Governo num sentido mais restrito, como "povoamento procedido de planejamento governamental ou privado".¹⁸ Historicamente esse processo de colonização coincidiu sempre com a formação de pequenas propriedades agrícolas ou com a criação de grandes entidades coletivas organizadas nas formas mais variadas (kolkonozes, kibbutzin, cooperativas, etc.). O resultado das experiências até agora feitas no Brasil foi bastante diferente.¹⁹

Embora haja exemplos de grandes propriedades agrícolas que não necessariamente se transformaram em latifúndios graças à alta produtividade, pela exploração racional das técnicas modernas e à forte integração do conjunto (também dos trabalhadores subordinados, através de altos salários) na economia nacional (como nos Estados Unidos ou na Austrália), são muito poucos os exemplos latino-americanos de grandes propriedades agrícolas que não se tornaram um fator de imobilismo econômico e de miséria dos camponeses. Uma vez instalado o sistema latifundiário isto atua como um verdadeiro círculo vicioso, no sentido de impedir qualquer mudança social e econômica profunda.

É claro portanto que, perante as dificuldades próprias do ambiente amazônico, só seria possível uma verdadeira colonização com sucesso se fosse acompanhada por uma verdadeira reforma agrária, que vai muito além da simples distribuição de terras.

O Senhor CIRNE LIMA informou que cada lavrador receberá 100 hectares de terra, das quais, 50 hectares deverão ser reservados para plantio e 50 para reservas florestais. O Governo cobrará pelas propriedades um pre

18. VÂNIA PORTO TAVARES, etc., Colonização dirigida no Brasil, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1972, p. 25.

19. Cf., na obra citada na nota precedente, um exame de várias experiências de colonização no Brasil com uma avaliação das condições e dos resultados.

ço simbólico acessível a qualquer família.²⁰

Esta e outras declarações oficiais deixaram entrever num primeiro momento que a falta de vontade ou de poder político suficiente para executar uma verdadeira reforma agrária no Nordeste teria ao menos tornado possível um começo de reforma agrária onde não havia ainda nenhuma estrutura agrária historicamente formada e portanto nenhuma oposição por parte dos proprietários a vencer. A colonização poderia ser um meio para fazer reformas agrárias nos lugares onde não havia ninguém, nas terras sem dono.

A perspectiva dos 100 hectares prometidos levou muitos nordestinos, e não só nordestinos, a se deslocarem para a região já atingida pela Transamazônica. A posse da terra prometida foi muitas vezes adiada ou nulificada pela burocracia (o nordestino recebe 100 hectares a título provisório e tem um prazo de até 3 anos para beneficiar um oitavo da área, mantendo 50% de mata. Só depois pode ser proprietário a título definitivo); outros tiveram a surpresa, depois de terem desbravado as matas, de serem repeli- dos para mais adiante "porque a região tinha sido mais recentemente reservada para um projeto de pecuária".²¹ Aqueles que desbravaram as terras dificilmente alcançam a propriedade delas, pois quase sempre essa propriedade já terá sido adjudicada (de forma real ou fictícia) antecipadamente a alguém com acesso aos centros de decisão.²² Mas a razão principal para se duvidar do experimento não parece residir só em "sabotagens" locais e sim na falta de um planejamento que contribua para modificar o ambiente humano e social, para que os camponeses que chegam sejam cuidadosamente acolhidos, assistidos e organizados, para se tornarem conscientes das tarefas a eles confiadas e para aguentar os tempos duros do desbravamento e da primeira fase da colonização. Os camponeses que chegam do Nordeste não têm em geral qualquer recurso para começar, não têm instrução suficiente para escolher as culturas mais indicadas para a região e muito menos uma organização em for-

20. Entrevista do Ministro CIRNE LIMA, de 10 de julho de 1970, cit. em OSNY DUARTE PEREIRA, op. cit., p. 247.

21. Cf. por exemplo, "INCRA contra os posseiros", em Opinião, 16-26 março de 1973, p. 2.

22. Cf. CELSO FURTADO, Análise do Modelo Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 106.

ma de sindicatos ou de cooperativa que lhes consinta enfrentar unidos as dificuldades. O sistema de queimas praticado acaba muito cedo com a fertilidade do solo amazônico e o camponês tem a única perspectiva de abandonar a roça desbravada para procurar mais adiante um outro sítio.

Depois de Açailândia, a tragédia. A floresta morreu na beira da estrada e ficou espiando, lá longe, o homem queimar aos poucos, numa extensão de quilômetros de cada lado, para plantar a roça. Três safras adubadas pela cinza, pois ele volta a incendiar a palha que sobrou da colheita - e o que resta é seguir adiante, cortando e queimando, queimando e cortando sem parar. Atrás de si a capoeira fina, fruto da terra que agoniza.²³

Já o tipo de aliciamento para contratar trabalhadores para a região, muitas vezes denunciado na imprensa indica esta falta de organização e o grave descuido do fator humano.

Tanto nos contatos com lavradores como fazendeiros, ouvi a grave denúncia da qual já tinha um conhecimento vago: intermediários ("gatos") estão contratando trabalhadores nas principais cidades à beira da estrada para o desmatamento e formação de pastos, principalmente em Mato Grosso e no Pará, oferecendo 5 cruzeiros por dia ... Terminada a tarefa, deixam-no ao abandono ... E ali ficam até que os mandem embora para mais adiante. E mais adiante ainda.²⁴

Os posseiros, também se conseguirem a posse jurídica da

23. Ibid., p. 120. O TAMER aliás descreve muito bem a tragédia do homem nordestino que em geral não consegue se implantar nas novas terras por falta de recursos e de instrução adequada, mas a descrição fica num nível de constatação faltando a análise das causas históricas e profundas que levaram à exploração sistemática dos nordestinos e à impressão de fatalidade que parece pairar sobre os moradores do interior daquela região.

24. ALBERTO TAMER, op. cit., p. 70.

terras estão destinados a serem jogados fora do campo pelas grandes companhias pecuárias, que encontram o desbravamento já feito e condenam o lavrador a continuar a faina mais adiante, sem a verdadeira possibilidade de se implantar, de se tornar colono. Esta parece ser também a lição da história agrícola brasileira:

No caso brasileiro, a acaparação das terras foi essencialmente utilizada para impedir a constituição de comunidades agrícolas e, muito excepcionalmente, para desorganizá-las onde começavam a formar-se. ²⁵

Os homens livres que chegaram ao país como artesãos, soldados ou simples aventureiros foram de uma ou outra forma transformados em dependentes da classe de grandes proprietários. ²⁶

As histórias de meios criminosos muitas vezes hoje usados, violência ou simplesmente recursos jurídicos ou pressões por causa do endividamento crônico dos posseiros, etc., já são bastante conhecidas e discutidas no Brasil ²⁷ mas, além destes abusos que infelizmente só poucas vezes encontraram denúncia aberta, o processo parece obedecer à uma lógica mais geral que torna irrisórias as esperanças dos camponeses numa estrutura social na qual não há lugar para a ascensão dele. O camponês nunca tem condições para aguentar a concorrência, por exemplo, de uma grande companhia pecuária do Centro-Sul mesmo se esta se limita a empregar meios legais para reunir as terras dos posseiros ...

Os posseiros são incapacitados para "resistir ao mecanismo jurídico da apropriação da terra pelo mais forte".

A única exceção de colonização bem sucedida, a dos japone

25. CELSO FURTADO, op. cit., p. 100.

26. Ibid., p. 98.

27. Cf., por exemplo, a carta pastoral de Dom PEDRO CASALDÁ LIGA, Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, e a documentação anexa.

ses de Tomé-Açu (Pará) e no Estado de Amazonas entre Manaus e Itacoatiara, parece confirmar a presença de tudo o que falta às colonizações por parte de brasileiros: uma grande unidade entre as famílias organizadas entre si; uma forte assistência por parte do Governo. (Japonês e do Estado) técnica e financeira; o abandono da lavoura de subsistência como trabalho fundamental; a especialização numa lavoura selecionada que proporciona uma renda notável e bem como o entrosamento com o mercado; o alto nível de instrução dos japoneses, mantido também no interior, etc.; afinal, a presença de uma estrutura social que de antemão proporciona um tipo de colonização moderno e comunitário que parece faltar completamente aos nordestinos, que nunca tiveram a mesma oportunidade nem na região de origem, nem na Amazônia. Determinante para a instalação de uma empresa agro-mercantil como esta parece principalmente a capacidade financeira e o mercado seguro.

A história das colonizações japonesas, porém, tão bem sucedidas na região amazônica poderia ser uma lição muito proveitosa para demonstrar que estrada e terra abundante não são suficientes para alcançar uma verdadeira colonização.

As possibilidades da economia amazônica são ainda bastante obscuras para fazermos precisões claras. Mineração e outras atividades cujo mercado já está assegurado (fora da região) irão proporcionar, sem dúvida, uma certa ou até grande rentabilidade aos empreendimentos, também à Transamazônica.

A atividade pecuária parece também, a curto prazo, constituir uma boa fonte de renda, ao menos para as grandes companhias que tiverem recursos iniciais suficientes para enfrentar as fases de implantação e os riscos que elas acarretam sempre consigo, especialmente numa região afastada e desconhecida.

Os desgastes ecológicos são por enquanto um tema da futura logia, Qualquer entrosamento do homem com a natureza tem resultado, de modo geral, num certo estrago ecológico. O problema não é tanto saber se o encanto da selva irá acabar, e sim se o resultado humano da operação compensará a perda de certas riquezas naturais.

Operações do tipo da Transamazônica nunca se podem medir simplesmente comparando os cursos e os lucros, especialmente qua

do foram apresentadas justamente para resolver problemas humanos gritantes como os do Nordeste.

O caminho trilhado até agora, porém, não parece fornecer soluções adequadas a estes mesmos problemas, porque o que vai mais sofrer no conjunto, vai ser justamente o homem, o menos dotado de recursos, que vai provavelmente enfrentar as tarefas mais duras na ocupação da Amazônia sem encontrar para si e as próprias famílias condições sociais diferentes e mais dignas.

Poder-se-ia ainda acrescentar que a Amazônia representa uma chance única na história do Brasil para implantar um tipo de civilização humana melhor junto à procura da integração nacional. Para isso, porém, seria preciso não ter simplesmente a intenção de reproduzir na região o mesmo tipo de dinâmica econômica (setor dinâmico e setor periférico) que permite um tipo de exploração humana cujo custo vai muito além da renda proporcionada ao setor mais moderno. ~~As primeiras experiências, porém, deixam enxergar a~~ simples extensão à nova região das mesmas estruturas cuja "lógica" parece ser muito mais o lucro como fim em si mesmo, do que o ~~homem, e todos os homens, como protagonistas da própria história.~~

7 - O SENTIDO POLÍTICO DA TRANSAMAZÔNICA

A Transamazônica, também nas idéias dos seus criadores, é muito mais do que uma rodovia. É um projeto nacional a cuja realização o Governo quer chamar todo o País, apresentando-o como uma prova da vitalidade do Brasil de hoje e como uma solução para alguns dos seus mais graves problemas como o do Nordeste.

Deixando aqui de lado o exame da viabilidade da Transamazônica como solução dos problemas autênticos, podemos fazer uma observação sobre o sentido político do projeto.

O alcance político aparece claro também pela falta de estudos prévios sobre a viabilidade econômica do plano, embora o Brasil nos últimos anos tivesse alcançado notável experiência nes

te sentido,²⁸ e pelo fato de que as verbas foram prometidas antes da elaboração dos projetos, contra as regras que o mesmo Governo assinou e até agora observou nos seus empreendimentos econômicos.

O projeto surpreendeu os próprios Governadores do Nordeste e da Amazônia, e encontrou maior entusiasmo no Centro-Sul que no Nordeste e na Amazônia, que deveriam ser as regiões beneficiadas.

Estes limites do plano foram percebidos pelas próprias autoridades federais.

Eu sempre disse que, se PEDRO CABRAL tivesse esperado um estudo de viabilidade econômica o Brasil não tinha começado, nós estávamos ainda esperando o estudo de viabilidade ... Existem prioridades que estão acima dos economistas ... Porque são coisas que não se localizam no campo do econômico, se localizam no campo do político.²⁹

É claro assim que a Transamazônica assume um valor altamente simbólico, para alcance do qual foram sacrificadas também as exigências de racionalização econômica que distinguem a atual autocracia tecnocrática brasileira. A criação de valores simbólicos exige porém às vezes um custo social excessivo.

Num país subdesenvolvido no qual por definição o consenso é muito reduzido,³⁰ a tentativa de polarizar ou catalizar as energias nacionais chamando-as a colaborar na realização de uma aventura nacional é bem compreensível (como por exemplo a conquista das terras virgens na Rússia de KRUTSCHEV, ou o "grande salto

28. Para estas observações cf. o artigo de ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS, "La rage de couloir conclure", in Transamazônica, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970, pp. 105 ss., substancialmente crítico, embora tenha sido acusado por outros de manter esta posição por razões pessoais, cf. OSNY DUARTE PEREIRA, op. cit., pp. 305 ss.

29. Ministro DELFIM NETO, entrevista a Visão, 7 de novembro de 1970.

30. Cf. as observações de HÉLIO JAGUARIBE, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, pp. 29 ss.

para frente" da China de MAO). Embora a viabilidade econômica da "aventura" seja duvidosa, no Brasil não foi a primeira experiência. O projeto de Brasília, num sentido estritamente econômico foi talvez deficitário, mas teve um êxito bem maior do ponto de vista social e político. Economicamente viável mostrou-se também só num segundo momento a primeira estrada brasileira cortado através da selva amazônica, a Belém-Brasília, muito criticada antes da execução.

A Transamazônica é realmente uma epopéia. Quem for lá, vai ver quanto cresce por dia uma estrada, vai dormir, no dia seguinte a entrada andou. Aquilo é um processo de ocupação que junta um aspeto romântico, que é fundamental para construir um País. ³¹

A Transamazônica exerce antes de tudo, um forte poder emocional pela idéia de "integração nacional" que contém. Não é portanto casual se encontrou logo o apoio imediato das Forças Armadas e do empresariado do Centro-Sul, isso é de grupos sociais muito mais sensíveis tradicionalmente - que os próprios habitantes da Amazônia - ao temor de perder a região por falta até da simples ocupação física do território ou de integração ao atual dinamismo econômico brasileiro. São, além disso, os dois grupos diretamente responsáveis pela política e pelo avanço econômico do Brasil de hoje.

As reservas foram mais no sentido das diretrizes da ocupação, que ao invés de partir do Centro-Sul, onde se concentra quase o 80% da renda nacional e que poderia funcionar como polo de irradiação (mas também como polo de dominação), pretende partir do Nordeste, uma região tradicionalmente subdesenvolvida. Um funcionário definiu por isso a Transamazônica uma rodovia destinada "a unir a pobreza do Nordeste com a miséria da Amazônia".

Enquanto o aspeto econômico deixa profundas dúvidas e ainda mais o aspeto inerente à solução dos problemas do Nordeste ou da própria Amazônia, o aspeto político parece mais convencer. A impressão, depois de uma série de contatos, é de que o ambicioso projeto contribuiu mais do que qualquer outro (além da vitória

31. DELFIM NETO, op. cit., p. 131.

na Copa do Mundo) para a elevação, ao menos parcial, da precária popularidade do governo atual. A idéia da Transamazônica "veio na crista de uma euforia esportiva, num contexto de bom desempenho econômico e tem a aparência duma solução heróica para uma tristeza antiga".³²

A Transamazônica insere-se assim na linha da atitude mais geral que consiste em se dirigir à nação como a um conjunto unitário, ocultando as divisões, as lutas e as grandes disparidades que existem no interior do País, entre as diferentes classes, dando a todos a impressão de uma certa participação ao desenvolvimento nacional, ao menos de forma simbólica.

8 - UMA HIPÓTESE MAIS RADICAL

As considerações apresentadas, parecem indicar nas obras atualmente realizadas na Amazônia a presença de muitas das feições do tipo brasileiro de desenvolvimento e das distorções deste último. Por consequência também a impossibilidade por parte destes empreendimentos de solucionar os problemas mais profundos da sociedade nacional, como o do Nordeste.

Parece, porém, haver também sinais de que a Transamazônica não só não vai modificar as estruturas injustas do País, mas pode até constituir do ponto de vista econômico, um dos meios necessários para poder manter inalterada a atual estrutura social brasileira.

É uma hipótese que mereceria uma análise mais profunda e documentada, mas que, como hipótese parece não carecer de certas provas.

A complexa realidade agrária brasileira, sem embargo, apresenta no Nordeste o fenômeno do latifundismo, que é essencialmente um sistema de poder. O uso extensivo da terra leva a perpetuar um sistema da "shifting field cultivation", ou seja da agricultura itinerante. Esta prática, no contexto nordestino, exige porém duas condições para a sua conservação: haver uma grande disponibilidade de terras que a empresa utiliza só em parte (isso pode ex-

32. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS, op. cit., p. 131.

plicar porque os projetos apresentados por exemplo à SUDAM em geral atingem somente uma parte da superfície da fazenda), e assegurar-se posições favoráveis nas novas frentes agrícolas, porque as técnicas rudimentares empregadas degradam rapidamente os terrenos. Se uma das duas condições não se verificasse mais, de forma generalizada, os salários agrícolas tão comprimidos até agora deveriam provavelmente aumentar, porque se tornaria necessário uma maior difusão do progresso técnico e a transformação qualitativa da mão de obra porque os solos se degradariam muito mais depressa. Esta situação comporta problemas notáveis e socialmente relevantes.

A agricultura itinerante, se constitui para a empresa, a curto prazo, numa forma econômica de usar um capital escasso ou caro. A médio e a longo prazos envolve um alto custo social, porquanto, ao desencorajar a formação de capital na agricultura, fecha a porta à penetração do progresso técnico no setor da economia que responde pelas condições de vida da maior parte da população. Ademais, ao pagar salários de subsistência, esse tipo de agricultura impede o aperfeiçoamento do fator humano. Ora, este aperfeiçoamento constitui uma das formas mais importantes, na agricultura, de assimilação do progresso técnico.³³

A complexidade da estrutura agrária brasileira não consentiu talvez até agora demonstrar-se acuradamente esta hipótese, que poderia constituir uma acusação bem mais radical ao tipo de projetos agropecuários que estão sendo realizados na região amazônica, cujas motivações seriam muito mais de tipo político, que de desenvolvimento econômico, ao menos a longo prazo. O tipo de agricultura implantado, com efeito, seria de tipo predatório, o que a longo prazo constitui uma destruição de um patrimônio nacional não reprodutível.

33. CELSO FURTADO, op. cit., p. 111.

CAPÍTULO 2

SUDAM: SUPERACÃO OU CONFIRMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO?

"Não é possível formular para uma área que sofre sob o peso do subdesenvolvimento uma teoria e uma política de desenvolvimento adequadas sem antes investigar como seu passado econômico e sua história social deram origem ao seu atual subdesenvolvimento" (A. GUNDER FRANK).

Esquema do Capítulo

- 1 - UM POUCO DA HISTÓRIA DA REGIÃO
 - 1.1 - A Conquista Tardia
 - 1.2 - A Falta de Integração com as Outras Colônias
 - 1.3 - Extrativismo com Mão-de-Obra Indígena
 - 1.4 - O Grande Surto da Borracha
- 2 - A CONFORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO
 - 2.1 - A Estrutura da Economia Internacional
 - 2.2 - A Estrutura Interna
 - 2.3 - A Polarização Interregional
 - 2.4 - Subdesenvolvimento não é Atraso
- 3 - A PRÉ-HISTÓRIA DA SUDAM
 - 3.1 - As Primeiras Iniciativas do Governo
 - 3.2 - Dez Anos de SPVEA
- 4 - DA SPVEA À SUDAM: TRANSIÇÃO PARA UMA NOVA FASE
 - 4.1 - A Evolução da Economia Nacional
 - 4.2 - A Nova Política Econômica
 - 4.3 - Criação dos Incentivos e Reforma da SPVEA
- 5 - A SUDAM E OS INCENTIVOS: RESULTADOS
 - 5.1 - Desenvolvimento como Tarefa, Incentivos como Instrumento
 - 5.2 - A SUDAM e o Setor de Serviços Básicos
 - 5.3 - A SUDAM e a Agropecuária
 - 5.4 - A SUDAM e a Industrialização
- 6 - SUDAM: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
- 7 - CONCLUSÃO

1 - UM POUCO DA HISTÓRIA DA REGIÃO

1.1 - A Conquista Tardia

Muito tempo depois da "descoberta do Brasil" não havia qual quer presença de portugueses na Amazônia. O espanhol ORELHANA descobriu a região ao navegar o Amazonas de Oeste para Leste em 1542. Naufragou, porém, quando regressava para iniciar o seu empossamento para a Espanha. Depois disso, durante cerca de um século, a Amazônia foi mais frequentada por ingleses e holandeses (Amazonas) e franceses (Tocantins). Aqueles chegaram a iniciar cultivo de cana e tabaco no Delta Amazônico¹ enquanto os franceses iniciaram contatos com os naturais, no Pará, na busca de uma comunicação interior com sua colônia no Maranhão.²

Foi somente em 1603, sob domínio espanhol decorrente da tomada do trono português por FELIPE II da Espanha em 1580 (portanto menos preocupados com a defesa do Brasil frente à colonização espanhola ao Sul), que os portugueses puderam iniciar a conquista do Maranhão, encontrando forte resistência dos franceses, e, em seguida, os combates com os holandeses na Amazônia. Os franceses foram desalojados em 1615 e cabalmente derrotados após a restauração do trono português em 1640. Em 1648 foi destruída a última posição holandesa na Amazônia com importante colaboração dos indígenas con seguida pelo trabalho de missionários franciscanos.³

1.2 - A Falta de Integração com as Outras Colônias

Durante bom tempo, a conquista definitiva da região amazônica pelos portugueses não significou sua maior integração, nem mesmo a nível político, com as demais regiões de colonização lusa na América. Em 1618, Sua Majestade ordenou a criação do Estado do Maranhão, que ia do Ceará ao Pará e que ficaria desligado de qual-

1. Cf. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, Vol. VI, 2a. ed., 1968, p. 258.

2. Cf. OTÁVIO GUILHERME VELHO, Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p. 17.

3. Cf. HOLANDA, op. cit., Vol. I, p. 261.

quer subordinação ao Estado do Brasil.⁴ Por traz desta separação política estavam as dificuldades criadas pelos ventos à navegação entre a costa norte do Brasil e as demais capitanias.⁵ Também a ligação por terra só foi descoberta no fim do século XVII. Em 1725, inicia-se uma exploração de minas em Goiás, que resultou na proibição da navegação no Tocantins, por receio de que o produto se desviasse para o Norte, onde era esperado pelos ingleses.⁶

Em 1751, Belém passou a ser sede do estado, permanecendo a situação de subordinação direta de Belém a Lisboa até 1808, quando, por razão da chegada ao Brasil da família real, a Amazônia principiou a integrar-se politicamente na comunidade brasileira, recebendo ordens do Rio de Janeiro ao invés de Lisboa. Ainda assim, por ocasião da independência, foi ela o último trecho da nação brasileira a cortar ligação com a metrópole. Só a intervenção dos ingleses, parte interessada, permitiu a vitória dos nacionalistas.⁷ A independência, entretanto, na Amazônia como no resto do Brasil, não resultou em real mudança na sociedade, sobretudo a nível econômico.

1.3 - Extrativismo com Mão-de-Obra Indígena

No que diz respeito à economia, os portugueses haviam iniciado, ainda no século XVII, um limitado cultivo de cana de açúcar no Delta Amazônico, que foi logo dificultado, como aliás a atividade açucareira no Brasil como um todo, pela desorganização do mercado internacional do produto.⁸ A partir do século XVIII, começa então a se desenvolver, como atividade predominante, o extrativismo das chamadas "drogas do sertão": cacau, cravo, sementes oleaginosas, borracha, etc.⁹ Havia ainda a exploração da madeira, o cultivo do café, do algodão, etc. A exportação se fazia sobretudo para Lisboa e a Inglaterra.

4. Cf. ibid., p. 267.

5. Cf. CELSO FURTADO, Formação Econômica do Brasil Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura Econômica, 7a.ed., 1961, p. 84.

6. Cf. VELHO, op. cit., p. 21.

7. Cf. HOLANDA, op. cit., Vol. IV, p. 81.

8. Cf. FURTADO, op. cit., p. 83.

9. Cf. HOLANDA, op. cit., Vol. I, p. 268.

Na segunda metade do século XVIII, respondendo a circunstâncias externas favoráveis (Revolução Industrial e Guerra de Independência Americana), desenvolve-se no Maranhão a atividade agrícola e o Pará, embora mais modestamente, acompanhou este surto. Contudo, já no início do século XIX, as condições externas se modificam e vem a decadência que no Pará é acelerada devido a deterioração no sistema de exploração da mão-de-obra indígena estruturado pelos jesuítas, que se iniciara desde a sua expulsão por Pombal.¹⁰

Com efeito, a mão-de-obra com que se contava na Amazônia era a do indígena. Sob a forma de escravo ou não, era ele o caçador, o remador, o serviçal da casa, o coletor de "drogas", o identificador da variedade da flora e da fauna, o operário dos estaleiros, o lavrador, o soldado das unidades militares.¹¹

A Independência, como já mencionamos, não alterou a estrutura econômica e a situação da mão-de-obra permaneceu a mesma. Os nordestinos que chegam com o surto da borracha vão ocupar posição semelhante.

1.4 - O Grande Surto da Borracha

O ciclo da borracha, uma "droga do sertão", inicia-se a partir da segunda metade do século XIX, em razão do desenvolvimento da indústria automobilística na Europa e nos Estados Unidos, e os nordestinos, desempregados pela seca, pela decadência das atividades açucareiras e algodoeiras (em virtude do fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a qual havia deixado o mercado de açúcar e algodão momentaneamente para o Brasil) e pela incapacidade da "plantation" /o latifúndio, grande exploração agrícola para exportação/ de absorver mão de obra, afluem para a Amazônia.¹²

Os preços da borracha sobem de 45 libras, a tonelada, na década 1841-50, para 182 libras na década 1871-80; chegando a atingir 512 libras no biênio 1909-1911.¹³ A exploração se expande, não

10. Cf. FURTADO, op. cit., p. 150.

11. Cf. HOLANDA, op. cit., Vol. I, p. 270.

12. Cf. VELHO, op. cit., p. 36.

13. Cf. FURTADO, op. cit., pp. 151-2.

por mudança nas técnicas de produção, mas pela afluência da população nordestina.¹⁴ Entre 1901 e 1910, a borracha extraída respondeu, em média, por 28% do valor global das exportações: brasileiras, chegando a atingir, em 1910, 40%. Torna-se o segundo produto da nossa pauta de exportação, logo após o café, que chega a superar em 1905.¹⁵ As exportações se faziam sobretudo para a Inglaterra e os EE.UU.

Tal surto, contudo, estava fadado a ter curta duração. O extrativismo representava uma solução a curto prazo para as crescentes necessidades da indústria automobilística.¹⁶ Com a introdução da borracha cultivada asiática no mercado, de forma regular a partir de 1919, os preços caíram acentuadamente, estabilizando-se abaixo de 100 libras por tonelada, até a sua substituição parcial pela borracha sintética. Fora-se o sonho amazônico.¹⁷

Após o colapso da extração da borracha, buscam-se outras "drogas do sertão" que a substituam.¹⁸ Toma então certo vulto a extração da castanha do Pará, embora menos espetacular, em bases muito semelhantes, inclusive com capitais acumulados na extração da borracha.

Prevalece assim o extrativismo, vegetal sobretudo, mas também animal e mineral. Ao seu lado, a agricultura de subsistência, complemento necessário. Este é o quadro da Amazônia que estávamos acostumados a conhecer.¹⁹ Agora está mudando. Até que ponto?

O que se quer realmente saber é se o subdesenvolvimento da Amazônia está sendo superado. A resposta à questão supõe então uma

14. Cf. ibid., p. 152.

15. Cf. NELSON WERNECK SODRÉ, Formação Histórica do Brasil, Ed. Brasiliense, 1962, p. 310.

16. Cf. FURTADO, op. cit., p. 151.

17. Ibid., p. 152.

18. Cf. VELHO, op. cit., p. 50.

19. Dos 50 milhões de valor médio anual das exportações para o período 1960-64, cerca de metade era representada pelo manganês do Amapá, outros 11 milhões pela castanha, vindo em seguida pelas de animais e a pimenta do reino. Cf. ARMANDO MENDES, Viabilidade Econômica da Amazônia, Belém, Universidade Federal do Pará, 1971, p. 105.

análise, ainda que breve, deste subdesenvolvimento, que aponte suas causas ou, ao menos, algumas das mais importantes, pois o que temos ao fim desse esboço histórico é apenas a fisionomia da região, um retrato não só resumido como bastante superficial, embora com pistas para um aprofundamento.

2 - A CONFORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO ²⁰

Fica claro que a Amazônia se vinha constituindo, até época recente, num perfeito modelo primário exportador que se integrava ao País mais através do mercado internacional do que pelas relações internas. Uma grande parte da renda da região sempre resultou das exportações internacionais, enquanto as exportações interestaduais constituíam uma parte bem menor.

Quais as consequências da especialização de uma economia na exportação de produtos primários, como a borracha, a castanha, a madeira, enfim, todos os produtos tradicionalmente exportados pela Amazônia?

2.1 - A Estrutura da Economia Internacional

Os produtos primários têm uma baixa elasticidade-renda, isto é, o seu consumo não cresce como cresce a renda. A renda da população do mercado consumidor pode duplicar sem que o consumo do produto acompanhe sequer de longe este aumento. Se o consumidor passa a ganhar o dobro, isso não significa que ele vá beber duas vezes mais café, ou comer muito mais castanha. Seu ganho extra será certamente gasto em produtos industrializados; daí estes terem sempre mais e mais mercado. Isto significa uma desvantagem para as regiões ou países exportadores de produtos primários já que o valor de suas exportações de alimentos e matérias primas tende a decrescer sempre com relação ao valor das suas importações de produtos industrializados.

A especulação feita pelo grupo reduzido de grandes compradores, os países centrais, que é também favorecido pela falta de es-

20. Este esboço aproveita elementos do quadro de referência utilizado por ARMIN RITZ no seu artigo "Fenômenos de Dependência na Economia Baiana". (Cadernos do CEAS, dezembro de 1972).

tabilidade na oferta, resultante de fatores naturais, e, às vezes, pela perecibilidade do produto, acentua aquela desvantagem. Sobre o caso concreto da borracha amazonense, escrevia LOPES GONÇALVES no princípio do século: "a descida do preço da goma-elástica nas praças estrangeiras (é) quase sempre resultante da especulação do limitadíssimo número de monopolistas na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte".²¹

Por outro lado, o fato de que o desenvolvimento da atividade econômica se dá como resposta às solicitações das economias dos países desenvolvidos e às oscilações do mercado, sobre as quais as economias periféricas (i.e. subdesenvolvidas) não têm nenhum controle, leva a crises periódicas que sucedem aos surtos, como vimos no esboço da história da região amazônica. Tais crises se tornam desastrosas, devido à rigidez de estrutura econômica a nível interno, característica que sempre acompanha a especialização acima citada.

2.2 - A Estrutura Interna

Na Europa, a Revolução Industrial, que começou há mais de um século e meio, mudou não apenas os métodos de produção, que aumentaram de muito a produtividade do trabalho humano, como também, em seguida, a estrutura de produção e os hábitos de consumo. Os países agora subdesenvolvidos, contudo, estabeleceram-se na posição de fornecedores de alimentos e matérias primas, sem ter que alterar muito - ao contrário, devendo conservar - sua estrutura e seus métodos de produção.

Exemplos dessa estrutura são o latifúndio e os seringais e castanhais da Amazônia, que não diferem essencialmente entre si de outras formas de exploração econômica que podem ser reunidas sob a denominação genérica de "plantation", a qual se caracteriza pela exploração de mão-de-obra barata com vistas à exportação, muitas vezes com base em relações de trabalho semi-feudais como a parceria, o aviamento, o barracão, etc.

Este sistema permite à minoria rica dos países periféricos adotar os mesmos padrões de consumo que prevalecem nos países in-

21. LOPES GONÇALVES, O Amazonas, New York, Hugo J. Hanf, 1ª ed., 1904, p. 8.

dustrializados, e garante a estes o fornecimento de produtos primários a preços baixos.

A forte concentração de renda resultante, porém, impede a formação de um mercado interno que daria lugar ao desenvolvimento de indústrias de peso. Não há portanto, alternativas de investimento, e aí está a rigidez que torna mais desastrosos os efeitos de uma crise externa e contribui para a saída dos capitais que se formam na região.

2.3 - A Polarização Interregional

Aos dois fatores de subdesenvolvimento estreitamente interdependentes que acabamos de ver, juntou-se, no início deste século, um terceiro, que se pode chamar de polarização interregional.

De 1840 a 1930 dá-se o extraordinário e duradouro surto do café na Região Centro-Sul, do Brasil, e para lá se deslocam as forças dinâmicas do sistema. Tanto mais que a aristocracia do café consegue a hegemonia do poder político a nível federal, impondo então a política de valorização do café, que se inicia com o Acordo de Taubaté em 1906 e não tarda a prejudicar os demais produtos de exportação e suas respectivas regiões produtoras. Em seguida, o crescimento do mercado consumidor interno do Centro-Sul, dado que os lucros do café eram melhor distribuídos, permitiu o desenvolvimento de indústrias maiores nessa região, que podiam entrar em competição com indústrias de outras regiões do País, apesar dos altos custos dos transportes.

A polarização interregional acentuou-se quando, depois da II Guerra Mundial o Brasil se lançou num processo de industrialização rápida através da substituição de importações. O governo passou a estabelecer medidas que favorecessem a atividade industrial, o que significava, em última análise, favorecer o Centro-Sul. ²²

22. Publicação do Banco da Amazônia afirma que "os instrumentos de política econômica manipulados pelo Governo Federal, principalmente na década dos 50, beneficiaram grandemente o Centro-Sul, em detrimento do Norte e do Nordeste". (Amazônia: Legislação Desenvolvimentista, BASA, Belém, 1969, p. 9).

Também segundo estudo sobre a economia nacional realizado para o Banco Moreira Sales S.A., entre 1940 e 1960, constatou-se um declínio na produção industrial do Norte e do Nordeste. (Cf. 25 Anos de Economia Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 122).

Restringiu a importação de bens de consumo final e facilitou a importação de equipamentos e insumos industriais. Esta era feita com os dólares ganhos pela atividade exportadora e por eles o governo pagava o preço oficial, muito inferior ao seu poder aquisitivo no exterior. Tal medida permitia uma arrecadação orçamentária extra, que era canalizada também, diretamente ou através do sistema bancário oficial (BNDE, B.Br.), sobretudo para as áreas onde se localizavam as indústrias de substituição de importações, i.e., para o Centro-Sul. Também, devido à barreira protecionista, as regiões exportadoras de produtos primários eram obrigadas a pagar pelos produtos de que precisavam preços muito mais altos no mercado interno do que se os comprassem no exterior. ²³

2.4 - Subdesenvolvimento Não é Atraso

O esboço apresentado até aqui é certamente incompleto e, sobretudo, muito genérico. A situação de subdesenvolvimento da Amazônia, como toda situação histórica concreta, é por demais complexa para ser esgotada num modelo de interpretação que supõe necessariamente a ênfase em certos elementos escolhidos; menos ainda numa exposição tão breve. Feitas estas ressalvas, contudo, podemos tirar algumas conclusões bastante sólidas.

O subdesenvolvimento da Amazônia, como aliás qualquer outra situação de subdesenvolvimento, não pode ser entendida simplesmente como atraso. Ser subdesenvolvido não é simplesmente estar atrás, ter a renda per-capita muito baixa que os países desenvolvidos atingiram e ultrapassaram há décadas. ²⁴ No quadro do subdesen

23. Esta situação explica porque, durante certo tempo, floresceu extraordinariamente o contrabando na região Amazônica, e também porque logo se abateu sobre ela uma forte repressão. Para a região, o contrabando significava uma recusa de continuar contribuindo para o financiamento da industrialização do Centro-Sul e um benefício, ao menos a curto prazo, para uma ampla faixa da população local que teve acesso a produtos modernos, sobretudo motores para transporte fluvial.

24. A renda per-capita da Amazônia (entendida como região Norte) em 1968 foi de Cr\$ 495,04, 52% da média nacional, que foi de Cr\$ 875,80 (Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, Vol.25, n. 9, 1971). Ambas estas cifras, bem abaixo dos Cr\$ 3.000,00 (500 dólares) que se convencionou como renda per-capita mínima que um país deve ter para se considerar desenvolvido. (Cf. J. M. ALBERTINI, O Terceiro Mundo, Editora Senzala).

volvimento entram como componentes fundamentais um certo tipo de relacionamento com as economias desenvolvidas, que tem caráter de dependência, de subordinação, e um certo tipo de estrutura interna, rígida e polarizada. Estes dois elementos, como já foi visto, estão estreitamente relacionados entre si. Junto a eles, outra constante do subdesenvolvimento são os desequilíbrios regionais, ou polarização interregional. Qualquer política econômica que pretenda superar o subdesenvolvimento deve atingir esses elementos.

3 - A PRÉ-HISTÓRIA DA SUDAM

Ver o que fazia o Governo Federal na Amazônia antes da SUDAM e dos incentivos, ajudará a notar o que esta representa em termos de novidade, isto é, se há alguma razão para se esperar dela um resultado diferente, e em que sentido.

3.1 - As Primeiras Iniciativas do Governo

Embora a Amazônia e o Nordeste fossem ambos notados neste século como as regiões menos desenvolvidas do País, a primeira sempre apareceu no cenário nacional como uma região muito atrasada, de grandezas e riquezas incomparáveis, a ser ocupada e explorada economicamente, a ser resguardada da cobiça internacional, enquanto o Nordeste aparecia como problema social de miséria e tensões, resultado sobretudo de uma desvantagem climática que se agravava periodicamente por ocasião das grandes secas. Daí a política do Governo Federal para a Amazônia não ter assumido a mesma forma assistencialista que tomou no Nordeste, mas, logo de início, a forma de uma preocupação pela valorização econômica da região, preocupação esta que, entretanto, demorou a se converter em ação concreta.

Em 1912, na Administração HERMES DA FONSECA, foi aprovada a Lei 2542.A, que formulou o primeiro plano de valorização econômica da região. Contudo, apesar de ter representado um esforço de programação econômica e de racionalização da ação do Governo, não se ouviu mais falar desta lei, que não chegou a gerar organismos de execução do plano traçado.

Em 1940, GETÚLIO VARGAS, defensor do planejamento e da intervenção estatal, pronunciava o seu famoso "discurso do Rio Ama-

zonas", "semente e mística da Operação Amazônia" ²⁵ lançada durante a Administração Castelo Branco, no qual expressava sua preocupação pelo povoamento e exploração econômica racional da região, preocupação que desta vez não ficou só em palavras. Em seguida veio a criação dos Territórios Federais de Guaporé (atualmente Rondonia), Amapá e Rio Branco (atualmente Roraima), e de vários organismos, entre os quais o Instituto Agrônomo do Norte, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Banco de Crédito da Borracha. Este último, de capital constituído pelos Governos Brasileiro e Norte-Americano, resultou de uma tentativa de recuperar a economia seringueira a partir do interesse imediatista de suprir de borracha os países aliados durante a Segunda Guerra Mundial, com os quais VARGAS se comprometera nos tratados de Washington, firmados em 1942. Continuou, entretanto, o ciclo da borracha silvestre que, como vimos, já a partir de 1912, e sobretudo de 1919, não vinha podendo suportar a competição da borracha cultivada, provinda de Singapura e do Ceilão. ²⁶

Que essas iniciativas, embora pioneiras, vieram alterar pouco a fisionomia da região, e em nada a sua posição de subdesenvolvimento, fica claro, não só pela verificação da natureza limitada de suas atribuições, como pela constatação, décadas depois, dos magros resultados que deixaram.

Mais tarde, em agosto de 1950, o Banco de Crédito da Borracha teria suas atribuições ampliadas transformando-se em Banco de Crédito da Amazônia S. A. Porém, ainda assim, continuou estrangulado pelo pesado encargo de financiar a borracha e sem condições para coordenar e controlar o desenvolvimento da região.

3.2 - Dez Anos de SPVEA

A nova iniciativa de vulto do Governo Federal para a Amazônia partiria de uma medida tomada após a saída de VARGAS do poder, mas só se concretizaria no seu segundo Governo, no ano anterior à sua renúncia forçada e suicídio.

25. Operação Amazônia (discursos), publicação do Serviço de Documentação e Divulgação da SUDAM, p. 7.

26. Cf. "A Difícil Redenção da Amazônia", Jornal do Brasil, 28/29-6-70.

Em 1946, a Assembléia Constituinte aprovou uma emenda de um deputado amazonense que destinava 3% da renda tributária da União, por um período de 20 anos, à valorização da Amazônia. Esta emenda se transformou no artigo 199 da Constituição Federal de 1946, mas só se tornou efetiva a partir de 1953, com a criação da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), através da Lei nº 1.806 de janeiro, e com a sua regulamentação através do decreto nº 34.132 de outubro do mesmo ano.

A Lei nº 1.806 definiu os objetivos da SPVEA, bem mais amplos e pretenciosos que os objetivos de organismos anteriores, como sendo "incrementar o desenvolvimento da produção agrícola, extrativa e pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e de expansão da riqueza do país" (Artigo 1º da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953) e delimitou sua área de atuação (A Amazônia Legal) compreendendo parte dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e os Estados do Amazonas, Pará, atual Acre e os territórios do Amapá e atuais Roraima e Rondonia.

A SPVEA, com suas variadas atividades junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades eclesiásticas e de utilidade pública, pouco fez pela região.²⁷ O marco que ficou da sua atuação foi a Rodovia Belém-Brasília, cuja construção ficou a cargo do órgão colegiado paralelo, Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília, Rodobrás. Não poderia ter feito muito mais do que fez, dado o pequeno volume de recursos que carreava para a Região - pequeno ao menos em relação às proporções da Amazônia e das suas necessidades - sem falar que suas atividades em nada atacavam as raízes do subdesenvolvimento. Mas não é só isso. A SPVEA encontrava-se sujeita às ingerências da política (ou politicagem) regional, dos grupos locais de pressão (oligarquias) e, no atendimento a essas pressões, enveredava pela extrema pulverização de seus recursos e pelo empreguismo, deste resultando uma pesada e inútil burocracia. O número de técnicos era pequeno, e grande era

27. "Não obstante mais de dez anos de atuação na Amazônia, pouco se vê de concreto em termos de presença da SPVEA nos diversos pontos da vida regional". Gal. M. DE BARROS CAVALCANTI, primeiro Superintendente da SPVEA após o movimento de 1964 e da SUDAM no Relatório Geral do mesmo ano, constante do documentário organizado pelo mesmo. Da SPVEA à SUDAM. Belém, 1967.

a falta de coordenação com outros órgãos, como INPA, BCA, IPEAN, SNAPP. A própria estrutura administrativa não se adequava à execução dos objetivos propostos.²⁸

Tudo isso parece pintar um quadro de "ineficiência", o que é algo relativo, de vez que a SPVEA preenchia, com esse estilo, um papel dentro do esquema do populismo tradicional de antes de 1964: distribuição de favores x arrebanhamento de votos, daí a pulverização de recursos, o empreguismo, etc. A SPVEA tinha, portanto, sua eficiência numa "função latente", não aquela claramente expressa na lei que a criou.

4 - DA SPVEA À SUDAM: TRANSIÇÃO PARA UMA NOVA FASE

No fim da década de 50 e início da seguinte, a política econômica do Governo Federal para as regiões mais subdesenvolvidas começava a tomar uma orientação nova, orientação essa que em seguida alteraria a própria estrutura da SPVEA e, já na segunda metade da década de 60, acabaria por dar lugar à sua substituição por um novo organismo, a SUDAM. Essas mudanças refletem, é claro, a evolução global da economia do País, e se tornam mais compreensíveis a partir do estudo, ainda que resumido, desta mesma evolução.

4.1 - A Evolução da Economia Nacional

A fase de industrialização por substituição de importações havia esgotado seu dinamismo, com o fim da década de 50, nos limites do nosso mercado interno. Não havia mais importações a substituir e a demanda interna para a produção industrial não se expandia.²⁹

28. Cf. "Relatório do SPVEA de 1964" e "Exposição de Motivos n. 154", em Da SPVEA à SUDAM, pp. 21 e 658 respectivamente.

29. Essa expansão só se faria com a eliminação, necessariamente simultânea, dos dois fatores de subdesenvolvimento: a rigidez da estrutura a nível interno, e, estreitamente vinculada a esta, a dependência dos países centrais, a nível externo. Contudo, o próprio processo de industrialização, ou melhor, a grande burguesia industrial, também estava comprometida com esses dois fatores, não só pela sua dependência do capital estrangeiro (que buscou instalar-se por trás do protecionismo tarifário), como, até certo ponto, por vínculos originais com aristocracia agrário-exportadora, da

Com isso, diminuía a importação de insumos e equipamentos industriais, e certas vantagens que o Governo Federal concedera à indústria perdiam sua função. A partir de 1961, com JÂNIO QUADROS, o País voltou ao realismo cambial, procurando sincronizar sempre mais a taxa cambial com a evolução interna dos preços.³⁰ Permaneceu, porém, o protecionismo tarifário; do contrário o mercado, já limitado, seria ainda dividido com os produtores do exterior. A economia deveria então, para poder expandir-se, orientar-se para a exportação através de uma modernização que implicava numa integração maior à economia dos países centrais, sobretudo EE.UU., já que o capital e a tecnologia nacionais não podiam arcar sozinhos com a nova tarefa.

Foi essa evolução objetiva na economia que deu lugar, primeiro, ao aparecimento de uma compreensão diferente do problema das regiões atrasadas, e, segundo, à criação pelo Governo Central, de uma nova política para as mesmas.

4.2 - A Nova Política Econômica

Com efeito, também no fim da década de 50, tornavam-se conhecidos e adquiriam aceitação oficial os estudos que apontavam o grande fluxo de capital das regiões atrasadas para o Centro-Sul, e o seu papel no crescimento industrial desta última região. Este acontecimento se explicaria por algumas razões entre as quais: a consciência de uma fase histórica geralmente se dá quando ela está prestes a ser superada, com o esgotamento da fase de substituição de importações, já não interessavam certas medidas para garantir aquele fluxo, tanto mais que, consolidada a industrialização

do que o processo de industrialização tomara impulso no Centro-Sul com a transferência de capitais do café. A expansão do mercado interno de forma significativa não seria, portanto, possível sem uma mudança estrutural, não só no campo, como também na grande indústria - mudança que não se deu.

30. O Governo, mais tarde, após a economia enveredar pela nova fase, de promoção de exportação, exploraria "uma fonte de receita cambial muito mais farta do que o comércio exterior para cobrir as despesas de importação. Esta fonte são os banqueiros estrangeiros que concedem empréstimos ao Brasil, e os fornecedores que financiam nossas compras no exterior". (GERSON T. GOMES, "A Fábrica contra a Fazenda", in Opinião, nº 33, 18-25/6/73).

do Centro-Sul, ele se fazia agora automaticamente, segundo os mecanismos da economia de mercado; finalmente, porque o desnível entre as regiões alcançava extremos inconvenientes para todos.

Colocava-se, portanto, agora, a necessidade de criar um fluxo inverso, não mais de recursos públicos - que jamais poderiam adquirir o volume suficiente e não levariam a um desenvolvimento auto-sustentado - mas de investimento privado. Isto pode ter aparecido como interessante aos olhos dos empresários do Centro-Sul, que teriam agora a oportunidade de instalar no Nordeste e na Amazônia, empresas mais modernas, dispondo mais facilmente de recursos naturais, com mão-de-obra mais barata, mais próximo inclusive de certos possíveis países consumidores. Tudo isso muito conveniente para uma orientação para exportações. Bastava que fossem dados, pelo Governo, alguns estímulos que compensassem a necessidade de grandes investimentos inicial, a falta de infraestrutura, etc., já que o capital orienta-se, objetivamente, para onde o lucro é maior, não é, nem pode ser, patriótico ou humanitário. Surgiu então a nova política de incentivos fiscais.

4.3 - Criação dos Incentivos e Reforma do SPVEA

Os incentivos chegaram por etapas, primeiro para o Nordeste e depois para a Amazônia. Aquele já tinha o instrumento adequado à nova política, a SUDENE, com uma estrutura administrativa operante, uma equipe de técnicos competentes e um Plano Diretor, tudo bem diferente da SPVEA - ao menos da de então. A presença da SUDENE pode ter sido, assim, uma das razões para a precedência do Nordeste. Outras podem ter sido: a situação de crise e conflito desta região, constituindo até um perigo potencial para a segurança do País, e, como revelou a preocupação dos Estados Unidos, do Hemisfério, as pressões mais fortes que grupos da região - da Igreja e intelectuais - tinham condições de exercer sobre o poder central, e também o fato de o Nordeste já ter uma certa infraestrutura para implantação de projetos, que a Amazônia não tinha.

A 14 de dezembro de 1961, era aprovada a Lei nº 3.995, cujo artigo 34 facultava às pessoas jurídicas de capital 100% nacional deduzirem de seu imposto de renda até 50% para inversão em projetos industriais que a SUDENE declarasse serem de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. O mesmo benefício foi estendi

do à Amazônia pela Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963. Pouco depois, entretanto, em 27 de junho do mesmo ano, a SUDENE estendia, através da Lei nº 4.239, igual facilidade a todas as pessoas jurídicas, e para inversão tanto em projetos industriais como agrícolas. Finalmente, em 1º de dezembro de 1965 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 18, que em seu artigo 27, estendeu à Amazônia todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação para à Região Nordeste. ³¹

Por outro lado, a SPVEA, instrumento para administrar a aplicação dos incentivos na Região Amazônica, preparava-se para sua nova função. Em junho de 1963, ganhava um novo órgão colegiado paralelo, a Comissão Deliberativa, cujo fim era decidir, com base nos estudos procedidos pelos órgãos técnicos da Superintendência, sobre os processos formados pelas pessoas jurídicas interessadas nos novos benefícios. A partir de 1964, a SPVEA sofreu reformas acentuadas na sua estrutura: aumento do número de técnicos, eliminação de boa parte da burocracia tradicional, independentização com relação a grupos de pressão locais, etc. Todas essas alterações estavam bastante coerentes com a nova direção que a economia nacional tratava de tomar - de integração mais direta ao capitalismo mais moderno, promoção de exportações, etc. - mas se tornaram mais viáveis a nível político, tanto quanto esta nova direção, com o advento do movimento político militar de abril de 1964.

Essas mudanças preparavam o advento, em 1966, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tendo a SUDENE por modelo. O novo órgão, mais bem estruturado, teria como a SUDENE o objetivo de promover o desenvolvimento da região através de estímulos especiais para os que se propõem a ali investir. ³²

Estes elementos de interpretação vistos até aqui, compõem uma visão que é certamente simplista (já que há outros elementos importantes) e não poderia deixar de sê-lo, pela brevidade da exposição. Deixa entrever, porém, que as alterações na política eco

31. Cf. Gal. MÁRIO DE BARROS CAVALCANTI, Da SPVEA à SUDAM, p. 417.

32. EDMAR BACHA e outros, Análise Governamental de Projetos no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 2a.ed., 1972, p. 65.

nômica se fazem dentro das alternativas colocadas pela evolução da economia, e que a escolha desta ou daquela orientação é feita em função dos interesses e decidida na base do poder.

5 - A SUDAM E OS INCENTIVOS: RESULTADOS

5.1 - Desenvolvimento como Tarefa, Incentivos como Instrumento

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, foi criada pela Lei nº 5173 de 27 de outubro de 1966, com a responsabilidade de liderar o processo de desenvolvimento da região.³³ Sua tarefa consiste sobretudo em aprovar projetos privados de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, e criar uma infra-estrutura social e econômica a partir de dotações orçamentárias para facilitar a implantação dos mesmos.

Os principais benefícios fiscais para a Amazônia são:³⁴

- . Dedução de 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas sediadas no País, para financiamento de projetos aprovados pela SUDAM,³⁵

- . Isenção total ou redução de 50% do Imposto de Renda devido, por dez anos, para os empreendimentos instalados ou que venham a se instalar até 31 de dezembro de 1974,

- . Isenção de quaisquer Impostos e Taxas incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à execução de projetos de empreendimentos que se localizem na área de atuação da SUDAM;

- . Benefícios Estaduais e Municipais.

33. Conforme se lê em publicações da própria SUDAM, v.g. I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (Apresentação), A SUDAM na Amazônia, p. 10.

34. A SUDAM revela a Amazônia, publicação da SUDAM, p. 15.

35. Até o fim do ano de 1976, 30% desta dedução devem ser destinadas ao Plano de Integração Nacional (Decreto Lei 1106 de 1970), e 20% ao Proterra (Decreto Lei 1179, de 1971).

Desses incentivos o primeiro se destaca pelo volume de dinheiro que movimenta e pela quantidade de empresas que atinge. Consiste, na verdade, no fornecimento de fundos substanciais dos próprios cofres públicos às empresas privadas³⁶ numa espécie de "socialismo às avessas".³⁷ A pessoa jurídica, geralmente sediada no Centro-Sul, escolhe, dentre os projetos aprovados pela SUDAM, aquele a que quer destinar os 50% do seu imposto de renda, tornando-se assim acionista do novo empreendimento. Este, por sua vez, beneficia-se desta forma de um financiamento que pode alcançar até 75% do seu capital, precisando apenas de 25% de "recursos próprios". Com esse mecanismo a SUDAM já atraiu para a Amazônia um volume de recursos que em termos relativos se tornou mais expressivo do que o correspondente ao Nordeste:³⁸ até 30 de setembro de 1972, aproximadamente 5,5 bilhões de cruzeiros, dos quais 3,5 bilhões de incentivos.³⁹ Cabe agora ver os resultados para a região em termos de desenvolvimento.

5.2 - A SUDAM e o Setor de Serviços Básicos

A Tabela 1 apresenta uma sinopse dos resultados da aplicação da nova política econômica na Amazônia, de 1965 a 1972. Os recursos são aplicados em três setores: Serviços Básicos, Agropecuária e Indústria. Com o risco de nos repetirmos um pouco, vamos examinar certos itens em cada um dos setores, fazendo algumas comparações e referências a outros quadros, no sentido de ver o seu significado para o desenvolvimento da região.

O setor de serviços básicos é o de menor peso. Nele o in-

36. Cf. ZENO SANTIAGO, "A Arrancada Econômica do Brasil: Custos Sociais e Instrumentalidade", in DADOS, publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1972.

37. RUBENS COSTA, diretor do Banco do Nordeste, citado por OSNY DUARTE PEREIRA, A Transamazônica Prós e Contras, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 295.

38. Cf. EDMAR LISBOA BACHA e outros, Análise Governamental de Projetos no Brasil, 2a. edição, IPEA/INPES, 1972, p. 66.

39. Cf. Isto é a Amazônia, publicação da SUDAM, p. 14.

vestimento total foi consideravelmente menor do que nos outros dois, e a percentagem de recursos provindos dos incentivos ainda mais reduzida. Os serviços compreendidos são: energia elétrica, transportes, turismo e educação. Os 17 projetos aprovados certamente não contribuíram muito para mudar a pobre infraestrutura da região. Concentram-se sobretudo nas áreas em torno a Manaus e Belém. O número de empregos diretamente criados quando da implantação definitiva desses projetos é quase insignificante para um período de oito anos: 2879. O investimento médio por emprego direto, o "preço do emprego", foi, em 1972, da ordem de Cr\$900.000,00, como podemos deduzir pela Tabela 2 (Cr\$685.472.525,00 - 747), o que é absurdamente elevado. Em país desenvolvido, um emprego está custando de 4000 a 500 dólares (24.000 a 30.000 cruzeiros, aproximadamente); na indústria química, por causa da alta sofisticação, chega a custar 7000 dólares, na SUDENE, "em virtude de graves distorções" sai por 9000 dólares.⁴⁰ Devemos ter esses dados em mente ao examinarmos os setores seguintes.

5.3 - A SUDAM e a Agropecuária

No que diz respeito a este setor, os resultados vêm sendo interpretados por muitos como um notável sucesso da política de incentivos.⁴¹ Os 307 projetos aprovados até setembro de 1972, traçam para a região amazônica cerca de 5 milhões de cabeças de gado.⁴² E a SUDAM calcula que a Amazônia estará, dentro em pouco capacitada a exportar carnes para os principais mercados internacionais.⁴³

Pela Tabela 1, vemos que o número de projetos foi muito maior, e o investimento total praticamente o mesmo, que na indústria. O volume de recursos provenientes dos incentivos também foi sensivelmente maior - aproximadamente 73% do investimento total - o que mostra como este setor vem sendo privilegiado. Sobretudo

40. Cf. JOÃO PINHEIRO NETO, Última Hora, 2.8.70. Citado por OSNY DUARTE PEREIRA, A Transamazônica Prós e Contras, p.295.

41. Cf. BACHA, op. cit., p. 67.

42. Cf. MILTON CÂMARA SENNA, A SUDAM na Amazônia, Belém, SUDAM, 1972, p. 29.

43. Ibid.

a partir de 1968, quando a percentagem de recursos liberados para a agropecuária começa a aumentar, em detrimento da indústria (Tabela 3). A pecuária passa a ser assim, a nova grande vocação da Amazônia. Vejamos algumas implicações.

O investimento médio por emprego na pecuária é altíssimo. Com praticamente o mesmo investimento total da indústria, o número de empregos oferecidos é bem inferior à metade (Tabela 1). O custo do emprego em 1972 foi de aproximadamente Cr\$318.000,00 (Tabela 2). Por outro lado, examinando-se a área ocupada pelos 318 projetos, verifica-se que são necessários quase 500 hectares para cada emprego. Esta área de 7,2 milhões de hectares equivale a mais que o dobro do território da Holanda, onde vivem e trabalham mais de 12 milhões de pessoas.

Ainda sobre emprego, vale a pena ressaltar que os poucos oferecidos são geralmente preenchidos por pessoas vindas do Centro-Sul, já que os empresários se queixam da falta de qualificação da mão-de-obra da região.⁴⁴

No que diz respeito à localização, a maior parte dos projetos está no Mato Grosso e, aí, quase todos concentrados no município de Barra do Graças.⁴⁵ Constituem, portanto, um avanço natural da frente pecuarista, o que põe em dúvida a validade do recurso aos incentivos (Ver mapa). A localização das fazendas garante fácil acesso ao melhor mercado do país, no Centro-Sul, e à exportação. Também os grupos proprietários são quase sempre do Centro-Sul ou estrangeiros, notando-se uma certa tendência à transferência de propriedade daqueles para estes. As possibilidades são muitas,⁴⁶ legais e ilegais, para a aquisição de grandes extensões de terra. E é grande a concentração de propriedade. Os projetos têm uma média de 22.600 hectares, sendo as fazendas ainda maiores e muitas vezes, várias pertencentes a um mesmo grupo.⁴⁷

44. Cf. PEREIRA, op. cit., p. 257.

45. Cf. "Guia de Incentivos Fiscais", Veja/Exame, 1973, p. 28.

46. Cf. J.M.C.KLEINPENNING, Operação Amazônia /2, Intermediária, 8 de setembro de 1972, Amsterdam, p. 33.

47. PEDRO CASALDÁLIGA, Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, p. 12.

À expansão da pecuária na Amazônia estão ligados os problemas da destruição da floresta e do solo, da exploração em modo de quase-escravidão de mão-de-obra sobretudo nordestina para o desmatamento, e da grilagem e expulsão de posseiros, que têm sido divulgados de vez em quando pela imprensa.

5.4 - A SUDAM e a Industrialização

O sistema de isenções e incentivos fiscais é responsável pela existência de um parque industrial na Amazônia e pela direção que este tomou. Os investimentos neste setor tiveram, no período 65-72, praticamente o mesmo volume daqueles na pecuária (Tabela 1). Os recursos provenientes dos incentivos, porém, representam uma parte menor: cerca de 66%. Além disso, o setor perde rapidamente terreno para a pecuária no que diz respeito à percentagem do total de recursos liberados que lhe cabe. Isto parece ter um resultado negativo para o desenvolvimento da região, desde quando, praticamente com o mesmo investimento total, os projetos industriais deverão ocupar, quando de sua implantação definitiva, bem mais do dobro de pessoas: 34.425. Contudo, o investimento médio por emprego é ainda altíssimo: quase Cr\$ 180.000,00 em 1972 (Tabela 2). E, aqui como na pecuária, parte dessa mão-de-obra, que deve ser qualificada, vem do Centro-Sul. Em 1968, as 222 empresas instaladas no Centro Industrial da Zona Franca de Manaus ocupavam 6.566 pessoas, quando havia mais ou menos cem mil em busca de emprego, e em Belém a situação é basicamente a mesma.⁴⁸ É nessas duas áreas que se concentram os investimentos industriais (ver mapa), ficando o resto da Região Amazônica com muito pouco.

Entre as indústrias, algumas são voltadas para o reduzidíssimo mercado interno da região. Pertencentes às vezes a débeis grupos locais. Os projetos de maior êxito, entretanto, são grandes indústrias que utilizam matéria prima regional e visam abastecer o mercado externo. Estas são sempre pertencentes a fortes grupos estrangeiros. É o caso da Mineração Amazonas S.A. (U.S. Steel), Mineração Rio do Norte S.A. (Alcan), Jari (National Bolks Carriers), Companhia Amazônia de Laminados (Georgia Pacific), Icomi (Bethlehem Steel), etc. Esta integração ao capitalismo dos países

48. Cf. KLEINPENNING, op. cit., p. 31.

centrais, de um lado pela penetração do capital estrangeiro e de outro pela orientação para o mercado externo, apresenta consequências negativas que são basicamente as mesmas em todo o território nacional, mas que na Amazônia, pelo seu grande atraso, resultam mais graves. Representa remessa de lucros para fora do País, dependência tecnológica, pagamento de royalties pelo uso de processos cujas patentes são estrangeiras, pouca absorção de mão-de-obra, uma sofisticação do consumo que não corresponde ao desenvolvimento do País, e várias outras consequências negativas.⁴⁹ A orientação para o mercado externo significa que será o perfil da demanda nos países desenvolvidos importadores, o crescimento da renda de sua população que ditará quantitativa e qualitativamente a produção dessas empresas aqui instaladas.⁵⁰ Não há, portanto, como conceber aquela integração como interdependência; trata-se de novas formas de dependência.⁵¹

6 - SUDAM: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Os projetos aprovados em oito anos - de 1965 a 1972 - devem oferecer, definitivamente implantados, um total de 53.112 empregos diretos fixos; o que é muito pouco. Incluir neste cômputo os empregos indiretos não melhora muito o quadro. O primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, elaborado pela SUDAM, previa a criação de 683.100 empregos em cinco anos - de 1967 a 1971 - para "a absorção gradual do subemprego característico das regiões subdesenvolvidas".⁵² Que dizer da permanência ou, pior ainda, crescimento do desemprego e do subemprego numa região que tem menos de um habitante por quilômetro quadrado e que está destinada a receber o propalado excesso populacional do Nordeste?

49. Ver, por exemplo:

M.S.WIONZZEK, "Hacia el establecimiento de un trato común para la inversión extranjera en el Mercado Común Andino", El Trimestre Económico, abril-junho, 1971, pp. 659-702.

50. Cf. F. PERROUX, L'Économie du XXèle siècle, Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

51. Cf. C. FURTADO, Análise do "modelo" Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

52. 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento - 1967-1971, Belém, SUDAM, 1967, p. 71.

O mais grave, porém, é que isso aconteça apesar do considerável volume de recursos que tem sido investido na região. Estes investimentos, atraídos pelos incentivos do governo, têm gerado empresas que buscam utilizar um mínimo de mão-de-obra e o máximo de capital, o que não deve surpreender, desde quando os próprios incentivos reduzem generosamente o custo do capital. Tal fato, num país muito pobre de capital e muito rico de mão-de-obra ociosa, aparece como um contra-senso.

Tudo isso faz supor que, do processo de modernização por que passa a Amazônia, está resultando uma acentuada concentração - da renda, da propriedade, do "desenvolvimento", enfim - concentração esta que se manifesta também em termos geográficos. Das cinco áreas prioritárias da SUDAM (27% da superfície da Amazônia Legal, distribuídos pelos estados de Amazonas, Pará, Acre, e territórios de Amapá e Roraima), as três últimas ficaram até agora quase esquecidas, sendo que até princípios de 1973, não havia ainda sido aprovado um projeto sequer para a área prioritária situada em Roraima.⁵³ Ali onde os investimentos se concentrarem, alguns setores da população se integrarão mais ou menos ao processo de "desenvolvimento". Enquanto isso, setores muito mais amplos serão mais marginalizados ainda pela desintegração da economia tradicional, o que vemos na expulsão de posseiros e no fechamento ou transferência de propriedade de indústrias tradicionais.

O trabalho da SUDAM, no que diz respeito à escolha dos projetos para a região,⁵⁴ é apenas tentar atrair o maior volume possível de investimentos, quaisquer que sejam as formas que estes tomem.⁵⁵ O índice de rejeição de projetos, sejam industriais sejam agropecuários, é mínimo.⁵⁶ A avaliação do projeto é feita

53. O então Ministro do Trabalho, JARBAS PASSARINHO, em depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquéritos (1970) que apurou a desnacionalização da economia brasileira, declarava: "No estuário do Amazonas - só para citar dois casos - tínhamos indústrias tradicionais em Portela e na cidade de Breves. Hoje essas indústrias são norte-americanas. Foram vendidas a crédito" (Cf. PEIREIRA, op. cit., p. 66).

54. Cf. Guia de Incentivos Fiscais, São Paulo, Editora Abril, 1973, p.29.

55. Cf. BACHA, op. cit., p. 67.

56. Cf. Ibid., p. 68.

por uma equipe (advogado, engenheiro e economista) que analisa su- mariamente aspetos jurídicos, técnicos e econômicos do empreendi-
mento.⁵⁷ No que diz respeito aos aspetos econômicos, a SUDAM tra-
ta apenas de ver, a partir do estudo de mercado constante do pró-
prio projeto apresentado, se ele é exequível, em outras palavras,
se dá lucro.⁵⁸ O próprio Superintendente do Desenvolvimento da
Amazônia, Coronel CÂMARA SENA, afirma que a SUDAM, quando aprova
um projeto, não leva em conta quantos empregos estão sendo gera-
dos.⁵⁹ Os resultados que vimos até agora se explicariam então
pela não-coincidência, ou mesmo oposição, entre a restabilidade
dos grandes empreendimentos privados e o seu mérito social. Por
outro lado, o acompanhamento da implantação do projeto é imperfei-
to, particularmente quando se trata de empreendimento localizado
fora da sede do órgão (Belém), por força das grandes distâncias
a percorrer e do reduzido número de técnicos disponíveis.⁶⁰ No
que toca às empresas de agropecuária, os administradores são avi-
sados da data da visita dos fiscais, que utilizam aviões das pró-
prias empresas como meio de transporte.

O fato é que, ao lado de falhas fundamentais que são mais
próprias do sistema mesmo, a SUDAM, apesar das suas pretensões o-
riginais de eficiência e racionalidade, apresenta também falhas
em terreno de responsabilidade mais estritamente sua. Em agosto
de 1972, quando o Presidente da República demitiu o General ER-
NESTO BANDEIRA COELHO, Superintendente do órgão por cinco anos, a
SUDAM foi qualificada de "morosa, sem imaginação e desligada dos
planos de desenvolvimento nacional"; qualificações que partiam da
própria equipe de assessores especiais do Presidente.⁶¹ A análi-
se de um projeto pelo órgão tem chegado a demorar até dois anos
na intrincada rede de departamentos.⁶² Além disso, aprovam-se

57. Cf. ibid.

58. Cf. ibid.

59. Cf. Guia de Incentivos Fiscais, 1973, p. 28.

60. Cf. BACHA, op. cit., p. 68.

61. Cf. Guia de Incentivos Fiscais, 1973, p. 27.

62. Cf. Guia de Incentivos Fiscais, 1972, pp. 40 e 44.

projetos independentes que se destinam, em última análise, a atender o mesmo mercado.⁶³ Em 1970 a SUDAM chegou a aprovar um projeto de ampliação de um cortume de jacarés, orçado em 4,8 milhões de cruzeiros, que previa a extinção de mais de 100.000 jacarés por ano, quando desde 1967 havia lei proibindo a matança profissional de animais selvagens.⁶⁴ Também danoso é certamente o abuso dos escritórios particulares a quem os empreendedores entregam a tarefa de captar os recursos dos incentivos para aplicação no seu projeto. Estes escritórios de captação desviam, para intermediários, recursos que deveriam ser aplicados no desenvolvimento da região; os agentes captadores - ex-vendedores, militares reformados - exigem comissões de até 30%.⁶⁵

As distorções mais graves, entretanto, continuam a ser aquelas mais própria do "modelo de desenvolvimento" proposto - ou imposto - para a Amazônia, e delas podemos quase dizer que serão tanto mais graves quando mais "eficiente" e "racional" for o órgão. Embora a avaliação apresentada, mesmo fundamentada em dados oficiais, possa parecer excessivamente sombria, é implicitamente confirmada por perspectivas assinaladas para a região por quem tem razões para demonstrar mais otimismo. Um grupo de estagiários da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) já em 1970, num ciclo de conferências, concluía:

"Em 1980, teremos na Amazônia a probabilidade de uma produção total de 15 bilhões de cruzeiros acumulados, ou a média de 1,5 bilhões por ano. Isso significa que aquela região poderá alcançar a renda per capita de cerca de 300 dólares, o equivalente à atual renda média do Brasil em 1970. Mas a distribuição dessa renda, em termos sociais, será muito má, pois o desenvolvimento econômico alcançado estará concentrado apenas em 25% do aumento provável da população (330.000 novos empregos), correspondentes a 7% da população prevista para 1980 naquela área, ou seja, um total de 5 milhões de habitantes".⁶⁶

63. Cf. ibid.

64. Cf. ibid., p. 12.

65. Cf. ibid., p. 3.

66. Estado de São Paulo, 15 de outubro de 1970.

E apontava como saída

"para o problema social (da má distribuição da renda)(...) uma orientação da SUDAM com maior destaque para investimentos no setor industrial do que no setor agrícola, pois aquele cria muito mais número de empregos que este, além de fixar o homem, que assim será um colonizador efetivo". ⁶⁷

Ora, a experiência da SUDENE no Nordeste não leva a crer que esta seja uma solução verdadeira, uma saída do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. O relatório final do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, embrião da SUDENE, publicado em janeiro de 1959, já prevenia que, contar com "essa industrialização para dar emprego às grandes massas excedentes da região semi-árida seria desconhecer a natureza real do problema e sua amplitude", ela poderia apenas "absorver os excedentes urbanos". Mesmo esta previsão, porém, se revelou depois demasiado otimista. O tipo de industrialização dependente (com relação ao Centro-Sul e ao exterior) que se implantou foi insuficiente para absorver mesmo os excedentes urbanos, embora, no Nordeste, os investimentos na indústria tenham sido várias vezes superiores aos investimentos na agropecuária. Curiosamente, o governo propõe agora, passados mais de dez anos, que a agricultura seja a saída para o Nordeste, já que a indústria não o é. ⁶⁸

Como esperar então que um aumento nos investimentos no setor industrial resolva o problema na Amazônia? Aí, onde o mercado interno é ainda menor, a tendência é prevalecerem, mais do que no Nordeste, grandes empresas voltadas para a exportação, estrangeiras certamente, com um investimento por emprego, como vimos, ainda mais alto que na área da SUDENE. Dado que a Amazônia é bem mais atrasada que o Nordeste, esta industrialização dependente deve revelar ainda menor efeito integrador, tendo a região apenas como base de produção - com as vantagens de grandes reservas naturais,

67. Ibid.

68. O ministro REIS VELOSO advertia em 1970 que, para o Nordeste alcançar o crescimento devido, seria necessário um esquema baseado numa forte estrutura agrícola, já que a industrialização somente se revelara incapaz de proporcionar o índice de crescimento desejado (Jornal do Brasil, 26.6.70).

No ano seguinte, era instituído o PROTERRA, com o objetivo, entre outros, de fomentar a agroindústria nas áreas da SUDENE e SUDAM.

mão-de-obra barata e estabilidade política - para fabricar artigos que serão exportados para os Estados Unidos, Europe e ainda América Latina e o próprio Centro-Sul do País. ⁶⁹

Por outro lado, não é provável que uma orientação para a industrialização prevaleça na Amazônia. Vimos que a tendência, até onde nos deixam ver os dados disponíveis, tem sido para predomínio da pecuária, considerada a verdadeira vocação da região. Os preços de produtos agropecuários estão agora em alta no mercado internacional, principalmente a carne pois as populações dos países desenvolvidos, dado o grande crescimento de sua renda, tendem a consumir mais proteínas, especialmente de origem animal. Nos países industrializados já começa a faltar área e mão-de-obra barata para a produção desses gêneros a preços baixos e eles estariam até dispostos - para transformar um fator de inflação numa fonte de lucro - a investir em potenciais produtores do Terceiro Mundo. O Brasil deveria então, já dizem vozes oficiais e semi-oficiais, assumir o papel, para o qual está "quase condicionado historicamente", de supridor dos países ricos em produtos agropecuários. ⁷⁰ A Amazônia, sobretudo, deveria responder pelo cumprimento deste "destino manifesto".

Perpetuando a dependência em suas diversas formas e a correspondente concentração econômica, nenhuma das duas orientações

69. "Tanto o Brasil como o México são excelentes bases de produção onde os grupos japoneses podem fabricar artigos e enviá-los aos Estados Unidos, Europe, e Ásia, e ainda à própria América Latina. O Brasil sobretudo oferece incentivos muito atraentes. Sem mencionar seu grande território e a quantidade de reservas naturais, o país é politicamente estável, e a sua política econômica muito dinâmica". São declarações de funcionário do Ministério de Comércio Internacional e Indústrias do Japão, publicadas na Tribuna da Bahia, de 7 de julho de 1973.

70. Em julho do corrente ano de 1973, o ministro PRATINI DE MORAES anunciou, na Bélgica, que o Brasil se transformará, dentro de sete anos, numa potência fornecedora de produtos agrícolas e matérias primas. Tal anúncio provocou polêmica entre os técnicos oficiais sobre a prioridade a ser dada na aplicação dos recursos nos próximos anos: agricultura ou indústria. Ao mesmo tempo, o economista JULIAN CHOCEL, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas afirmava que o Brasil, "de certa forma", estava quase condicionado historicamente a ter que assumir o papel de supridor dos países ricos em produtos agropecuários (Tribuna da Bahia, 22.7.1973).

- que não se opõem a ponto de merecerem o nome de alternativas - conduz ao desenvolvimento verdadeiro, definitivo segundo critérios mais globais e qualitativos, segundo um ponto de vista das classes populares. O conseqüente crescimento do produto interno bruto da região pode bafejar estas classes - como migalhas caindo de uma mesa farta - através do aumento de um mercado para pequenos serviços e negócios, artesanato, etc., principalmente em centros urbanos maiores, permitindo certa frequência ao futebol e participação no carnaval. A penetração do grande capital significará, porém, a marginalização da imensa maioria da população, marginalização esta que um estado assistencialista tentará minorar - no sentido da preservação do sistema - com projetos-impacto e programas de colonização de alcance restrito.

7 - CONCLUSÃO

A SUDAM foi criada com o objetivo declarado de desenvolver a Amazônia. Contando sobretudo com os incentivos, deveria contribuir para o nivelamento daquela região ao resto do País, melhor dizendo, ao Centro-Sul, a região mais "adiantada", que, diga-se de passagem, é também subdesenvolvida. Ao criar os incentivos para a Amazônia, o Governo Federal estava, nas palavras do primeiro Superintendente da SUDAM, "seguindo o exemplo da Itália e apoiado na profícua experiência levada a cabo no Nordeste"⁷¹ na promoção de região subdesenvolvida. A "Cassa del Mezzogiorno" (que deveria desenvolver o Sul da Itália) e a SUDENE ("a profícua experiência levada a cabo no Nordeste") têm agora 23 e 14 anos respectivamente. Nenhuma das duas conseguiu o almejado desenvolvimento das respectivas áreas de atuação, e tampouco há indícios de que essas áreas marcham para um nivelamento com relação às regiões mais desenvolvidas dos respectivos países,⁷² o que reforça a conclusão de que, com a SUDAM, uma solução para a Amazônia não é possível, nem a curto nem a longo prazo; não cabendo aqui a ponderação de que "algo foi feito", ou de que "poderia estar pior".

71. CAVALCANTI, op. cit., p. 417.

72. Cr. DOMINGOS CUNICO, "A Cassa del Mezzogiorno e a SUDENE", e DOMENICO PIZZUTI, "Cassa per il Mezzogiorno: Nota bibliográfica", in Cadernos do CEAS, n.ºs. 14 e 15, respectivamente.

A solução do problema da Região Amazônica (ã semelhança do que tem sido apontado para os outros dois casos) implica em uma outra escolha, de natureza política (e não de natureza técnica, como alguns ingenuamente poderiam pensar); que põe em questão os próprios critérios de definição de desenvolvimento e o sistema político-econômico nacional como um todo. O sistema tem os seus próprios critérios, mais quantitativos, que assimilam desenvolvimento a crescimento do Produto Bruto, o que permite declarações do tipo "a economia vai bem mas o povo vai mal". Segundo seus próprios critérios, esquecidas as fanfarras de que a "meta é o homem", o sistema pode ir bem - mesmo quando o povo vai mal. Tal é certamente o conceito de desenvolvimento da minoria que vai bem quando o sistema vai bem, justamente aquela que detém o poder de decisão, e que trata de defender este desenvolvimento como o único desejável ou, pelo menos, possível.

O povo, ou quem tome o seu ponto de vista, terá certamente outro conceito de desenvolvimento. Do ponto de vista do povo brasileiro, o esforço de produção deve naturalmente ser primeiro dirigido para satisfazer as suas necessidades, e deve permitir a participação de todos, isto é, o pleno emprego de toda a população. Esta orientação, que implica igualmente numa reformulação do vínculo atual da economia nacional com os países centrais, só poderá então prevalecer na medida em que o povo desenvolva formas de participação ativa no processo de decisão. Cabe portanto favorecer iniciativas neste sentido, entre as quais os "trabalhos de base" a nível local que não se confundam com formas de amenização, controle ou manipulação.

TABELA 1

2-30

SUDAM - PROJETOS APROVADOS - 1965/1972 *

Discriminação	Número de projetos	Investimento Total (em Cr\$1,00)	Incentivos (em Cr\$1,00)		Previsão de Empregos			Total
			Comprometido	Liberado	Agrop.	Indust.	Serv. básicos	
1. SETORIAL								
1.1 - Agropecuário	318**	2.445.842.560	1.798.306.563	632.391.414	14.815			14.815
1.2 - Indústria	167	2.449.812.277	1.547.993.706	513.442.301		35.425		35.425
1.3 - Serv. Básico	17	1.406.987.381	376.331.633	115.267.784			2.879	2.879
	502	6.302.642.218	3.749.631.902	1.261.101.499	14.815	35.425	2.879	53.119
2. REGIONAL								
2.1 - Acre	2	28.487.023	15.411.687	13.164.753	-	97	119	216
2.2 - Amapá	6	333.144.865	188.516.164	69.462.558	-	1.405	79	1.484
2.3 - Amazonas	51	1.426.320.687	580.052.899	138.712.044	436	9.591	1.221	11.248
2.4 - Goiás	32	204.370.757	146.767.900	61.277.579	1.043	830	-	1.873
2.5 - Maranhão	30	304.507.383	192.992.848	71.360.376	139	3.076	235	3.450
2.6 - Mato Grosso	193	1.798.457.142	1.302.346.758	469.984.392	9.622	1.422	686	11.730
2.7 - Pará	181	2.162.284.483	1.294.936.743	434.642.802	3.515	18.344	492	22.351
2.8 - Rondonia	7	45.069.878	28.606.903	2.496.995	60	660	47	767
2.9 - Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-

* Este período inclui a última fase do SPVEA

** Estes 318 projetos ocupam 7,2 milhões de hectares

FONTE: A Província do Pará, 18/1/73; e Guia de Incentivos Fiscais, São Paulo, Editora Abril, 1973.

TABELA 2
SUDAM - P R O J E T O S A P R O V A D O S - 1972

2-31

Setor	Nº de Projetos	Investimento Total Incentivos Comprometidos Incentivos Liberados (em cruzeiros)	Previsão de Empregos	Cust. do empreg.
Agropecuária	(618 mil cabeças) 57 (673 mil ha)	Inv. Tot. 559.614.903,00 Inc. Comp. 406.773.955,00 Inc. Lib. 180.031.630,00	1.760	Cr\$ 318 mil
Indústria	23	Inv. Tot. 712.868.526,00 Inc. Comp. 419.052.801,00 Inc. Lib. 117.222.362,00	4.107	Cr\$ 180 mil
Serviços Básicos	6	Inv. Tot. 685.472.525,00 Inc. Comp. 64.101.127,00 Inc. Lib. 27.774.376,00	747	Cr\$ 910 mil
Totais	86	Inv. Totl. 1.957.955.954,00 Inc. Comp. 889.927.883,00 Inc. Lib. 325.028.368,00	6.614	

FONTE: A Província do Pará, 18/1/73, 1ª cad., p. 6.

TABELA 3
SUDAM - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS LIBERADOS

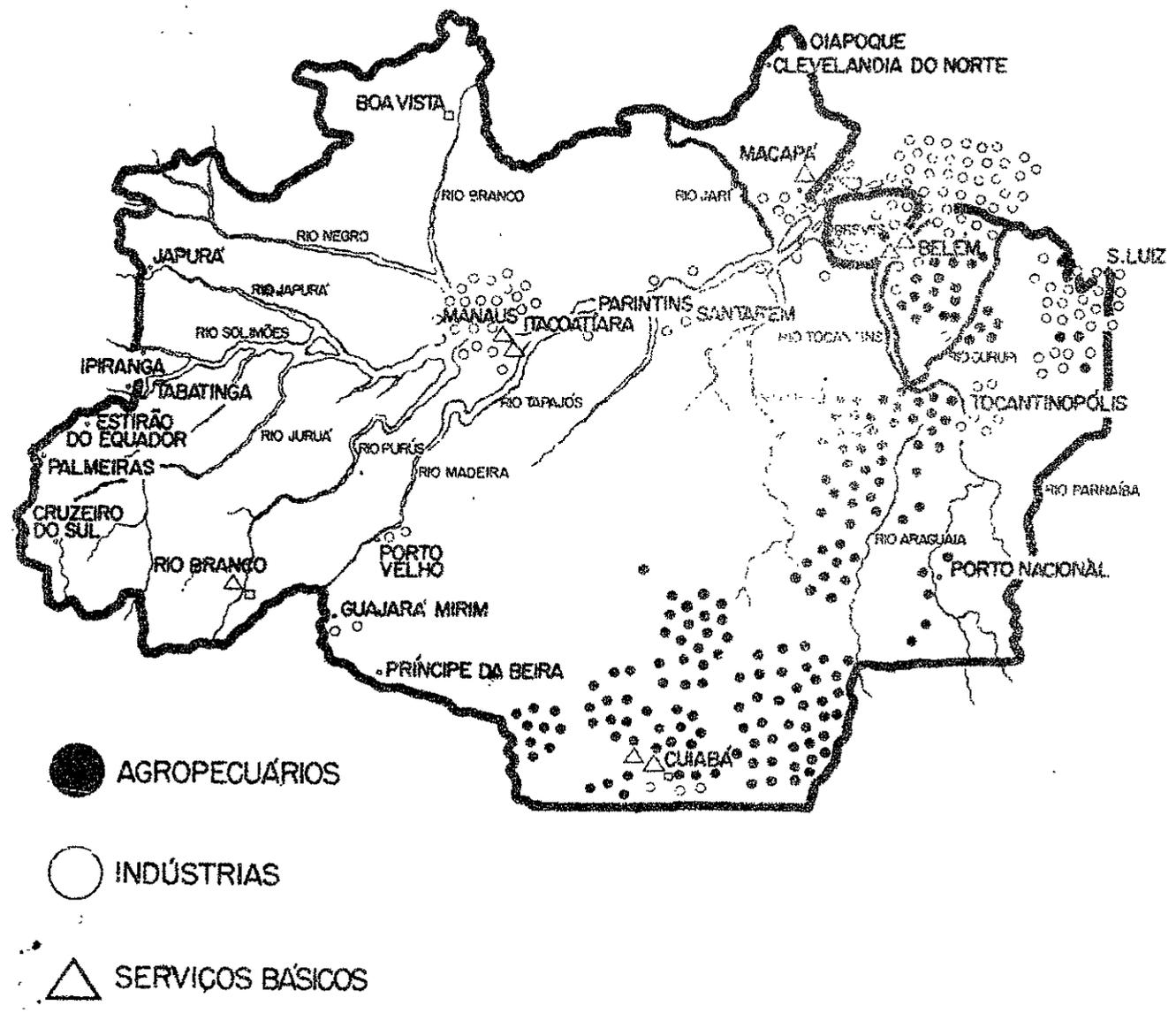
2-32

Ano	Total (Cr\$ 1.000.000)	Total (Cr\$ 1.000.000 de 1969)	Setor agropecuário (%)	Setor industrial (%)	Serviços Básicos (%)
1967	30,7	58,9	26	73	1
1968	80,3	119,7	39	45	16
1969	148,9	183,1	51	45	4
1970 *	202,0	181,8	53	38	19

FORTE: BACHA, op. cit., p. 67

* - Dados até agosto de 1970.

PROJETOS APROVADOS



CAPÍTULO 3

"AVIAMENTO": UMA RELAÇÃO SOCIAL BÁSICA NA AMAZÔNIA

Esquema do Capítulo

- 1 - O AVIAMENTO: CADEIA DA EXPLORAÇÃO
 - 1.1 - A Exploração Comercial do Produtor pelo Aviador
 - 1.2 - O Aviamento como Relação de Produção

- 2 - E A MODERNIZAÇÃO CHEGOU A AMAZÔNIA
 - 2.1 - Casamento dos Bancos com o Aviamento
 - 2.2 - Também as Estradas Conduzem ao Aviamento
 - 2.3 - Interiorização, não do Desenvolvimento, senão do Capitalismo

AVIAMENTO: UMA RELAÇÃO SOCIAL BÁSICA NA AMAZÔNIA

Queremos dar, neste capítulo, uma visão do principal laço e econômico que atravessando-as opõe e une entre si as várias classes e subclasses sociais em que se situa a população da Amazônia, ligada ao extrativismo desde o grande banqueiro de Belém ou Manaus até o seringueiro do mato. Tal laço econômico é o aviamento: mecanismo importante e, simultaneamente, óleo do sistema anacrônico de exploração entre classes.

Como poderíamos começar a distinguir tais classes?

a partir de dois extremos que polarizam uma enorme corrente intermediária: o extremo urbano e o extremo interior.

1) Belém e Manaus, como grandes centros urbanos de toda a Amazônia, concentram aproximadamente a metade da população dos respectivos Estados (Pará e Amazonas).

Tal concentração de população, porém, se deve a que tais capitais,

- concentram a maior parte das riquezas: grandes comerciantes (exportadores e importadores), grandes banqueiros financiando grandes investidores, os principais industriais da região, uma pequena minoria que, porém, se vincula, através do pessoal "técnico", tanto com o Sul do país como com o exterior;
- concentram a maior parte do poder: órgãos federais e estaduais do governo, instrumentos de informação e opinião.

É em torno a essa mesa abastada que Belém e Manaus "incham": atrai, a população do interior sem ter emprego, habitação, higiene, para oferecer-lhe.

2) O "interior", revestindo as mais variadas formas, é quase sempre uma família ou um pequeno grupo de famílias "isoladas". A beira do rio e no meio da floresta, esta população "base" da Amazônia produz a riqueza que navegará depois para as capitais: reco

lhe a castanha e a borracha, pesca, planta alguns produtos de subsistência. Mora em casa de um ou dois cômodos, de folhas de palmeira. As notícias, os amigos e o mundo lhe chegam através do "barracão" do "aviador".

1 - O AVIAMENTO: CADEIA DA EXPLORAÇÃO

'Aviamento' é uma palavra nascida na Amazônia. Significa o ferto de mercadorias a crédito, no estilo generalizado do 'barracão'. Na imensa distância que separa as capitais ou grandes cidades dos pequenos núcleos ou famílias do interior, o aviamento constitui uma relação social básica entre dois grupos:

- os aviadores
- os aviados

Tal relação se origina no nível econômico segundo o seguinte esquema:

<u>Aviadores</u>	<u>Aviados</u>
- Fornecem aos aviados: . bens de consumo . instrumentos de trabalho	- Pagam ao aviador com produtos agrícolas ou extrativos
- Pagam em dinheiro ao aviado 'se' este tiver saldo credor	- Fica debitado até a próxima safra se o próprio saldo for devedor
- <u>Vinculam-se</u> entre si numa hierarquia ininterrupta	- Ficam <u>isolados entre si</u> e ligados apenas ao aviador imediato, trocando com ele:
- do pequeno aviador local	
- até o grande aviador da capital	
- fazendo	
. subir os produtos agrícolas e de extração	. os próprios produtos
. descer bens de consumo e de produção (além de algum dinheiro)	. pelos bens de subsistência própria e do próprio trabalho.

Querendo representar esses dois grupos sociais em grã-

fico, teríamos os aviados numa grande plataforma: é o conjunto dos produtores que aí descarrega o fruto do próprio trabalho; e os aviadores nos degraus (desiguais mas unidos) numa escada que carrega:

- para cima, os produtos do agricultor e extrativista,
- para baixo, o alimento desses mesmos trabalhadores, os instrumentos de trabalho e sempre menores quantias de dinheiro que conseguem filtrar-se. (Ver gráfico na página seguinte).

Os atacadistas e varejistas - no interior - são, além de aviadores, aviados em menor ou maior grau. Só os produtores são exclusivamente aviados: dependem sem ter, por sua vez, dependentes.

Depender é ser explorado: no caso dos produtores - aviados, trata-se de uma dupla exploração que é, simultaneamente, comercial e de produção.

1. 1 - A Exploração Comercial do Produtor pelo Aviador

Uma análise superficial da relação que o aviamento estabelece entre aviador e aviado faz deles, mutuamente, comprador e vendedor, em espécie: ou seja, sem aparente interferência de dinheiro. Ora, é já muito sintomático que o dinheiro esteja presente como medida das mercadorias trocadas. Uma medida elástica: um quilograma de farinha e um hectolitro de castanha-do-Pará tem preços diferentes, segundo se trate de:

- uma grande firma aviadora de Belém
- um caboclo perdido na mata.

É o 'milagre' operado na subida e descida da escada hierárquica do aviamento: A castanha encarece subindo, deixando o seu máximo valor nas mãos dos importadores estrangeiros ou dos exportadores 'nacionais'. A farinha, ao contrário, encarece descendo, custando mais ao trabalhador rural. Este, evidentemente, perde sempre, como comprador de farinha e como vendedor de castanha.

Vejamos isto em números, no caso de um barracão de aviamen

A escada sócio-econômica: do produtor aviado ao aviador

Importadores: estrangeiros

e/ou no Centro-Sul

Exportadores em:

Pro

G
R De
A N maio
D res
V E res
S e
I M
A E meno
D I res
O S quan
R P tias
E Q de
S U lho
E di-
N nhei
S ro

Instru
mentos
de
traba-

Bens
de
sub-
sis-
tên-
cia

Belém
Manáus etc.

Atacadistas, no interior:

médias cidades
pequenas cidades

Varejistas locais

PRO -
DUTO -
RES

to local, situado a três dias de viagem de uma cidade de interior, Marabá, no sul do Pará.

a) A castanha desvalorizada para o castanheiro

Tomamos como unidade um hectólitro de castanha da safra de 1969.

Preço cobrado pelo aviador-atacadista em Belém ... 55,00 Crs.
Preço cobrado pelo castanheiro na mata 5,00 Crs.

A diferença, de 50,00 Crs. divide-se em duas partes iguais:

- 25,00 Crs. são despesas do aviador ou aviadores intermediários com fretes, armazenagens, impostos e, mesmo, serviços de manutenção do castanhal, cujo 'dono' costuma ser qualquer dos aviadores.
- 25,00 Crs. é lucro do aviador.

Isto significa que o produtor-aviado 'dá de mão beijada' ao aviador 5 hectólitros por cada um vendido. Ou também que o aviador os rouba.

É preciso que se diga que esse dono de castanhal é um dos mais racionalizados e, ao mesmo tempo, dos que menos auferem lucro nas vendas do 'barracão', segundo o consenso geral. Chegou a ter 120 homens trabalhando para ele durante a safra como apanhadores de castanha, e mais 40 no transporte, como fiscais, etc. Coloca-se logo abaixo das principais empresas extrativistas. Pode ter tido um lucro aproximadamente de Cr\$500.000,00 com cerca de 20.000 hectólitros colhidos. Boa parte desse lucro deverá ter sido investido na pecuária...¹

Quer dizer, estamos na fase do extrativismo racionalizado, moderno, longe (?) do 'aventureirismo' da época da borracha.

1. OTÁVIO GUILHERME VELHO, Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, pp. 84-85.

b) A mercadoria de subsistência encarecida para o castanheiro

Mas o produtor é roubado também quando compra. Comparamos a continuação os preços pagos pelo produtor na mata e os pagos pelo aviador em Marabá. Acrescentamos a estes últimos uns 45%, como despesas de transporte, administração, salários pagos pelo dono do barracão. Resta uma percentagem de lucro superior ainda à obtida na venda da castanha.

<u>Mercadoria</u>	<u>P r e ç o s</u>		<u>L u c r o (%)</u> (descontando 45% de despesas)
	Em Marabá	Na mata	
Fumo	3,00	15,00	355
Farinha	7,00	16,00	83
Cartucho	12,00	25,00	63
Sabão	0,40	2,50	480
Sal	0,30	1,00	188
Açúcar	0,80	3,00	230
Querosene	0,60	1,50	105
Aguardente	0,30	2,00	522

Fonte: VELHO, op. cit., p. 82.

Lucros tão elevados, conseguidos pelo aviador tanto na compra do produto como na venda das mercadorias, fazem pensar que a relação comercial esconde, no caso do aviamento, uma relação de exploração do trabalho.

1.2 - O Aviamento como Relação de Produção

Consideremos agora o barracão amazônico como uma empresa rural,² o aviador grande e médio como latifundista-empresário de extensa 'fazenda', e o aviador como camponês-assalariado.

2. Esta perspectiva foi explorada, em primeira mão, por ROBERTO SANTOS, "O equilíbrio da firma aviadora e a significação econômico-social do aviamento", Pará-Desenvolvimento 3 - IDESP, pp. 9-30.

O ponto de partida poderá ser o da propriedade da terra, ou melhor, da mata. De fato, a Amazônia é uma região de alta concentração da propriedade do solo: dentro da décima parte até hoje ocupada na região, 73,7% constituem grandes propriedades (calculam-se em 449 estabelecimentos), de aproximadamente 10.000 hectares cada uma. A imensa maioria desses latifúndios é absorvida pelas atividades extrativistas, restando apenas 10% para agricultura.

Mas o decisivo é a situação estratégica dessas propriedades: na embocadura do rio ou da estrada que servem de tentáculo à firma aviadora, adentrando-se pelos igarapês, furos, trilhos. Tal é a força da propriedade, capaz, portanto, de multiplicar-se, drenando em atividades predatórias, a riqueza das nove décimas partes da Amazônia ainda disponíveis. É por isso que a análise da empresa aviadora deve partir do produto, enriquecido pela exploração do trabalho extrativista. É como vendedor de produtos que o proprietário latifundista da Amazônia controla a empresa e aumenta os lucros, capitalizando sempre mais para sempre mais estender meios de transporte, financiamentos prévios, créditos e altos juros.

Só em aparência o produto (borracha, castanha, madeira) é propriedade do seringueiro, castanheiro, etc., que, neste caso, o venderiam ao aviador.

O aviado não vende o produto. Qualquer relação de compra-venda exige uma certa autonomia do vendedor. Esta não existe no caso do aviado. O aviado está e fica sempre, porque é mantido, fora do mercado: não tem qualquer chance na apreciação e fixação de preço. O aviado não tem, como exigido por qualquer compra-venda, chance de escolher o próprio comprador: como na empresa também no aviamento, o 'desvio de produtos' - para si ou para outro comprador - é considerado 'roubo'.

Sobretudo, o aviado nunca poderá fazer economias, como é o caso do vendedor de mercadorias-produto. O aviado só vende a própria força de trabalho. E essa é paga com salário, um salário de formas sofisticadas: mais do que em 'espécie' e menos do que em dinheiro.

O dinheiro dificilmente chega até às mãos do aviado. Porém, a ficha deste, no barracão, mostra sempre igualdades - melhor, desi

qualdades - entre quantias de dinheiro:

Esquema-Ficha do aviamento a um produtor

<u>Discriminação</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Saldo</u>
Gêneros alimentícios	50 Crs.		
Meios de produção	20 Crs.		
Vestuário	10 Crs.		
Outros	10 Crs.		
Dinheiro emprestado (mercadorias a crédito especial)	10 Crs.		
SUBTOTAL	100		
Produtos (agrícolas e extrativos)		80 Crs.	
(Diferença:)	100 menos	80 =	- 20

Nesta ficha deve existir um equilíbrio (aparente), uma igualdade monetária entre:

- o que o aviador oferece ao produtor: 1) mercadorias, 2) em forma de crédito, 3) como salário (para sustentar a força e os instrumentos de trabalho);

- e o que o produtor oferece ao aviador (sob a forma de produtos do próprio trabalho):

1) em troca das mercadorias: o seu custo,

fretes pagos pelo aviador

lucro fixado pelo aviador

2) em troca do crédito:

juros pelo adiantamento de mercadorias;

juros pelo (pretense) adiantamento de dinheiro para certas mercadorias ou para arrendamento da terra ao (pretense) dono;

juros por riscos de perda do produto: em 'desvios', safra frustrada, etc.

3) e para merecer mercadorias e crédito enquanto salário: a própria força de trabalho.

100 Crs. (de mercadorias + dinheiro) = 80 Crs. (de produtos) +
20 Crs. de saldo.

Valor real do salário (que deveria ser pago) := força de trabalho.

A igualdade, representada pela ficha em forma monetária, salta à vista: o produtor só tem a própria força de trabalho, cristalizada nos produtos, para pagar mercadorias e crédito. É uma igualdade que, para o aviador, é satisfação da consciência e do bolso. Em relação ao aviado, tal igualdade descobre - contra o que a opinião geral esperaria - a imensa produtividade do trabalho extrativista. Trata-se - dizem os técnicos - da 'produtividade marginal', isto é, da produtividade devida não só aos músculos e técnicas do trabalhador (mesmo em ação durante várias horas-extra por dia), senão sobretudo ao conjunto de fatores que envolvem o seu trabalho, no caso à imensidade dos recursos 'naturais', ou seja, à imensidade do latifúndio amazônico. A exploração terá, portanto, e fartamente, onde alimentar-se.

A desigualdade, mascarada na igualdade anterior, não é menos evidente e imensa: o saldo de 20 Crs. é apenas a expressão do conjunto de juros especiais, por sua vez escondidos nos preços 'normais' das mercadorias. Tais juros são retirados de um salário que, assim, se torna a dívida agigantando-se. É a escravidão, tanto mais rendosa quanto mais camuflada.

... o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina a si próprio a rir com aquela ironia formidável. É que realmente, nas paragens exuberantes das heveas castilhosas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desgaïnado egoísmo (...); o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se. ³

3. EUCLIDES DA CUNHA, À margem da história. São Paulo, Ed. Lello Brasileira, 1967, p. 24.

2 - E A MODERNIZAÇÃO CHEGOU A AMAZÔNIA

Daí?

Já a criação da SUDAM, com a sua constelação de causas e consequências, como foi visto em outro capítulo, constituiu uma ofensiva ao tradicionalismo do mundo amazônico. O PIN quer ser batalha decisiva. Chovem tropicalmente medidas modernizantes. Mas estas, reestruturam mesmo os velhos mecanismos de trabalho e relacionamento social ou com eles se entrosam? As novas forças, são de mudança ou de consolidação? Elas criam 'desenvolvimento' ou indústrias da miséria?

Destacaremos duas dessas forças: os bancos e as estradas.

2.1 - Casamento dos Bancos com o Aviamento

Foi mencionado atrás o processo de dinamização que experimentou o sistema de financiamento bancário na Amazônia dos últimos anos. Entrou mais dinheiro, mais sangue, em circulação. Foi criado também, ou renovado, o circuito superior (aspectos administrativos, de planejamento, etc.) do sistema financeiro. Surgiu uma inicial rede bancária. Mas, com isto, foi desmantelada a rede do aviamento? Segundo a experiência dos últimos dez anos, podemos dizer que estão reforçando-se mutuamente os dois sistemas:

- o sistema bancário com a sua própria rede de agências
- e o sistema de aviamento, com leves alterações adaptativas em alguns dos seus degraus.

a) Em primeiro lugar, os bancos não substituíram - em ocasiões até estão canalizando - os recursos veiculados entre as grandes firmas exportadoras e as grandes aviadoras. Não pode ser obstaculizada esta mobilização de capital, estimulada em geral pelos importadores estrangeiros, em bancos sustentados em grande parte pelo mesmo capital estrangeiro.

b) Quanto ao dinheiro entregue diretamente pelos bancos - nas capitais, em geral - aos grandes aviadores, só pode dar a estes maior horizonte de riscos e ação, abrangendo um maior núme-

ro de aviados e uma maior colheita de produtos a serem capitalizados. Os créditos do aviamento engrossam, portanto, pela incorporação dos créditos bancários. A exploração se multiplica pelos lucros realizados 'racionalmente'.

Reflete-se aqui o sistema centro-periferia de drenagem da riqueza:

- Em Belém e Manaus - e em menor grau nas outras capitais da Amazônia -- os bancos escancaram-se, para dar e receber, aos grandes comerciantes (exportadores e aviadores):

- . sai o dinheiro
- . compram-se mercadorias e instrumentos de trabalho (sem o risco dos tempos em que o produto agrícola extrativo devia chegar do interior antes das mercadorias-subsistência partir da capital)
- . aviam-se os aviadores intermediários e finais
- . trocam-se os frutos do trabalho pelos meios de subsistência desse mesmo trabalho
- . e os produtos fazem o caminho de volta para pagar generosamente o capital.

No processo, nem produtores nem pequenos aviadores entram na estreita rede bancária. Sobra, para eles, a tarefa de reforçá-la de dentro da cadeia do aviamento a que agora estão ainda mais presos. A produção se socializa, impondo os novos ritmos da modernização aos antigos mecanismos da exploração.

No interior, com efeito, o dinheiro do banco só chega na forma de mercadorias a crédito. Quando muito, para os aviadores-tacadistas, ele chega em importâncias inferiores ao preço de tais mercadorias. A bomba-sucção do aviamento impulsiona assim o próprio fluxo - meios de subsistência / produtos / dívidas - antes mesmo de receber o fluxo de dinheiro surgido dos bancos. Capilarmente, nos recuados postos interioranos das várzeas e da floresta, a imensa rede do aviamento é vitalizada sob a força aspiradora da estreita rede bancária.

c) A alteração mais significativa que o sistema bancário modernizado está introduzindo no sistema de aviamento consiste na

acentuação que alguns aviadores vão dando à própria função de donos de terra sobre a de simples comerciantes intermediários. As facilidades de financiamento alenta-os a tornarem-se financiadores diretos da produção. E, como vimos, o controle direto da produção substitui vantajosamente os lucros do comércio intermediário. Segue daí a concentração da propriedade pela expropriação de antigos pequenos e médios proprietários que mais dificilmente obtêm financiamentos.

Assim, na região sul-paraense do Tocantins-Itacaiunas, pelos "novos investimentos realizados" ultimamente,

deu-se uma segunda grande expropriação de produtores, a ponto de reduzir-se a cerca de metade o número de donos de castanhal (...) e mesmo dentro desse conjunto, concentrar-se nas mãos de apenas uns seis grupos econômicos maiores boa parte da produção (...)

Hoje, tem-se um pequeno núcleo de grandes empresas empregando na safra da castanha acima de 250 apanhadores, seguido de uma camada intermediária de donos de castanhal um tanto mais modestos, que empregam em média em torno de 100 apanhadores. ⁴

d) Em geral, a resistência da relação comercial-produtiva que é o aviamento a qualquer modificação de sistemas de financiamento externo radica nos interesses econômicos de um grupo social monoritário - fortemente apoiado pelos centros regionais e federal de poder político - que se beneficia dessa relação. É uma resistência que vai além de simples reformas de administração bancária, como das 'boas intenções' de instituições de assistência. Foi este o caso do Serviço de Proteção aos Índios, atuando anos atrás na área do rio Tapajós. Os padrões de comportamento humanitário da instituição oficial abalaram-se "na competição contra o seringal particular que recrutava os índios pelo processo do aviamento...":

dois eram os caminhos que se apresentavam ao Posto (do SPI): transformar-se em aviado do

4. VELHO, op. cit., pp. 86-88.

seringal ou, quando possuindo alguns recursos e bastante iniciativa, transformar-se em seu concorrente. Em ambos os casos, uma série de comportamentos eram impostos ao SPI local. Passavam a tratar o índio não como um protegido e sim como um aviado.⁵

Mas as próprias funções dos bancos de financiamento regional da Amazônia parecem estar sendo violentamente desviadas das finalidades estabelecidas. A SUDAM, com efeito, nasceu em 1966 com o objetivo de dinamizar a industrialização nos dois polos de Belém e Manaus. A 6 anos de distância, o Presidente do Banco da Amazônia, agente financeiro fundamental da SUDAM, descobre como 'grande vocação da Amazônia Legal' as prioridades dos setores extrativistas (florestal e mineral) sobre o setor da industrialização.

É a força da tradição - da tradicional exploração - alimentando-se e servindo-se da 'modernidade'.

2.2 - Também as Estradas Conduzem ao Aviamento

Da Belém-Brasília à Transamazônica e - já em programação - a Perimetral Norte, vários eixos rodoviários rasgaram nos últimos anos a região amazônica. Qual a repercussão dessa penetração rodoviária em relação a um possível enfraquecimento do sistema de aviamento? Repercussão muito reduzida por enquanto, respeitando especificidades microregionais, em que aos grandes eixos se uniram pequenas estradas vicinais.

Com efeito, a transformação principal trazida pelas grandes rodovias à região, é o desvio para outros centros regionais, e sobretudo do Centro-Sul, de riquezas, poder e influência, que até hoje fluíram para as velhas capitais da região.

O fenômeno tem já uma pequena história. Por exemplo, Belém, o maior centro demográfico e polo da Amazônia, já fora atingido no seu centripetismo:

5. Pará - Desenvolvimento, 3, op. cit., p. 24.

- pela Brasília-Acre
- pela Porto Velho-Manaus (sobretudo a partir da criação da Zona Franca)
- em parte, pela Belém-Brasília, que começou a canalizar para o Centro-Sul a maioria dos lucros dos incipientes incentivos 'concedidos' à área
- e, finalmente, pela Transamazônica que alienará o mesmo fluxo Norte-Sul da Belém-Brasília.

Isto significa apenas que as estradas têm donos e são eles os novos donos da riqueza explorada pelo aviamento. Este permanece 'irrigado' por novas veias, porque permanecem e são alimentadas através das grandes rodovias:

- a dependência comercial, invadindo áreas tão amplas que qualquer concorrência dos novos aventureiros não resultará em preços substancialmente vantajosos para os produtores: o sistema fluvial de comunicação-comercialização - com o aviamento - continua aberto no final e a margem das estradas;

- a dependência em relação à grande propriedade, mais acessível pelas novas estradas que, como vimos será a nova base de poder e exploração até para os comerciantes atingidos pela concorrência;

- a dependência em relação aos setores de produção mais lucrativos de quaisquer outros setores (concretamente, o agrícola) que a penetração rodoviária tente implantar, isto é, qualquer diversificação produtiva favorecida pelas rodovias não quebrará, por si só, a dominação extrativista.

Um exemplo típico de berço dos novos donos é oferecido por Marabá, nas proximidades do cruzamento entre a Transamazônica e a Belém-Brasília. Novos donos chegados do Sul ou nativos.

Mesmo antes da Transamazônica, por exemplo em 1970, com a abertura da Pará-70 (Marabá - Belém/Brasília), estabeleceu-se em Marabá um comprador de castanha vindo de São Paulo ...

Talvez seja por causa de desenvolvimento como estes que o grupo exportador de Belém tradicionalmente mais ligado a Marabá

comprou para explorar diretamente o maior castanhal de Marabá por Cr\$ 5.000.000,00.⁶

Evidentemente que os preços da agricultura e do extrativismo aumentaram com os primeiros grandes compradores vindos do Sul, pulando por exemplo o arroz em poucos meses de 20,00 Crs. para 35,00 Crs.

Mais uma vez, porém, os grandes beneficiados por esta situação foram os comerciantes locais e camponeses remediados da camada superior, que já haviam comprado praticamente toda a produção de arroz da massa de lavradores na folha por Crs. 7 e 9.⁷

2.3 - Interiorização, não do Desenvolvimento, senão do Capitalismo

Temos citado apenas duas forças novas na Amazônia: o banco e a estrada. Elas têm invadido nos últimos anos a região em nome do desenvolvimento. Vemos que os efeitos são contrários às intenções.

Instituições internacionais e nacionais, preocupadas com os problemas do 'atraso' - e da segurança, pensamos - colocados por certas áreas do 'interior' latino-americano, propuseram-se nos últimos decênios a interiorização do desenvolvimento. Tencionou-se abrir o 'mercado interno': levar atividades novas, renda maior e melhores mercadorias além dos 200-500 quilômetros do colonizado litoral. Até porque essas periferias se manifestaram com recursos importantes para complementar ou apoiar a economia nacional. Bancos, estradas, educação, extensão rural, colonização - e até cidades como Brasília - foram 'interiorizados'. Poderíamos dizer que surgiram 'polos' internos (cidades, em geral comerciais). Eles porém, não chegaram a 'centros'. Porque os antigos polos centrais continuaram a comandar - submetendo-a a si - a interiorização. A

6. VELHO, op. cit., p. 151.

7. Ibid., p. 152.

interiorização do desenvolvimento resta justificativa, sempre mais questionável, da interiorização do capitalismo dependente. E é deste que o aviamento é fiel instrumento e reflexo. Falávamos em bancos e estradas. Eles serão os braços que ajudam ou as garras que estrangulam?

Em poucas palavras: as estradas-troncos Norte-Sul sem (e com?) os eixos transversais Leste-Oeste, concorrerão para a desintegração econômica maior da Amazônia, que se fragmentará em um certo número de pequenos centros satélites dos grandes polos nacionais.⁸

No mesmo excelente estudo técnico, a solução "estrada" se diluiu nas "indicações básicas" para o futuro que se abre:

- a) como será, do ponto de vista tecnológico, econômico, social, político e ético, o Mundo do dealbar do século XXI?
- b) como se situará o Brasil nesse Mundo?
- c) como se estabelecerão os relacionamentos entre as já chamadas 'sociedades pós-industriais' e os subdesenvolvidos de diferentes estágios?
- d) que poder de barganha o Brasil e os demais países amazônicos ainda poderão utilizar para serem sujeitos e não objetos das decisões básicas a respeito desses problemas?⁹

São questões sérias, que poderão ter uma certa eficiência se feitas - e respondidas, mesmo que com meias palavras e pequenas ações - por grupos sociais tão atingidos por elas como os trabalhadores sob o regime do aviamento.

8. ARMANDO MENDES, "Estradas para o desenvolvimento", Cadernos Paraenses, 6, janeiro, 1971, IDESP, p. 112.

9. Ibid., p. 113.

CAPÍTULO 4

COLONIZAÇÃO: OS PROBLEMAS DA SOLUÇÃO

Esquema do Capítulo

- 0 - A COLONIZAÇÃO CONTRA AS TENSÕES SOCIAIS
 - 1 - A AMAZÔNIA SEM HOMENS PARA OS NORDESTINOS SEM TERRA
 - 1.1 - Áreas Prioritárias da Colonização da Amazônia
 - 1.2 - Nordestinos a Caminho da Terra Prometida na Amazônia
 - 2 - COLONIZAÇÃO SOB MERCADO CAPITALISTA: TRÊS SUB-CLASSES DE COLONOS
 - 2.1 - Dois Exemplos
 - 2.2 - Três Sub-classes de Colonos
 - 2.3 - Luz Verde para a Burguesia Rural na Amazônia
- APÊNDICE: DECÁLOGO DO CAMPONÊS

COLONIZAÇÃO: OS PROBLEMAS DA SOLUÇÃO

0 - A COLONIZAÇÃO CONTRA AS TENSÕES SOCIAIS

A colonização vem sendo, no Brasil, já do início do século XIX, um processo de ocupação e de implantação de atividades agrícolas em imensas regiões subpovoadas.

Podemos distinguir duas grandes fases na história da colonização brasileira:

- até 1930, ela se dá com estrangeiros (italianos, alemães, etc.) que ocupam grandes áreas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo,

- após 1930, são os próprios brasileiros (sem excluir importantes grupos de estrangeiros, como japoneses) que constituem a principal força para a colonização de grandes regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia.

Sobretudo nesta segunda fase, de grandes transformações sociais, econômicas e políticas na história nacional, o Estado toma as rédeas do processo de colonização e - mesmo servindo-se da interferência de particulares que nela procuram o próprio lucro - faz dessa colonização um instrumento para, de um lado, controlar mais facilmente territórios isolados e, do outro, reduzir tensões sociais em áreas superpovoadas, desviando para as novas áreas as migrações rural-urbanas.

É assim que a colonização na Amazônia propondo-se "fixar o homem (nordestino) na terra (amazonense)" faz parte essencial do Plano de Integração Nacional. Conseguiu-o?

1 - A AMAZÔNIA SEM HOMENS PARA OS NORDESTINOS SEM TERRA

O decreto-lei nº 1.164/1971 declara da importância fundamental para a segurança nacional e o desenvolvimento as terras devolutas situadas numa faixa de 100 km, de largura a cada lado

de todas as grandes rodovias da Amazônia: um total de mais de 2 milhões de km². É área disponível para colonização, a partir, porém, de critérios que, fundamentalmente, se referem à segurança. Essas rodovias cruzam e controlam mais da metade do território nacional, tomados em conta particularmente os seguintes pontos estratégicos:

- Estreito, onde a rodovia Belém-Brasília faz ponte sobre o rio Tocantins, encontrando o Nordeste a sua passagem para a Amazônia;

- Araguaína, onde se encontra a mais fácil travessia do rio Araguaia que, por sua vez, é fronteira entre Goiás e Pará;

- Marabá, maior centro urbano na área do Nordeste-interior limítrofe com a Amazônia,

- Altamira e Itaituba, cidades que dominam - cavalcando a Transamazônica - os extremos navegáveis dos rios Xingu e Tapajós.

Segundo critérios mais adequados à produtividade agrícola, na proximidade de tais pontos o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) escolheu áreas prioritárias de colonização.

1.1 - Áreas Prioritárias da Colonização da Amazônia

Começamos hoje a tirar lições da experiência de dois séculos de colonização.¹ Essa experiência exige das áreas com tal destino algumas condições indispensáveis:

a) existência, na área geográfica em questão, da infraestrutura econômica básica (rodovias, transporte, um mínimo de atividades econômicas etc.),

b) qualidades de terra e clima adequadas às atividades agrícolas, assim como outros recursos naturais (de extrativismo, por exemplo) que tornem mais rentáveis os investimentos.

1. Cf. STEPHANES REINHOLD, O Programa de Integração Nacional e a Colonização da Amazônia, INCRA, Brasília, 1972, mimeo, em particular pp. 27-28 e VANIA PORTO TAVARES e outros, Colonização dirigida no Brasil - suas possibilidades na região amazônica. IPEA, Rio, 1972.

c) existência de mercado, local ou regional, para os produtos agrícolas;

d) existência mais ou menos próxima de centros urbanos, como fontes de serviços.

No planejamento inicial do INCRA, parecem reunir tais condições as seguintes áreas prioritárias de colonização:

1) Sobre a Belém-Brasília, o trecho Araguaína-Imperatriz é a região considerada 'boca da Amazônia' ligando esta, tanto ao Nordeste - pela Transamazônica - como ao Centro-Sul, pela Belém-Brasília. Um grande porto, às margens do Tocantins dará, proxima-mente a Imperatriz, mais um ponto de grande centro de comunicação.

Atividades econômicas que, de um lado, poderiam servir de apoio, e de outro, de 'obstáculo' à agricultura, são a pecuária, o extrativismo do babaçu e de madeiras. Na perspectiva da SUDAM, parece esperar-se a integração fácil dessas atividades.

Em consequência dessa política, a SUDAM concedeu ajuda financeira ao complexo industrial da Cooperativa dos Babaqueiros do Norte Goiano para executar um programa de colonização orientada, integrada ao desenvolvimento da agricultura de subsistência e à pecuária, compreendida entre os rios Araguaia e Tocantins, do paralelo 8 até a confluência desses dois rios. ²

Tão enormes possibilidades estão indicando a conveniência de um tipo de colonização particular, mais ligada à obtenção de lucros do que ao assentamento de maior número de colonos.

A densidade demográfica da região aumentou entre 1950 e 1970, sendo fator decisivo a abertura da Belém-Brasília. O Estado de Goiás experimentou um aumento populacional de 53,4% e o Estado do Maranhão, de 21,9%. As população de Araguaína e Imperatriz evoluíram assim:

2. Ibid., p. 30.

Tab. 1: POPULAÇÃO DE ARAGUAÍNA E IMPERATRIZ

	1950	1960	1970
Araguaína	99.590	163.660	266.780
Imperatriz	119.600	242.670	337.870

FONTE: Sinopse preliminar do censo 1970.

Como grandes centros urbanos atingíveis pela produção agrícola da área em questão, são considerados - com certo otimismo - Anápolis, Goiania e Brasília (todos a mais de 1.000 km de Imperatriz e Araguaína) e Belém. Ora, a necessidade alimentar de tais cidades se satisfaz suficientemente em áreas agrícolas mais próximas, com as quais realizam o próprio mercado.

2) Sobre a Transamazônica, os trechos Marabá-Altamira e Altamira-Itaituba são, sem dúvida, as faixas menos conhecidas, quanto à qualidade das terras e possibilidades econômicas em geral. Admite-se, porém, que a zona de Altamira Itaituba é constituída de 'terra roxa' (boa e regular), sobretudo entre os km. 63,5 e 112 da Transamazônica, a mais extensa mancha de solo fértil conhecida na Amazônia. O extrativismo mineral (como na Serra dos Carajás) e vegetal (castanha do Pará, madeiras e borracha) domina atualmente muitas microregiões dessa comprida faixa de 1.950 km. e é futuro rentável de outras.

Também os principais núcleos populacionais situados nesta área experimentaram crescimento na última década (60%, no caso de Marabá, Altamira e Itaituba).

As distâncias dos possíveis mercados para os produtos da área não deveriam ser subestimadas pelos técnicos do INCRA que acham o trecho em questão "relativamente próximo de centros urbanos importantes, como Santarém, Belém, Manaus", ³ tendo-se na realidade, por rodovia:

3. Ibid., p. 31.

- distância entre Marabá e Belém: 950 km.
- distância entre Altamira e Belém: 1.460 km.
- distância entre Altamira e Manaus: 2.130 km.
- distância entre Itaituba e Belém: 1.950 km.
- distância entre Itaituba e Manaus: 1.640 km.

3) Sobre a Cuiabá-Santarém, o trecho Cachimbo-Santarém. É Santarém, sem dúvida, a capital dessa região. A Santarém-Cuiabá, cruzando a Transamazônica, oferece-lhe o posto de 'novo polo' na Amazônia, logo após Belém e Manaus, entre as quais o seu porto controla a navegação pelo Amazonas. Dessa posição, Santarém apoiará a construção e trânsito da perimetral norte.

As possibilidades econômicas da região centram-se no comércio e, dentro do setor primário, na pecuária. É amostra o próprio município de Santarém, cujos setores produtivos contribuem, para a economia local segundo os seguintes valores percentuais:

Tab. 2: SETORES PRODUTOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (1969)

SETOR PRIMÁRIO	88,03%
Agricultura	13,86%
Extrativismo animal	4,42%
Extrativismo vegetal	3,09%
Pecuária	65,65%
Avicultura	1,01%
SETOR SECUNDÁRIO (industrial)	11,97%

FONTE: Departamento de Estatística do Estado (do Pará).

Qualquer tentativa de colonização deveria lutar seriamente com a oscilação de preços que os produtos agrícolas experimentam na área.

A presença na área de empreendimentos como a Usina Hidroelétrica de Curuá-Una, da Fazenda Belterra, voltada para a exploração comercial da borracha, já dos tempos da Companhia Ford Industrial do Brasil (com 400.000 seringueiras em 1970), fez com que uma missão técnica da FAO recomendasse, em 1971, ao Banco Interna-

cional de Reconstrução e Desenvolvimento, um programa integrado de colonização, cujas expectativas econômicas - também segundo o INCRA:

giram em torno da exploração comercial da borra-cha, exploração madeireira, pecuária e agricultura de subsistência ...⁴

Esta área de colonização também não aparece tão "relativa-mente próxima" de potenciais mercados, como os técnicos do INCRA a colocam:

Distância por rodovia entre:

- Santarem e Cuiabá: 1.620 km.
- Santarem e Manaus: 2.070 km.
- Santarém e Porto Velho: 1.750 km.
- Santarém e Belém: 1.980 km.

4) Sobre a Cuiabá-Porto Velho, trechos no território de Rondônia. Fertilidade dos solos e abertura de rodovias fizeram nascer na área um movimento de colonização espontânea que o governo está querendo orientar.

Possibilidades enormes encontra na região o extrativismo mi-neral: a cassiterita, minério rico em estanho, passou de 49 toneladas em 1960, para 678 em 1962, para 818 em 1964 e para 2.239 em 1967.⁵ A pecuária é igualmente frente de expansão na área. Em con-sequência, lutas pela terra surgiram nos últimos anos.

"Por enquanto, a existência de mercados próximos não pode ser apresentada como motivador desse desenvolvimento".⁶

Dentro dessas áreas prioritárias de colonização, são ainda muito poucos e muito recentes os projetos em realização, como apa-rece no quadro:

4. Ibid., p. 35.

5. MANUEL CORREIA ANDRADE, Paisagens e problemas do Brasil. S. Paulo, Brasiliense, 1970, 3a.ed., p. 56.

6. STEPHANES, op. cit., p. 36.

LOCALIZAÇÃO POR ESTADO	NOME DO PROJETO EM REALIZAÇÃO
Pará	Marabá
	Altamira
	Itaituba
Rondônia	Sidney Girão
	Gy-Paraná
	Ouro Preto
Maranhão	Barra do Corda
Goiás	Bernardo Sayão

Só os três últimos projetos acumulam já uma certa experiência capaz de ser submetida a crítica. Para esta ter uma base mais consistente associaremos a esses três, mais seis projetos de colonização, já instalados também na área da Amazônia:

LOCALIZAÇÃO POR ESTADO	NOME DO PROJETO QUASE REALIZADO
Amazonas	Bela Vista
	Rio Preto
Pará	Guamá
	Monte Alegre
Maranhão	Alto Turi
Mato Grosso	Iguatemi

O projeto do Alto Turi, sendo orientado pela SUDENE e o de Rio Preto pelo Estado do Amazonas, foram, porém, incluídos com o resto - de orientação do INCRA - pelas semelhanças que mantêm com o conjunto. Antes de tratarmos das características da colonização, apresentaremos alguns dados sobre os colonizadores.

1.2 - Nordestinos a Caminho da Terra Prometida na Amazônia

As imagens exportadas do Brasil grande se alimentam da grandeza dos colonos:

O Brasil começou a reassentar os seus primeiros 10.000 parceleiros na região do rio Amazonas,

(...) um plano para povoaar o vasto vazão de uma das últimas grandes fronteiras do mundo - a Bacia amazônica. O programa objetiva, ao final, a fixação de umas 500.000 pessoas.

E referindo-se ao "entusiasmo" de publicação brasileira, o Adido Agrícola da Embaixada Norte-Americana em Brasília, transcreve:

Nunca uma tentativa para a conquista de terras foi tão espetacular - as maiores companhias de mineração investindo ... bilhões de cruzeiros, os gigantes industriais do sul do Brasil construindo super pastagens no maior empreendimento pecuário dos tempos modernos ..., um plano de colonização que antecipa um deslocamento humano comparável com o êxodus do povo hebreu.⁷

Ao leitor comum da imprensa diária nacional resulta difícil uma opinião a respeito do número, destino e situação dos nordestinos saídos ou levados para Amazônia.

Basta comparar dois relatos significativos da imprensa:

O Estado de São Paulo de 22.3. 1972, traz informações do Sr. MOU RA CAVALCANTI, ex-presidente do INCRA e atual Ministro de Agricultura: "em menos de dois anos o INCRA transformou 48.000 famílias em proprietários de terras". Sendo a filosofia da colonização, na Amazônia, orientada a criar "uma classe média rural".

O Jornal do Brasil do dia anterior, 21.3.1972, informava: A Delegacia Regional da Polícia Federal abriu inquérito para apurar o derrame de carteiras de trabalho falsas em Belém. As carteiras (278 apreendidas), distribuídas entre trabalhadores contratados pela Construtora Paraense de Reflorestamento para prestação de serviços no Parque da Jari Indústria e Comércio, em Monte Dourado, ... eram emitidas por um funcionário da Delegacia Regional do Trabalho ... Os trabalhadores, num total de

7, JOHN MC DONALD, Foreign Agriculture, 27.3.1972.

270, foram trazidos do interior do Pará, e Maranhão ... e alojados num barracão como se fossem bichos ...

Três fatos são certos:

a) Existem 1.300.000 famílias rurais que sobram no Nordeste (segundo o recenseamento do IBRA feito em 1967), constituindo o número de famílias desempregadas e subempregadas:

Tab. 3: FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EXCEDENTES NO NORDESTE, CONSIDERANDO DESEMPREGO, SUBEMPREGO, PRIORIDADE PARA REFORMA AGRÁRIA E SUPOSTA TENSÃO SOCIAL

1) Áreas com mais da metade da famílias excedentes:

<u>ESTADO</u>	<u>MICRO-REGIÃO</u>	<u>NÚMERO DE FAMÍLIAS</u>
Pernambuco	Agreste	190.800
	Litoral-Mata	74.700
	Sertão Alto-Pajeú	28.900
	Araripe	22.400
	Triunfo	7.200
Alagoas	Sertanejo	57.800
	Mata	16.800
	Sertão de São Francisco	15.400
	Serrano	9.600
	Baixo São Francisco	4.000
Sergipe	Oeste	56.800
	Central	23.300
	Litoral	19.000
	Baixo São Francisco	4.800
Maranhão	Baixo Alecrim	48.700
	Pindaré	20.300
Ceará	Cariri	42.300
	Sertão do Oeste	29.800
	Ibiapaba	29.300
Bahia	Senhor do Bomfim	21.400

	Sertão do São Francisco	1.300
Paraíba	Brejo	12.800
	Sertão Alto	10.900
R.G. Norte	Serrano	14.000
	Total	<u>762.300</u>

2) Áreas com mais da quarta parte de famílias excedentes

Total 341.900

3) Áreas com menos da quarta parte de famílias excedentes

Total 98.300

SOMA TOTAL: 1.202.500

FONTE: D'APOTE VINCENZO - MISSION/FAO - SUDENE, Bases para uma política de reforma y colonización en el Nordeste del Brasil, Recife, 1970, mimeo., pp. 31-34.

Dessas, 431.000 previa-se fossem beneficiárias de planos de reforma agrária ou de irrigação, anunciados para os últimos 6 anos e só muito lentamente em caminho de realização (a SUDENE perdeu poder de decisão e meios para os programas em questão; da previsão de 700.000 hectares a serem irrigadas passou-se para 134.000 'previstas' no Plano de Integração Nacional; e irrigada uma mínima parte delas).

Outras 560.000 famílias figuravam nos planos de povoamento de áreas 'livres' na Bahia, Maranhão e Piauí. Só no Maranhão houve, como veremos no caso da colonização do Alto Turi, certo resultado.

Sobrariam ainda 309.000 famílias.⁸ Os projetos de assentamento do INCRA previam, até fim de 1972, 7.594 famílias. Dificilmente terão sido assentadas mais de 5.000. Ora, entre essas, o número de gaúchos, catarinenses etc., vindos do Sul do país chegou

8. É o número aceito como mínimo por TAVARES, op. cit., p.123.

a alarmar os próprios técnicos do INCRA. A estrutura agrária do Sul não é tão estável como se pensa.

b) Os nordestinos que, durante os últimos dez a vinte anos, emigraram espontaneamente para a Amazônia eram, na maioria, pequenos proprietários e posseiros, arrendatários e parceiros em geral; só uma minoria era de desempregados e subempregados, segundo a contabilização acima indicada. Portanto, não é apenas o desemprego e subemprego, senão a própria estrutura da posse da terra e a consequente relação de trabalho que expulsa o nordestino do próprio 'Egito'.

Em segundo lugar, essas migrações, quando respeitada a vontade dos nordestinos, não se dirigem diretamente - na sua maioria em 59% dos casos - para a Amazônia, senão para o Centro-Sul do país. É só a experiência de muitos anos - entre 7 e 17 - de peregrinação e frustrações que leva o nordestino até a Amazônia.

Eis aqui um quadro que, a partir dos nove núcleos de colonização estudados na Amazônia, nos dá o caminho e a situação de origem dos nordestinos migrantes para a Amazônia.

Tab. 4: OS NORDESTINOS A CAMINHO DA AMAZÔNIA

<u>Estados de migração intermediária</u>	<u>% de famílias</u>	<u>Anos de duração da travessia</u>	<u>Estados de destino</u>	<u>Situação de origem</u> Proprietários + Posseiros	<u>Arrendatários + Parceiros</u>	<u>Assalariados</u>
Minas Gerais - São Paulo - Paraná	35	17,1	Mato Grosso e Rondônia	33	67	0
Diretamente	27	7,1	Pará e Amazônia	28	62	10
Só Minas Gerais	24	16,1	Goiás	26	74	0
Diretamente	14	17,5	Maranhão	9	55	36

FONTE: TAVARES, op. cit., p. 74.

O uso do transporte aéreo pelo INCRA leva "diretamente" os colonos nordestinos sobretudo para as margens da Transamazônia, no Pará. Eles representam, ao que parece, "situações de origem" semelhante às acima indicadas. O conjunto de nordestinos residentes à beira da estrada, no fim de 1972 equivalia ao 65% do total de colonos (umas 2.000 famílias). Relatórios do INCRA, para o trecho de Altamira-Itaituba davam os seguintes números, por regiões: ⁹

Nordeste	984 famílias
Norte	203 famílias
Sudeste	185 famílias
Sul	140 famílias
Centro Oeste	42 famílias

Os nordestinos, portanto, constituíam 63% do total.

De maio de 1972 datam as últimas percentagens, por Estado de procedência dos nordestinos (sempre para os núcleos da Transamazônica) ¹⁰

Ceará	15 %
Rio Grande do Norte ..	10 %
Pernambuco	8 %
Bahia	6 %
Maranhão	6 %
Piauí	6 %
Paraíba	4 %
Alagoas	2 %
Sergipe	2 %

c) Um terceiro fato deve ser constatado, sobretudo: as experiências de colonização analisadas deram um resultado muito parcial, revelando impasses fundamentais, não só dos sistemas de colonização em uso, senão também da própria estrutura agrícola

9. INCRA, Sistemas e programações de colonização na Amazônia Brasileira (Informe técnico de HELIO PALMA ARRUDA, 1972, mimeo.p. 62).

10. Cf. FLÁVIO ALCARAZ GOMES, Transamazônica, a redescoberta do Brasil, São Paulo, São Paulo Editora, 1972, p. 103.

(produção, comercialização, técnicas...) sobre a qual aqueles se baseiam. É o que veremos na continuação.

2 - COLONIZAÇÃO SOB MERCADO CAPITALISTA: TRÊS SUB-CLASSES DE COLONOS

A Amazônia, como foi visto em capítulos anteriores, foi invadida nos últimos anos, pelas forças de um capitalismo dependente que impõe leis não só a qualquer atividade econômica desenvolvida na área, mas também à colonização.

Quatro fatores pesam, sobretudo, na colonização BEM SUCEDIDA processada dentro das leis capitalistas de mercado:

- o tipo de comercialização, que oferecerá vantagens quando voltada para o exterior ou para regiões nacionais 'desenvolvidas',

- o tipo de produtos, ligados a tal comercialização, e portanto a monocultivos, exigindo especialização, etc.;

- o tipo de tecnologia, adequada, de um modo ou de outro, à correspondente para os mesmos produtos a nível internacional ou nacional,

- o tipo de financiamento, alto, em geral, para a comercialização, produtos e tecnologia bem sucedidas.

2.1 - Dois Exemplos

Sobre essas quatro colunas, grupos de japoneses mereceram fama de instauradores de um 'modelo de colonização' que, na realidade, nada tem de original. Um exemplo é a colônia de Tomé-Açu na sua dupla fase: ¹¹

Numa primeira fase, de 1929 a 1940, 352 famílias japonesas se empenharam na rizicultura (tomates, rabanetes, nabos), no cacau e na mesma pimenta-do-reino. Uma cooperativa colocava os produtos em Belém. Mas o mercado era insuficiente e o produto não

11. Sobre Tomé-Açu, como sobre outras colônias às margens da Belém-Brasília, ver ORLANDO VALVERDE e CATHARINA VERGOLINO DIAS, A rodovia Belém-Brasília, Rio, IBGE, 1967, sobretudo pp. 90-112.

'merecia' outro mercado. A miséria começava a 'caboclicizar' os japoneses, como se caboclicizaram colonos alemães no interior do Rio Grande do Sul. 276 famílias empreenderam e engrossaram o êxodo de Tomé-Açu entre 1935 e 1942. a colônia ficou reduzida a 98 famílias.

Numa segunda fase, veio a 'decolagem' por força da pimenta comercializável a nível internacional. Nos últimos anos da década de 1940, 20 mudas 'importadas' de pimenta de Singapura, começaram a dar resultados prósperos. Em 1955 Brasil entra no mercado internacional, exportando para os Estados Unidos e Argentina. Em concorrência com a Índia, Indonésia etc., ocupamos o 5º lugar entre os exportadores. O Pará produz 92,5% da pimenta-do-reino brasileira. Tomé-Açu produz 73% desse produto paraense. É o monocultivo capitalístico:

- uma minoria de famílias domina grandes propriedades altamente lucrativas,

- um grupo sempre crescente da população vai ficando assalariado dessa minoria,

- das regiões vizinhas, os trabalhos mais intensos na época da colheita reúnem mão-de-obra barata.

Estes dois últimos grupos são, possivelmente, de colonos, mas de segunda e terceira categoria: dedicados ao cultivo de produtos comercializáveis apenas a nível local ou com destino à autossubsistência. Mas eles são indispensáveis para alimentar com o próprio trabalho os altos capitais e técnicas exigidas pela exportação da pimenta em benefício de um grupo de colonos.

Outro exemplo: Paragominas (terra do Pará, colonizada por goianos e mineiros: donde o seu nome), também a beira da Belém-Brasília. 6 km. a cada lado dessa estavam, por lei, reservados para as Forças Armadas promoverem a colonização.

Apesar de não ser totalmente igual ao processo ocorrido em Tomé-Açu, temos também aqui, duas faces

De um lado, uma economia principal: a pecuária. A falta de japoneses,

goianos e mineiros se interessaram desde muito

cedo pela região, através do sistema de especulação de terras ... Surgiram várias Companhias que começaram a agir na região ... A própria Secretaria de Terras e Colonização do Estado do Pará empreendeu por iniciativa própria, venda de terras ...

Esta orientação para a pecuária decorre do próprio elemento humano responsável pelo povoamento da região ... do poder aquisitivo dos proprietários de terras, da valorização dos bovinos, do aparecimento de uma nova rota de gado, ... e da existência do mercado de Belém.¹²

É claro que, não havendo financiamento do Banco do Brasil para aquisição de gado - pelo argumento de que o país já alcançou o "equilíbrio boi x homem" - e custando a cabeça de gado em torno a 500 Crs. os pequenos (proprietários ou não) se dedicam à agricultura.

As atividades agrícolas, com efeito, são a outra fase. Os produtos principais: arroz, malva, milho.

O arroz não consegue vencer a concorrência - nem mesmo em Belém (mercado mais próximo) - do Maranhão e do Sul. Em Paragominas, portanto, o preço do produto é seis ou sete vezes menor que o fixado pelo Banco do Brasil. Os pequenos produtores também não têm facilidades de estocagem que evite a fermentação e a quebra no peso.

A malva tem melhor preço, mas não é recebida pela Cooperativa senão na medida indispensável para pagar o empréstimo feito aos cooperados: faltaria autofinanciamento para manter em circulação os meios necessários ao transporte. O aviamento, portanto, começou a introduzir-se.

O milho é uma cultura que prepara os terrenos para melhores de capim destinadas à pecuária. É a colonização abrindo passagem ao boi ..., à exportação e aos 'donos'.

12. VALVERDE, op. cit., pp. 130-131.

2.2 - Três subclasses de colonos

As nove experiências de colonização na Amazônia, acima indicadas, e que passamos a analisar, não podem indicar ainda senão tendências de formação de um capitalismo rural a imagem e semelhança dos exemplos citados e da história toda rural do Brasil.

Trata-se ainda apenas de 'aprendizes de fazendeiro', camponeses 'remediados' e proletários rurais. Mas é importante - sobretudo para a orientação de qualquer trabalho 'comunitário' surgido nas novas áreas de expansão capitalista - alertar-se sobre a reprodução nascente dos velhos mecanismos. ¹³

1) Os 'aprendizes de fazendeiro' poderiam estar representados por JAIME PEREIRA, o dono da "Fazenda JP", como ele a emplacou, na altura do km. 92 da Transamazônica a partir de Altamira. Ele entrou na história do "novo pioneirismo" ¹⁴ começou derrubando as 12 hectares de lei. Recolheu 474 sacas de arroz que vendeu à COBAL (Cooperativa Brasileira de Alimentos) por um dinheiro que nunca ti vera em mão. Comprou um caminhão e assalariou dez camponeses nordestinos. Derrubou mais 28 hectares. Além de arroz pensa em plantar cana. Pensa ter algum poder sobre a usina de açúcar que está surgindo nas proximidades.

- É uma minoria ¹⁵ o conjunto destes felizes colonos nas áreas estudadas da Amazônia: constituem uma décima parte do total dos colonos na área. Ganham, por família, 7,5 salários mínimos, sendo a família média de seis pessoas. Em geral, eles se servem de trabalho assalaridado de colonos de classe inferior.

- Dedicam-se a cultivos permanentes, cujos produtos são garantidos a nível de comércio amplo (interestadual, pelo menos). Isto exige uma assistência técnica de três a oito vezes superior à

13. Seguimos aqui, simplificando-as, análises técnicas da colonização amazônica feita por TAVARES e outros, op. cit., pp.91-99.

14. JOSÉ GOMES DA SILVA, "A Transamazônica: abordagem agrônômica", em Reforma Agrária, jan-fev., 1973, p. 10.

15. O quadro das páginas seguintes apresenta os dados baseados em TAVARES, op. cit., que aqui comentamos brevemente.

COLONIZAÇÃO DESIGUAL DEPENDENTE

Níveis	RENDA % Famílias	C O L O N O S			FINANCIAMENTOS					
		Jap.	Bras.		OCUPAÇÃO ANTERIOR	0	1	2	ou +	
					Pequeno Proprie- tário + Possei- ro	Parceiro + Morador, etc.	Assala- riado rural ou urbano			
ALTO 3,5 pes- soas x 3 sa- lá- rios míni- mos	10	58	42	8	42	50	11	22	67	
MÉDIO 2,9 pes- soas x 1 a 3 salá- rios míni- mos	34	10	90	35	55	10	53	22	25	
BAIXO 4 pes- soas x 0,22 1 sa- lá- rio míni- mo	56	0	100	38	52	10	43	30	27	

FONTE: IPEA/INPES.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA			P R O D U T O S					AUTO CON-SUMO	INTEGRAÇÃO DO MERCADO		
MUI TA	ALGU MA	NENHU MA	De sistên- cia Técni- cas tradi- cio- nais	sub sistên- cin- to grau de tec- nolo- gia Capi- tal	De Pe- cus- ria Alto Capi- tal pre- vio	Hor- ti- gran- jei- ras Alto Capi- tal + Tec- no- lo- gia	ma- nen- tes In- ten- si- vos + Ca- pi- tal Tec- no- lo- gia	% re- cei- ta- li- qui- da	PE- QUE- NO- LO- CAL	Re- gio- nal	GRANDE Nacio- nal Inter- nacio- nal
67	25	8	9	1	0	14	76	8	0	100	0
18	40	42	73	2	12	3	10	33	55	15	30
29	24	47	66	26	3	1	4	43	65	35	0

recebida pelos 'colegas' de colonização e muito mais capital inicial.

- Um dado inesperado, e por isso mais digno de consideração, é que a metade desse grupo estaria formado, segundo a pesquisa em que nos apoiamos, por antigos assalariados, rurais ou urbanos. A alarma, porém, só seria insuperável para quem não desse suficiente importância aos fatores objetivos (alto financiamento e tecnologia voltada para monocultivos) capazes de gerar uma nova célula capitalista, num contexto nacional de mercado capitalista dependente.

- Quanto à pauta de produtos agrícolas, em cuja comercialização se baseia essa pequena burguesia rural de colonos, diremos que ela vem variando nos últimos anos, segundo condições do mercado, nacional e internacional, imprevisíveis a nível local. É uma base insegura para as novas fazendas.

Visando a evolução da incipiente agricultura do Estado do Pará, ¹⁶ entre 1968 e 1970 houve alguns produtos firmes que constituíram a maior parte da renda agrícola, crescendo o seu valor, durante a década entre 3,3 e 1,5 vezes:

- pimenta + arroz	= 49,33% da renda agrícola
- pimenta + arroz + malva	= 63,73% da renda agrícola
- pimenta + arroz + malva + milho + mandioca	= 82,35% da renda agrícola

É assim que 5 produtos respondem pela maioria absoluta do valor agrícola do Estado. É a concentração, a partir da forma de mercado. E da qual saberão servir-se os novos fazendeiros, como os antigos se serviram do açúcar, do algodão, do café ...

Ao contrário, entre 1960 e 1970, 4 produtos 'tradicionais' caíram nos seus preços, levando à crise a jovem agricultura paraense (sobretudo por tratar-se de produtos industrializáveis). Entre eles,

16. Ver a propósito do INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ, Transição e Perspectiva do Pará, Belem, outubro, 1972, mimeo., p. 21-25.

- o fumo caiu em 1,8% do seu valor comercial
- a juta caiu em 32,0% do seu valor comercial
- o algodão caiu em 83,0% do seu valor comercial

2) Camponeses 'remediados' constituem uma terça parte dos colonos (exatamente 34% nos nove núcleos de colonização observados na Amazônia). Eles ganham no máximo de seis salários mínimos, por família de seis pessoas. Em geral, a mão-de-obra é também familiar.

- Quase três quartas partes deles se dedicam a culturas tradicionais, tanto por razão das técnicas primitivas empregadas (e não recebem financiamento para mais) como por razão dos produtos, orientados preferentemente para o mercado local ou, mesmo, para o autoconsumo.

- Nas respostas aos questionários, estes antigos parceiros ou moradores sentem-se "nem melhor nem pior" do que nos Estados de origem, donde vieram sem economias. Perdeu-se apenas, talvez, a esperança ... O subgrupo que, dentro desta faixa prospera mais, deve-o às cabeças de gado - quase sempre para leite - que constituem em 12% do seu produto total, e algumas culturas permanentes que circulam no mercado macro-regional.

3) Viram - ou restam - proletários rurais mais da metade (56%) dos colonos da Amazônia. Ganhando entre 1 e 2 salários mínimos por família numerosa de 8 membros, em média, quase a metade da produção fica para autosubsistência. Faltando financiamento e possibilidade de renovar-se nas técnicas de cultivo, estes colonos passam a empregar-se como mão-de-obra nas colônias mais produtivas. Com o orgulho ferido da gente acostumada a viver 'autonomamente'.

- Nota-se a presença abundante, neste grupo, de antigos pequenos proprietários ou posseiros (38%). Na Amazônia, menos ainda que no Nordeste, a terra não tem valor - nem como recurso nem capital - se desprotegida de financiamento e possibilidade de comercialização para os seus produtos.

- A situação deste grupo e do anterior dificilmente lhes permitirá o retorno dos financiamentos de instalação, preparação da área e subsistência, eventualmente concedidos pelo INCRA. Mes-

mo para as áreas da colonização em Altamira verificou-se em 1971 / 72 um retorno de apenas 25% do total previsto.

2.3 - Luz Verde para a Burguesia Rural na Amazônia

Nas frentes de expansão capitalista que invadem a Amazônia ninguém deixaria de abrir passagem ao 'fazendeiro'. Ele, porém, virá a ácentuar conflitos.

Eis uma notícia do Jornal do Brasil (16.3.1972)

Representantes da SUDAM junto aos Ministérios das Relações Exteriores e do Exército reúnem-se hoje em São Luís do Maranhão para estudarem o problema criado por uma companhia colonizadora com os colonos de Sta. Teresinha, em Mato Grosso.

Segundo relatório entregue às autoridades federais pelo Bispo de São Felix, Dom PEDRO CASALDÁ-LIGA e pelo Padre FRANCISCO JENTEL, a empresa Codeara já utilizou Crs. 300.000 da SUDAM na luta contra os posseiros, tendo se servido de um trator financiado pelo órgão para destruir um ambulatório, um bananal e diversas plantações.

E, dois dias após, no mesmo jornal:

Os índios xavantes e os fazendeiros da região de Xavantina, no Mato Grosso, estão às vésperas de um confronto armado ... A solicitação (de auxílio) foi feita ao delegado regional de Goiás, capitão FLEURY ...

Notícias mais difundidas fizeram famosa, meses atrás a LUDWIG PLANTATION, associada à firma americana 'National Bulk Carriers', fertilizada pelos detritos carregados no rio Jari e que ocupa quase 2 milhões de hectares nos Estados do Pará e Amapá.

Estes não são 'casos' isolados.

A colonização por empresas particulares está prevista, pro-

gramada e encaminhada na Amazônia.

A 13.12.1972 uma portaria do Ministério da Agricultura aprovou a aquisição, por particulares, de lotes de até 3.000 hectares. Um dos motivos é o aumento da produção agrícola. Será um tipo de produção voltado para o grande comércio e para o lucro. Já o PRO-TERRA previa financiamentos para as empresas particulares de colonização através do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil. O INCRA orienta a elaboração e tramitação de tais projetos e concede uma redução do Imposto Territorial de Renda correspondente à área total do imóvel destinado - mesmo que seja numa mínima parte - à colonização.

Eis um quadro com seis das onze empresas de colonização já atuando na Amazônia. ¹⁷

EMPRESA	ESTADO	MUNICÍPIO	HECTARE	PRODUTO	MERCADO
JAMIC - Coloni zação e Imigra ção Ltda.	Pará	Tomé-Açu	25.800	Pimenta do rei- no	Internacional
SINOP S.A. Companhia de Desenvolvimen- to do Mato Grosso	Mato Gros so	Chapa <u>da</u> dos Gui marães	67.597	Pimenta Hortelã Café Pecuária	Nacional e Internacional
IMCOL - Imó- veis e Colo- nização Ltda	Mato Gros so	Diaman- tina	8.887	Arroz	Nacional e Internacional através da In- dústrias Mato grossenses de Óleos Vége- tais
SOMECO	Mato Gros so	Ivinhe- ma	6.372	Café Soja Milho Pecuária	Nacional e Internacional

17. INCRA - ARRUDA, op. cit., pp. 65-71.

31 DE MARÇO	Mato Grosso	Barra do Garças	39.851	Subsistência Pecuária	Regional e Internacional
CONOMALI - Colonizadora No roeste de Mato Grosso	Mato Grosso	Porto do Gaúchos	13.712	Subsistência Borracha Pecuária	Regional e Internacional

Especialistas de nível nacional e internacional vem alertando sobre o perigo latifundizante:

Não há porque descuidar tampouco do perigo latifundizante. Nesse particular, não vemos porque num país com vários milhões de famílias sem terra, começar a distribuir lotes de até 3.000 hectares antes que se conheça devidamente o potencial do solo da região. ¹⁸

Seria aceitar que

sob o pretexto de criação da livre empresa em terras novas, se configurem os mesmos defeitos que, na estrutura social e econômica, têm induzido aos governos da América Latina à aceitação da reforma agrária. Isto é, não se pode fazer da colonização o germe da desigualdade. ¹⁹

Ora, se de fato está aceitando-se re-implantação do latifúndio na Amazônia, é sob o impulso de dois princípios implícitos:

18. GOMES DA SILVA, art. cit., p. 16.

19. JOSÉ EMÍLIO ARAÚJO, Diretor Geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, São José de Costa Rica, em Colonização não é alternativa para a reforma agrária (palestra no Seminário sobre Sistema de Colonização na Amazônia, nov., 1972, Belém) mimeo.

- o de que a terra fértil na Amazônia não tem limites
- o de que a reforma agrária é prescindível uma vez encaminha da certa colonização.

Mas a terra fértil na Amazônia é limitada. A luxuriante vegetação se alimenta apenas dos próprios detritos e, sem ela, a terra se empobrece. ÍTALO FALESI, diretor do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte (IPEAN), chegou ultimamente ²⁰ a classificar os solos da Amazônia, segundo a fertilidade, resultando as seguintes extensões:

- Alta fertilidade: 10% dos solos
- Média fertilidade: 3,6% dos solos
- Baixa fertilidade: 86,4% dos solos

Assim, dentro dos 4,87 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, teríamos 487.000 de fertilidade elevada. Metade dessa área seria a excluir de uso agrícola econômico (pela distância, topografia, inundações, etc.). Restariam 243.000 quilômetros quadrados de boas terras, que, divididas em lotes de 100 hectares, dariam para 243.000 famílias de colonos.

Vimos, páginas atrás, que, só no Nordeste, 309.000 famílias precisam urgentemente de terra e meios de produção em geral, supostas as previstas reformas a nível regional. Se estas não acontecerem, o número de nordestinos a serem beneficiados se eleva a mais de 1.000.000. E, no Brasil, os agricultores em condições semelhantes, chegam a 6.000.000.

Daqui, em segundo lugar, a necessidade de conceber a colonização apenas como um complemento da reforma agrária a ser executada em todo o país. A colonização, empreendida em áreas amazônicas para dar terra aos agricultores sem terra de outras regiões não da ria conta de todos os possíveis migrantes. Nem todos os camponeses, sem meios de vida, querem migrar para a Amazônia. Muitos nem querem sair do próprio lugar de origem. Sobretudo, após a experiência recolhida dos que voltam ... As pressões sociais, no sentido de acelerar a reforma agrária, portanto, longe de diminuir, aumentarão nos próximos anos. No Nordeste, em particular, novos municí

20. Cf. O Estado de São Paulo, "Solo estéril junto à Transama zônica", 10.12.1972.

pios manifestam problemas que exigem ampliar as "áreas prioritárias de reforma agrária" reconhecidas pelo Governo. Nos últimos meses como Ministro da Agricultura, o Sr. CIRNE LIMA pedia essa inclusão para Olho d'Água das Cunhas e Pio XII (Maranhão),

onde mais acentuadamente se verifica a desordenada especulação imobiliária, geradora do desassossego social que vem sendo notado na região. ²¹

E o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco considerava inúteis reivindicações salariais

quando o momento exige uma mobilização de todos visando a adquirir parcelas de terra a serem liberadas pelos latifundiários. ²²

Os órgãos do Governo ~~mais capacitados~~ para acelerar essa reforma agrária extensa, ~~terão~~ o poder de decisão e os meios? A SUDENE, no ~~Plano de Desenvolvimento do Nordeste~~, a realizar-se entre 1972 e 1974, ~~incluía~~ projetos de reforma agrária e colonização que assentariam 300.000 famílias na região a custos de Crs 9.350,00 por famílias, em vez dos Crs. 9.866,00 que custa assentar cada família na Transamazônica. O Governo encontrou um substitutivo: o PROTERRA. As medidas por este propostas beneficiariam 15.000 famílias, sem mudar a estrutura fundamental da propriedade latifundiária. Enquanto o Plano da SUDENE não foi aprovado pelo Governo. Sem Plano e sem recursos: a SUDENE não é mais qualquer fio de esperança para o Nordeste rural. Eis a evolução dos recursos financeiros previstos para a aplicação no Nordeste.

- Em 1920, fixado por primeira vez: 2% da Receita Federal
- Na Constituição de 1934, fixado: 4% da Receita Federal
- Na Constituição de 1946, mantido: 4% da Receita Federal
- Na Constituição de 1967, rebaixado: 1,4% da Receita Federal
- Em 1972 : 0,4% da Receita Federal.

Meses atrás, a Igreja do Nordeste veio a reconhecer-se decepcionada das antigas esperanças depositadas na SUDENE, em cuja

21. O Estado de São Paulo, 7.11.1972.

22. Jornal do Brasil, 31.10.1972.

CAPÍTULO 5

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE COMO PARTICIPAÇÃO PROGRAMADA

Esquema do Capítulo

1 - DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL

- 1.1 - Alguns Tipos de Desenvolvimento de Comunidade
- 1.2 - Desenvolvimento de Comunidade: Face de Dois Gumes

2 - ORIENTAÇÃO ECONOMICISTA DOS PLANOS DO GOVERNO

- 2.1 - Uma Educação Ligada aos Economicamente Privilegiados
- 2.2 - Também as Condições de Saúde são Privilégio
- 2.3 - Um Plano Habitacional de Endividamento dos Ricos
- 2.4 - Síntese

3 - NA AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE COMO INTEGRAÇÃO AO CAPITALISMO NACIONAL

- 3.1 - Ordens de Integração Social para a Amazônia
- 3.2 - O Desenvolvimento de Comunidade a Serviço da 'Integração' da Amazônia
- 3.3.- O Desenvolvimento de Comunidade a Partir do Confronto com Interesses Econômicos Capitalistas

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE COMO PARTICIPAÇÃO PROGRAMADA

1 - DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL

São conhecidas por todos nós algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade (abreviaremos com DC). Órgãos particulares, sobretudo de Igreja, e públicos, do Governo, semearam por áreas mais 'subdesenvolvidas', nos últimos vinte anos, iniciativas de melhoramentos, promoção, animação de grupos, bairros, etc.

Em setembro de 1970, pela Portaria nº 00114 do Ministério do Interior, o nosso Governo Federal criou a Coordenação do Programa de Desenvolvimento Comunitário (CEPC), sob a jurisdição do Ministério do Interior.

O objetivo geral seria:

Propiciar a integração e participação de órgãos públicos e privados e das várias categorias sociais no desenvolvimento como processo global.

E, entre os objetivos específicos:

a) Fazer com que 'as comunidades locais' colaborem com o Governo:

- interpretar as intenções, planos, programas e projetos do governo;
- propiciar a articulação de órgãos públicos e privados com vistas a alcançar uma visão global do processo de desenvolvimento em razão de uma ação integrada ...
- inserir Desenvolvimento Comunitário no processo de Planejamento Nacional ...
- secundar as iniciativas governamentais nas áreas e setores prioritários que buscam minimizar os contrastes regionais colaborando para acelerar o processo de desenvolvimento Nacional.

b) Também, ao que parece, fazer com que o Governo "colabore com

as comunidades locais":

levar ao conhecimento desses órgãos decisórios e de planejamento (centrais) as aspirações e sugestões das comunidades em vários âmbitos, criando, assim, condições para que a população seja agente efetivo e consciente do seu desenvolvimento.¹

Posteriormente tais orientações foram aplicadas, em novo documento, ao caso da Amazônia. Antes, porém, de examinar o uso concreto-regional deste instrumento que é o DC, submetamo-lo a uma análise geral. Interessa aqui, sobretudo, saber se é possível, e como, conjugar a orientação do DC

- a partir dos interesses do Governo (objetivo específico a)
- a partir dos interesses das comunidades (objetivo específico b)

1.1 - Alguns Tipos de Desenvolvimento de Comunidade

Todo trabalho de animação-organização de comunidade mexe com:

- problemas e necessidades sentidas por uma parte menor ou maior da população
- recursos ou meios capazes de enfrentar tais problemas
- soluções parciais ou totais

Mas teremos diversos tipos de DC, segundo tais problemas, recursos e soluções atinjam um grau menor ou maior de amplitude:

- tanto setorial, abrangendo,
- ou um único setor, por exemplo o econômico (distribuindo alimentos, etc.)

1. MINISTÉRIO DO INTERIOR - SECRETARIA GERAL, Coordenação Nacional do Programa de Desenvolvimento Comunitário, Plano Preliminar, Brasília, D.F., 1972, mimeo, pp. 11-12.

- ou vários setores: o cultural (proporcionando formação profissional), o econômico (conseguindo emprego, etc.)
- seja que um setor predomine, de modo que os outros só interessam em função dele,
- seja que, entre eles, exista uma interação multiplicadora dos efeitos de cada um dos setores como explicaremos.

- como espacial, abrangendo:

- ou o nível local restrito (um bairro, um povoado ...)
- ou o nível regional (um Estado, uma micro-região)
- ou o nível nacional.

Poderíamos, portanto, ~~localizar qualquer trabalho de DC~~ num dos compartimentos de um quadro formado segundo os dois eixos: de amplidão espacial e setorial, com as respectivas três subdivisões:

9 TIPOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

		Amplidão espacial		
		LOCAL	REGIONAL	NACIONAL
Amplidão setorial	1			
	S e t o r	ATIVIDADES	UNI-SETORIAIS	ESTÁTICAS ASSISTENCIAIS
Vários	em função de um deles	ATIVIDADES	MULTI-SETORIAIS	FUNCIONAIS
se-				
to-	em interação multiplicadora	ATIVIDADES	MULTI-SETORIAIS	MULTIPLICADORAS
res				

É um quadro que nos permite distinguir, de um modo mais crítico 9 tipos de atividades de DC. Expliquemo-nos sobre as três subdivisões setoriais, sendo as espaciais facilmente compreensíveis.

Encontremos uma indicação sobre os três tipos setoriais do quadro acima em LÚCIO KOWARICK.²

a) Chamamos unisetoriais-estáticas-assistenciais as atividades de DC que se tornam fim em si próprias, que não são meio para outras atividades posteriores ou simultâneas.

São exemplos: a alfabetização de um grupo da população que fica, simplesmente, sabendo ler e escrever, qualquer melhoramento da saúde em geral, que resulta em efeitos limitados, como a diminuição da mortalidade etc.

Tais atividades podem restringir-se ao nível local ou abranger áreas regionais e mesmo nacionais. Em todo caso elas, por si só:

- não levam a descobrir novos problemas ou necessidades
- e, portanto, não desencadeiam novas atividades
- nem suscitam novas lideranças
- nem levantam novos recursos ou soluções
- nem, em síntese, têm resultados dinâmicos ou multiplicadores
- ao contrário, podem encobrir os problemas fundamentais, sendo assim instrumento para a manutenção desses problemas.

b) Podemos considerar multi-setoriais-funcionais as atividades que conseguem - a partir e através da satisfação de uma necessidade imediata (mediante a correspondente atividade) - aliviar problemas ou facilitar atividades em outros setores mais importantes. É por tal natureza de lubrificante que tais atividades de DC são funcionais.

Por exemplo, o grupo atingido pelos melhoramentos de higiene

2. "Estratégias do Planejamento Social no Brasil", CEBRAP, Caderno 2, pp. 24-25.

me ambiental ou da alfabetização aumentará a própria produtividade (setor econômico), adaptar-se-á melhor ao sistema de 'costumes e normas' imperante na sociedade (setor sócio-cultural) , não engrossará os leitos da 'marginalidade' considerada fonte de tensões sócio-políticas.

Mesmo o crescente desprestígio do 'assistencialismo', típico do DC acima descrito como uni-setorial-estático-assistencial, deve-se, em parte, ao desmascaramento progressivo da 'função lubrificante - local, regional, ou nacional - que (consciente ou inconscientemente) reveste cada vez mais uma grande parte dos programas de 'desenvolvimento' social.

c) Podemos chamar de multiplicador (a falta de outra palavra mais técnica) o trabalho multi-setorial de DC que - a partir e através das necessidades, recursos, ações e soluções de um grupo - gera, nesse e em outros grupos sociais, novas necessidades, ~~novos recursos, novas ações e soluções~~. Tal novidade é, porém,

- não só quantitativa: aumentar o número de alfabetizados, empregar mais mão de obra, grupalizar mais empregadas domésticas, etc.
- senão também e sobretudo qualitativa:
 - . quem aprendeu a ler
 - . desentranhou as palavras que mais vida carregam para ele
 - . comunicou-se e se socializou com os companheiros de aula e de vida
 - . exigiu trabalho e salário e participação no interesse próprio e dos colegas de DC, a nível local, regional, nacional.

Salta à vista que neste último tipo as atividades de DC são especialmente válidas, e também raras. Com leve risco de simplificação, poderíamos contrapor-las - segundo traços de duas orientações polares - às atividades do tipo a) e b).

1.2 - Desenvolvimento de Comunidade: Faca de Dois Gumes

DUAS ORIENTAÇÕES DE TENDÊNCIA OPOSTA

QUANTO A...	ATIVIDADES	a) ASSISTENCIAIS b) e FUNCIONAIS	ATIVIDADES MULTIPLICADORAS
Área geográfica	O grupo social beneficiário do DC é considerado como <u>isolado</u> , num pequeno mundo que se repete em tantos outros lugares <u>se</u> melhantes.	Os problemas surgem sobretudo <u>dentro</u> desse grupo.	O grupo participante no DC está <u>ligado</u> à sociedade toda (local, regional, nacional)
Relações fundamentais	São as <u>internas</u> : de parentesco, boa vizinhança, de <u>colaboração</u> , mesmo entre membros de <u>classes</u> diferentes.	Tais relações se apoiam em valores de <u>consenso</u> , aceitação das normas de comportamento geral, ou seja do sistema 'cultural'.	E os problemas desse grupo surgem sob o <u>impacto</u> dessa sociedade.
Perspectiva / temporal	A atividade se desenvolve num <u>presente</u> , que se pensa ponto de partida e ponto de chegada. Nem os problemas enfrentados têm passado nem as so	Essas relações implicam situações de <u>desintegração</u> (tanto interna como em relação a outros grupos externos), dando lugar a <u>tensões</u> .	Em geral, tais relações são <u>econômicas</u> , mesmo que se apresentem sob outro tipo de forma, problema, etc.
			A atividade é um ponto <u>inserido</u> num processo histórico <u>passado/presente e futuro</u> , que expli-

luções são programadas em perspectiva de futuro. ca a origem dos problemas e ajuda portanto a encaminhar soluções (a curto, médio e longo prazo). Os níveis local, regional e nacional, nesta perspectiva, não podem deixar de conjugarem-se.

Conceito de mudança ou desenvolvimento O que fundamentalmente muda e se desenvolve em tais atividades é a mentalidade dos indivíduos modernizando-se, tornando-se mais empreendedores, menos preguiçosos).

A partir daí surgirá uma adaptação da comunidade em questões às instituições modernas que impulsionam o desenvolvimento. Mudar é modernizar-se.

O que muda são as relações de dominação entre grupos sociais, e sobretudo as relações de trabalho.

Qualquer outra mudança só é desenvolvimento se referida àquela.

A modernização, por si, é apenas mais um aperfeiçoamento da forma de dominação e subdesenvolvimento, dos quais se beneficiam e aos quais servem - como ajustamentos renovados - as instituições existentes.

2 - ORIENTAÇÃO ECONOMICISTA DOS PLANOS DO GOVERNO

Não causa admiração encontrar, 'lado a lado', no 'quadro de referência' que define o sentido oficial que o Governo dá ao DC, duas concepções correspondentes:

- de um lado, às acima descritas como assistenciais e funcionais
- do outro, às atividades que chamamos multiplicadoras.

Admirável seria apenas a ingenuidade de quem as aceitasse como espontaneamente conjugáveis ou complementares. Eis duas cita

ções, em paralelo, tomadas de páginas sucessivas do Documento-base oficial sobre DC:

Concepção assistencial-funcional
de DC

"O problema atual seria a montagem de um modelo de DC de dimensões nacionais que, integrado ao Plano de Desenvolvimento Nacional, seja adequado à realidade do País ...

'Objetivo-síntese' desse Plano: "o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até final de século, mediante o crescimento econômico conjugado ao progresso social e à distribuição de renda" ...

Estratégia:

- 1) "... Sustentar o aumento do produto interno bruto no ritmo programado;
- 2) expansão da fronteira econômica nacional, principalmente em relação ao Planalto Central, vales úmidos do Nordeste e, progressivamente, a Amazônia, ampliando o marco de novas áreas e, simultaneamente, pela melhor utilização da mão de obra abundante".³

Concepção multiplicadora de
DC

"DC é o processo de cooperação indispensável entre o governo e a população, propiciando a participação desta no planejamento e execução de esquemas de desenvolvimento viáveis e integrados a nível de comunidade local, regional e nacional (ONU,1968)".

"O DC não deve ser concebido unicamente como um instrumento ao serviço do crescimento econômico ou como um corretivo para os desequilíbrios produzidos na sociedade por esse crescimento. A contribuição específica do DC ao desenvolvimento global é a incorporação a este último das diferentes categorias sociais, através de uma estratégia de participação organizada nas fases decisivas de escolha dos objetivos fundamentais, definição de meios de ação e de execução, que caracterizam o processo de desenvolvimento como uma tarefa dinâmica da sociedade (Conferência Interamericana

3. MINISTÉRIO DO INTERIOR, Plano Preliminar, p. 3. Sublinhamos as expressões que melhor marcam as diferenças entre as duas colunas.

de DC - Santiago de Chile, 1970)"⁴

A ênfase nos propósitos expressos na coluna direita parece exclusivamente destinada a embelezar "a boa imagem no exterior". Na realidade o economicismo declarado na coluna da esquerda é ainda mais evidente, quando percorremos as programações e realizações sociais sobre as necessidades mais básicas da população e que mais frequentemente são objeto do DC oficial. Referimo-nos aos campos da educação, saúde e da habitação.⁵

2.1 - Uma educação ligada aos economicamente privilegiados

Os Planos começam por aceitar e consagrar a falha fundamental do ensino consistente na seletividade; é prevista e não é enfrentada a expulsão da imensa maioria de alunos no percurso do processo educativo. Eis a previsão do Plano Estratégico de Desenvolvimento sobre cada 1000 alunos que ingressam no primário, em 1967 e 1970:

Tab. 1: Seletividade do Ensino

Anos	<u>Primário</u>	<u>Ginásial</u>	<u>Colegial</u>	<u>Univer sidade</u>	<u>Formados</u>
1967	1.000	159	58	12	5
1970	1.000	213	181	16	8

FONTE: KOWARICK, op. cit., p. 58.

A realidade da seletividade é, porém, ainda maior do que nos Planos, segundo o Censo de 1970.

A seletividade, por sua parte, está intimamente ligada à dominação do ensino privado, fonte e consequência de privilégios

4. Ibid., pp. 2-3.

5. A orientação da política social do Governo em relação a esses três aspetos é analisada detalhadamente por LÚCIO KOWARICK, op. cit., segundo os Planos oficiais: Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966; Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970; Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1967.

de uma burguesia restrita que paga o próprio ensino e o submete aos próprios valores e fins.

Tab. 2: Porcentagens de alunos matriculados em escolas privadas (1968)

Primário	10%
Secundário	45,6%
Ensino Médio Normal	43,7%
Ensino Médio Comercial	81,3%
Universitário	45,5%

FONTE: Ibid., pp. 59-60.

Isto equivale a dizer: a educação brasileira fundamentalmente mantém e acentua as diferenças de classes fundadas nos des-níveis econômicos:

Os Planos brasileiros não levam em consideração estes problemas. A educação é para eles muito mais um processo que visa se ajustar ao funcionamento do sistema econômico, que uma dinâmica de abertura das estruturas sociais vigentes: procura-se aumentar a produtividade do sistema, mas se aceita como tácito o princípio de diferenciação da estratificação social vigente.⁶

2.3 - Também as Condições de Saúde são Privilégio

Em primeiro lugar, a incongruência dos números de habitantes que Planos de saneamento se propõem atingir na mesma época, indica a pouca seriedade dos órgãos oficiais em problemas tão de vida ou morte para as classes populares. Eis uma comparação entre o Plano Decenal e o Plano Estratégico, em relação à população que eles pretenderiam beneficiar com sistema de água e esgotos em 1970.

6. KOWARICK, op. cit., p. 61. Sublinhamos as expressões que relacionam educação e sistema econômico.

Tab. 3: Sistemas de água e esgotos

<u>Planos</u>	<u>Milhões de habitantes a serem beneficiados (1970)</u>	
	<u>Sistema de água</u>	<u>Sistema de esgotos</u>
Decenal	23.500.000	20.500.000
Estratégico	25.000.000	10.700.000

FONTE: Ibid., p. 64.

O Plano Estratégico - diminuindo em 10 milhões o número de brasileiros incluídos no Programa da rede de esgotos - tentou ser apenas mais realista? E o terá conseguido? Certamente não, a julgar pelas percentagens mínimas em que tais saneamentos básicos se estenderam, de 1960 a 1970, nas regiões mais exploradas do País.

Tab. 4: Porcentagens de casas sem rede de abastecimento de água nem rede de esgotos (em 1960 e 1970)

<u>Regiões</u>	<u>Casas sem rede de abas-</u>		<u>Casas sem rede de esgotos</u>	
	<u>tecimento de água (%)</u>		<u>(%)</u>	
	<u>1960</u>	<u>1970</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Norte		65,9	46,4	42,5
Nordeste	78,9	79,7	76,0	70,8
Leste	47,1	43,5	55,9	43,0
Sul	19,2	18,7	26,6	18,6

FONTE: "Censo e Nacionalismo", Cadernos do CEAS, nº 21, pp. 35-37.

Ora, se duas terças partes da população não têm água limpa para beber, menos ainda poderão ter um leito de doente. De novo, os fins lucrativos dos hospitais privados têm - como no caso da educação - maior força que as programações sociais do Governo. O quadro seguinte mostra como o número de camas de hospitais particulares disponíveis para a minoria burguesa vem aumentando, enquanto diminuem, proporcionalmente, os hospitais públicos, de mais fácil acesso à população de baixas rendas.

Tab. 5: Número de camas em hospitais públicos e privados
(em %)

Anos	<u>Públicos</u>	<u>Privados</u>	<u>Total</u>
1956	41,6	58,4	100,0
1960	35,5	64,5	100,0
1962	40,0	60,0	100,0
1967	36,4	63,6	100,0

FONTE: Anuários Estatísticos dos correspondentes anos.

2.3 - Um Plano Habitacional para Envidramento dos Ricos

Toda uma máquina financiadora - Banco Nacional de Habitação, Caixas Econômicas, Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Emprestimo - foi montada sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e outras inversões, até atingir o 3,5% do Produto Interno Bruto, para proporcionar casa aos grupos de renda baixa. Segundo o Programa de Ação Econômica do Governo, deveriam destinar-se:

- 17% dos recursos aos grupos de renda inferior a 1,15 salários mínimos,
- 36% dos recursos aos grupos de renda entre 1,15 e 4,30 salários mínimos.

Mas, segundo o Programa Estratégico de Desenvolvimento,

o Plano de Habitação deve contribuir para o principal objetivo do Governo, que é o desenvolvimento caracterizado pela elevação da taxa de crescimento do produto nacional (...) Ao lado do desenvolvimento econômico, os programas habitacionais constituem um fator de progresso social e de expansão do emprego, mediante a melhoria das condições de vida das populações. ⁷

7. PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO, 1968-1970, v.II, p. XVII.

Portanto, além das boas intenções com que os Planos habitacionais ingenuamente tentam justificar-se, a realidade é que eles funcionam

- com recursos, também e sobretudo, da população assalariada,
- com trabalho do operariado da construção mal-assalariado,
- dinamizando indústrias da construção (materiais, etc.),
- sendo edificadas moradias para média e alta burguesia, únicas que suportam (e mal) a escalada de mensalidades a pagar.

De outra parte, os problemas-causa ficam ocultos atrás dos planos 'sociais' de habitação:

- os problemas da estrutura agrária (concentração da propriedade da terra, desemprego ...)
- os problemas migratórios do campo para a cidade
- o baixo emprego na indústria (mesmo e sobretudo nas cidades mais inchadas)
- o congelamento dos salários

2.4 - Em Síntese

O conteúdo social das realizações que o DC proposto pelo Governo oferece é mínimo, revestindo o papel de justificativa para mascarar o caráter anti-social da real política econômica. Temos, assim, o verbalismo das promessas ocultando a realidade dos fatos fundamentais.

PROMESSAS

- Metas que devem ser destacadas: "política de atendimento às necessidades da família brasileira no tocante à
- alimentação

FATOS FUNDAMENTAIS

- Desemprego e subemprego: No Nordeste "23% das pessoas em idade de trabalhar estão impedidas de usar sua força de trabalho ou a utilizam apenas par-

- educação
 - saúde
 - habitação" ⁸
 - O progresso social inseparável (?) do desenvolvimento econômico, deve entender-se essencialmente como a participação de todos os brasileiros nos resultados do desenvolvimento. Participação no sentido de justa distribuição de renda, ausência de privilégios e igualdade de oportunidade". ¹⁰
 - "... é imperioso despertar a consciência nacional para a urgência de novas necessidades de mão-de-obra, na quantidade e qualidade exigidas pelo processo de desenvolvimento. Será ainda preciso promover em nosso sistema educacional as alterações cabíveis para ajustá-lo às necessidades de nossa economia". ¹²

cialmente" ⁹

- Progressiva concentração de renda:

"Entre 1960 e 1970 ..., 1% da população, constituindo o grupo dos mais ricos, aumentou sua participação na renda nacional,

de 11,7% para 17,0%

enquanto metade da população brasileira, constituída por pessoas de renda mais baixa, teve sua participação reduzida,

de 17,6% para 13,7%-

A relativa inversão de posições fez com que, em 1970, 1% de brasileiros passasse a ganhar mais que a metade da população brasileira. ¹¹

- Arrôcho salarial: "Entre 1961 e 1970, o decréscimo dos salários reais ..., foi de 38,3%. No mesmo período, o incremento do produto real per capita foi de 25,6% ... Para operar o chamado 'milagre brasileiro' o Governo, através da regulamentação do salário mínimo, ainda transfere para as classes que ab-

8. MINISTÉRIO DO INTERIOR, Plano Preliminar, p. 4.

9. IBGE-PNAD, 1º semestre de 1970, citado em Eu Ouvi os Clamores do meu Povo, Documento dos Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973, p. 5.

10. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, Diretrizes do Governo, 1967, p. 14.

11. JOSÉ CARLOS DUARTE, Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970, cit. em Eu Ouvi os Clamores do meu Povo, p. 18.

12. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ..., op. cit. pp. 48-49.

sorvem os frutos do crescimento econômico parte da renda das classes assalariadas". 13

Deixamos ao leitor a tarefa ingrata de continuar 'desmascarando' as 'promessas'. É mesmo possível que estas desapareçam, aos poucos, também dos programas, uma vez morto e sepultado - segundo dizem - o populismo:

... o Estado não tem mais necessidade de forjar sua dominação através da distribuição de benefícios em termos políticos eleitorais. Em contraposição ao estilo (escrito) populista do Governo, a alocação de recursos somente em dose muito fraca leva em consideração as contingências político-eleitorais e as pressões e reivindicações das forças populares. Na alocação de recursos, o "social" torna-se instrumento dos imperativos econômicos. 14

Neste sentido, até o estilo populista vai sendo superado, pela 'sinceridade' dos técnicos oficiais mais esclarecidos, como no caso dos problemas salariais:

É claro que, do ponto de vista social, esse declínio do salário real representa um Subproduto Desagradável da política econômica posta em prática nos últimos anos e isto basta para que nos preocupemos em encontrar uma solução que, pelo menos com o tempo, recomponha o poder aquisitivo dos assalariados. 15

Pelo menos com o tempo: é a promessa ainda, mas já acanhada. Mas bastará o tempo? O 'subproduto desagradável' - dos salários contidos, como do desemprego e subemprego - é apenas a ou

13. Conjuntura Econômica, FGV, set.1971 e Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, cit. em Eu Ouvi os Clamores do meu Povo, p.19.

14. KOWARICK, op. cit. pp. 94-95.

15. MARIO HENRIQUE SIMONSEN, "Salários e Inflação", Mundo Econômico, abril 1968, p. 38.

tra face do crescimento acelerado do produto econômico a que se vinculam os lucros da minoria que explora o trabalho alheio.

Com efeito, lucro, taxa de exploração do trabalho e queda de valor real dos salários, são três coisas tão unidas como unha-carne-sangue. Na linguagem econômica se exprimem com um índice chamado taxa de exploração. Eis como ela cresceu nos últimos anos:

Tab. 6: Aumento da taxa de exploração do trabalho nos últimos anos

ANO:	1957	1958	1959	1964	1965	1966	1967	1968	1969
TAXA:	2,10	2,25	2,77	2,95	3,08	3,15	2,89	3,00	2,95

FONTE: PAULO I. SINGER, "O 'Milagre' Brasileiro: causas e consequências", Cadernos CEBRAP, 1972, p. 70.

"É o aumento desta relação, de 2 (entre 1950 e 1960) para 3 (entre 1960 e 1970) que predispõe a economia, por assim dizer, ao crescimento rápido ..." ¹⁶

3 - NA AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE COMO INTEGRAÇÃO AO CAPITALISMO NACIONAL

A partir de 1970 - com o lançamento do Plano de Integração Nacional e da Transamazônica - também a programação social do Governo se volta com especial atenção para a Amazônia. Plano de Ação Concentrada e Programas de infra-estrutura social adotam o instrumento do DC. Com que intenções, possibilidades e realizações concretas? No âmbito da Amazônia será ainda mais difícil unir crescimento econômico acelerado e integração social.

3.1 - Ordens de Integração Social para Amazônia

O já conhecido I Plano Nacional de Desenvolvimento intro-

16. Ibid.

duz o Programa de Integração Nacional (PIN) quando trata de ^{pro}blemas das áreas da SUDENE e SUDAM, ou seja, Nordeste e Norte.¹⁷

Os objetivos do PIN são:

- Construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém
- Colonização sobretudo nas margens da Transamazônica
- Irrigação em certas áreas do Nordeste
- Pesquisas sobre recursos da região Norte, sobretudo visando as exportações.

É sobretudo em torno à Transamazônica que surgem nos últimos anos as esperanças governamentais de:

- integrar nacionalmente espaços imensos do território até hoje descuidados (ocupação),
- povoando tal vazio demográfico (possivelmente com os excedentes da população nordestina),
- população que poderia vir a colonizar as áreas ocupadas, tornando-as economicamente produtivas,
- o que seria também aumentar as possibilidades de emprego.

Em particular, o tema da Amazônia surge carregado de emotividade no contexto da seca nordestina de 1970 que parece ter precipitado o seu lançamento. Constrói-se a Transamazônica como saída para o Nordeste: a terra sem homens para os homens sem terra; nas palavras do Presidente MÉDICI:

Não posso falar à Amazônia sem pensar no Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15% da renda interna. Sei que essa pequena produção está nas mãos de um décimo da população

17. Uma explicação simples dos projetos governamentais de Integração Social encontra-se em ELISEU F. CALSING, "Conceito oficial de integração social brasileira", Comunicado Mensal (da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), nº 239, agosto de 1972.

daquela área. 18

Subentende-se a preocupação governamental de 'aliviar' ao nordestino "o drama de sua migração para o Centro-Sul, agravando as aglomerações marginalizadas das favelas".

E, sobretudo, essa emotividade se alimenta no grande tema pós-'revolucionário' da integração no Brasil grande. A integração social é exigida como condição para um desenvolvimento auto-sustentado. As disparidades econômico-sociais entre classes e regiões não são mais ocultadas pelo Governo. A sua superação é exigida em 'metas' e 'slogans'.

Metas do I Plano Nacional de Desenvolvimento, comentado pelo Presidente: 19

- ~~distribuição dos frutos de crescimento econômico~~ a-
tê alcançar todas as classes e regiões;
- transformação social pela modernização de institui-
ções que ajude para aquela distribuição.

Os limites, porém, são os da estabilidade do sistema econômico-político, que deve ser preservada a qualquer custo, acrescentando-se, por isso:

- estabilidade política sob a democracia que permita o desenvolvimento econômico,
- segurança nacional, interna e externa.

'Slogans' - em músicas e cartazes - apregoaram as metas como se fossem, já, conquistas:

- 'todos juntos' os brasileiros nos vimos em 'corrente pra frente, a partir do tri campeonato (habilmente prolongado em cli-

18. PRESIDENTE MÉDICI, "Discurso na Reunião extraordinária da SUDAM", em outubro de 1970, em Amazônia em Foco, nº 5, p. 14.

19. SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A Verdadeira Paz, 1971, p. 29.

ma de 'domingo tem maracanã e de loteria esportiva); cantamos 'este mar é meu' e nos quase convencemos de que 'o Brasil faz coisas que ninguém imagina que faz' 20

- e 'Brasil, ame-o ou deixe-o', para os menos convictos.

Nessa atmosfera de emotividade vem sendo difícil distinguir empreendimentos sérios, em geral diretamente ligados a interesses econômicos específicos, e propaganda social. Dessa ambiguidade participam as programações de DC na região amazônica.

3.2 - O Desenvolvimento de Comunidade a Serviço da 'Integração' da Amazônia

A mesma portaria 00114 do Ministério do Interior que criou a Coordenação do Programa de DC, determinou, para a Amazônia, os municípios prioritários em ordem à implantação de tais programas. São eles:

- no Pará: Marabá e Santarém
- no Amazonas: Parintins e Tefé
- no Acre: Rio Brando e Cruzeiro do Sul
- em Roraima: Boa Vista
- em Amapá: Macapá.

São 8 municípios dos 36 que o Plano de Ação Concentrada tinha proposto já, em 1969, para a região da Amazônia,

"com a finalidade de promover por etapas o Desenvolvimento Local Integrado das comunidades urbanas em todo o país".²¹

20. O caráter emotivo, acima aludido, das metas de 'integração social' é evidente na união desta com músicas e esporte: "... a todos incumbe levar - juntamente com a informação, a música e o divertimento - o esforço para a educação do povo, a esperança no amanhã, bem como o chamado à participação, à confiança e à união" (Ibid., p. 131).

21. SUDAM, Subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento - 1972-74, p. 213.

Os critérios da escolha são: ²²

- a) densidade demográfica (que exclui já de saída as áreas do interior rural)
- b) possibilidades econômicas (predomínio da pequena e média propriedade, diversificação de culturas, recursos naturais não agrícolas)
- c) infra-estrutura política e administrativa
- d) garantia de continuidade do programa
- e) existência de instituições de apoio
- f) acessibilidade do local.

Da simples enumeração dos municípios e dos critérios, deduzimos que o DC oficial se propõe, na Amazônia, funções de coordenação e dinamização mais do que de implantação. Em grande parte 'chove sobre o molhado'.

Cada Centro Comunitário, localizado nos municípios indicados terá como tarefa:

- elaboração de um relatório sobre a situação sócio-econômico da própria área de ação,
- preparação de recursos humanos: mediante programas de educação e treinamentos,
- trabalhos de desenvolvimento local (saneamento, ação comunitária, administração). ²³

As realizações, mesmo no começo, alertam para dificuldades essenciais do DC proposto pelos órgãos governamentais.

- Os relatórios, para implicar uma análise séria da realidade micro-regional, exigirão lucidez e tempo. A improvisação do 'fazer qualquer coisa' para justificar as vultosas verbas oficiais joga contra. Um exemplo: o município de Santarém é visto como essencialmente agrícola "em que dominam as pequenas propriedades", onde as colônias agrícolas são "verdadeiras comunidades rurais". ²⁴ Ora, o domínio nítido da pecuária (65,65%)

22. SUDAM, Programa de Desenvolvimento de Comunidade, 1971-76, p. 5.

23. SUDAM, Subsídios ... p. 215.

24. SUDAM, Programa ... pp. 6-7.

no valor conjunto dos setores produtivos do município ²⁵ e as disponibilidades de recursos florestais para o extrativismo, obrigam a pensar no 'domínio do latifúndio' também em Santarém.

Em geral, os "Estudos básicos de Planejamento Espacial, Regional e Setorial", julgados "necessários a uma atuação da SUDAM", e que foram apenas iniciados em 1971, ²⁶ não oferecem base séria para as programações que na mesma publicação se inserem, fixando prioridades e orçamentos (cap. VIII - Análise e Programação para os Setores de Infra-estrutura).

- Quanto à atuação do DC na área de preparação de recursos humanos (com treinamentos, cursos, convênios, assessorias técnicas), esta é certamente dominante nos anos de 1971 e 1972. É alarmante, porém, a forma vertical de cima para baixo em que essa tecnocracia do DC está atuando numa região com pouca tradição de participação social organizada. Essa falta de participação das lideranças locais e populares nas experiências iniciais de DC faz apelar - talvez com idealismo - para as "exigências de boa informação" que deveria circular entre os numerosos e diversos agentes do DC.

É óbvio que diante desse grande número de agentes e agências relativamente heterogêneos, um bom sistema de relacionamento somente poderá se instalar caso todos tenham condições de manusear idênticas e verazes informações suficientes. Tanto mais, porque todos os agentes e agências mencionadas apresentam alguma dose de atribuições ou poderes sobre a experiência (de DC), de modo a favorecê-la ou prejudicá-la, mesmo inconscientemente. ²⁷

O fato de que sejam justamente os agentes de DC ligados a órgãos governamentais os que representam, a nível local, a informação e o poder de planejar e decidir quase determinantes, obriga

25. IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará), Termos de referência para o Plano de Ação Imediata de Santarém, Santarém, 1971, mimeo, p. 66.

26. SUDAM, Subsídios ..., p. 217.

27. IDESP, Desenvolvimento de Comunidade no Pará, Belém, 1972, mimeo, p. 13.

a liderança local-popular a um esforço extraordinário de desmistificação. É, sobretudo, a tarefa de distinguir entre os interesses do povo que começa a organizar-se em comunidades e as forças de interesses que invadem a área a procura do próprio lucro. E a prova de fogo do DC, na Amazônia mais do que no âmbito geral do país, seria o enfrentamento das próprias intenções sociais com as reais prioridades econômicas exigidas pelo capitalismo dependente nacional das regiões internamente dependentes.

3.3 - O desenvolvimento de comunidades a partir do confronto com interesses econômicos capitalistas

A Amazônia foi aberta definitivamente (por um sistema de estradas e uma rede de incentivos que a nação pagou) aos grandes grupos econômicos:

- os ligados à exportação de minérios
- os ligados à exportação de carne (pecuária)
- os ligados à exportação de produtos florestais e agrícolas.

Grandes extensões de terras devolutas estão aí a baixo preço e rápidos lucros.

De outro lado, tais setores:

- ou absorverão pouca mão-de-obra (dadas as exigências de máquinas modernas),
- ou a pagarão a preços mínimos (repressando-a em ocupações sazonais, em agricultura de subsistência, em migrações contínuas). Veremos que a colonização não oferece outra saída.

Resulta, em todo caso, a acentuação das disparidades sociais. Estas, segundo vimos,

- preocupam o Governo e
- não podem ser resolvidas por ele.

Elas exigem um DC que seja distribuição social dos frutos de um crescimento econômico que, de outro lado, é essencial-

mente enriquecedor de minorias. A distribuição se torna distri-
butivismo paternalista (da parte do Estado e seus agentes) e passividade popular (negando-se a si próprio o DC). É a linha impossível do DC: um sistema de normas de comportamento e inserção populares num sistema de interesses econômicos fechados.

Surge aí outro estilo de DC. As aspirações populares também liberadas em regiões como a Amazônia pela invasão acelerada de um capitalismo modernizante - não poderão ser satisfeitas sem conflito com os interesses daqueles grupos restritos. Constituem-se assim os elos fracos da corrente de integração que o próprio sistema capitalista tende a reproduzir. E a força dessa corrente não vai além da fraqueza desses elos.

A forma particular que esses conflitos sociais ou pontos de ruptura apresentam depende, em geral, do tipo de frente de expansão capitalista predominante na área. Na Amazônia, como um todo, e, em particular nas áreas consideradas economicamente pri-
oritárias, trataremos de localizar as seguintes frentes capitalis-
tas:

a) Frente extrativista vegetal. Ela conservará ainda por certo tempo um posto privilegiado na lista de exportações. E esse privilégio ficará ligado aos tradicionais mecanismos de exploração do trabalho na produção e na comercialização. É o caso da castanha-do-Pará, no Pará; das madeiras e oleoginosas, no Maranhão; da borracha, no Acre.

b) Frente mineiradora. Ela procura ainda caminhos e jazidas. Avança sobre o ferrô da Serra dos Carajás, no sul do Pará; explora o manganês do Amapá, a cassiterita de Rondônia, etc. A estrutura monopolítica das empresas aí instaladas, ou em vias de instalação, e a sua correspondente autonomia, tornam especial-
mente difícil a flexibilidade das próprias decisões diante de fatores locais de tipo social (como os visados pelo DC).

c) Frente da pecuária. A sua força se expande a partir de Goiás e Mato Grosso, penetrando, nos últimos anos em forma de pinça, por Rondônia e Pará. O mercado exterior e os grandes cen-
tros consumidores lhe garantem lucros e incentivos. Os terrenos são amplos, a bom preço, e, em ocasiões, já preparados por uma
lavoura de subsistência ou pequeno comércio. Conjugável com a e-

conomia extrativa, ela exige pouca mão-de-obra e esta pode auto-sustentar-se mediante atividades de agricultura marginal.

d) Frente agrícola mercantil. Algumas monoculturas, também orientadas para a exportação, firmam-se sobre a base dos novos incentivos e sobre a nova estrutura de comercialização (estradas, crescimento de centros urbanos e industriais...). É o caso do arroz, algodão, juta, malva, cana de açúcar, pimenta do reino etc. A própria colonização só terá chance verdadeira neste campo, tomado pelos pequenos grupos da burguesia agrária (capaz de maiores investimentos, tecnologia, meios de comercialização).

e) Frente rodoviária. Ela instala a infra-estrutura necessária para a comercialização e para a concorrência. Ela, simultaneamente convoca mão-de-obra abundante e barata: para a construção, para a ocupação que se quer 'colonização' e para todo o resto dos setores.

Em torno a essas frentes, as respectivas periferias de agricultura de subsistência vão conglomerando migrantes do Nordeste e do Centro-Oeste, assim como nativos da Amazônia até hoje dispersos. Muitos chamados para o trabalho e poucos escolhidos, e pouco pagos: na mata e na beira-rio, qualquer horticultura vale para 'completar' o salário de subsistência. Mas as aspirações vão além do pão.

Em algumas regiões, estas periferias ou bases-populares são de recente formação, recém chegadas (e o resto da população também se abriu a novas expectativas): entre 1950 e 1960 aumentou mais de 60% a população de regiões como,

- Alto Madeira, em Rondônia
- Catramani, em Roraima
- Itacaiúnas e Planalto, no Pará
- Amapá e Macapá, no Amapá
- Baixo Mearim, Pindaré e Tocantins, no Maranhão.

São populações 'periféricas' (nada marginais) que constituem os elos fracos da solução capitalista-dependente em vias de implantação na Amazônia. Elas são essenciais no conjunto das forças de produção, como grupo social que contribui com o trabalho mais barato e explorado possível para a consolidação das suces-

sivas frentes.

Neste sentido, a região de Itacaiúnas (sul do Pará) estaria sendo um laboratório onde se engendrariam as soluções capitalistas para a conquista por etapas da Amazônia: agricultura marginal de subsistência, estradas, pequena produção agrícola mercantil, pecuária intensiva e grande exploração mineral; quando possível, partindo de uma produção extrativa tradicional ou nova que auxiliasse uma acumulação local.²⁸

De outro lado, porém, essa população periférica alimenta em si - a partir da nova função econômica do seu trabalho - novas aspirações, novas formas de grupalização, nova mentalidade, implicando um relacionamento conflitante com os representantes das novas frentes econômicas. A 'integração social' não é mais possível na 'comunidade' tradicional isolada, nem os novos laços foram ainda reconhecidos. A desintegração social se manifesta frequentemente, em tais situações, como desconfiança em relação aos novos donos ou aos seus agentes:

A 'desconfiança' para os homens da frente parece alcançar todos os níveis; o que chegou a levar o pesquisador, na tensa situação criada pelo caso da Cooperativa (das dívidas com ela contraídas pelos camponeses), a ser considerado por alguns um possível enviado da 'besta-fera que haveria de vir', a qual era identificado com o Presidente da República, e que lhes tiraria as terras e promoveria 'a volta do cativoiro' ...

O que os impressiona fundamentalmente no 'cativoiro', tal como ouvem contar, é o fato de trabalhar-se sem receber nada em troca, a não ser alguma roupa e comida. Por extensão, qualquer situação considerada de muita explora

28. OTÁVIO GUILHERME VELHO, Frentes de expansão agrária, Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 168.

ção e perda de autonomia é identificada com o cativoiro.²⁹

O relacionamento entre as lideranças locais dessas populações periféricas 'desconfiadas' e os 'técnicos' (locais ou regionais) será um teste nada fácil para o DC. Mas já aqui o reconhecimento mútuo - ou a falta dele - deverá encaminhar o DC de baixo para cima em confronto que atingirá mais ou menos lentamente os níveis econômico e político dos confrontos.

No quadro econômico configurado pelas frentes acima descritas, qualquer atividade 'comunitária' que parta das aspirações reais da população (trabalho, consumo, formação profissional) só poderá ter continuidade através de formas de produção ou comercialização (roças comunitárias, cooperativas, armazéns, supressão de intermediários, procura de mercados) que não encontrarão apoio nas políticas regionais dominantes na área.

De modo semelhante, no nível político-administrativo, as elites locais emergentes pela força das novas aspirações populares, não encontrarão fácil diálogo com as autoridades e instituições regionais, a menos que estas consigam dessolidarizar-se de interesses antipopulares.

Uma tarefa, paradoxalmente importante, parece presidir qualquer programa de DC (na Amazônia mais do que em qualquer outra parte) que seria detectar, denunciar e enfrentar as forças e os grupos anti-comunitários e desintegradores (a nível local, regional e nacional).

Do contrário, tal integração seguirá sendo, por muito tempo somente uma sustentada nobre aspiração.³⁰

29. Ibid., p. 130.

30. EURICO ANDRADE AZEVEDO, "Integração das metas econômicas e sociais nos planos de desenvolvimento", em Mundo Econômico, outubro 1970, p. 42.

CAPÍTULO 6

A IGREJA ALERTA OU A NOVA SOCIOLOGIA DO PAI-NOSSO

Esquema do Capítulo

1 - A IGREJA ACORDANDO DO PASSADO

- 1.1 - Uma "Comunidade Amazônica do Povo de Deus"
- 1.2 - A Igreja Amazônica enquanto instituição estranha
- 1.3 - Vozes de encarnação libertadora na igreja amazonense
 - a - crítica da igreja hierárquica aos planos governamentais
 - b - grupos e comunidades de base
 - c - o princípio da encarnação
 - d - o princípio da libertação

2 - A IGREJA DA AMAZÔNIA SE INTERROGA

- 2.1 - Sobre suas relações com o poder
- 2.2 - Sobre suas relações com base popular
- 2.3 - Sobre teoria e prática de encarnação libertadora

3 - O QUE FAZER?

- 3.1 - Procurar modelos amazonenses de "Comunidade de Base" em ação
- 3.2 - Respeitar as lideranças leigas do grupo
- 3.3 - Multiplicar treinamentos em função de analisar e reorientar a prática
- 3.4 - Colaborar criticamente, com as instituições de penetração popular
- 3.5 - Integrar e dinamizar os centros de pesquisa sócio-pastoral

A recente ocupação da Amazônia pelas novas frentes de expansão econômica está encontrando uma Igreja presente já de séculos: nos seus quadros institucionais (prelacias, escolas, hospitais) e no profunda da consciência social (atitudes, crenças, comportamentos). O ex-governador do Amazonas, ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS, autor de A Conquista Espiritual da Amazônia, resume assim essa presença da Igreja na área:

Verifiquei, sem grande surpresa, que a únida unidade que funcionava no interior era a unidade religiosa - casas de ensino, postos de saúde, divulgação de técnicas agrícolas, assistência social.¹

A questão que orienta estas páginas é a seguinte: que função terá essa presença da Igreja diante da nova onda de ocupação econômico-política da área? Questão que se desdobra em várias outras.

Terá a religiosidade católica tradicional - das 'promessas' e da 'santa paciência' - impregnando o coração caboclo até matar-lhe o impulso necessário para uma participação ativa na mudança social?

A liderança de bispos, padres - por ou apesar de ser estrangeiros na sua maioria - e leigos, servirá de braço forte institucional aos novos donos do poder político e econômico ou às camadas populares, vítimas de nova opressão? Ou ela será - na conhecida função conciliadora - o abraço entre o 'senhor' e o 'escravo'?

Algumas respostas - e certas práticas já programadas e mesmo em andamento - sugerem uma fácil colaboração entre Estado e Igreja, na base da encampação desta por aquele:

Sem a participação da Igreja, força espiritual

1. ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS, O impacto amazônico na civilização brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Paralelo, MEC, 1972, p. 90.

decisiva na conscientização das multidões de nossas pobres gentes do mundo interior da Amazônia, não terá êxito o pensamento e o empreendimento do poder público. A lição do passado vale muito, essa lição nos leva a acreditar que a nova participação da Igreja deve ser incorporada aos programas oficiais pelo que de efetivo ela representa e pelo que a experiência já comprovou. ²

Nem em toda parte, porém, essa colaboração é possível. Recentemente nomeado Bispo de São Félix (Mato Grosso) - bem no centro geográfico do país - D. PEDRO CASALDÁLIGA lançou em 1970 uma original carta pastoral: Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Hoje contrapõem-se naquela área "operações da polícia militar e outras forças armadas" ³ e concelebrações eucarísticas de bispos solidarizados com aquela Igreja perseguida.

Em palavras medidas do novo cardeal, D. AVELAR BRANDÃO VILELA, a Igreja da Amazônia está começando a orientar-se à luz de uma difícil sociologia de 'Pai-Nosso',

muito profunda e capaz de provocar as mais sérias consequências. Somos um continente em transformação. E a consciência religiosa não quer ser o ponto de apoio para a garantia de privilégios de uma pequena minoria contra a esmagadora maioria da população. Não quer também jogar essa maioria contra a minoria. Mas se sente obrigada a advertir a minoria de que não pode cuidar primeiro, e por tempo indefinido, de seus interesses, e só depois, sem saber exatamente quando, se cuidaria dos interesses da maioria. Este é

2. Ibid., p. 93.

3. Cf. carta de PEDRO CASALDÁLIGA, de 7 de junho de 1973: - "Declaramo-nos, com humilde gratidão, aquele que nos fez dignos de sua cruz libertadora, uma Igreja perseguida", p. 7.

o 'x' do problema que deve ser objeto de estudos e de revisões, numa linha de respeito ao desenvolvimento da sociedade.⁴

Trata-se da vinculação, essencialmente cristã, entre o 'Paí Nosso' e o 'Pão Nosso'. Ficou claro, nos capítulos anteriores, que o pão da Amazônia está sendo muito mal distribuído dentro do modelo oficial de desenvolvimento. Ficou claro também que os programas de 'Desenvolvimento Comunitário' oficiais visam justificar e tornar permanente - estruturada - essa má distribuição.

Tal é o alerta que faz acordar a Igreja amazonense de um passado em que as opressões sociais fizeram muitas vezes da religião um lubrificante - no íntimo da consciência social e/ou nas bem-intencionadas e beneméritas obras de assistência - para um futuro de libertação. Esta começa a ser proclamada em documentos programáticos de nova pastoral. E começa a ser vivida em práticas de encarnação que deverão, cada vez mais, ser fiéis às aspirações e interesses das populações na concreta situação local.

1 - A IGREJA ACORDANDO DO PASSADO

A Igreja é o povo de Deus a caminho. E os seus 'chefes' - as lideranças constituídas por bispos, padres e leigos 'renovados' - começam a 'ouvir os clamores desse povo' que, em grande parte, vive ainda 'no Egito', na escravidão.

1.1 - Uma "Comunidade amazônica do povo de Deus"

Discretamente, sob o nome fictício de Itá, uma população de 500 habitantes, abaixo da confluência dos rios Negro e Solimões, é o nosso 'Egito' amazônico.⁵ O lugar é sede do município, totalmente voltado para as atividades agrícolas e de extração da borracha.

4. Dom AVELAR BRANDÃO, "A Igreja na Amazônia" (entrevista), Veja, 22 de agosto de 1973, p. 5.

5. Resumimos a seguir os traços religiosos descritos por CHARLES WAGLEY em Uma Comunidade Amazônica - Estudo do homem nos trópicos, São Paulo, Brasiliãna, 1957, sobretudo pp. 296-304.

Segundo o trabalho concreto que desempenha cada parte da população no conjunto dessas atividades econômicas, temos duas classes de pessoas:

- Gente de Primeira: 'brancos' comerciantes, funcionários
- Gente de Segunda (moradores urbanos de baixa renda) mais Gente de Sítio (agricultores de terra firme), mais Caboclos da Beira (dedicados ao extrativismo e morando nas margens dos igarapês ou em palafitas sobre os pântanos). Para a Gente de Primeira, é todo este grupo que constitui o 'povo' dos 'caboclos'.

Ora, a fé unifica essas duas classes, mesmo além das fronteiras do templo, na vida.

Essa homogeneidade na fé religiosa é um importante fator para a solidariedade e união dos indivíduos de todas as raças e classes sociais ... Teoricamente todos são iguais perante a Igreja.⁶

A união religiosa lubrifica sobretudo a relação comercial do 'povo' com os aviadores locais (representantes, por sua vez, das grandes empresas da capital), no caso, com o Sr. FRANCISCO FIRMO:

Todos os anos no mês de junho, no dia de São João, FRANCISCO FIRMO convida os seus fregueses e suas famílias para o posto, a fim de rezar para o santo, beber a sua custa e dançar durante toda a noite. Porque o Sr. FIRMO é grande devoto de São João, que, segundo ele crê, lhe protege o posto. Os fregueses esperam ansiosamente pela festa anual ... E o Sr. FIRMO é, ao mesmo tempo, o patrão e o credor de seus fregueses e líder social da redondeza.⁷

6. Ibid., p. 296.

7. Ibid., p. 144.

A unificação da população, em torno aos 'santos' e aos 'pa-
trões' é um processo anual por conta de quatorze festas religio-
sas, entre Santo Antônio (13 de junho) e São Benedito (24 de de-
zembro). Tais festas são organizadas pelas irmandades dos vários
santos, sendo sócios delas todos os habitantes e liderança apenas
"os indivíduos de maior prestígio da comunidade". Estes são os
distribuidores do bolo, os que hospedam o 'santo' na própria ca-
sa e os representantes do padre, que, em geral não está presente
nem é desejado.

Para o resto do ano, a liderança religiosa é das pessoas
devotas: as mulheres que 'moram na Igreja', ensinam catequese, cui-
dam da escola ou do posto médico. Elas são

os árbitros religiosos e, não raro, morais, de
suas comunidades. ⁸

Como já vimos, atrás dessas importantes lideranças religio-
so-sociais estão os santos: Santo Antônio, São Benedito, São João,
Santa Apolônia, a Virgem Maria em todas as suas várias imagens.
São as autênticas divindades locais que perdoam facilmente qual-
quer pecado que não seja a quebra de promessa. E qualquer prática
religiosa ou cerimônia pode ser promessa, sendo que

a comunidade, as localidades vizinhas e as con-
frarias de fiéis mantêm uma promessa permanen-
te a fim de assegurarem a felicidade do gru-
po. ⁹

De Belém e Manaus os aviadores locais - em Itá e em todos
os recantos da Amazônia - recebem reproduções de braços, pernas,
seios e toda classe de órgãos internos e externos do povo que se
oferece aos santos, como preço de um resto de felicidade.

1.2 - A Igreja amazônica enquanto instituição estranha

Sem querer desmerecer os esforços - muitas vezes heróicos
- de muitos, podemos constatar que estrangeiros são, em primeiro lu

8. Ibid., p. 298.

9. Ibid., p. 300.

gar, os padres: americanos, italianos, alemães, espanhóis. Apenas uma décima parte do clero amazonense é brasileiro. Em Santarém, Bragança, Itacoatiara e outras grandes cidades não existe um único padre nativo. É estrangeiro o sotaque da Igreja oficial na Amazônia. O padre raramente fala a língua do povo nem vive a sua vida, costumes, folclore, pobreza ...

A organização em prelazias e paróquias não correspondem à diversificação social da população nas várias regiões e situações econômicas, culturais, sociais. Cada congregação religiosa e cada nacionalidade instalou o próprio clero na Amazônia, quase formando 'feudos'. Das sedes os vigários de territórios imensos partem ocasionalmente para o 'interior', onde o povo os vê como 'estranhos'.

Os sacramentos, administrados em rápidas 'desobrigas', não conseguiram transformar-se em vida do povo. O casamento perante o padre não foi além do casamento 'perante a polícia'. O batismo não foi entrada numa comunidade que ainda não existe.

As atividades, em fim, de catequese, educação e saúde, promovidas pela Igreja oficial na Amazônia, foram modeladas 'de cima para baixo: financiadas pelo exterior (ao Brasil ou à região), impregnadas de espírito 'caritativo', sem a participação de verdadeiros 'leigos'.

Será que inconscientemente não se processou uma espécie de colonialismo religioso na Amazônia, não no sentido de dominação de terras e rendas, mas no sentido da monopolização da assistência religiosa por parte das congregações amigas? ¹⁰

1.3 - Vozes de encarnação libertadora na igreja amazonense

Alguns fatores, de origem sobretudo externa, como Vaticano II, Encontro da Igreja Latino-americana em Medellín e Plano de Integração Nacional, fizeram com que a Igreja 'renovada' se voltas

10. JOSÉ RIBAMAR DE SOUZA, Problemas da Igreja na Amazônia, MEB, Rio de Janeiro, 1971, mimeo, p. 8.

se para a Amazônia e elevasse a sua voz. Extensos Documentos de nível nacional, regional e local vieram unir-se a planos concretos e práticos para a renovação pastoral da Igreja amazônica.

A novidade de inspiração nasce de dois princípios orientadores.

- o princípio de encarnação que faz descobrir as bases da Igreja nas situações reais e dinâmicas que vive o homem comum;
- o princípio de libertação que alerta, sobretudo, para a situação de 'dominado' em que esse homem vive.¹¹

Na prática essa novidade se traduz um pouco por toda parte na existência de grupos e comunidades de base, entre as classes populares. No nível da Igreja hierárquica, de outro lado, gestos e proclamações elevam-se publicamente como crítica aos planos do Governo sobre a Amazônia.

a) Crítica da Igreja hierárquica aos planos governamentais

Para não nos referirmos a bispos particulares, citaremos aqui apenas alguns questionamentos que o conjunto dos Bispos e Prelados da Amazônia levantou em Memorial ao Governo Federal e ao Povo Amazônico, em agosto de 1968 e que foi retomado como base do Plano Inter-regional de Pastoral Orgânica da Amazônia em outubro de 1971. Trata-se de 'indagações básicas' para uma avaliação da política oficial de incentivos traçada para a área:¹²

- o volume de empregos que essa política está gerando é compatível com o crescimento da população?
- o salário médio pago nos novos empregos, é superior ao das ocupações tradicionais?
- os incentivos fiscais, estão promovendo a diminuição ou o aumento das disparidades de rendas sob os ângulos social, espacial e setorial?
- ao influxo desses incentivos, estão sendo criadas situa

11. Cf. Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia, IV Encontro Pastoral da Amazônia, Santarém, 24/30 de maio de 1972 (Se-
doc 51).

12. Plano Inter-regional de Pastoral Orgânica da Amazônia, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1971, mimeo, Cap. 5,5.

ções monopólicas ou oligopólicas, ou, ao inverso, se está promovendo a disseminação da propriedade dos capitais?

- dada a origem da quase totalidade dos recursos incentivos, ligados a grupos econômicos estrangeiros ou de outras regiões do Brasil, o sistema adotado está realmente promovendo um crescimento auto-sustentado da Amazônia ou agravando a sua dependência para o futuro? (...)
- a natureza dos investimentos realizados obedece a um critério mínimo de seleção (...) ou, ao contrário, orienta-se, exclusivamente, pelo aferidor do lucro?

O tom, a globalidade e a publicidade dessa série de questões constituem, por parte da Igreja institucional da Amazônia uma tomada de posição política que enfrenta já a orientação capitalista e opressora dos planos governamentais em relação à Amazônia. As atitudes concretas e de fato, de acordo com tal posição, vêm sendo tomadas por prelados, isoladamente, e em número ainda limitado, na medida em que se apresentam os conflitos particulares (de terra, direitos sindicais etc.) e as lideranças de Igreja contam com um mínimo de organização a nível local.

b) Grupos e comunidades de base

É a prioridade pastoral programática mais universalmente aceita para Amazônia. No Quarto encontro de pastoral da Amazônia, de 24 a 30 de maio de 1972, apenas 4 dos 28 prelados presentes fizeram algumas restrições parciais a tal prática pastoral.¹³

A falta de uma definição mais sintética, recolhemos aqui alguns traços exigidos, nos documentos ao nosso alcance, quando se referem à 'comunidade de base' ou a 'desenvolvimento comunitário'.

1. O ponto de partida é a base popular, que constitui o

13. Cf. Quarto Encontro de Pastoral da Amazônia, op. cit., p. 2-4.

Ver também Seminário sobre Pastoral na Amazônia, CNBB, - Rio de Janeiro, 14-16 de julho de 1971, mimeo; e Documento da CNBB, Norte I., de 17 de dezembro de 1971.

grupo, participa de qualquer programação e se orienta pelos próprios interesses de grupo.

2. A solidariedade e corresponsabilidade se apoiam e desenvolvem na distribuição de funções entre os componentes do grupo, diversificando-se de tais funções progressivamente, na medida do crescimento quantitativo e qualitativo do grupo, até abranger a vizinhança, a aldeia, etc.

3. O dinamismo fundamental da comunidade vem das suas lideranças, suficientemente treinadas, a partir das quais se processa a animação, estruturação, planejamento de atividade e vida dos grupos comunitários.

4. A condição de sobrevivência da comunidade é a sua abertura, que implica a sua colaboração com organismos, oficiais ou particulares atuantes na área no sentido do desenvolvimento social, como CARITAS, FASE, MEB, ACAR, INCRA, etc.

5. A inspiração religiosa fundamental do grupo se mantém graças ao diálogo contínuo entre fé e vida, sendo possível partir, tanto desta como daquela. Nos casos em que a formação da fé tem prioridade, os agentes de pastoral passam a ser liderança também prioritária.

Não seria possível dar um elenco - nem mesmo a título de exemplificação - de comunidades de base já instaladas e com um certo grau de consistência. Basta dizer que, em geral, elas floresceram e subsistem especialmente sob o assessoramento do MEB. As próprias 'escolas radiofônicas' atuam hoje na área como extensão educativa desses grupos comunitários.

c) O princípio de encarnação

O princípio é apenas enunciado em alguns documentos básicos de programação pastoral,¹⁴ mas é a chave para compreender quanto em toda a literatura pastoral sobre a Amazônia se refere

14. Cf. Quarto Encontro ..., op. cit., pp. 4 e 8.

a 'compreensão da realidade' e atuação sobre ela. ¹⁵

A encarnação consiste em:

1. Um entrosamento dos membros da Igreja, e sobretudo dos leigos com as situações concretas em que os homens concretos vi vem, crescem, se desenvolvem ou desumanizam. Esse entrosamento é vivencial, abrangendo o conhecimento e a participação efetiva.

2. Tal atitude se toma em nome do homem integral (o homem todo e todos os homens), num esforço para fugir tanto do puro 'verticalismo' (relação homem-Deus) como do puro 'horizontalismo' (relações sociais, políticas, econômicas entre os homens).

3. Situar-se ao lado dos oprimidos. Esta opção parte de uma visão dualista da sociedade e, em particular, da Amazônia, que explica o subdesenvolvimento como:

- desequilíbrio interno fundamental entre pobres e ricos (distribuídos nos correspondentes setores, regiões, etc.), a partir de outras tantas contraposições (entre desempregados e empregados, analfabetos e educados ...).

- tal desequilíbrio se explica pelo diverso ritmo de desenvolvimento atingido por diversos grupos sociais, regiões, setores da economia etc.; de modo que alguns estão atrasados em relação a outros, instituições 'inadequadas' são incapazes de enfrentar as mais 'modernas', etc.

- falhas morais são causas e/ou consequências decisivas em tal situação (de injustiça, falta de fraternidade, desigualdade e até 'antagonismos').

4. Situar-se dentro do processo de dominação-libertação. É uma dimensão profunda de encarnação que, implícita em numerosas atitudes e visões de Igreja, só se explicita em alguns documentos. Neste processo a Igreja vê o homem - e se vê a si própria - dentro do movimento histórico de escravização do homem pelo ho-

15. Ver Plano Inter-regional ..., out. 1971, cap. 1 e 2. E, também, Desenvolvimento e Evangelização - Encontro de Agentes pastorais da Prelazia de Tefe com entidades atuantes, 25-28 de julho, 1972, sobretudo pp. 1-4.

mem:

- nas relações de produção comercialização do trabalho e dos bens
- em todo o resto das relações:

O que dissemos da estrutura econômica vigente nesta região, também se verifica em grandes linhas nos demais aspectos da vida do homem: a estrutura educacional, a cultura, a religião, a política etc. apresentam igualmente aspectos de dependência, tendo seus centros de decisão fora da região. ¹⁶

Estas características nos levam a concluir que o homem desta região vive numa total dependência, dominado por um sistema colonial, tanto externo como interno, que o impede de se promover às condições de pessoa humana. ¹⁷

d) O princípio da libertação

Também aqui falta uma explicitação maior nas orientações pastorais da Igreja da Amazônia. Mas, em geral, o modo de entender 'libertação' (como conscientização, desenvolvimento, mudança social, luta contra a exploração) corresponde ao modo de entender 'encarnação' (como situação ao lado dos 'atrasados', dos 'pobres' ou dos 'explorados').

A libertação exige:

1. Desenvolvimento integral do homem, não só econômico-social, mas também e sobretudo 'humano', supondo isto que o próprio homem deve ser sujeito da própria promoção.

2. Distinção: nítida

entre salvação cristã e salvação cívica, social, econômica; tomando uma diretriz que pas

16. Desenvolvimento e Evangelização, Tefé, op. cit., p. 2.

17. Ibid., p. 3.

se diagonalmente entre as duas linhas coordenadas. ¹⁸

3. União e consenso de todas as forças e classes sociais na realização da libertação, a partir de um humanismo integral, aberto ao Absoluto. Neste contexto, o apelo às autoridades civis e militares é uma atitude concreta de libertação, tomada por numerosos grupos de Igreja (bispos ou não).

4. Em ocasiões - e como atitude concreta também - as atitudes de conflito mais ou menos manifesto com o poder econômico-político e os seus representantes, prevalecem sobre a posição consensual:

Com respeito aos fazendeiros (...) e aos gerentes e pessoal administrativo das companhias latifundiárias (...) a ação pastoral é praticamente impossível, sempre que não se aceite o poder de opressão social que eles encarnam, sempre que não se queira amancebar a Missa com a injustiça permanente e a presença do padre - da Igreja - na sede da Fazenda (...) com a ausência do Evangelho e da Justiça ... ¹⁹

Tal atitude, evidentemente, não parte de 'premissas' pastorais, mas de uma situação em que o Evangelho é 'imediatamentevida':

Isso é o que a gente pensa depois de três anos de vida e de luta. Ajudar a libertação dos oprimidos é o meio mais direto e eficaz de contribuir para a libertação dos opressores. Nem todos 'poderão' entender esta atitude. É uma opção dolorosa, de pobreza, de risco e de 'escândalo' evangélico. ²⁰

18. Quarto Encontro ..., op. cit., p. 8.

19. PEDRO CASALDÁLIGA, Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, Mato Grosso, 1971, p. 11.

20. Ibid.

2 - A IGREJA DA AMAZÔNIA SE INTERROGA

Entrando num futuro, improvisado por forças externas, a Igreja da Amazônia está dando, como vimos, passos decisivos. Estes, porém, são feitos de interrogações mais que de certezas. Se acentuamos as primeiras é por acreditarmos na sua função geradora de linhas gerais de orientação.

2.1 - Sobre suas relações com o poder

A Igreja se questiona nas suas relações, bastante ten sas, com os representantes do poder (novo e antigo) com os quais até ontem andou muito identificada. É questão fundamental, inevi tável, na medida em que o homem amazonense - que a Igreja quer liberto, atuante, em desenvolvimento comunitário - é o mesmo ho mem envolvido num processo de furioso crescimento econômico de ti po capitalista e de 'integração comunitária', incentivado por to dos os meios governamentais.

Tais relações Igreja-Poder público oscilam entre a opo sição moderada, mantida no nível teórico (de documentos e memo riais) e a colaboração prática nos trabalhos locais de promoção e 'mentalização'. Esta colaboração, portanto, não se apoia nos prin cípios pastorais nem nas situações sociais concretas que tornam os grupos de Igreja dependentes: de financiamentos, lideranças, impotências que limitam a ação de Igreja, assimilando-as aos pro cessos de dominação.

Uma oposição mais real - nas proclamações e sobretudo na prática - parece exigir, para o futuro, uma organização mais e fici ente das lideranças institucionais (bispos, prelados, altos assessores da pastoral): esta seria a condição básica de uma fun ção crítica por conta da Igreja hierárquica na Amazônia.

A instrumentalização pelo poder civil de atitudes, con tatos e até mútuas prestações de serviço, de nível puramente in dividua (Bispo-Presidente ou Governador; Padre-Empresário, etc.) só pode enfraquecer o poder de crítica social que a Igreja se ad judica.

Semelhantemente, qualquer ruptura local de importância, no possível, parece que só terá chance no apoio, previsto ou pro-

vocado, das lideranças institucionais de nível regional ou nacional.

2.2 - Sobre suas relações com base popular

A Igreja se questiona nas suas relações com a base popular, enquanto esta se organiza em comunidade de ação.

O conceito e a prática da comunidade de base estão condicionados às múltiplas visões e forças sociais dominantes em cada sociedade e região, tendendo a deixar-se orientar, na Amazônia, pelas tendências de 'integração' no capitalismo nacional.

Sob a inspiração de 'sentimentos' cristãos típicos da religiosidade tradicional semeada na área - de fraternidade, colaboração, fé nas boas intenções - os movimentos comunitários aceitam facilmente os caminhos dos modelos consensuais de relacionamento social. Ou, então, na presença de conflitos inevitáveis, eles se fecham sobre um grupo de membros para proteger-se, interiorizando-se e perdendo a verdadeira dimensão social, isolando-se no nível da vizinhança, do grupo etário ou profissional.

As atividades, através das quais a comunidade caminha, se promove e organiza, centram-se, às vezes: em necessidades secundárias (mesmo que 'percebidas como principais') sem enfrentar a raiz dos interesses fundamentais do grupo.

As lideranças da comunidade de base merecem uma atenção especial nos documentos orientadores da pastoral da Amazônia. Restam, porém, dúvidas sobre:

- a natureza 'religiosa' ou 'leiga' - econômica, social, política - desses líderes,
- a metodologia dos treinamentos, em que tais líderes podem ser re-orientados nas práticas que nascem da sua situação no meio da população ou desviadas para funções de 'intermediários' (do padre, do professor, da Igreja ou de outras instituições).

2.3 - Sobre teoria e prática de encarnação libertadora

- a prática tende a ser 'espontaneísta': no impulso de

bom sendo e dedicação.

Por falta de programação realista, os melhores princípios não chegam muitas vezes a serem aplicados.

- A teoria pastoral, bem fundamentada em reflexão teológica (embora importada), não conta com subsídios suficientes de análises científicas (econômicas, sociológicas, políticas, antropológicas).

Os conceitos humanistas (de pessoas, integralidade do homem, comunidade) são estáticos: ignoram quase totalmente o sentido de processo histórico, confronto social, determinação econômica (ou externa, em geral).

Em consequência, um 'moralismo' difuso insiste em amarrar a reflexão e a ação.

3 - O QUE FAZER?

Tal é a questão, premente, que gera todas as outras. A sua urgência é que faz com que as respostas se acumulem, nos encontros e documentos de pastoral, sem, porém, orientar realística mente as práticas que começam a germinar, tímidas, lentas, promissoras. É essa questão que suscita e sugere algumas linhas gerais que encaminhem a pastoral popular amazonense dentro das melhores tendências do processo de mudança na região.

3.1 - Procurar modelos amazonenses de "Comunidade de Base" em ação

Entre as "linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia, encontra-se a exigência de "uma conceituação mais amazônica de comunidades de bases urbanas e rurais".²¹ As preocupações sociais da Igreja com o "povo", com as "massas", com os "pobres" tornam-se mais eficientes na medida em que tais conceitos ou classificações se concretizam para

aludir a homens concretos e totais, com to-

21. IV Encontro Pastoral da Amazônia, op. cit., p. 6.

das as suas aspirações e tendências humanas. Por isso usaremos de preferência a expressão homem comum, designando com ela tipos humanos mais frequentes e característicos ... 22

Tal concretização de situações em que vive o 'homem comum' é possível, sobretudo, a partir da atividade econômica imposta a esse homem pelo tipo de frentes de expansão econômica existentes na região. Destacam-se assim, seguindo em parte o documento recém citado,

- nas zonas rurais:

- . trabalhadores do extrativismo e da agricultura de várzea
- . agricultores de terra firme
- . pequenos e médios colonos nas áreas de colonização
- . operários de estradas em construção
- . operários em mineração
- . pescadores

- nas zonas urbanas

- . operários na indústria
- . empregados em serviços de tipo geral
- . empregados em serviços-chaves (como portuários)
- . biscateiros de várias categorias.

Cada tipo humano desses vive num mundo original a sua 'sociedade'.

Impõe-se um estudo exaustivo de cada uma dessas condições para análise de sua inserção no sistema econômico, dos elementos institucionais específicos que presidem tal inserção: problemas de sujeição e cooperação, padrão de vida, nível de civilização e cultura, produtividade técnica e econômica, concepção de vida e aspi-

22. CNBB, O Pará, a Igreja e o desenvolvimento, 1966, p. 12.

rações, ideário religioso e positivo perante a Igreja, preparação política e consciência de situação, etc. ²³

A partir destes grupos 'naturais' é que pode ser superado e encontrar conteúdo a estrutura da "paróquia", enquanto "aglomerado de fiéis sem possibilidade de engajamento na vida eclesial", é também a "capela" enquanto "simples ponto de passagem nas 'desobrigas sacramentalistas'" . ²⁴

De outro lado, a paróquia e a capela tradicionais na Amazônia oferecem numerosas atividades que podem sair ao encontro das exigências desses grupos comunitários naturais. As aulas radiofônicas, por exemplo, sendo um meio capaz de vencer as distâncias amazônicas, estão sendo organizadas em muitas regiões segundo os interesses dos grupos naturais a que nos referimos. A aula toda gira em torno a uma questão-problema colocada pela atividade econômica da população, no caso 'ribeirinha'; que é o extrativismo e a agricultura.

A aula consiste justamente no estudo da atividade que é:

- descrita na linguagem típica do caboclo ('destoca', 'roçagem', 'plantio', 'capina', 'colheita', transporte na 'jangada', 'venda', etc.);

- explicada dentro de uma teoria da tal atividade: conjunto de relações econômicas (propriedade, salário, mercado, lucro...), sociais (grupos da população, com funções diferentes, oposições ou convergência de interesses, comportamentos vários, etc.) e culturais-religiosas (normas, ditados, consciência, práticas religiosas...);

- geradora de curiosidades que se referem às disciplinas escolares: biologia (da semente, da planta, da alimentação...), matemática (da divisão da terra, da compra-venda no barracão), direito (nos contratos, no relacionamento de cada dia), gramática (no uso da linguagem específica);

23. Ibid.

24. IV Encontro ..., op. cit., p. 5.

- refletida, em uma palavra, a partir da prática e para u
ma prática. ²⁵

3.2 - Respeitar as lideranças leigas do grupo

Ninguém melhor do que o homem do próprio meio tem condições para exercer a liderança dentro da comunidade. Mais ainda, é do mesmo ambiente que essa liderança deve surgir e, na medida do possível, ser indicada pela comunidade a que pertence. ²⁶

Na urgência de certos serviços reclamados pela população, é, muitas vezes, instintivo no padre, na irmã, no monitor de nível regional, substituir os líderes locais. Ou então, entre estes, são solicitados apenas os 'devotos' ou mais clericalizados (no culto, na catequese, nas obras de assistência).

A importância da laicidade das lideranças deriva originalmente dos interesses comuns que elas mantêm com o grupo, na cotidiana atividade econômica, no relacionamento normal, na representatividade espontânea. Trata-se de homens e mulheres com 'raízes no chão', além da superficialidade da 'cultura' e da 'religião' importadas, "impostas, sem levar em consideração a realidade existente". ²⁷

A manifestação destes líderes é discreta e a sua descoberta, por parte de quem chega 'de fora' como representante da Igreja oficial, exige uma orelha 'em pé' para recolher os sintomas de mudança social, tanto no processo externo como no comportamento dos 'homens comuns' que melhor o acompanham. Semelhantes sinais podem ser: maior informação sobre 'o que acontece lá na cidade' ou 'lá no Sul', um desejo de autopromoção que faz pensar em migrar. Consciência e atitudes de reivindicação - embora não

25. MEB-TEFÉ, Resultado da pesquisa feita das principais fontes de produção, sem data, mimeo., pp. 3-5.

26. IV Encontro ..., p. 4.

27. PRELAZIA DE TEFÉ, Desenvolvimento e Evangelização, 1972, p. 4.

organizada - surgem diante de situações de dependência tradicional:

Parece estar havendo uma mudança no tipo de dependência: sabendo, mesmo de longe, que pode defender-se do patrão, e aproveitando-se dos sistemas de saldos, os seringueiros diminuem sua produção, exigem do patrão aquilo que precisam para viver, e nunca chegam a trazer o produto correspondente ao gasto. Assim, o saldo que prendia o freguês está prendendo o patrão. Este, em alguns casos, dispensa a dívida do freguês em troca de sua saída do seringal.²⁸

Crítérios julgados 'óbvios' na escolha de lideranças podem ficar burlados pela realidade: nas 'beiras' mais afastadas encontraram refúgio para a própria liberdade os seringueiros ameaçados pela polícia ou pelo patrão; como 'compadres' e 'mordomos' presidem grupos de famílias, constituídos conselheiros e líderes natos.

Finalmente, não se exclui que 'lideranças religiosas', pela renovação de uma pastoral pós-vaticana ou pelo diálogo evangelho-vida, se tornem lideranças realmente leigas. A vantagem, neste caso, será aproveitar quadros amplos de Igreja, unidos entre si por uma linguagem, motivação e organização comum.

3.3 - Multiplicar treinamentos em função de analisar e re-orientar a prática

Métodos de 'animação comunitária', 'dinâmica de grupo', 'criatividade' invadiram nos últimos anos - em forma de esquemas técnicos e apostilas - os centros de treinamento. É fundamental, em qualquer caso, que o agente de pastoral ou líder seja ajudado e não desviado, mediante tais treinamentos, para "uma formação integral pela ação".²⁹

A ação, ou a prática, sendo começo e fim do treinamento,

28. Ibid., p. 5.

29. IV Encontro..., op. cit., p. 3.

deve ser respeitada na sua integralidade e na sua fase concreta de desenvolvimento. Os difundidos métodos ligados à 'criatividade comunitária', por exemplo, implicam falhas na integralidade a que nos referimos, como foi notado ultimamente em órgãos oficiais de Igreja:

- Insuficiente atitude crítica perante a realidade social ...
- Retração reiterada para o sistema religioso
- Senso de desorientação ante solicitações simultâneas dos 14 sistemas ...
- Insuficiência de articulação do sistema religioso com os valores pessoais e grupais atuantes nos demais sistemas. ³⁰

Em geral, qualquer mística - religiosa ou ideológica - terá de ser freada nos treinamentos a partir da importância dada às análises científicas ligadas a

antropologia, sociologia, desenvolvimento de comunidade, comunidade de base, psicologia, pedagogia, e liderança. ³¹

A ação, porém, pertence sempre a um sujeito, pessoa ou grupo, com o próprio ritmo de evolução que também não poderá ser violentado em nome de quaisquer 'teorias' de mudança social, educação, etc. E mesmo os vários níveis de lideranças - local, micro-regional, estadual, etc. - exigirão diferentes tipos de treinamento, basicamente adaptados à prática em que elas se empenham.

Não parece supérfluo constatar a quantidade e qualidade de 'animadores de base' que - pelo caminho de treinamentos sempre mais sofisticados e acadêmicos - tornaram-se 'permanentes': funcionários de movimentos de Igreja, com seu salário e prestígio, definitivamente afastados da classe que neles se sentia representada.

30. Cf. "Reflexão sobre o uso da Criatividade Comunitária", SEDOC nº 63, p. 211.

31. IV Encontro ..., op. cit., p. 4.

3.4 - Colaborar, criticamente, com as instituições de penetração popular

Soando a 'hora da Amazônia', numerosas instituições se lançaram sobre a área ou intensificaram sua atuação, em geral providas de abundante financiamento: CARITAS, MEB, FASE, ACAR, Campus avançados, sem falar em INCRA e SUDAM. O objetivo de muitas dessas organizações é - como o da Igreja - 'desenvolvimento comunitário'. Este, certamente, pode ser entendido de modos muito diversos, como ficou esclarecido no Capítulo 5, mas a população atingida pelos vários programas é a mesma. Cada vez menos, portanto, as 'comunidades de base' da Igreja poderão ter os próprios postos médicos, roças comunitárias, etc.

A originalidade da colaboração cristã - enquanto crítica e engajada em favor da classe popular - exige não o afastamento mas muitas vezes uma aproximação maior da instituição, sobretudo nos níveis local e microregional. Com efeito, o receio de 'sujar as mãos', de 'entrar na política' e de 'tomar partido' levou frequentemente os quadros de Igreja a executar serviços programados e instrumentalizados por outras instituições. Uma participação mais original pode exigir, portanto, um entrosamento mais íntimo, justamente nos níveis de base e locais que permitirem uma colaboração no planejamento:

entrosamento esse sobretudo no nível da função do planejamento, de forma que a Igreja deixe de ser mera colaboradora na execução dos planos de desenvolvimento do Estado, para ser participante, dessa execução, nos níveis que forem compatíveis com os seus desígnios; acentua-se essa probabilidade de participação sobretudo no que diz respeito aos programas relativos aos setores de educação, assistência social e organização das classes mais fracas.³²

É através dessa participação no planejamento que os grupos de Igreja poderão concretizar as prioridades de: objetivos sociais, setores de população e atividades, lideranças, tipos de

32. CNBB - O Pará..., op. cit., p. 14.

treinamentos, tipo de participação popular, etc.

O critério específico, orientador dessas prioridades, só pode ser a participação ativa da 'comunidade de base', segundo os seus interesses reais:

O homem mesmo é o agente e o sujeito do seu desenvolvimento. Nosso papel é puramente subsidiário, e um papel de serviço. Nós, às vezes, impressionados com as noções de eficiência e progresso, perdemos a fé no potencial de desenvolvimento deste povo a quem vínhamos servir. Eles tendem a perpetuar a sua presença, mantendo o povo numa situação de inferioridade. Se nós temos de forçar o povo a fazer algo, deve ser de maneira a assumir as suas próprias responsabilidades. ³³

O grau e modo em que tal critério específico de Igreja conseqüirá impregnar os programas de cada instituição dependerá também da natureza e condicionamentos desta. Ao lado de instituições monolíticas que veiculam orientações e programas impostos verticalmente de cima para baixo, sob as melhores técnicas de manipulação, existem as instituições flexíveis, diferenciadas, com relativa autonomia dos seus quadros locais ou micro-regionais, abertos - como os próprios quadros de Igreja - à participação popular. Tal flexibilidade é ostensiva até nas orientações oficiais de algumas das referidas instituições. É o caso do MEB (Movimento de Educação de Base) que,

visa a ser fiel à preocupação da Igreja, nessa época pós-conciliar, em prol da promoção integral dos homens à margem do progresso social, à luz do pensamento já manifestado pela mesma CNBB

e, ao mesmo tempo e/ou para isso,

33. PRELAZIA DE TEFÉ, op. cit., p. 7.

manter-se-ã numa posição de respeito ao Govern
no do Brasil, e de acatamento à orientação do
Ministério de Educação e Cultura. ³⁴

3.5 - Integrar e dinamizar os Centros de Pesquisa sócio-pastoral

Os Institutos de Pastoral assumiram com frequência entre nós a função de renovação e reciclagem dos 'agentes de pastoral'. Fizeram chegar até estes as novas posições do Vaticano II e de Medellín. Conduziram e orientaram pesquisas. 'Adaptaram' os princípios gerais dogmáticos e pastorais à realidade amazônica. Foi uma função eminentemente acadêmica. Será esta suficiente para oferecer aos líderes e animadores de base "um roteiro seguro de atuação, objetiva, oportuna e eficiente"? Achamos que não.

Os próprios Institutos de Pastoral, em funcionamento em Manaus e Belém, estão já unindo à função 'de ensino' a de reflexão sobre a prática pastoral da região. Tal prática só poderá ser recolhida na atitude fundamentalmente humana e evangélica - pouco comum nos processos de aculturação imperantes - de:

pobreza, esperança e comunhão - atitudes que nos ajudarão a saber escutar para que saibamos estar presentes no momento histórico que vivemos. ³⁵

Escutar o homem amazônico - se ele deve ser algo mais que o eco das formulas estereotipadas - suporã aceitar a sua linguagem para descobrir-lhe o sentido, analisar as situações em que vive e os processos de que ele é vítima e em que ele deve ser sujeito. E isso suporã as ciências humanas, na dupla tendência de análises e sínteses, sem pretensões de formulações definitivas, antes com tendências a verificar-se no contínuo retorno à prática das bases.

Neste sentido, tais centros de pesquisa só poderã ser o

34. SEDOC, "Linhas de orientação do MEB", nº 50, pp.126-127.

35. SEDOC, "Homilia de D. Angelo Frosi na inauguração do Instituto Pastoral de Belém", nº 62, p. 112.

nível superior de serviços aos centros locais e micro-regionais de treinamento, dos quais receberão a matéria prima para alimentar a própria reflexão.

Tais são algumas sugestões - parcialmente já em realização em uma e outra Igreja local - que implicam, sem dúvida, a esperança e o risco de toda uma Igreja regional que, nos últimos anos, passou, apressadamente, da sonolência de séculos para uma vigília de contínuos alertas.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE HISTÓRICA DE UMA REALIDADE LOCAL

Esquema do Capítulo

1 - ORIGENS

- 1.1 - A imposição do extrativismo
- 1.2 - O predomínio de um grupo
- 1.3 - Algumas características sociais

2 - A ESTRUTURA E SUA EVOLUÇÃO

- 2.1 - A exploração do trabalho
- 2.2 - Apropriação e expropriação
- 2.3 - Progresso e concentração
- 2.4 - O lavrador e a concentração
- 2.5 - A integração recente

Como deixa ver o título, neste capítulo não se oferece uma grande quantidade de "dados brutos", soma de informações, sobre a "situação social" numa área - o que aliás não se tem para oferecer. Aqui, novamente, é dada ênfase aos "mecanismos", que transparecem melhor no decorrer de um período mais ou menos extenso de evolução especialmente significativa. Não é outro o objetivo do capítulo: permitir ao leitor perceber esses "mecanismos" em funcionamento numa realidade mais particular, induzindo ele próprio - e portanto compreendendo melhor - algumas linhas desse funcionamento.

Em termos geográficos, o objeto de nosso estudo - que, já se viu, não é um estudo de área - corresponde à área de Marabá (Pará) e adjacências ¹ "local de encontro de povoamentos oriundos do Pará, de Goiás e do Maranhão" (IBGE, 1967, 10 vol.), portanto, da Amazônia, do Brasil-Central e do Nordeste. É, porém, um caso também muito típico da Amazônia: área de extrativismo vegetal exportador (primeiro borracha e depois castanha-do-pará). É de notável peso econômico: produz de longe mais castanha, principal produto de exportação do Pará, do que qualquer outra área da Amazônia.

Lá se encontram, de modo muito acentuado, os "males sociais" usuais: miséria, injustiça, violência, prostituição, etc. Por outro lado, a área se constitui atualmente em verdadeiro "campo de provas" das novas soluções econômicas e sociais que já estão sendo postas em prática na Amazônia: por ela passa a Transamazônica, lá está o INCRA implantando um projeto de colonização - um dos três grandes da Amazônia - com agrovila e tudo, e também lá começam a se expandir a agropecuária e a mineração - apontadas como as duas grandes vocações da Região Amazônica.

1 - ORIGENS

1.1 - A imposição do extrativismo

Nos séculos XVII e XVIII a área era percorrida por excur-

¹ Para um estudo mais completo, ver OTÁVIO GUILHERME VELHO, Frentes de Expansão e Estrutura Agrária, Rio de Janeiro, Zahar, 1972, excelente estudo histórico estrutural, ao qual recorreremos amplamente na elaboração desse capítulo.

ções que a deixavam intocada (cf. Cap. 2). No século XIX encontrava-se entre duas "frentes" econômicas: a extrativista, no curso inferior do Tocantins, que tinha nas corredeiras de Itaboca um obstáculo à sua expansão; a pecuarista, que expandindo-se da Bahia acabou por atingir o norte de Goiás, sempre na trilha dos campos naturais de cuja existência dependia.

Bem no fim do século XIX, um ramo desta última desceu o Tocantins na direção do Itacaiunas. O governo do Pará apoiou este movimento, numa manobra política para afirmar seu domínio sobre os limites litigiosos do Estado. Dele um grupo maior de criadores, liderado pelo Cel. CARLOS LEITÃO, antigo deputado provincial, recebeu em 1895 não só uma bela dose de contos mas também a posse de um território grande, para ajudá-lo a fundar uma colônia: o Burgo Agrícola de Itacaiunas, bem próximo do atual sítio de Marabá.

Este ponto inicial de colonização, de onde partiriam em busca de sonhados campos naturais para o Oeste, chegou a ter "plantações magníficas" e uma centena de cabeças de gado. As primeiras explorações do Itacaiunas entretanto levaram à descoberta de cauchais, do que resultou - diante da forte pressão que representavam os altos preços da goma no mercado internacional - a desagregação do Burgo.

A atividade extrativa -a princípio castanha e caucho, porém cada vez mais só caucho - passou a dominar a área. As fazendas se transformaram em meros entrepostos comerciais - praticando, quando muito, uma agricultura e uma pecuária de subsistência - e em reservas de mão-de-obra. Todo este desenrolar se deu clara e diretamente como consequência de uma solicitação das economias de países centrais, isto é, para atender às necessidades imediatas de borracha da indústria automobilística nascente. A atividade extrativa com este vínculo estreito e direto com o mercado externo levou à constituição de uma estrutura social particular.

1.2 - O predomínio de um grupo

Com a certeza dos cauchais, começou a afluir grande quantidade de gente para a área, vinda do Maranhão, Goiás, e es

tados do Nordeste. Os nordestinos já de antes vinham acorrendo à Amazônia, expulsos pela incapacidade do latifúndio em absorver mão-de-obra, agravada pela seca e pela decadência da cultura do algodão (cf. Cap. 2, item 1.4). Qualquer um podia internar-se na mata para buscar a goma. Não havia o problema da posse da terra. Esta era superabundante. Contudo, duas coisas se faziam necessárias para que a exploração se desse: capital e meios de comercialização.

A borracha - também a castanha - ao contrário dos produtos agropecuários, não tem valor de uso para quem a produz. A atividade extrativa supõe portanto a disponibilidade de um capital acumulado relativamente alto, para a aquisição de mercadorias que garantam a subsistência dos que a ela se entregam. E também meios de fazer o produto chegar ao mercado - que não é o local - onde pode realizar seu valor.

Isto fez com que logo de início sobressaísse a figura do comerciante - muito mais do que a do dono de terras, que precisava do financiamento dos primeiros. Eram os homens que vinham com alguns recursos, ou que conseguiam, nesta fase inicial, investir no comércio algo do que ganhavam na própria área. Foram eles que, estabelecendo-se na foz do Itacaiunas de onde podiam dominar as duas vias de escoamento da região (o Tocantins e o próprio Itacaiunas), deram origem a Marabá. Vendiam as mercadorias necessárias ao indivíduo para que se internasse na mata. Como essa venda - o chamado aviamento - era geralmente a crédito, este se comprometia a entregar o produto ao mesmo comerciante, que tinha condições de fazê-lo chegar ao mercado.

1.3 - Algumas características sociais

A extração da borracha - tanto quanto a da castanha que a substituiu depois - é uma atividade sazonal, que ocupa mão-de-obra numa parte do ano apenas. Nesta ocasião, grande quantidade de gente de diversas procedências convergia para a área. Não se tratava, portanto, de uma população estável, interligada por laços de amizade ou fidelidade - presentes nas situações de coronelismo tradicional.

Isto, mais as dívidas e possibilidades de burla próprias do sistema de aviamento, explica o clima de grande violên-

cia aberta que sempre caracterizou a área, para o que também contribuiu o seu isolamento. Além disso, uma orientação aventureira, especulativa, mercantil, secular, impregnou de cedo toda a sociedade, já que o comércio e o financiamento constituíam a base das relações sociais todas.

A grande flutuação da população também gerou os problemas de bigamia, mancebia, etc.: o indivíduo largava a família no local de procedência e constituía outra. A presença de grande quantidade de homens - em proporção ao número de mulheres - e de dinheiro deu lugar ao crescimento da prostituição.

Essas características da sociedade que se instalou na área são assim facilmente relacionáveis com o tipo de atividade econômica dominante.

2 - A ESTRUTURA E SUA EVOLUÇÃO

A estrutura econômico-social que se formou para a extração da borracha não sofreu alteração significativa com a queda do produto em 1919. A extração da castanha - que ainda hoje constitui a atividade econômica principal da área - manteve a mesma estrutura. Por isso, para analisarmos esta estrutura com um pouco mais de detalhe, na sua determinação da natureza da sociedade local, na sua evolução, podemos começar já no "ciclo da castanha", sem deixar com isso de captar as mudanças mais significativas.

2.1 - A exploração do trabalho

A relação entre aviador e coletor foi-se tornando uma relação de exploração cada vez mais acentuada. Os mecanismos foram os de comercialização e depois os político-legais. A desorganização dos trabalhadores - favorecida pelo isolamento em que trabalhavam - a sua "formação" anterior, seu baixo nível de aspirações e, finalmente, a coerção física aberta, o permitiam. A "cadeia de exportação", como veremos mais adiante, segundo a "lógica" dos grupos dominantes, o exigia. Uma certa mobilidade social ascendente deve ter havido na medida em que alguns coletores obtinham saldo e eram capazes de investi-lo no comércio. Isto porém se foi tornando cada vez mais difícil na medida em que

a estrutura se polarizava.

Na medida em que se acumulava mais capital, a atividade extrativa se expandia. Já se exploravam os castanhais mais distantes do comércio de Marabá. Isto foi o que deu lugar a presença cada vez maior do "barracão", espécie de armazém dentro da mata, ao qual os castanheiros tinham de recorrer, quaisquer que fossem os preços, com margem cada vez menor de alternativas à proporção que a distância da "beira" e de Marabá aumentava.

Por outro lado, o aparecimento dos "motores", embarcações com motor diesel de 40 a 120 h.p., permitiu mais ainda que os aviadores isolassem os castanheiros na mata, extinguindo para estes a possibilidade de especulação da época dos barcos a remo em que eles próprios podiam transportar o produto do seu trabalho até as vilas e obter um melhor preço. O controle desses "motores", pelo investimento maior que exigiam, não podia ser distribuído igualmente.²

A instabilidade na produção decorrente de fatores naturais, a insegurança do sistema de arrendamento de castanhais a prazo (que veremos adiante), a inconstância dos preços no mercado internacional, e a sujeição econômica a outro nível, exigiam dos aviadores - segundo a lógica de um sistema que em última análise os privilegiava - a exploração que os mecanismos acima apontados propiciavam.

Por mais que se tentasse reduzi-lo, a atividade de extração da castanha implicava um investimento relativamente volumoso, com a manutenção de sua mão-de-obra a crédito, o transporte e a armazenagem do produto e um mínimo de obras no castanhal para facilitar a produção e o escoamento. Por isso os aviadores são obrigados a se deixarem financiar pelos poderosos grupos exportadores estabelecidos em Belém. Estes últimos, com o seu poder econômico e político, com o virtual oligopólio que mantinham, eram capazes de descarregar boa parte dos efeitos das oscilações de preços no mercado internacional em cima dos grupos de Marabá. A Associação de Castanheiros e a Maçonaria foram formas de integração que a elite local buscou para se defender, sem muito sucesso.

2. Uma análise detalhada do sistema de aviamento se encontra no Capítulo 3, "Aviamento: uma Relação Social Básica na Amazônia".

2.2 - Apropriação e expropriação

O fato de predominarem os castanhais "livres" de qualquer forma permitiu uma menor polarização das classes, na medida em que a dominação não se cristalizava na propriedade. Ao menos tecnicamente, qualquer um podia coletar em qualquer castanhal. Nesse sistema, porém, a área não podia integrar-se adequadamente na sociedade nacional. A sua plena incorporação exigia a formação de uma estrutura de "lideranças" definidas, comprometidas com o sistema dominante, e que prolongassem a nível local a escala de hierarquias em que se apoiava. Isto se daria através do sistema de arrendamento de castanhais a título precário por parte do governo estadual.

O novo sistema começou a surgir a partir de 1925. Constituiu-se numa arma para favorecer os elementos da situação e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios - em geral por uma safra - podiam, a juízo do chefe político, deixar de ser renovados. Os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos deveriam retribuir politicamente a graça recebida. Tratava-se portanto da criação de uma oligarquia, tendo como esteio a camada de comerciantes; ou pelo menos da efetiva consolidação e institucionalização de uma oligarquia nascente sem a qual o sistema não se reconheceria.

O sistema chegou a Marabá quando a República Velha, a dos Coronéis, já se aproximava do fim. A Revolução de 30, porém, ao invés de anular a prática antiga, adotou-a. No Estado Novo, mais tarde, consolidou-se a legislação através de um decreto em que, ao lado da intenção estritamente política, o Governo, agora mais independente em relação ao poder privado, apresentou a intenção de uma certa racionalização da produção.

O decreto estipulava que os lotes não podiam exceder uma légua quadrada. O arrendatário seria obrigado a "promover a limpeza rigorosa dos igarapés e grotões, estradas e caminhos", manter um "roçado de 100m. quadrados para plantação de cereais", plantar 200 castanheiros e construir sólidos barracões. O contrato seria inicialmente por uma safra, e depois por 5 anos, podendo ser refeito caso não houvesse outro pretendente.

Na prática, pouco foi respeitado dessas exigências. Os lo-

tes se extendiam para duas ou mais léguas e um mesmo indivíduo mantinha sob seu controle diversos castanhais através do expediente de arrendá-los em nome de parentes. As benfeitorias não se fizeram, em parte devido à incerteza da posse. Esta incerteza também contribuiu para que os lucros fossem investidos fora da área.

Para os produtores diretos o novo sistema representou em grande parte uma expropriação. Os castanhais onde trabalhavam passavam de repente a ter "donos", que não eram eles. Permaneciam contudo alguns castanhais chamados "do município", teoricamente arrendáveis, do povo. Objetivamente representaram um papel na manutenção de uma fachada mais liberal ou paternal do sistema, constituindo-se num mecanismo para a eventual promoção individual de alguns a uma camada intermediária.

O sistema de arrendamento apenas a prazo, apesar de tudo, terá dificultado, até certo ponto, a concentração da posse da terra além de certos limites. Os arrendatários de castanhal mantiveram-se em mais de uma centena e, apesar de alguns serem bastante ricos, a maioria, em termos de estratificação social, constituiria uma espécie de classe média. O poder maior mantinha-se na mão dos comerciantes-financiadores, dos quais quase todos dependiam; e os maiores arrendatários eram também comerciantes.

Em 1954 porém, um novo passo era dado no sentido da expropriação. A Lei nº 913, ao contrário do decreto anterior, permitiu que, findo o prazo de arrendamento, ficasse assegurado ao arrendatário o direito de renovação. Este direito constituiu-se, na prática, numa forma de aforamento perpétuo, e teve consequências muito importantes.

A segurança da posse permitiu que dessa vez os arrendatários se interessassem em fazer os investimentos exigidos por lei. Mas não só esses: começaram também a desenvolver a pecuária. Esta desenvolveu-se estimulada pelo crescimento demográfico do Paraná e pelos esforços semelhantes feitos em áreas próximas por pecuaristas do Sul à beira das estradas que iam sendo abertas. Em termos econômicos, a pecuária trouxe um significativo progresso para a região.

2.3 - Progresso e concentração

Junto com a pecuária surgiram melhoramentos na infraestrutura material, vias de acesso, meios de transporte, e um melhor aproveitamento da mão-de-obra. Na época da safra os trabalhadores já não eram necessários em número tão grande. Com menos mão-de-obra no castanhal, o barracão passou a ter menos significado para os donos em termos de lucro. Enquanto isso, com a pecuária, terá aumentado a necessidade de mão-de-obra mais permanente o ano todo. Diminuiu assim o clima de aventura e violência. Como as pastagens deviam ser artificiais, exigindo investimento devulto, o gado não poderia ser o "curraleiro" ou "pê-duro". Como se tratava de gado valioso, o sistema da partilha - em que o vaqueiro depois de algum tempo tem direito a uma parte das crias - não interessava para o patrão. Surgia assim o vaqueiro assalariado.

Além da diversificação das atividades nos castanhais e da abertura da Belém-Brasília, a chegada de bancos veio também contribuir, decisivamente, para diminuir a importância do comércio de Marabá e dos exportadores de Belém como financiadores. Um certo conflito entre exportadores e produtores se tem tornado cada vez mais acentuado nos últimos anos.

Simultaneamente com essas transformações, vem aumentando a concentração na apropriação da terra. O número de "donos" de castanhal se reduziu acentuadamente e, nesse conjunto, concentra-se na mão de seis grupos maiores boa parte da produção. Um mesmo indivíduo ou grupo passa a controlar um número de castanhais e fazendas cada vez maior. As transferências de propriedade aumentaram, e no sentido da concentração. Como se passa tudo isso?

O novo modo impessoal de operação através de bancos surpreendeu alguns produtores que estavam acostumados a serem financiados pelos exportadores, sem dúvida mais flexíveis. Desde quando as possibilidades de crédito junto aos bancos são maiores, muitos "donos" se atolaram por falta de contabilidade e aplicação adequadas. Na nova atividade pecuária os lucros não são tão imediatos e alguns não tinham capital suficiente para um investimento de retorno mais demorado. Os investimentos infraestruturais necessários, por outro lado, fazem com que a criação só produza lucros efetivos quando os rebanhos têm mais de 400 cabeças. Finalmente, o

crescimento rápido dos rebanhos gerou uma corrida pela terra e por pastos artificiais.

2.4 - O lavrador e a concentração

Também há cerca de duas décadas, começara a se desenvolver na área a agricultura de terra firme. Trata-se de agricultores vindos sobretudo do Maranhão, expulsos pelo latifúndio e pela grilagem. Geralmente não se entregavam logo à agricultura. Empregavam-se em fazendas até fazer uma pequena acumulação ou orientar-se devidamente. Alguns trabalhavam na garimpagem até esgotar-se o garimpo. Outros buscavam os "castanhais do município", que até o final da década de 50 ofereciam algumas possibilidades, mas que vão aos poucos sendo invadidos pelos grandes patrões no processo de concentração, agora também com a pecuária, o que constituirá um fator de aceleração na passagem mais decisiva às atividades agrícolas.

São Domingos das Latas foi um aglomerado dos que esses agricultores constituíram, e aí têm acontecido conflitos bem típicos daqueles que os posseiros têm de enfrentar - com grandes donos de castanhais, naturalmente. Nesses conflitos os posseiros às vezes encontram "aliados". A prefeitura se preocupa pelo aumento da população por interesse comercial e político. Também há chefes políticos que tem representantes no local e devem manter sua "liderança". Além disso, os próprios grandes interesses entram em choque entre si. Na maioria das vezes, contudo, os conflitos terminam pela expulsão pura e simples dos posseiros.

São Domingos teve tempo de se desenvolver o suficiente para tornar impossível a tal expulsão sem indenização por benfeitorias. Em casos como esses os grandes interesses têm de buscar expedientes mais sutis e demorados para realizarem seu esforço de concentração, ao mesmo tempo em que buscam aproveitar o mercado.

Nesses conflitos a população se alinha evidentemente segundo a estratificação social. Os pequenos comerciantes locais, que são também camponeses remediados, tendem a ter uma posição ambígua. São eles geralmente as lideranças políticas locais, representantes de algum grande de Marabá, por quem são financiados, passando a bancar também "patrões". Defendem os interesses das massas quando se confundem com os seus.

A estratificação social em São Domingos se apresenta assim:

a) grandes fazendeiros (vindos de Marabá) - ênfase quase absoluta na pecuária (além da castanha);

b) camponeses remediados - pecuária e agricultura, distinguindo-se uma camada superior mais ligada ao comércio em que a pecuária predomina e uma inferior em que se reduz a umas poucas cabeças de gado,

c) pequeno camponês (a maioria) - só agricultura.³

Ligada à insegurança de suas vidas, os camponeses alimentam uma profunda "desconfiança" pelo sistema, que é bem característica da classe. Temem a volta ao "cativeiro". Um episódio recente do estouro de uma cooperativa foi um duro golpe para os que começavam a desenvolver uma mentalidade mais "moderna" e fortaleceu essa desconfiança como sua defesa principal. Enquanto isso as grandes exigências para titulação tornam literalmente impossível ao camponês a efetivação de sua posse sobre a terra.

2.5 - A integração recente

As modificações mais recentes reforçam as tendências que até aqui vinham se manifestando. A chegada da Transamazônica foi certamente uma desvantagem para aqueles que monopolizavam o comércio local. A nível político a oligarquia local teve seu poder diminuído de certa forma. O estilo pessoal de dominação, "coronista" supõe um maior grau de isolamento e é incompatível com um maior grau de modernização da sociedade. Modificações na política a nível nacional, sobretudo depois de 1964 - e que agora atingem a área de forma mais direta - trazem um esquema um tanto diferente daquele da República Velha, em que os grupos e as atividades tradicionais já não detêm a hegemonia. Por isso alguns setores populares mais urbanos vêm na nova integração a chegada do império da lei, que estaria acima de poderes pessoais.

Na verdade, isso tudo revela a presença de um poder maior e mais impessoal, ligado a fortes grupos do grande capitalismo

3. VELHO, op. cit., p. 116.

ralmente estrangeiros e do Centro-Sul: os pecuaristas comprando gigantescas fazendas e, no caso de Marabá, também a mineração.

No que diz respeito às consequências para o campesinato, a história recente da região ao sul de Marabá (Conceição e São Félix do Araguaia, por exemplo), as expulsões dos posseiros de suas terras agora supervalorizadas, é bem reveladora. Aqui novamente, o "progresso", a "racionalidade", são as justificativas. O regime de escravidão dos peões que trabalham no desmatamento, também, revela até que ponto a situação do trabalhador poderá mudar com a modernização.

Aqui tocamos num ponto importante: o da relação entre o mo derno e o tradicional. O tipo de modernização em curso na Amazônia e em outras partes do país não prescinde de formas tradicionais de exploração da força de trabalho (cf. Capítulo 3). Baseia-se na exploração de mão-de-obra barata e abundante sem alternativa ocupacional e se volta igualmente para a exportação. Daí Daí aue não existe um verdadeiro conflito de interesses entre os gru pos modernizantes e a oligarquia mais tradicional cuja relativa diminuição de poder não se faz a favor do povo. Uma reforma agrária verdadeira, por exemplo, está fora da cogitação de ambos.

Nesse contexto, a colonização do INCRA, artificial, cara e limitada - independente das intenções que seus agentes possam ter - é mais um paliativo (cf. Capítulo 4). Em Marabá, ignora toda a colonização espontânea, de volume muito maior, que se faz na área e que deveria ser acompanhada e assistida. A situação concreta que descrevemos em São Domingos exige claramente um outro tipo de ação.

IIa. PARTE

ESTUDO DE CASOS

CAPÍTULO 8

A COMUNIDADE AMAZÔNICA EM TRANSIÇÃO

Esquema do Capítulo

1 - UMA COMUNIDADE INSTÁVEL

- 1.1 - A conquista provisória da terra
- 1.2 - Uma solidariedade em torno das desigualdades
- 1.3 - Uma consciência social dividida

2 - A COMUNIDADE SOB NOVAS FRENTE DE EXPANSÃO

- 2.1 - As frentes de expansão
- 2.2 - A comunidade aberta à mudança
- 2.3 - Os "posseiros" como grupo camponês emergente

Não descrevemos aqui uma comunidade particular com a sua história e problemas singulares. Interessa muito mais recolher algumas situações típicas, comuns aos pequenos núcleos rurais da Amazônia. Sobretudo preocupa-nos localizar as situações-ponte, de mudança de transição.

Questão prévia: tal transição pode ser descoberta dentro das comunidades? As populações rurais da Amazônia são consideradas 'tradicionais', 'atrasadas', desvinculadas do setor 'moderno', 'avançado' e 'urbano' das capitais ou grandes cidades. Aquelas seriam 'fechadas' e estas 'abertas'.

Para quem visa a mudança social, esta contraposição 'fechado/aberto', 'tradicional/moderno' costuma traduzir-se na identificação, de um lado, entre abertura, mudança e modernização, e, de outro, entre tradicional, fechado e estático. Portanto, as comunidades rurais, sobretudo quando tão distanciadas no tempo e no espaço como as Amazônicas - em relação à sociedade nacional - só teriam que ser mudadas por fatores externos (líderes, técnicas, inovações) que incidiriam sobre uma estrutura monolítica e fechada, para quebrá-la, assimilando-a aos ritmos, valores e tendências da sociedade ambiental.

Claro está que tal abordagem torna impossível ou desastroso o processo de desenvolvimento comunitário, transformando-o em mecanismo de manipulação.

Ora, na realidade, as comunidades rurais amazônicas - das indígenas às civilizadas, das caboclas às modernizadas - só deveriam ser compreendidas como conjuntos sociais dinâmicos. Três mecanismos, a modo de eixos entrecruzados, constituem esse dinamismo:

- o mecanismo sócio-político das relações mútuas entre grupos de diferentes ocupação, riqueza, prestígio, poder, etc.

- o mecanismo econômico (técnicas, funções, produtividade, etc.) com que todos esses grupos constitutivos da comunidade enfrentam a natureza envolvente em atividades como pesca, caça, agricultura, colheitas.

- o mecanismo cultural com que as relações anteriores (so-
ciais e econômicas) são interpretadas e reformuladas continua-
mente na consciência social em sistema de normas, imagens, mi-
tos e valores.

Esses três eixos articulam-se tão estreitamente que qual-
quer alteração - vinda de fora ou saída de dentro - só poderá
verificar-se em um deles se acompanhada de semelhantes mudanças
nos outros.

Nesse sentido, as frentes de expansão econômica que hoje
penetram na Amazônia são um impacto gigantesco mas informe, cu-
jas conseqüências para fins de sentido da mudança que ele provo-
cará, ficam dependendo também da sua interferência no pré-existen-
te equilíbrio das atividades econômicas dos grupos sociais e da
consciência destes.

1 - UMA COMUNIDADE INSTÁVEL

As comunidades amazônicas surgem e mudam, cada vez mais
aceleradamente, em situações de instabilidade, a partir das duas
bases econômicas precárias que geram sistemas de solidariedade
do tipo familiar, envolvendo-se em uma consciência fundamental-
mente dividida e insegura.

1.1 - A conquista provisória da terra

A terra é o chão da comunidade rural. E, na Amazônia, a
terra foi até hoje sobretudo mata, impenetrável, ilimitada, de-
socupada mas hostil, sem dono visível e, por isso mesmo, facil-
mente povoada - para a imaginação do nativo - de um mundo sobre-
natural. É a terra-mata dos homens que pescam, caçam, são cole-
tores (de castanha, borracha, minérios) e de dedicam a uma a-
gricultura preferentemente de subsistência.

Diante dessa imensidão da mata, a mão-de-obra resulta es-
cassa e impotente. Índios, primeiros colonizadores e migran-
tes espontâneos vão formando grupos de família, isolados entre
si, itinerantes, internando-se na selva. Seguem o curso de rios
e igarapés. Ou, quando mais corajosos, talvez se arriscam des-

viando-se para a terra firme. De qualquer recanto, em todo caso, tomam apenas posse provisória, em estilo de ocupação, anterior à lei em geral e também à luta de interesses.

Essas comunidades de coletores e pequenos camponeses porém, não estão 'fechadas' na economia de subsistência. Elas são integradas (e exploradas) pelo mercado nacional. O sistema de 'aviamento' - como foi exposto no Capítulo 3 - é o cordão umbilical, fino e resistente, que alimenta um vai-e-vem desequilibrador: suga os frutos da terra e do trabalho da comunidade e, por outro lado, alimenta-a de alguns bens essenciais (certos alimentos, instrumentos de trabalho) e de muita aspiração e sonho. O desequilíbrio da troca aparece na forma de dívida contínua e por vezes crescente do coletor com o comerciante.

O cultivo agrícola, de subsistência ou pequeno comércio local, exerce a função simultânea de fuga e complemento da atividade de extrativa. À procura de autonomia, na produção dos meios de vida para si e para a própria família, o camponês amazônico arredonda o próprio salário e as próprias dívidas. E espera - mão-de-obra disponível e barata - o tempo da nova colheita.

1.2 - Uma solidariedade em torno das desigualdades

Em geral os núcleos rurais da Amazônia encontram o seu instrumento de coesão em redes que articulam relações de tipo familiar, do âmbito mais próximo (marido, mulher e filhos) ao mais longínquo que abrange toda a população. Uma ordem, hierarquizada, orgânica, revela e mantém todo gênero de desigualdade econômicas e culturais.

Inteiras famílias, ontem como hoje, deram origem a numerosas cidadezinhas da Amazônia. Foi suficiente para isso o aventureirismo revestindo a necessidade de um progenitor migrante (por própria ou alheia vontade). Assim São Domingos das Latas - no sul do Pará - surge em 1951 pela presença, no lugar, do cearense SERAFIM que lá chega através do Maranhão e lá se instala - num velho acampamento de castanheiros cheio de latas - conseguindo reunir em torno a si, até 1964, cerca de 80 parentes. Índios famosos e velhos caboclos, procurando maior liberdade, melhores cas

tanheiros ou mais abundante borracha, deram semelhante origem com suas descendências entrecruzadas a distritos mais ou menos populosos e evoluídos.

Mas mesmo quando não se trata de núcleos originários de um único tronco familiar, complexas redes de parentesco vão envolvendo a maioria da população, não ultrapassando apenas os muros da própria classe ou cor. É parte considerável da liderança contar em torno de si (e mesmo nos sítios próximos) vários filhos ou irmãos casados, com a correspondente clientela de descendentes.

Os círculos dos parentes se alarga de modo decisivo pelo compadrio: também e sobretudo da classe trabalhadora para a dos 'senhores'. Compadrio é a relação social de solidariedade que une, em primeiro lugar, os padrinhos de batismo (é essa uma função social essencial deste) de uma criança com os pais desta e com ela mesma. Mas um batismo só não daria muito compadre. De modo que existe além desse, o compadre de crisma, o compadre de fogueira - adquirido pelo salto cruzado, e de mão dada, da fogueira de São João - e compadre de simples mútuo acordo. Compadre, finalmente, é também o santo que dá nome aos filhos da gente. Ora, compadre não é qualquer um. Compadre ao contrário de pai e mãe, é escolhido, e se escolhe quem pode ajudar. Compadre é, portanto, a procurada abertura além dos próprios parentes e, preferentemente, para a classe superior, mesmo que esta ofereça seus intercessores 'de fora', da outra cidade, da sede, da capital, e até - como no caso do santo - do outro mundo.

Instituições como as confrarias, os 'puxirões' (mutirões), associações de vizinhança ou com fins de assistência, educação, etc., recolhem e fazem circular as forças de coesão de origem religiosa e cultural.

Todas as redes da solidariedade são necessárias justamente para amarrar interesses divergentes e opostos.

O barracão, ao lado do porto, no centro da rua principal, é o coração da sede municipal e da sua periferia rural. Perto destacam-se os edifícios da igreja e da prefeitura, ainda entre casas de fachada colorida e algum bar. Além, do outro lado do rio, barracas de taipa: as mais distantes, do pior aspeto. É

a geografia da cidadezinha comum refletindo as classes hierarquizadas.

O histórico de cada núcleo populacional é esse processo de diferenciação de grupos, mais ou menos rápido, mais ou menos complexo, mas tendo sempre como própria fonte envenenada o berço do barracão. A vila de Itamarati, na região de Tefé (Estado do Amazonas) é um exemplo. Os padres que lá chegaram em 1958 encontraram apenas o barracão do seringal 'Santos Dumont'. Lá começaram a reunir-se, descendo pelo rio Juruá, famílias de seringueiros: "lá era melhor o leite de borracha e o divertimento e o estudo dos filhos". Mas, antes da escola, da capela e da prefeitura, lá estava já o barracão mantendo a forma essencial de dominação. Em 1971 Itamarati contava com 400 habitantes no núcleo e mais 8.600 na periferia.

O que nos interessa acentuar na análise desta gênese e evolução da comunidade típica amazonense é a íntima conexão entre as forças que constituem a sua solidariedade e as que provocam a sua desintegração. O professor ROBERTO SANTOS sintetizou assim essa situação:

Se (o homem amazonense) permanece sedentariamente ligado a núcleos de alguma concentração populacional, é por um impulso de sociabilidade. Renunciar a essa atitude implicaria um isolamento físico ainda maior que o atual, o despojamento total das condições mínimas de vida 'civilizada' (...). Ora, as condições de "civilização mínima" só se tornam possíveis por uma integração naquilo que talvez mereça o nome do mercado: o sistema local de trocas. Embora baseado parcialmente no escambo, esse sistema leva o homem a conhecer também o dinheiro, os tecidos, o querosene, os instrumentos musicais (...). Paga por isso um alto custo humano: a situação de dolorosa inferioridade nas barganhas do incipiente 'mercado', que origina a sua sujeição econômica, condicionadora, por seu turno,

de outras formas de sujeição.¹

Nas cidadezinhas rurais mais populosas a divisão dos grupos sociais pode tornar-se mais complexas mas se reduz, em definitiva, à polarização entre "gente de primeira classe" (ou gente de cidade) e o resto. Chefiando a gente de primeira está o patrão: dono do castanhal e/ou administrador do barracão, ele é, ao mesmo tempo, o chefe político do lugar. Os favores econômicos, que recebe dos grandes proprietários e firmas comerciais de Belém e Manaus, e que dá, em migalhas, à população local, devem ser pagos com fidelidade política; funcionários de prefeitura e de instituições de saúde ou educação mantêm a própria unidade além de quaisquer divergências de partidos locais.

No nível mais popular ainda se distinguem três grupos, diversamente constituídos segundo as circunstâncias:²

- médios proprietários, de glebas, castanhais ou seringais dispõem de certa quantidade de mão-de-obra (familiar ou não), dependendo, porém, de capital emprestado a juros altos pelo patrão maior, a quem devem vender os produtos 'na folha', além de servi-lo como 'cabos eleitorais' ou semelhantes;

- alguns 'posseiros', chegados com alguma poupança ou fugindo a dureza dos trabalhos na colheita, abrem uma roça entre florestas, plantam mandioca e milho até conseguir algumas sobras para o mercado local; dedicam-se também à caça e à pesca, como base para a própria subsistência; mas a própria segurança e autonomia não vai além da provisoriedade da propriedade da terra e da sua inserção no mercado;

- finalmente, o coletor (de castanha ou borracha, em geral) vende a sua força de trabalho ao patrão, sem conseguir pagar com esta a farinha, o café, a carne seca, o açúcar, a munição e a pilha de lanterna indispensáveis para a própria vida e trabalho.

1. ROBERTO SANTOS, "Visão crítica da situação do homem rural amazônico", Pará-Desenvolvimento, nº 12/13, p. 100.

2. Cf. ROQUE DE BARROS LARAIA - ROBERTO LA MATTA, Índios e Castanheiros, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, pp. 52-57.

1.3 - Uma consciência social dividida

A solidariedade entre desiguais, que acabamos de descrever só pode encontrar justificacão e, ao mesmo tempo, reforcamento, em uma consciência social dividida que reflete tanto a coesão de tipo familiar como a invasão do 'branco', do estranho. Nesse sentido, a situao cultural do caboclo, como desencontro entre o indígena e o branco, exige uma mais profunda análise, prévia a qualquer trabalho sério de educao comunitária na rea. Sobretudo quando esse desencontro cultural começa a coincidir - pelo avanço das frentes de expansão econômica - com as tensões de classe.

De um lado, a consciência do caboclo, pela interiorizao em curso do mundo dos brancos, está dividida em duas:

uma voltada para os seus ancestrais, outra para os poderosos homens que o circulam.³

De outro lado, esse mundo dos brancos  o mundo das classes, em cujo proletariado agrário o caboclo vai inserindo-se. Interessaria, para um processo de educao e participao ativa na mudança, a compreensão dessa dupla divisão, como um processo que implica, simultaneamente, transformaes na atividade econômica da comunidade, na sua reorganizao social e na interpretao consciente dessas transformaes externas. Vamos exemplificar esse processo em uma situao que conjuga o predomínio de uma economia extrativista (colheita de frutos, caça e pesca), um elementar sistema de trocas, a nível de parentesco, e uma consciência de azar ou 'má sorte'.

A 'panema'  o conceito amazônico mais próximo do que chamamos azar. Mas o amaznide não se conformaria com um azar sem explicaes possíveis ou com explicaes de tipo probabilístico, como "não ganhei na esportiva: azar!". A panema tem a sua lógica, a lógica do ser azarado, de quem não poderia esperar outra coisa. Talvez o motivo dessa racionalizao exigida pela panema seja a sua frequência e a sua incidência em aspetos básicos da existência.

3. ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA, O indo e o mundo dos brancos. São Paulo, Pioneira, 2a. ed., 1972, p. 83.

cia. Esta não teria o mínimo indispensável de racionalidade humana se a panema não contasse com 'regras'. Seria o outro lado do fatalismo-passividade: a exigência de explicação. A lógica parece sempre na forma deste semelhante enunciado: se alguém fizer isto, então pode estar certo de que ficará 'empanemado'.⁴

Enumeremos alguns casos:

1. Se um companheiro invejar o maior sucesso de outro na caça ou na pesca, o invejado poderá ficar panema.
2. Se uma mulher menstruada tocar num dos instrumentos de caça ou pesca de um indivíduo, este instrumento ficará panema.
3. Se um indivíduo lavar a peça abatida ou mesmo as mãos num igarapé e sujar a água, ele atrairá panema da mãe do igarapé ou ficará por ela assombrado.
4. Se crianças, mesmo os filhos, desejarem muito determinado alimento que lhes é negado, quem negar poderá ficar panema.
5. Se um peixe apresado com linha nova for comido por alguém fora da 'família direta' do pescador, tanto a linha como o pescador estarão vulneráveis à panema.
6. Se restos de sangue de caça ou peixe são jogados em uma trilha onde alguém pode pisá-los, e não na mata, onde ninguém transita, o caçador poderá ficar panema.
7. Se um indivíduo urinar ou defecar num pedaço de caça ou peixe ou atirar o pedaço na fossa sanitária, o caçador ou pescador ficará panema.

Seria muito curto o comentário que se reduzisse a ver aí o 'fatalismo', a 'superstição'. Seria mais inteligente procurar na lista um sistema de sanções. Mas estas têm uma razão vital de ser. A caça e a pesca, como a colheita, não são um 'esporte' na Amazônia: são, para os coletores de beira-rio, uma atividade ecônômica básica. Esta consiste no enfrentamento de uma natureza

4. Cf. CHARLES WAGLEY, Uma comunidade amazônica, São Paulo, Brasiliense, 1967, pp. 116-123 e ROBERTO DA MATTA, Ensaio de Antropologia Estrutural, Petrópolis, Vozes, 1973, pp. 63-92.

'hostil', e com instrumentos ou técnicas muito débeis. Esse enfrentamento é um risco inevitável e exige uma 'sabedoria': antes da atividade (casos 1 e 2) e durante elas (caso 3).

Essa atividade econômica tem como objetivo a distribuição social de alimentos: obrigatoriamente 'dentro' da própria família (caso 4) e com periculosidade 'além' do círculo de parentes próximos (caso 5). As distâncias entre próximos e estranhos ou inimigos tomam feições econômicas: os próximos devem auxiliar-se mutuamente pela distribuição de bens e serviços, enquanto as pessoas estranhas são ficam distantes pelo afastamento daquilo que pertence aos próximos. A dificuldade dessa fronteira se abrir nasce na escassez de bens, que motiva também a preocupação com o seu desperdício (caso 7). Finalmente, uma preocupação de manter o difícil equilíbrio entre o uso individual e coletivo desses bens é a raiz dos casos 1, 3, 6 e 7.

Se uma pessoa utiliza os recursos naturais de modo a respeitar esse equilíbrio, nada lhe acontece. Mas se usa estes mesmos recursos visando apenas seus interesses pessoais (ou seja: de modo anti-social) fica sujeito a sanções super naturais.⁵

A concepção de panema aparece assim como o instrumento mental que explica, complementa e reflete a insegurança social e econômica de uma comunidade. Esse próprio traço da consciênciasocial é já a expressão de mudança nas relações econômicas entre o homem e uma natureza que começa a ser utilizada como fonte de lucro, nas relações sociais que se alteram fundamentalmente pelo descontrole das trocas, pela alteração das distâncias entre grupos e dos papéis sociais desses grupos. Essa 'crise' da consciência se aprofunda a partir de brechas que se abrem no sistema de técnicas de produção, contratos de trabalho, sistema de comércio e, em geral, de relações sociais.

2 - A COMUNIDADE SOB NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO

Os fatores de instabilidade das comunidades amazônicas -

5. MATTA, op. cit., p. 38.

basicamente as suas relações com o mercado global e com a terra - estão sendo profundamente alterados pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Configuram-se, portanto, e são interiorizadas na vida econômica e social da comunidade mudanças que atingem particularmente certos grupos sociais tornando-os assim mais predispostos a reagir em termos de participação nessas mesmas mudanças.

2.1 - As frentes de expansão

O estímulo decisivo das atuais frentes de expansão nas regiões semi-ocupadas do Brasil é econômico. Em particular, a re incorporação da Amazônia à economia nacional acontece justamente no momento em que esta se volta com especial agressividade para o mercado externo. Os imensos recursos naturais da Amazônia - objeto da velha cobiça internacional - começam a ser importante parcela nos canais da exportação. Pecuária e mineração, juntas com o já tradicional extrativismo vegetal (da madeira, da borracha, da castanha, etc.), recebem os mais vultosos incentivos de capital. As firmas exportadoras de Belém e Manaus se unem Bancos com o novo sangue de fundos nacionais e internacionais. O sistema fluvial de transporte é implementado com uma rede de estradas. E o moderno sistema mercantil revigoriza os velhos mecanismos de troca cujo terminal é o barracão no meio de cada comunidade rural.

Conhecemos bem o conjunto de desequilíbrios e desigualdades provocado por esse sistema de trocas: ele distribui o excedente do trabalho rural entre proprietários da terra, comerciantes (próximos e sobretudo longínquos), industriais das matérias primas em questão. O campesinato, portanto, começa a vincular-se mais estreitamente com um mercado regional-nacional-mundial & tradicional estilo primário-exportador. A consistência local deste é mínima, sujeito como está a um restrito número de produtos - com preços variáveis e ínfimos na mão do produtor - e cuja venda se liga a colheitas de caráter sazonal. Nessa instabilidade das trocas, a coletor direto é duplamente atingido: como vendedor do produto exportável a preços mínimos e como comprador de bens de subsistência e instrumentos a preços máximos.

Simultaneamente, a rede de laços mercantis estendida pe-

la frente de expansão, querendo-se firmar, amarra-se sobretudo ao recurso básico da Amazônia: a terra. A terra-mata, hostil para o caboclo inerme, timidamente ocupada (como pública ou 'devoluta') pelo posseiro em pequenas clareiras, incorpora um novo valor - o valor de troca - e se torna mercadoria altamente cobigada: pelo seu destino a grande empreendimento, pelas novas técnicas de derrubada, plantio aéreo, extração mecanizada (de minérios, madeiras ...), facilitado transporte dos seus produtos. Surge - ou se torna efetiva - a grande apropriação. E com esta surge o grande proprietário: o antigo comerciante regional, a empresa madeireira do Sul, o banqueiro e o industrial nacionais ou estrangeiros.

2.2 - A comunidade aberta à mudança

O homem rural da comunidade amazônica, mais vinculado ao mercado global e à grande propriedade, é arrancado da própria autonomia (mesmo que precária) de pescador-caçador-coletor-agricultor de subsistência. Ele é assim envolvido na ponta do gigantesco 'pião' que é a sociedade capitalista e que se reproduz, em diversa escala, nos níveis regional e local. Para o camponês da Amazônia vale, como para nenhum outro, a afirmação de IANNI:

O trabalhador rural é o elo mais fraco na cadeia do sistema produtivo que começa com a sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco.⁶

Esse maior envolvimento do camponês amazônico nas forças de produção e mercado nacionais comporta transformações da comunidade em que ele vive.

Trata-se, em primeiro lugar, do crescimento populacional. É um exemplo típico o incremento verificado no número de municí-

6. OTÁVIO IANNI, "Relações de produção e proletariado rural em Vida rural e mudança social", São Paulo, Editora Nacional, 1973, p. 193.

pios e distritos do Pará, entre 1960 e 1970, devido em grande parte à abertura da Belém/Brasília.

	C E N S O S			
	<u>1940</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
Número de <u>muni- cípios</u>	53	59	60	83
Número de <u>dis- tritos</u>	155	159	160	211

FONTE: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1970, VIII, p. 81.

O crescimento populacional está implicando aumento das migrações rural-rural e rural-urbano, a superação do isolamento de pequenos núcleos, a abertura dos clãs familiares, diversificação maior e mais diretos confrontos entre grupo de diferentes rendas, a cristalização de pequenos estatos intermediários (de funcionários, médios proprietários e comerciantes, etc.), maior exposição aos meios de comunicação, padrões de comportamento e valores urbanos e, portanto, crise da mentalidade anterior (religiosa, moral, etc.). É deste conjunto de transformações que emergem grupos estrategicamente situados para encaminhar a mudança da comunidade, seja no sentido de subordiná-la aos interesses dos novos donos, seja no sentido de 'libertá-la'.

2.3 - Os 'posseiros' como grupo camponês emergente

Em duas categorias extremas poderíamos classificar o imenso exército de trabalhadores rurais: a dos propriamente camponeses, típica de regiões em que a terra é abundante, a mão-de-obra escassa e que estão mais fraca e recentemente vinculadas com a sociedade nacional; e a dos propriamente proletários, característica de áreas em que a terra é escassa (ou está já faz tempo ocupada), a mão-de-obra abundante e que estão mais integradas na sociedade global.⁷ Se o típico proletário rural surge em regiões de antiga colonização, como a Zona da Mata de Pernambuco, o camponês é característico de regiões recentemente ocupadas ou

7. Cf. sobre essas classificações, GUILHERME VELHO, "O Conceito de camponês e sua aplicação ao meio rural brasileiro", em América Latina, jan./março 1969, p. 101.

em ocupação. Na Amazônia concretamente o camponês é 'posseiro'. Este - mesmo que seja também coletor ou assalariado em alguma época do ano - se caracteriza pela posse e beneficiamento relativamente provisórios de um pedaço de terra arrancado à mata.

O núcleo populacional que melhor corresponde às condições de posseiro é o 'centro'. Este tipo de conglomerado rural se multiplica durante a última década, sobretudo no Estado do Pará, juntamente pelo movimento espontâneo de ocupação de terras 'no interior', isto é além das 'beiras' -rio ou 'beiras' -estrada.

O 'centro' é o local onde se encontra a roça de um ou mais lavradores. E, pelas razões indicadas acima, define-se também no contexto da oposição a uma outra categoria, a beira (do rio). A beira é entendida como o lugar onde se situam os aglomerados maiores e mais antigos, ou o que poderíamos chamar de civilização. Em contraste, o centro está ligado à idéia de centro da mata; portanto próximo e em contato com a natureza não controlada pelo homem. ⁸

A originalidade e interesse do 'centro' é a sua tendência a reproduzir a velha autonomia relativa da comunidade rural (no roçado agrícola, na terra de ninguém, em pequenos núcleos), mas dentro do âmbito dominado pela cidade mais modernizada da 'beira'. Temos assim uma polarização que poderíamos esquematizar nas seguintes oposições: ⁹

<u>Centro</u>	<u>Beira</u>
Prevalência de agricultura em regime de pequenas posse de terras devolutas e não controladas; gerando pequenos distritos de um grupo social re-	Prevalência do extrativismo sob regime de grande propriedade mais ou menos legalizada e controlada; dando lugar a cidades ou vilas com grupos sociais com

8. GUILHERME VELHO, Frentes de expansão e estrutura agrária, Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 102.

9. Ibid.

lativamente uniforme e mais plexos bastante vinculados à so-
isolado ou autônomo em rela ciedade nacional.
ção à sociedade nacional.

A dinâmica complexa da relação centro-beira constitui u-
ma forma concreta da dinâmica de classes representadas pelo pos-
seiro e pelo grande proprietário. Evidentemente o grupo de pos-
seiros, em geral, só encontra na terra meios de subsistência; mas
com estes mantém o mínimo de liberdade para não cair na depen-
dência total da grande propriedade que, da 'beira', o solicita
como mão-de-obra sazonal ou o ameaça como pequeno concorrente na
posse. O posseiro, portanto, no puxa-afrouxa do contrato de tra-
balho, tem mais amplo campo de manobra do que, por exemplo, o
peão (diarista ou morador) sobretudo nas circunstâncias de es-
cashez de mão-de-obra predominantes na Amazônica rural.

Por outra parte essa pequena chance de conseguir um me-
lhor salário fica condicionada a uma posse cada vez mais insegu-
ra da terra, sob a pressão das frentes de expansão. No Pará, por
exemplo, o Decreto nº 4.457, de setembro de 1964, que facilitava
a legalização, no município mais próximo, da posse de alguns hec-
tares ocupados por migrantes, vigorou apenas dois anos. Em ja-
neiro de 1966 e, posteriormente, em agosto de 1969 - durante o
recesso da Assembléia Legislativa do Estado em consequência do
Ato Institucional 5 - suprimiu-se a distribuição de títulos pro-
visórios. Os títulos definitivos, por sua parte, são dificulta-
dos por uma série de tramitações de certidões, cadastramentos, a-
presentação de plantas, de requerimentos e atestados, até de
prestação de serviço militar, que ficam além das possibilidades
reais da classe dos posseiros. Assim, as limitações da lei, de
terras no caso do Pará, são comparáveis, para todos os efeitos, a
penas à falta de leis da terra, como no Maranhão e outros Esta-
dos.

Essa insegurança na posse não é total: a provisoriedade
na ocupação de um terreno, deteriorado ou requisitado pelo gran-
de proprietário, é compensada pela extensão da mata amazônica,
que oferece aos posseiros expulsos novos espaços de semi-liber-
dade. O homem rural, porém, não entrega facilmente a terra bene-
ficiada. Um capítulo de violências está aberto na história das
áreas amazônicas mais atingidas pela grande propriedade. A es-
trada Belém/Brasília foi apenas uma pequena antecipação da

Transamazônica, mas fez pensar nas consequências da frente de expansão. Nas regiões mais ricas do Estado do Pará e Goiás se repetiram conflitos como os de Porangatu (Goiás):

Aí chegaram povoadores de duas categorias sociais: posseiros vindos de regiões pobres e em crise social, especialmente do Piauí e Maranhão, para abrir roças e iniciarem nova vida; fazendeiros acompanhados de mateiros, empregados e jagunços, para abrirem invernadas. Os choques não se fizeram esperar. Os nossos informantes indicaram a morte de muitos posseiros (...). Somente em uma cisterna - disse um dos entrevistados - foram encontrados os cadáveres dos posseiros. Noutro lugar mataram 17 deles, que entraram na região quando tudo estava em mata, e o proprietário, que adquirira mais tarde as terras, não conseguiu fazê-los ir embora. ¹⁰

Os posseiros chegaram a organizar-se, armados, sob a liderança de JOSÉ PORFÍRIO. Defenderam as terras e a eles se uniram novos migrantes do Maranhão. O Governo do Estado preferiu indenizar os fazendeiros que alegaram prejuízos de cultivos e gado.

Com o intuito declarado de 'manter a ordem na região' tropas do Exército ficaram lá acantonadas, durante algum tempo. JOSÉ PORFÍRIO não foi preso; desapareceu e até hoje ninguém sabe dele. ¹¹

Com menores detalhes circulam hoje, até em jornais, notícias de conflitos de terra em toda a região norte, do Maranhão a Rondônia. E quando o grupo dos posseiros dispõe - como no caso

10. ORLANDO VALVERDE - CATHARINA VERGOLINO, A rodovia Belém-Brasília, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1967, p. 276.

11. Ibid., p. 277.

de São Félix do Araguaia - de uma força institucional, a sua ação atinge facilmente repercussão nacional.

No horizonte das preocupações do antropólogo ou sociólogo que identificam no camponês 'pequeno proprietário' o portador das tradições rurais mais conservadoras, poderíamos perguntar-nos ainda pelo tipo de motivações ou mentalidade que acompanha essa reação do grupo dos posseiros. Na falta de dados empíricos, e na orientação da sua colheita, sugerimos que esse grupo responde a estímulos da mudança econômica - que o tornam sumamente vulnerável - mais do que a 'valores' progressistas.

Acrescentaríamos, sobretudo, que os mesmos padrões de relacionamento social (em parentesco e vizinhança) e de coesão social, em geral, podem levar um grupo da comunidade considerada tradicional a enfrentar tensões, de certa intensidade, que nascem na sociedade classista mais evoluída e são interiorizadas pela comunidade rural. Neste sentido instrumentos como o Desenvolvimento de Comunidade tão ativo hoje na Amazônia, só resultam eficientes para a mudança quando inseridos no entrecruzamento de forças que afetam, simultaneamente, os pequenos aglomerados rurais e a sociedade nacional.

CAPÍTULO 9

SÃO FELIX: UMA SITUAÇÃO DE TENSÕES

Esquema do Capítulo

- 1 - O 'ANORMAL' ACONTECE
- 2 - CENÁRIO E PROTAGONISTAS DAS TENSÕES
- 3 - A OPRESSÃO DO LATIFÚNDIO
- 4 - A PASTORAL DA LIBERTAÇÃO
 - 4.1 - Tensões entre latifúndio e povo
 - 4.2 - Comprometimento
 - 4.3 - Descomprometimento

1 - O 'ANORMAL' ACONTECE

Além dos outros membros da Prelazia - padres, leigos da equipe, posseiros - anteriormente detidos e espancados em Santa Terezi-
nha, em Porto Alegre e em Serra Nova, atual-
mente está preso no quartel da Polícia Mili-
tar, em Campo Grande, o Pe. FRANCISCO JEN-
TEL, e presos em Cuiabá: a contadora THERE-
ZA BRAGA SALLES, o Prof. EDGAR SERRA, e uma
amiga visitante cujo único motivo de deten-
ção foi ser nossa hóspede. Nesta hora, com
a consciência maior e com vontade total de
compromisso com o povo oprimido da região
- particularmente os posseiros, os peões e
os índios - por amor do Evangelho de Nosso
Senhor Jesus Cristo, e em solidariedade com
todos aqueles que neste país economicamente
desenvolvimentista, e humanamente esmagador,
sofrem perseguição por causa da Justiça, DE-
CLARAMO-NOS, COM HUMILDE GRATIDÃO, ÀQUELE
QUE NOS FEZ DIGNOS DE SUA CRUZ LIBERTADORA, U
MA IGREJA PERSEGUIDA (...)

São Felix, 7 de junho de 1973

PEDRO CASALDÁLIGA

Bispo de São Felix, MT

No 25º aniversário da Declaração Universal
dos Direitos do Homem

A situação em São Felix é realmente anormal.

(Comunicação do Ministério do Exército, a Dom
FERNANDO e Dom. IVO).

O 'anormal' vem acontecendo com frequência na região de
São Felix: já desde os anos de 1960, quando começaram a instalar-
-se na área as Companhias agropecuárias financiadas por fortes in-
centivos de capital. ¹ O 'anormal' acontece também em outras I-

1. Cf. Capítulo 2.

grejas locais, particularmente do Nordeste e Centro-Oeste.²

Os acontecimentos da Igreja de São Felix colocam abertamente uma exigência: compreender o 'anormal', explicar tensões contínuas, generalizadas e manifestas, em maior ou menor grau 'dentro' da sociedade em que vivemos e queremos participar. Se tal tarefa urge especialmente aos grupos de Igreja engajados em 'trabalhos de base' é porque eles estão mais expostos aos efeitos de tais tensões do que alertados para a natureza, causas e processos das mesmas.

Em geral, a vivência do cristão comum e o julgamento de padres e bispos não contam com atitudes e conceitos definidos para enfrentar conflitos e tensões, que, portanto, passam a ser - simplesmente - constatados e lamentados. Manifestando-se sobre a situação política nacional, já em setembro de 1969, os nossos bispos se pronunciavam assim em uma "nota oficial":

Verificamos, com profunda tristeza, o alargamento dos conflitos ideológicos no seio da família brasileira. Lamentamos as posições radicalizadas em suas variadas manifestações, como os movimentos terroristas de esquerda e de direita, atividades clandestinas, prisões, torturas, sequestros, e, fruto trágico deste clima, a pena de morte.³

Os 'conflitos' - cuja variedade de manifestações é reconhecida - são, porém, alinhados em série única: nada se condena nem se aprova. E também nada se clarifica e orienta. Do alto dos princípios abstratos de 'solidariedade', 'paz', 'justiça' pouco mais é possível dizer e fazer. É justamente a coerência com uma situação concreta de conflito que introduz, na Igreja de São Felix, novos caminhos de pastoral e de ação social.

2. Cf. os documentos publicados pelos Bispos das duas regiões: Marginalização de um povo, e Eu ouvi os clamores do meu povo, maio de 1973, Cadernos do CEAS, nº 27.

3. SEDOC, set. 1969, pp. 640-641.

2 - CENÁRIO E PROTAGONISTAS DAS TENSÕES

A situação geográfica da prelazia de São Felix, é privilegiada: "bem no coração do Brasil", "dentro da Amazônia Legal, no nordeste de Mato Grosso e com a Ilha do Bananal em Goiás. Está encravada entre os rios Araguaia e Xingu ...", ⁴ 150.000 km. de extensão onde, como no resto da Amazônia, existem também "terras de mata fértil, florestas, grandes pastagens..."

Uma população de 50.000 a 60.000 habitantes se espalha no município de Luciara (com lugarejos como Santa Terezinha, Porto Alegre e outros), em mais da metade do município de Barra do Garças (com povoados como Pontinópolis e Serra Nova), na Ilha do Bananal e na metade leste do Parque Nacional do Xingu e algumas outras aldeias indígenas.

Vários grupos sociais se distinguem claramente segundo "uma série de regras na consideração racista das pessoas": ⁵

a) Os sertanejos nordestinos são maioria. São os desbravadores da região, os posseiros, que ocuparam a região faz 30 ou 40 anos. Povo simples e duro, retirante como por destino. Com a única riqueza externa dos muitos filhos. Vítima de violências pode reagir a qualquer momento violentamente: Ele é vítima da ganância alheia, da inconsciência dos patrões, da exploração dos tráfegos políticos que na região aparecem de eleição em eleição, e, se muitas vezes comete um crime é porque, embargando-se-lhe o direito, só lhe resta a violência. Caracterizam o sertanejo as virtudes básicas da hospitalidade, da resignação "que a gente advinha como sendo um substrato da Esperança teologal", da maleabilidade - para escutar e aprender na base de experiências, silêncio e reflexão elementar - da coragem contra a injustiça permanente.

b) Os indígenas constituem uma pequena parte da popula-

4. PEDRO CASALDÁLIGA, Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, 1971, p. 4.

5. Ibid., pp. 6-11. Respeitamos nesta "Panorâmica sócio-pastoral" a linguagem concreta de D. PEDRO.

ção, dentro da originalidade das suas tribos: os xavantes são caçadores e bravos; os carajás, dedicados à pesca e ao artesanato, são mais dispostos à amizade, "particularmente agredidos : pelos contatos prematuros e desonestos com a chamada "civilização", por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio"; as tribos do Parque Nacional do Xingu estão também afetadas por "presenças e atuações discutíveis".

c) Os peões constituem o grupo de trabalhadores braçais, contratados pelos fazendeiros em regime de empreitada. Só alguns mais jovens são moradores da região. Muitos são "trazidos diretamente de Goiás ou do Nordeste".

d) Os fazendeiros, gerentes e pessoal administrativo das fazendas latifundiárias, quase sempre sulistas distantes, como estrangeiros de espírito, um pouco super-homens, exploradores da terra, do homem e da política. Mais um grupo de funcionários ligados à FUNAI, ao comércio, à política.

3 - A OPRESSÃO DO LATIFÚNDIO

Nos últimos anos, uma grande polarização está tornando pequenas as divergências tradicionais 'sulista-sertanejo', 'branco-preto', 'cristão-índio': trata-se do enfrentamento entre os donos do latifúndio, de um lado, e o povo em geral - posseiros, índios e peões - do outro.

a) O latifúndio é descrito em traços vigorosos e concretos. ⁶ As terras todas vão sendo "compradas a preços irrisórios" ao Governo do Mato Grosso e "depois vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente as vendem a outros". ABELARDO VILELA e ARIOSTO DA RIVA já venderam 'mais de um milhão de alqueires'. Surgem assim grandes propriedades, como a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU, com área 5 vezes maior que o Estado da Guanabara, a CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia), com 196.497,19 hectares, a BORDON, ligada aos frigoríficos do mesmo nome, a NACIONAL, "do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das Relações Exteriores, MAGALHÃES PINTO", a UIRAPURU "do jornalista latifundiário, DAVID NASSER".

6. Ibid., pp. 12-14.

Tal invasão do latifúndio se alimenta dos incentivos da
dos pelo Governo através da SUDAM, ao capital particular:

Isto significa estímulo ao capital particu-
lar, inclusive estrangeiro, com dinheiro do
povo, que deixa de ser recolhido aos cofres
públicos, e, conseqüentemente, deixa de ser
invertido a benefício do povo, para enri-
quecimento ainda maior do investidor.⁷

Uma relação da SUDAM enumerava 66 projetos aprovados at-
té o fim de 1970 para os municípios de Barra do Garças e Luciara.

Daí resulta uma concentração da riqueza de todos na mão
de alguns pequenos grupos poderosos. Empresas ligadas às mais di-
versas atividades se lançam assim à agropecuária, como é o caso
dos Bancos Bradesco, Nacional de Minas Gerais, Crédito Nacional,
Brasul, e de casas comerciais como a Eletro-Radiobraz.

b) O povo, sendo a população "primeira desbravadora da
região, se acha no esquecimento mais completo, ocupando áreas
das quais frequentemente é expulsa". Certo que o Governo lançou
os programas de colonização social, mas estes serão implantados
só em terras devolutas. Uma vez que "todas as terras deste imen-
so Nordeste Matogrossense já estão vendidas", "a esperança do po-
vo por um pedaço de terra é quase nula".

Os posseiros⁸ são, sem dúvida, os mais atingidos pela
chegada do latifúndio. Em Santa Terezinha a CODEARA se estabele-
ce já em 1966 "com o título de propriedade de toda aquela área,
inclusive a urbana". Começou já contra as 80 famílias de morado-
res "uma guerra de ameaças, de invasões de terra, invasões de do-
micílio, prisões". Em Porto Alegre com 215 famílias a FRENVA
chega a 12 de junho de 1970 e "logo começou a pressão dos propri-
etários contra os posseiros, muitos dos quais estabelecidos há
mais de 20 anos. Queria-se a retirada dos mesmos. Que vendessem

7. Ibid., pp. 15-20.

8. Ibid., pp. 15-20.

suas terras e abandonassem o lugar. Muitos esmoreceram e venderam suas pobres posses". Em Serra Nova foi a vez da BORDON. As 120 famílias lá residentes viram suas terras de lavoura "cortadas pela 'picada' demarcatória dos limites da fazenda". A Pontinópolis o conflito chegou com a SUIÁ MISSU em 1961-1962. Após 10 anos de luta para salvar da cerca 15.000 hectares prometidas aos moradores pelo próprio INDA, "este povo ainda se encontra em grande insegurança em área de milhares de hectares de terras incultas e que pertencem a latifundiários do sul".

Os índios⁹ - Xavante, de Tapirape e mesmo do Parque Nacional do Xingu - perdem também as terras mais férteis. São, portanto, em alguns casos "deportados" e, em outros, "integrados na desintegração da personalidade, na mais marginalizada das classes sociais do país: os peões".

Os peões¹⁰ são a mão-de-obra das fazendas. Estas não conseguem facilmente trabalhadores locais, que são poucos e conhecem já "os métodos de tratamento das Companhias". Vão recrutá-los em Goiás e no Nordeste. "O método de recrutamento é através de promessas de bons salários, excelentes condições de trabalho, assistência médica gratuita, transporte gratuito". É um trabalho de "empreiteiros, muitos deles pistoleiros, jagunços e aventureiros que recebem determinada importância para executar tal tarefa". Ao chegar, de "avião, barco ou pau-de-arara", "a maioria recebe a comunicação de que terão que pagar os gastos da viagem, inclusive transporte. E já de início têm que fazer suprimento de alimentos e ferramentas nos armazéns da fazenda, a preços muito elevados". Os peões são obrigados a construir o próprio barracão de moradia e providenciar sua própria alimentação. "Não há com os peões qualquer contrato de trabalho. Tudo fica em simples combinação oral com o empreiteiro ... Os pagamentos são feitos ao bel-prazer das empresas. Muitas vezes usa-se o esquema de não pagar, ou pagar só com vales, ou só no fim de todo o trabalho realizado, para poder reter os peões ...".

4 - A PASTORAL DA LIBERTAÇÃO

9. Ibid., pp. 22-25.

10. Ibid., pp. 26-28.

4.1 - Tensões entre latifúndio e povo

A pastoral da libertação surge e se re-orienta, na Igreja de São Felix, a partir de e sob as tensões entre o latifúndio e o povo. Assim, a um momento inicial em que a pastoral apenas 'se renova' perante uma população que 'sofre as tensões' - na opressão secular e na consciência fatalista - segue-se uma 'interiorização dessas tensões nas próprias lideranças de Igreja' e o surgimento de uma pastoral libertadora, que enfrenta ativamente essas tensões. ¹¹

a) Num primeiro período - exatamente até 1970 - a pastoral de São Felix consistia em 'continuar, talvez com uma evangelização mais esclarecedora, as tradicionais desobrigas ...'. Visitas mensais a fazendas e populações possibilitaram, ao grupo de Igreja, ao mesmo tempo conhecer a região e decepcionar-se com "um serviço que era rotineiro, ineficaz e até alienante".

Constata-se com detalhe e se analisa com profundidade a religiosidade fatalista do povo a quem se dirigia essa pastoral. A sua fé em Deus, entre o "terror" e a "gratidão mais sentida". As suas práticas com "zelo quase fanático na materialidade do ato" (rezas, bençãos, novenas, ritos ...). Os sacramentos, na pressa das desobrigas, sem evangelização: o batismo como salvo-conduto ou remédio, a missa como reza, o casamento "no queimo" (improvisado, resolvido na hora). O padre como ser "diferente", "de passagem", "respeitado até o medo". A imoralidade primária da vingança e da embriaguez, da prostituição.

Uma análise de causas vê o fatalismo como algo "sócio-religioso" que "explica o medo em falar a verdade e em reclamar os direitos mais elementares". "Nunca se pode falar, porque as represálias - da política local, dos manda-chuvas das fazendas, dos poderosos na política ou no comércio - são automáticas". Quanto à moral, até a sua própria "concepção como moral cristã, a Nova Lei de Cristo" é impossível sob a "injustiça dominante, con-

¹¹. Nenhum comentário dispensa a leitura da citada carta de D. PEDRO, sobretudo as seções "Nossa atuação" e "O grito desta Igreja", pp. 37-45.

substancial à única estrutura conhecida, solo e suor da própria vida durante gerações". Padres e Igreja institucional em geral parecem trazer do passado "a atitude da classe dominante, que considera o sertanejo um sub-homem, sem direitos". Um resto disso poderá ser ainda "amancebar a Missa, esporádica, com a injustiça permanente, e a presença do padre - da Igreja - na sede da Fazenda (...) com a ausência do Evangelho e da Justiça no conflito dela com os posseiros e nos barracões, nas derrubadas e na vida toda dos peões escravos".

Em 1970 "estourou o conflito aberto entre a Prelazia - Igreja devemos dizer - e as fazendas latifundiárias". Foi um fato que revelou vários impasses: "Não era possível ir às fazendas sem conestar exteriormente a conduta dos donos", "nem era possível agir com liberdade"; manifestou-se "o impasse da situação religioso-pastoral do nosso povo" a quem faltavam condições mínimas de vida e "consciência", "possibilidade" e "coragem" para reclamar. "E o que não faltava era gritante, acusador". Foi no meio desses impasses trazidos pelas tensões externas que se fez "preciso refletir, reformular a pastoral toda".

b) A interiorização das tensões sociais, por parte do grupo de "bispo, padres, religiosos e leigos engajados" de São Felix, constitui uma experiência de vida que seria ousadia definir. No entanto, ela pareceria início indispensável em um ou outro grau, de qualquer pastoral que se qualificasse como de encarnação libertadora. Ela tem a simplicidade do radical:

Nós - bispo, padres, irmãs, leigos engajados - estamos aqui, entre o Araguaia e o Xingu, neste mundo, real e concreto, marginalizado e acusador, que acabo de apresentar sumariamente. E somos aqui a Igreja 'visível' e 'reconhecida'. Ou possibilitamos a encarnação salvadora de Cristo neste meio, ao qual fomos enviados, ou negamos nossa Fé, nos envergonhamos do Evangelho e traímos os direitos e a esperança agônica de um povo de gente que é também povo de Deus: os sertanejos, os posseiros, os peões; este pedaço brasileiro da Amazônia.

Porque estamos aqui, aqui devemos comprometer-

-nos. Claramente. Até o fim. ¹²

É drástica a alternativa - sem espaços neutrais - entre 'encarnação' e 'negação da Fé': nível propriamente pessoal da tensão. Daí essa emerge para questionar o sistema das conciliações na injustiça.

c) Libertação, em São Felix, é um processo de pequenos e grandes gestos de duplo efeito: comprometimento e identificação com o povo oprimido, e descomprometimento e confronto com os representantes e amigos do latifúndio. Tal libertação é uma pastoral pelo concretismo com que 'evangelização' e 'promoção' atuam dentro do homem situado.

Para nós, evangelizar é promover o homem concreto - o próximo próximo - e libertá-lo, sempre com aquele 'plus' que a encarnação e a Páscoa trazem à pessoa e à história humanas.

4.2 - Comprometimento

O comprometimento dos 'agentes de pastoral' com a população tem como base a vivência e a reflexão dos problemas vitais da mesma. A ocasião para uma aproximação inicial é a Campanha Missionária. O resultado mais visível poderia ser considerado a criação do Conselho de Vizinhança.

"A Campanha Missionária é um 'tempo forte' de pastoral - três meses - num lugar, e com trabalho em equipe - Padres, Irmãs e Leigo". O conjunto representa "uma ação intensa de conscientização". Os problemas locais são o ponto de partida: eles são vividos pela equipe que "se instala numa casa do povo". Existem os problemas mais imediatos "de saúde", "alfabetização" e "os problemas e os riscos - às vezes graves - dos direitos dos posseiros frente ao latifúndio". Eles são abordados na ação e na reflexão "por grupos". O povo decide e o bispo próprio se compromete: do interior da mata, a carta ao Sr. Ministro da Agricultura é a da "única pessoa que pode ou quer falar em nome deste po-

12. Ibid., p. 42.

vo numa hora de extrema urgência".

Desde o dia 9 de agosto estou no Patrimônio de Serra Nova, (...) realizando uma 'Campanha Missionária' que vai se prolongar até o dia 15 de novembro. E vivo bem de perto e com verdadeira angústia a tragédia que paira sobre esse povo (...).

No dia 2 de agosto, o povo de Serra Nova fora convocado pela firma BORDON para aceitar uma proposta-ultimatum. Avisado em tempo, vim ao Patrimônio, e com vários moradores fomos para a mata ao encontro dos representantes da fazenda (...). Naquela mesma tarde, o povo, em reunião (...) por meio dos 53 homens presentes DECIDIU que não podia aceitar o acordo proposto pela fazenda BORDON S/A Agropecuária da Amazônia: nem a respeito de indenizações, nem a respeito das cercas de arame (...), o povo também não pôde aceitar a estrada' ... 13

É partindo desses problemas que, na liturgia e na catequese, procura-se agir "com bastante liberdade": "missas por grupos", "missas de rua", "nos barracões abertos, em âmbito de bairro ou de vizinhança", com "corajosa criatividade", além do 'inteletualismo', do 'conteúdo e ritmo urbanos', do 'preconceito tradicionalista do povo'. Nos três anos últimos de missão ainda não houve administração do Crisma só precedido de um 'autêntico catecumenato', esse ato será "um compromisso cristão adulto".

O resultado da Campanha é "assentar a vida dos Patrimônios numa organização popular básica, humana". Tal é o 'Conselho de Vizinhança': "autoridade popular de uma equipe livremente eleita". O Conselho elabora a própria Lei, como em Pontinópolis: "A Lei do Posseiro", 14 com artigos a serem observados e defen-

13. Ibid., p. 94.

14. Ibid., pp. 122-123.

didados, como

- Este Patrimônio é de posseiros, e posseiro é aquele que mora na terra que trabalha.
- Ninguém poderá ter mais de um lote de terra para lavoura, ou mais de um lote para chácara, ou mais de um lote para morada (...).
- Terra de posseiro não pode ser vendida. Pode-se vender apenas a benfeitoria.
- Quando um filho de posseiro se casa recebe um lote.
- Nenhuma roça deverá ser cercada de arame. Toda cultura ficará no aberto.
- Na área de lavoura não é permitida a formação de pastos para gados ou animais ...
- Cada família se responsabilizará pela limpeza da frente da área de sua casa, a fim de que toda a rua fique bem apresentada.
- Para defesa da saúde do povo, cada casa deverá ter seu próprio poço e sua própria privada, construídos de acordo com os princípios de higiene.

Tenta-se que "futuramente" isto se torne uma comunidade de base, exigentemente entendida - segundo o Esquema 'A Justiça no Mundo', citado por D. PEDRO - como "sinal eficaz na realização da justiça, na libertação de toda forma de escravidão e na esperança para cada uma das gerações".

Essa "eficácia no seu compromisso pela libertação dos homens mesmo neste mundo" é "amor comprometido na ação" que leva a Igreja de São Felix além do "testemunho (função profética)" para torná-la "sinal de credibilidade".

Deve-se acrescentar que o comprometimento com o povo se irradiou rapidamente da Igreja local para a Igreja universal, possibilitando "uma maior comunhão, uma colegialidade mais real, uma mais decidida corresponsabilidade". A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil assumira já publicamente um "compromisso" sobre a Amazônia "com caráter de prioridade", mas encontrou na Igreja local de São Felix a porta para "o cumprimento, pronto e eficaz, de um programa decididamente realista" nesse compromisso. Sucederam-se, lá e cá, celebrações eucarísticas e gestos de solidariedade. A Comissão Pontifícia 'Justiça e Paz' se responsa

bilizou pela defesa jurídica do Pe. JENTEL, vigário de Santa Teresinha.¹⁵ Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste e Centro-Oeste, em dois documentos corajosos, abriram também caminho ao "grito" das próprias Igrejas.

4.3 - Descomprometimento

Um sucessivo descomprometer-se da Igreja com os donos e beneficiários do latifúndio, foi e está sendo 'o outro lado' do processo de libertação, no coração da Amazônia.

O que vivemos nos deu a evidência da iniquidade do latifúndio capitalista, como pré-estrutura social radicalmente injusta; e nos confirmou na clara opção de repudiá-lo.¹⁶

O ponto de partida da oposição ao latifúndio é a defesa de interesses vitais dos posseiros: o seu trabalho - de 5, 10, e 40 anos - em terras devolutas e a simples própria subsistência, algo "extremamente modesto" (ao ver de quem tiver consciência social), "uma insignificância e poderia até parecer uma pobre esmola". Mas é todo um povo, ameaçado na sua pequena posse pelo latifúndio que se expande.

Os primeiros contrastes são sob a proteção da lei. De um lado 'relatórios' contínuos - como no caso de Serra Nova com a Companhia BORDON - "ao Presidente da República, ao Ministro do Interior, ao Superintendente da SUDAM, ao Governador e ao Vice-Governador de Mato Grosso, ao Prefeito e a toda a Câmara Municipal de Barra do Garças". Exige-se o respeito a 'Patrimônios' constituídos por 'desbravadores' antigos da região que neles se estabeleceram, levantando escolas, organizando Cooperativas. Da outra parte, "aquela terra foi vendida como desocupada, como mata virgem" a Companhias que se sentiram "no direito de despojar os pobres moradores do pouco, da insignificância que possuíam".

15. Cf. HELENO C. FRAGOSO, Em Defesa de Pe. FRANÇOIS JACQUES JENTEL - Memorial, 1973, mimeo., p. 37.

16. CASALDÁLIGA, op. cit., p. 44.

HELENO FRAGOSO vê a causa essencial de tais atritos no fato de que os projetos de tais Companhias

estavam absolutamente fora da realidade, ignorando uma situação de fato, pré-existente, que significava a sobrevivência de uma centena (no caso de Santa Terezinha) de famílias ali instaladas. ¹⁷

É reconhecer que os conflitos de posse-propriedade, em áreas como a Amazônia, surgem fora da lei: aquêm da lei nas situações em que o poder público nem se fez sentir; além da lei quando esta, envolvida em pressas e/ou interesses particulares, se contradiz.

Assim,

é conhecida em todo o país a condição mais ou menos fraudulenta da propriedade de muitas terras do Mato Grosso. O ex-presidente de um organismo nacional falava-me pessoalmente de até três títulos de propriedade superpostos, no próprio Parque Nacional do Xingu.

Nas beiras e sertões deste Araguaia (...) - e pode-se dizer o mesmo de parte de Goiás, do Pará e do Amazonas - excetuando os grandes fazendeiros 'tubarões', geralmente paulistas, ou sulistas, quase nenhum lavrador possui título de propriedade do chão. ¹⁸

Quando a Igreja de São Felix afirma que "devemos cooperar para a desmitização da propriedade privada", ¹⁹ ela tanto ataca a propriedade latifundiária legalizada como defende a propriedade não legalizada dos que trabalharam e trabalham a terra. É a urgência de "uma Reforma Agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exas-

17. FRAGOSO, op. cit., p. 9.

18. CASALDÁLIGA, op. cit., p. 105.

19. Ibid., p. 44.

perantes, sem intoleráveis camuflagens". 20

A lei, impotente, se faz substituir pela prepotência.

Em primeiro lugar, pela prepotência da política local,²¹ "causa principal, também, e sobretudo cobertura da injustiça reinante na região", "uma pressão estabelecida e legal". É a estrutura do "coronelismo" famoso. Mas apoiada pelo Sr. LADISLAU "prefeito de Barra do Garças pela terceira vez", pelo "velho LÚCIO DA LUZ", primeiro prefeito e fundador de Luciara, por políticos, comerciantes e policiais.

Mas, na hora da Amazônia, o ninho de víboras da política local torna-se 'capanga' do latifúndio. Eis uma sequência de confrontos entre a CODEARA e os posseiros de Santa Terezinha: 22

- março de 1969: os posseiros são pressionados pela CODEARA, apoiada pela polícia e com a cumplicidade do prefeito, para que assinem um documento, reconhecendo-se 'invasores' de boa fé e desocupem a terra em troca de um lote. Eles, sob a orientação do Pe. JENTEL, não aceitam.

- abril de 1969: o líder dos posseiros, EDVAL, sofre a invasão do próprio quintal por parte de jagunços da CODEARA.

- janeiro de 1970: um trator da CODEARA destrói a 'roça da confusão' (assim chamada por ter passado dos posseiros à CODEARA e desta aos posseiros).

- maio de 1970: EDVAL é preso, ficando em Cuiabá 72 dias, sendo libertado sem ter sido interrogado.

- julho de 1971: a CODEARA promete 300 cruzeiros aos posseiros que quizessem ceder. A indenização é julgada pequena.

- 10 de fevereiro de 1972: é destruído pela CODEARA um ambulatório em construção nos terrenos da Prelazia. O Pe. JENTEL

20. Ibid.

21. Ibid., pp. 29-30.

22. FRAGOSO, op. cit., pp. 11-16.

com ordem expressa do bispo, manda reiniciar os trabalhos de construção.

- 3 de março de 1972: os posseiros, do ambulatório em cuja reconstrução trabalhavam, enfrentam a tiros um grupo de policiais (dois capitães e cinco praças) acompanhados de dez ou doze capangas armados, e que se aproximavam do ambulatório intimando os posseiros a se entregarem. Resultaram feridos sete jagunços e nenhum policial.

O pe. JENTEL foi acusado, julgado e condenado, em Campo Grande, como subversivo.

O confronto posseiros-latifúndio envolve assim, necessariamente, os animadores imediatos da pastoral de São Felix em "um conflito declarado da Prelazia com os latifundiários e outros poderosos". É a "Igreja perseguida".

Só existe um São Felix na Amazônia? No Jornal do Brasil de 10.2.1972 podíamos ler:

Os Padres da Prelazia de Tefé, que abrange, à margem direita do rio Solimões, uma área de 255 km² compreendida pelos afluentes Juruá e Japurá, decidiram suspender a celebração de ofícios religiosos nos seringais da região onde constataram o regime de semi-escravatura.

E em muitas outras prelazias vive-se - sem publicidade - a tensão. E quando esta não encontra 'voz' no bispo, no padre, na religiosa ou no agente de pastoral, ela trabalha, ao menos, o coração do homem, lenta e eficientemente, a caminho da consciência e da ação libertadora.

CAPÍTULO 10

SANTARÉM: UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

Esquema do Capítulo

- 1 - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM
 - 1.1 - Expansão da pecuária
 - 1.2 - Avanço do extrativismo vegetal
 - 1.3 - Agricultura

- 2 - OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE EM SANTARÉM
 - 2.1 - Metodologia da programação
 - 2.2 - Os projetos

- 3 - ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO DC EM SANTARÉM
 - 3.1 - Problemas contornados
 - 3.2 - Participação da base?

O município de Santarém, no Pará, foi escolhido pela Coordenação Nacional de Desenvolvimento de Comunidade como lugar prioritário para a implantação de programas de desenvolvimento de comunidade. Uma análise desses programas, dentro da situação sócio-econômica local em que eles surgem, oferece ocasião para refletir mais concretamente sobre alguns desafios colocados pela orientação oficial do DC a que nos referimos, em geral, no Capítulo 5 da primeira parte.

1 - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

A programação do Desenvolvimento de Comunidade, dentro do município de Santarém, se concentra em três distritos - Alter do Chão, com 5.160 habitantes; Arapixuna, com 4.793 habitantes, e Mojuí dos Campos, com 3.407 habitantes - e em um bairro da sede: Laguinho. A imensa maioria, portanto, da população atingida é rural, como aparece no quadro seguinte:

Tab. 1: Distribuição da população por domicílio: urbana-rural (1970)

Lugar	Urbana (%)	Rural (%)
Santarém (sede)	55,64	44,36
Alter do Chão	12,36	87,64
Arapixuna	12,18	87,82
Mojuí dos Campos	24,30	75,70

FONTE: Censo Demográfico IBGE 1970. Cálculo de IDESP (Instituto do Desenvolvimento Econômico-social do Pará), Termos de Referência para o Plano de Ação Imediata de Santarém, 1971. mimeo. p. 13.

Trata-se, por outra parte, de população recentemente instalada na área: os Distritos de Arapixuna e Mojuí dos Campos foram criados legalmente em 1961.

A produção dos meios de vida dessa população rural vincula-se à agropecuária e ao extrativismo (sobretudo da borracha

e de madeiras). É, portanto nesse setor primário da produção que deveremos encontrar os principais problemas vitais da população. Eis um quadro geral com a importância relativa de cada ramo produtivo:

Tab. 2: Valor da produção dos setores primário e secundário (1969)

SETORES	VALOR ABSOLUTO (Cr\$)	PERCENTAGEM
<u>Primário</u>	<u>37.549,750</u>	<u>88,03</u>
Pecuária	28.003.980	65,65
Agricultura	5.911.960	13,86
Extrativa Animal	1.884.200	4,42
Extrativa Vegetal	1.320.556	3,09
Avicultura	429.054	1,01
<u>Secundário (industrial)</u>	<u>5.105.720</u>	<u>11,97</u>
TOTAL	42.655.653	100,00

FONTE: IDESP, op. cit., p. 66.

A partir desses dados podemos destacar as potencialidades da pecuária e do extrativismo santaremos e as dificuldades da agricultura e, portanto, da maior parte da população nessa ocupada.

1.1 - Expansão da pecuária

Na atualidade a pecuária constitui, em Santarém, três quartas partes da produção do setor primário. Neste valor pesa sobretudo a presença do rebanho bovino, com 55% - mais da metade - do valor total da pecuária.

Alguns fatores indicam que a importância da pecuária ten-derá a aumentar nos próximos anos. Em primeiro lugar, abundam na região os terrenos propícios a pastagens (canarana e capim manteira). Tais terrenos serão mais facilmente atingíveis pela abertura de estradas numerosas na região, em rede local que, por sua vez, ficará ligada rodoviariamente à Transamazônica e fluvi-

almente - pelo Amazonas - Belém e Manaus. Os financiamentos oferecidos pela SUDAM estão também privilegiando, como vimos, as empresas pecuaristas.

Por outro lado, é evidente que será muito reduzida a mão-de-obra empregada neste subsetor.

1.2 - Avanço do extrativismo vegetal

O conjunto do extrativismo (vegetal e animal) soma atualmente quase tanto como a agricultura. Contribui sobretudo no valor do extrativismo vegetal a Base Física de Belterra com a exploração da borracha, iniciada anos atrás pela Companhia Ford e incentivada hoje pelo Ministério de Agricultura. Nos últimos anos a produção das seringueiras locais vem aumentando 50% por ano. Também as madeiras de lei da região estão sendo exploradas aceleradamente, com incrementos anuais de 100%.

É sobretudo para o futuro, entretanto, que o extrativismo se apresenta como riqueza do município. Onze projetos estão em andamento no Serviço de Treinamento e Pesquisa Florestal, subordinado à SUDAM, para ativar as explorações madeireiras na área:

- experimentação com regeneração artificial das plantas nativas para reflorestar as áreas de derruba,
- identificação de espécies desconhecidas no mercado,
- exploração florestal visando derruba racional e mecanizada nas matas de terra firme, etc.;
- identificação, com a finalidade de preparar e treinar mão-de-obra especializada.

É clara também a impotência deste subsetor para oferecer uma base econômica de rendas suficientes a parte considerável da população.

1.3 - Agricultura

Os principais produtos agrícolas do município de Santarém experimentam nos últimos anos um decréscimo no seu valor, devido seja às menores quantidades recolhidas seja à diminuição dos preços. É o caso do arroz com casca, da juta, da mandioca. A

penas o feijão, entre os produtos mais importantes, manteve um valor compensador para os seus produtores.

Alguns pequenos grupos - regionais e locais - comercializam, beneficiam e exportam a maioria dos produtos. No caso da juta temos duas firmas exportadoras de nível regional: a FIBRASA (Fibras da Amazônia S/A) e a JUTASA (Juta do Tapajós S/A), subsidiária da Companhia Holanda de Recife); e quatro de nível local. O arroz é beneficiado em 25 usinas.

O financiamento para a agricultura é difícil apesar dos cinco estabelecimentos de crédito que funcionam em Santarém. As dificuldades para obtê-lo, sobretudo por parte dos pequenos produtores, são: a falta de títulos de propriedade, a tecnologia pouco eficiente, a baixa percentagem de produto comercializado.

A linha de ação das três cooperativas existentes gerou no meio rural uma concepção errônea de cooperativismo fazendo com que, principalmente os agricultores, fujam a qualquer proposta ventilada por essas cooperativas.¹

A própria Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), apesar de ser Empresa Pública, tem seus escritórios e realiza os serviços de secagem e limpeza do arroz nos prédios de uma dessas Cooperativas, a COLASAL (Cooperativa dos Lavradores de Santarém).

O INCRA iniciou serviços de cadastramento na área e existe esperanças de implantação de um núcleo de colonização no local S. Jorge. Mas qualquer tentativa de ajuda à agricultura deveria partir de melhoramentos básicos do processo de produção e comercialização nas áreas tradicionais.

Caso isto não aconteça, uma grande parte da população santarena - rural e vinculada a atividades agrícolas - passará a constituir, cada vez mais, a periferia do núcleo de atividades - comerciais, financeiras, turísticas - que se acumulam num entreposto privilegiado da nova Amazônia.

1. IDESP, Termos de Referência para o Plano de Ação Imediata de Santarém, 1971, p. 93.

2 - OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE EM SANTARÉM

Em relação ao Desenvolvimento de Comunidade na Amazônia, a SUDAM fixou como prioritárias para o período de 1971 a 1976 duas tarefas:

- treinamento de técnicos de nível médio e superior,
- coordenação de entidades que trabalham no campo de Desenvolvimento de Comunidade a nível local. ²

A preocupação fundamental, portanto, é com os quadros técnicos. Em 1971 houve um treinamento de nível superior (em Manaus) e outro de nível médio (em Belém); e em 1972 foram programados mais dois cursos de nível superior e três de nível médio.

Quanto à Coordenação, o primeiro Centro de Desenvolvimento de Comunidade, no Pará, foi criado em Santarém. Este se instalou com a colaboração das seguintes entidades:

- 89 Batalhão de Estradas e Construções (BEC)
- Ministério de Agricultura
- 5a. Divisão Regional de Educação
- 3a. Divisão Regional do DER (Departamento de Estradas de Rodagens)
- Fundação de Serviços de Saúde Pública
- Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-Pará)
- Campus Avançado de Santarém (da Universidade de Santa Catarina)
- Prelazia de Santarém
- Movimento de Educação de Base (MEB)
- Movimento Jovem de Santarém

A Coordenação ficou integrada por um representante de cada uma das entidades já responsáveis por trabalhos de tipo comunitário: Prelazia, ACAR, MEB, Prefeitura, Ministério de Agricultura, Divisão Regional de Educação e Movimento Jovem.

Esta Coordenação, supervisionada pela SUDAM, escolheu como

2. Cf. IDESP, 'Desenvolvimento de Comunidade' no Pará, Belém, 1972, mimeografado, p. 3. Seguimos este trabalho na exposição ulterior.

áreas de atuação inicial os três distritos rurais - Alter do Chão, Arapixuna e Mojuí dos Campos - e o bairro de Laguiño. Os critérios observados para a seleção foram:

- atuação anterior das entidades representadas na Coordenação
- condições de rentabilidade do trabalho comunitário por razão de número suficiente de população, possibilidades econômicas e de acessibilidade
- participação da população em trabalhos anteriores de tipo comunitário.

A integração do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) aos trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, a pedido da SUDAM, garante a partir deste momento à Coordenação de Santarém um assessoramento técnico decisivo. Este se traduz na metodologia elaborada para a programação concreta dos trabalhos a realizar em cada comunidade escolhida e na constatação de falta de participação suficiente das próprias comunidades na mesma programação.

2.1 - Metodologia da programação

Basicamente o método devia garantir uma programação a partir dos problemas reais, que suscitarium uma série completa de projetos possíveis, entre os quais os prioritários obteriam as preferências da comunidade e da Coordenação. As tarefas seriam, portanto,

- I) Levantar os problemas de cada comunidade
- II) Levantar os projetos de solução, em três grupos:-
 - a) os já executados (eventualmente)
 - b) os apenas iniciados e ainda em andamento
 - c) todos os que se poderia pensar encaminhar para o futuro
- III) Detalhar cada projeto da lista (b) e (c)
- IV) Organizar por ordem de importância os projetos correspondentes a cada comunidade
- V) Apreciação, por parte de cada comunidade, do conjunto dos projetos possíveis e dos julgados prioritários, pa

ra decidir a programação concreta.

As duas falhas verificadas na aplicação desta metodologia respondem a um único mecanismo de dominação:

- a) de um lado, a Assessoria à Coordenação Local parecia estar assumindo, além do que seria desejável, a responsabilidade ou a liderança pela montagem das fichas de projetos - em detrimento de uma participação mais intensiva das entidades-membros da Coordenação Local;
- b) de outro lado (...) as fichas de projetos então montadas pela Assessoria não só se mostravam incompletas e insuficientes, mas não representavam o desejável resultado do relacionamento entre as entidades e as comunidades.³

Tais constatações obrigaram a supervisão do IDESP a um acompanhamento mais imediato, sobretudo no sentido de favorecer melhor relacionamento e mais completa informação mútua entre agentes do DC tão diversos como as Coordenações Regional, Estadual, Local e as próprias comunidades. A participação desses vários agentes exigiria um sistema de "Programação/Avaliação/Re-alimentação ('Feedback')" funcionando nos níveis regional, estadual e local. No caso da programação de DC em Santarém resta a dúvida de se tal sistema foi de fato eficiente.

2.2 - Os projetos

Uma simples enumeração dos projetos incluídos na programação de DC para cada uma das localidades é já uma clara indicação do tipo de DC em questão.

Os projetos comunitários para Alter do Chão são:

1. Construção de Privadas Higiênicas
2. Levantamento topográfico da Vila
3. Construção do Cais de Arrimo

3. IDESP, Desenvolvimento ..., pp. 10-11.

4. Melhoramento da Estrada para Santarém
5. Implantação de um Campo Agropecuário
6. Recuperação da Granja Comunitária
7. Expansão do Artesanato Local
8. Definição da Situação das Terras e execução de Medidas Pertinentes.

E para Mojuí dos Campos:

1. Transporte para Estudantes
2. Construção de Privadas Higiênicas
3. Restauração e Ampliação do Posto Médico
4. Construção de Matadouro Público e Curral
5. Construção do Mercado Público
6. Ampliação do Cemitério
7. Melhoramento das Estradas Vicinais
8. Construção de Ponte na Vila
9. Implantação de Viveiro para Mudanças Cítricas.

Projetos aprovados para a comunidade de Arapixuna:

1. Implantação do Posto Médico
2. Conclusão do Furo ligando os rios Arapixuna e Tapajós
3. Recuperação e Ampliação dos Serviços de Energia Elétrica
4. Implantação de uma Olaria.

Projetos na comunidade de Laguinho (bairro urbano)

1. Levantamento Sócio-Econômico do Bairro
2. Treinamento de Recursos Humanos
3. Nucleação do Bairro com Técnicas de DC
4. Orientação sobre Documentação para obter Carteira de Trabalho
5. Instalação de Rede de Abastecimento de Água
6. Implantação de um Centro Social
7. Instalação de Rede de Energia Elétrica.

3 - ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO DC EM SANTARÉM

A descrição, embora rápida, dos projetos acima enumerados deixa entrever dificuldades que parecem constituir verdadei

ros desafios ao DC de Santarém. Este, na nossa opinião, esquece ou contorna problemas básicos da população. E, por tal razão ou por qualquer outra, a população não participa suficientemente na execução desses projetos. A reflexão sobre tais riscos é tanto mais importante quanto eles, se não evitados, tornariam inúteis, e mesmo prejudiciais, os esforços e intenções da Coordenação.

3.1 - Problemas contornados

Segundo aparece na rápida análise sócio-econômica do município de Santarém acima apresentada, os problemas de produção agrícola são vitais na área, sobretudo para a população dos distritos. Ora, apenas quatro projetos, num conjunto de 28, se referem diretamente à agricultura. Três desses dão especial relevo à programação prevista para Alter do Chão: Implantação do Campo Agropecuário, Recuperação da Granja Comunitária e Definição da Situação das Terras. O quarto corresponde a Mojuí: Implantação de Viveiro para Mudas Cítricas. Dentro destes mesmos projetos voltados para a agricultura destaca-se ainda o referente à Definição da situação das terras, único de âmbito geral - de interesses para a maior parte da população - e da máxima atualidade conforme a motivação do projeto, perante as agressivas políticas de financiamento, venda de terras, colonização, etc. que estão chegando até a área. O Campo agropecuário e a Granja (avícola) parecem atender a interesses de grupos restritos.

Mais dois projetos visam melhoramentos de grupos no setor produtivo: a Olaria e a Expansão do artesanato.

A maior parte dos projetos restantes visam o bem-estar - ou deveríamos dizer o amortecimento do mal-estar? - nos setores da saúde, educação, vida social, saneamento. No Capítulo 5 nos referíamos à possibilidade de semelhantes atividades ficarem reduzidas à função de 'assistência' sem força multiplicadora (de liderança, participação, etc.).

Também os projetos orientados a 'romper o isolamento' - pela implantação de estradas, energia elétrica, etc. - podem oferecer às comunidades, tanto os meios para um 'desenvolvimento' e econômico social participado, como os mecanismos de uma integração dependente sob as frentes de expansão. A segunda alternati-

va tem a seu favor a atual expansão do extrativismo e da pecuária, que, sem a contrapartida de uma agricultura vigorosa, encontrariam fácil e submissa mão-de-obra na população ligada às atividades de subsistência. A própria posição estratégica de Santarém, como entreposto comercial,⁴ poderia alimentar - longe de superá-la - a marginalização suburbana e da periferia rural. Teríamos mais um caso de 'inchaço' urbana.

Neste sentido é realmente extraordinário o esforço de imaginação e a elasticidade do procedimento "Programação/Avaliação/Re-alimentação" de que precisam os técnicos do DC em áreas tão dinâmicas como Santarém para incorporar-se ativamente, com as próprias comunidades, no complexo de tendências sócio-econômicas que se alastram sobre a área. Talvez é devido ao fato de Laginho, como bairro suburbano, estar mais visivelmente sob o impacto dessas tendências, que três dos sete projetos ali implantados visam a atualização de informações sobre a realidade sócio-econômica e das lideranças de base. Além de - e através de - qualquer solução de problemas concretos, configura-se, portanto, como exigência do DC de Santarém e áreas afins, a necessidade de uma participação autêntica da população em que esta se capacite para enfrentar novos problemas em situações imprevistas.

3.2 - Participação da base?

A preocupação com uma contínua participação da base, tanto na programação como na execução, é constante entre os membros da Coordenação - e mais explícito no nível do assessoramento estadual - do DC em Santarém. Essa preocupação, por outra parte, é essencial às concepções todas de DC. Mas como ela pode encontrar as condições práticas de verificação a propósito de cada comunidade?

A nível de programação, como vimos, foram fatores externos (mas sempre presentes e decisivos) como a urgência da Assessoria Regional e empenhos 'burocráticos' da Coordenação, que dificultaram uma participação das comunidades na organização, apreciação e escolha dos projetos. Além da dificuldade essencial, de informação mútua, relacionamento e colaboração entre técnicos e

4. IDESP, Termos de Referência..., pp. 151-155.

bases. Certamente essa dificuldade terá diminuído - mas não desa parecido totalmente - por tratar-se, no caso, de técnicos já com certa tradição de 'convivência' entre o povo, como os da Prela zia e do Movimento de Educação de Base de Santarém.

No nível de execução de projetos coloca-se em Santarém, co mo área em rápida modernização, a interferência contínua no DC de numerosos órgãos técnicos. A burocracia é visível no local, nu cleando e, ao mesmo tempo, dando destaque, aos setores médios. É um grupo social com poder e 'status' derivados 'de cima': 32 or ganismos federais e 14 estaduais estão representados em Santa- rém. No campo do transporte, da agricultura, da saúde e da assis- tência em geral, qualquer iniciativa de DC foge facilmente às comunidades, à Coordenação e às próprias Entidades-membros do Centro de DC, para depender de recursos, aprovações e planejamen tos de órgãos superiores, que, aliás, não contam com qualquer coordenação municipal que os unifique, radicando-os na localida- de.

Torna-se permanente para o DC o desafio desse cinturão bu- rocrático, indispensável agente e controlador de interesses re- gionais e nacionais e, por isso mesmo, menos identificado com o ritmo, os problemas e a percepção da população local. Surge um processo de relacionamento "técnicos/lideranças da comunidade" fei to de tensões com poucas chances de divergência profunda. Co- mo no caso do "cais" de Alter do Chão, a comunidade pode "solici- tar orientações" técnicas, improvisar soluções inadequadas - "as cheias do rio acabam por submergir o rústico empilhamento de pe- dras" - uma vez que outras não são encaminhadas; surgem "determi- nadas sugestões a apresentar aos técnicos" baseadas "na experiên- cia de viver na comunidade"; mas a "complexidade" da solução a- marra o ímpeto da comunidade às demoras dos técnicos.

Vale notar, como aspecto positivo, que as li- deranças comunitárias, mesmo tendo suas i- déias e até mesmo já tendo iniciado os traba- lhos de obtenção e empilhamento das pedras, tem admitido que é provável enfrentar o em- preendimento com as orientações técnicas per- tinentes. ⁵

5. IDESP, Desenvolvimento ... p. 21.

Claro está, de outro lado, que a aceitação, por parte da comunidade, das orientações 'técnicas' não deverá supor a aceitação sem crítica da 'mentalidade', 'interesses', 'ideologia' que os técnicos representam.

Fundamentadamente é esta fase de avaliação crítica dos trabalhos que deverá orientar o DC para uma participação real da comunidade. Nesta tarefa as 179 escolas radiofônicas orientadas pelo MEB e supervisionadas pela Prelazia, mesmo que não mencionadas na Programação do DC, poderão oferecer a este um serviço decisivo na função conscientizadora.

Finalmente, a comunidade, crítica, só através de uma progressiva organização, conseguirá aumentar a própria participação. Iniciativas como a constituição de um Conselho de Bairro em Laginho e, em geral, a formação de 'grupos de interesse' - sobretudo de base econômica - seriam o encaminhamento do DC 'de baixo para cima', como alternativa à orientação dirigista das políticas sociais de compensação, predominantes na região.

CAPÍTULO 11

UMA PROPOSTA DE COLONIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Esquema do Capítulo

1 - ALÉM DA COLONIZAÇÃO DE ESTRUTURA UNIFAMILIAR

- 1.1 - Inviabilidade econômica no lote de propriedade unifamiliar
- 1.2 - Associatividade insuficiente
- 1.3 - O Paternalismo Tecnocrata Estatal

2 - A EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA DE IGUATEMI

- 2.1 - O Processo de Organização da Comunidade
- 2.2 - Os Pontos-estímulo da Organização
- 2.3 - A empresa Associativa de Colonização

Num capítulo da primeira parte intitulado "A colonização da Amazônia: metas e impasses" notava-se a diferenciação dos colonos em três classes sociais, ligadas à maior ou menor disponibilidades de mercado, de técnicas, de financiamento.

Na classe de baixas rendas localizavam-se 56% (mais metade, portanto) das famílias instaladas nos núcleos estudados. Tal população aparecia em vias de proletarização perante, e por, uma nova burguesia rural, repetindo-se assim, na Amazônia, a clássica situação nordestina, paranaense e, em geral, das áreas de antiga ou recente colonização. A intenção social dos planos dos colonizadores estaria, claramente, frustrando-se perante a força dos inexoráveis mecanismos econômicos.

Urgiria, portanto, testar modelos de colonização agrícola que fossem válidos social e economicamente para os grupos de pequenos colonos (ex-posseiros e ex-peões migrantes) em vias ou risco de proletarização.

Por outra parte, essa união de uma certa organização social e de um sucesso econômico apareceu já em outro capítulo da primeira parte (5 - Desenvolvimento de Comunidade) como característica de um trabalho de educação-organização de comunidade que queira superar, tanto o 'assistencialismo' como o 'economicismo'. Porque é justamente a separação entre colonização bem sucedida e economicamente (na grande empresa agrícola moderna ou na fazenda tradicional) e a colonização em pequenos lotes familiares com pretensão finalidade social que faz se reproduzirem mutuamente o latifúndio anti-social e o minifúndio anti-econômico. Só uma educação popular ingênua e uma 'extensão rural' puramente extensiva podem tentar defender, com coberturas pseudo-sociais, pequenos colonos e agricultores em geral, 'isolando-os', atomizados nas suas parcelas familiares, sob a ameaça das grandes empresas rurais. Estas acabarão submetendo-os às leis do próprio excedente econômico, e do trabalho explorado.

1 - ALÉM DA COLONIZAÇÃO DE ESTRUTURA UNIFAMILIAR

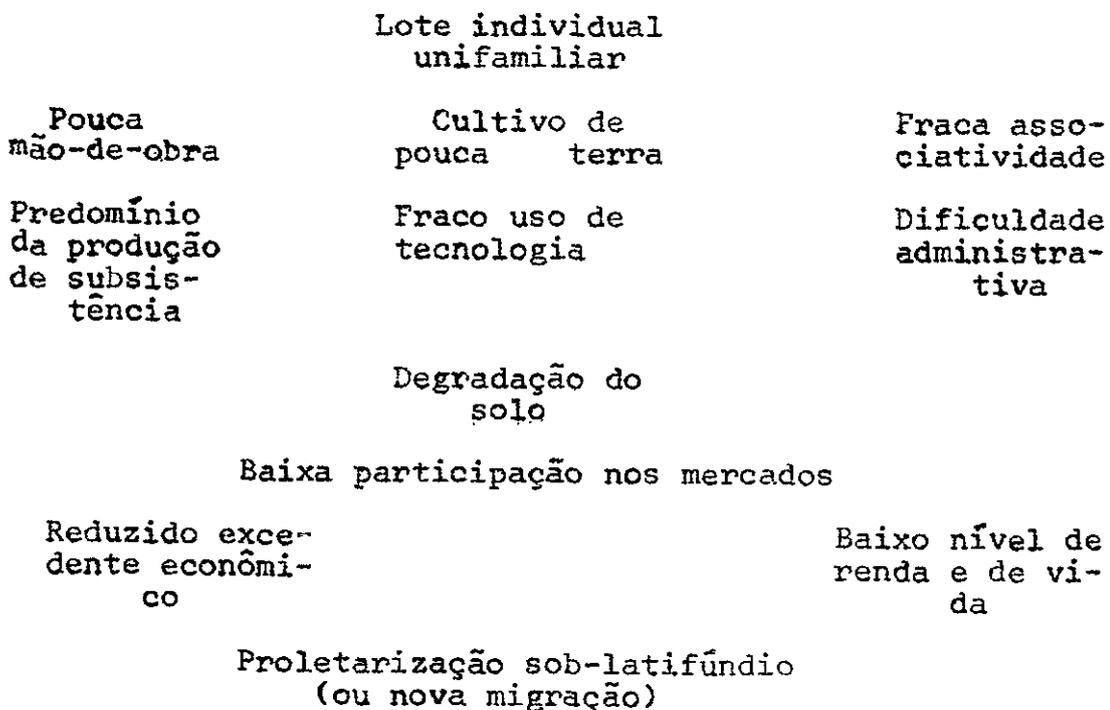
O modelo alternativo que propomos é de colonização associa

tiva e parte da experiência negativa da colonização em lotes de tipo familiar, sobretudo em três aspetos fundamentais.

- o núcleo de propriedade familiar é, frequentemente, de pouca rentabilidade econômica;
- as formas de associação que se tenta suscitar entre as famílias, como cooperativas, postos de saúde, etc., são relativamente superficiais;
- a assistência pública (de técnicos, educadores, etc.) costuma tornar-se profundamente paternalista.

1.1 - Inviabilidade econômica no lote de propriedade unifamiliar

Uma simples análise econômica da própria atividade levará o colono, em regime de propriedade, produção e comercialização, individuais, à compreensão das causas da renda baixa em que resulta o próprio trabalho. O quadro seguinte relaciona os principais elementos econômicos em ordem a tal compreensão.



As setas destacam a negativa influência mútua dos diversos fatores econômicos. Em definitiva,

este quadro se transforma em um círculo vicio so de economia de subsistência. Não havendo excedente econômico e mão-de-obra disponível,

não se habilitam novas áreas e a área disponível é suficiente apenas para manter a economia de subsistência.¹

Nesse círculo vicioso, a mola decisiva é a 'baixa participação nos mercados' de tipo capitalista dependente. E é a dificuldade - e necessidade - de quebrar esse círculo que levará o pequeno produtor agrícola a associar-se aos companheiros, como veremos.

1.2 - Associatividades insuficientes

A organização social da comunidade em áreas de colonização por lotes familiares é uma exigência enfrentada quase sempre com respostas de tipo 'formal', aparente, como no caso da maioria das cooperativas. Aceitam-se, como mal necessário, ou são impostas, lideranças de tipo 'cacique', em que a comunidade não sente representados os próprios interesses econômicos. Ou - e pela mesma razão - a comunidade se vê convidada a tratar de questões secundárias, do nível de consequência (educação escolar, posto médico, campanhas de higiene, etc.) que ocultam o verdadeiro problema econômico.

Uma autocrítica da população enquanto mal-participante nas funções exigidas das próprias associações seria o ponto de partida para um novo tipo de associativismo. Entre essas funções poderíamos acentuar as seguintes:

a) Capacitação técnica, não teórica senão sobre as tarefas do dia a dia, relacionadas com a escolha das sementes, o uso de adubos, a rotação dos cultivos. Quando tais conhecimentos não são 'leccionados', as decisões são tomadas pelos 'assessores' e comunicadas e impostas apenas, de modo mais ou menos pedagógico, à comunidade.

1. SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA - Documento Básico para discussão, Belém, nov., 1972, 5,8. Todo o Documento Básico nº 5 "Organização da produção e da comercialização" é do maior interesse sob o aspecto da agricultura associativa.

b) Capacitação administrativa, não a nível de curso de contabilidade, senão a partir dos preços de compra e venda (e não dos sugeridos pelo 'intermediário' ou pelo dono do 'barracão') de instrumentos de trabalho e de produtos, mediante a orientação para a obtenção de financiamentos, associação para enfrentar o mercado, etc.

c) Organização social pela distribuição de funções e serviços entre os membros da colônia, que assim passarão a ser autônomos perante os 'técnicos' e os 'chefes' natos.

d) Conscientização acerca dos obstáculos básicos (estruturais) que se opõem à realização dos próprios interesses (a nível de mercado, de tipo de produtos, financiamentos, tecnologia, etc.), e também acerca das alianças, forças, tarefas comuns, com que será possível, nos diversos prazos, enfrentar aqueles obstáculos.

e) Acesso dos representantes locais aos níveis regional e mesmo nacional, onde operam os organismos com poder de decisão (de planejamento econômico, sindicalismo, comercialização, crédito, etc.). Sem tal acesso, as organizações locais ficam privadas da sua dimensão autenticamente política, tornando-se teleguiadas.

Uma organização social correspondente a tais funções é tanto mais necessária no caso de colonos migrantes, e sobretudo para as regiões da Amazônia, quanto mais eles:

- trazem diversas heranças culturais, experiências,
- encontram escassos recursos infraestruturais (estradas, escolas, etc.),
- devem adaptar-se a condições ambientais novas (clima, tipo de agricultura...),
- enfrentam um vazio demográfico que pode determinar o isolacionismo,
- chegam, porém, com novas esperanças que propiciam abertura de consciência e comportamentos.

É o conjunto dessas circunstâncias que encaminha as famílias recém chegadas para o associativismo ou, então, as abandona sob um novo paternalismo.

1.3 - O Paternalismo Tecnocrata Estatal

É difícil, e necessário, notar e distinguir a enorme assistência e o assistencialismo que a presença do INCRA - dinâmica e bem financiada - está acarretando nas áreas da colonização amazônica. Concretamente, a faixa Altamira-Itaituba é um símbolo (mesmo que equívoco) da colonização realmente dirigida sob a ideologia da 'integração'. Interessa-nos como laboratório de experiências em que o paternalismo tecnocrata estatal é marcante.

Trata-se, em primeiro lugar, de algo quantitativo,

Médicos, escolas e agrônomos existem numa densidade muito maior que na zona rural de qualquer outra região do Brasil. Peruas do Ministério da Saúde, Postos Volantes do Ministério do Trabalho e Gabinetes Dentários ambulantes cortam a rodovia a toda pressa, no 'push' característico dos pioneiros. Caminhões do INCRA andam por toda parte ...

Somente o INCRA tem 1.383 funcionários operando no Projeto Altamira I. Se consideramos que foram instaladas 2.433 famílias até o dia 29 de dezembro de 1972, resulta 1,7 famílias por servidor. Na apreciação desse índice é preciso levar em conta, todavia, a enorme soma de serviços básicos de infraestrutura, construção, apoio, abastecimento, transporte, etc.²

A qualidade, o sentido simbólico desta onipresença do INCRA e do MA (Ministério da Agricultura) - iniciais gravadas no macacão dos técnicos - atinge o nível de euforia e patriotismo que presidiu a construção de Brasília. Nasce um vocabulário anunciando a vontade de criar o novo mundo: na 'trans' (estrada transamazônica) surge a 'linha de frente' (área de colonização) com os seus 'prefeitos' (técnicos agrícolas) responsáveis de cada núcleo, nas pequenas cidades pré-fabricadas com nomes de 'Bra

2. JOSÉ GOMES DA SILVA, "A Transamazônica: abordagem agrônômica", em Reforma Agrária, jan-fev., 1973, pp. 11-12.

sil Novo", "Esperança", etc.

Esse mundo surge conforme um planejamento metuculoso, do gênero 'utopia' de THOMAS MORE: "Quem conhece uma cidade conhece todas porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permite".³ É o caso do sistema Agrovila-Agrópolis-Rurópolis.

A Agrovila é a menor unidade urbana, essencialmente residencial, para rurícolas ... O centro da Agrovila é constituído por um par que onde estão situados: escola rural, pequeno centro administrativo que servirá, à noite, como clube social, pequeno comércio ... pequena oficina, 'play ground', praça de esportes para crianças, adolescentes e adultos (com quadras separadas).

População da Agrovila: Será determinada pelo número de crianças, necessárias ao funcionamento de uma escola rural de maneira econômica e pedagógica ...

Agrópolis é um pequeno centro urbano agro-industrial e administrativo ...

A Rurópolis é o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas ..., e completa a integração dos seguintes binômios: rural+urbano, agricultura+indústria, produção+comércio, povo+administração pública...⁴

A "dinâmica do planejamento" - segundo o INCRA - deverá permitir "a transformação de uma Agrovila em Agrópolis, de uma Agrópolis em Rurópolis e a transformação deste numa cidade que poderá se tornar a verdadeira 'capital regional'".⁵

3. THOMAS MORE, Utopia, São Paulo, Abril Cultural, p. 119.

4. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-INCRA, Projeto Integrado de Colonização Altamira I, 1972, p. 67. Cf. também INCRA, Planejamento de Agrovilas, mimeo., p. 1.

5. INCRA, Planejamento de Agrovilas, p. 3.

A participação do colono em tal planejamento urbano como na programação de loteamentos, infraestrutura, produção e comercialização está sendo praticamente nula. Ele foi recrutado, no Nordeste ou no Sul, sem prévio conhecimento exato das condições de vida e trabalho a que era convidado. Ele escolheu um lote entre tantos "à luz do luar": "Só de manhã consegui entrar no matto, guiado pela posição do sol" - comentava um gaúcho. Ninguém lhe perguntou acerca do tipo de casa que desejava para a sua família, nem lhe solicitou colaboração na sua construção. Foi-lhe dada a semente das culturas de subsistência previstas para a área: arroz, feijão e milho. No lote próximo, o vizinho lutou, como ele próprio, com as tarefas de desmatamento, roçado, procura de mantimentos em Altamira (a 60 ou 100 km.), luta contra doenças desconhecidas dele. Muito menos, na programação ou na execução mesma, foi dada aos colonos chance de participação coletiva: as organizações e serviços estatais não lhe abriram nem deixaram espaço. Os problemas de comercialização da última safra (1972) foram escamoteados facilmente pelo INCRA: este pagou a saca de arroz a 21 cruzeiros - preço do comércio local - completando a cotação oficial da época (45 cruzeiros) com financiamento especial (um entre os setecentos concedidos aos colonos de Altamira). A CIBRAZEM se encarrega de todo o processo de armazenagem. A COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) cuida da comercialização. Quando o colono particular não fura os esquemas assistenciais, no tradicional modelo da venda ao 'barracão': "É que a gente precisa de dinheiro para fazer a feira".⁶

Nos relatórios sobre o andamento das programações, ao ponto "Cooperativa" corresponde uma anotação invariável: "Não inicia do". A própria distância dos lotes às Agrovilas (entre 500 metros e 5 km.) e entre uma Agrovila e outra (de 5 a 10 km.) parece estar constituindo uma dificuldade séria mesmo para o simples relacionamento social entre colonos.

Conhecidos os elevados custos do projeto de colonização Altamira, acreditamos que

não interessa ao INCRA manter a vida inteira na área uma infraestrutura de assistên-

6. Cf. A invasão da Transamazônica, Visão, 13 de agosto de 1973, pp. 28-34.

cia técnica. Somos um mero instrumento na fase de implantação.⁷

Mas não encontramos - num momento já avançado dessa implantação - a organização social que pudesse levar os colonos a uma participação e autonomia futuras.

2 - A EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA DE IGUATEMI

O distrito de assentamento de Iguatemi, no sul do Mato Grosso, é - entre as áreas em recente colonização - um dos dois considerados "projetos promissores em fase de implantação" nas áreas de tipo amazônico.⁸

E o futuro promissor, no caso, não nasce de nenhum milagre econômico inicial: os camponeses recém assentados se situam, na sua maioria, na faixa de rendas baixas (por baixo de um salário mínimo para cada pessoa ocupada); o auto-consumo ainda tem uma elevada percentagem (29%) no conjunto da produção; a comercialização se restringe a num nível regional, é grande a sub-utilização da terra.

Porém, ao lado, e a partir, dessas dificuldades, é uma promessa o emergente associativismo 'de baixo para cima':

A principal característica de Iguatemi, e que o diferencia de todos os demais núcleos de colonização, é a forma original de organização dos colonos em U.A.T.P.s (Unidades Agrárias de Trabalho e Produção), a partir das relações naturais de vizinhança. Foi a partir dessas Unidades, e não de cima para baixo, que se estruturou a Cooperativa, que está em franco progresso.⁹

7. Ibid., p. 34 (Palavras do ex-Presidente do INCRA, MOURA CAVALCANTI).

8. VÂNIA PORTO TAVARES, Colonização dirigida no Brasil-suas possibilidades na região Amazonica, Rio de Janeiro, IPEA, 1972, p. 88.

9. Ibid., p. 90.

Tal originalidade faz de Iguatemi a "primeira experiência de agricultura de grupos", já em avaliação pelos técnicos-responsáveis da sua implantação.¹⁰

2.1 - O Processo de Organização da Comunidade

Do primeiro momento em que chegaram as 555 famílias iniciais, o acompanhamento dos técnicos conjugou o assessoramento prático (exigido para a maior rentabilidade econômica possível) e a atitude educacional, visando estimular uma sempre maior participação coletiva.

a) Programação agrícola de emergência foi estabelecida, e previa uma pesquisa orientada pelos técnicos agrícolas para conhecer as tradições, desejos e sugestões da população. Escolheram-se as culturas tradicionais da região, já testadas: amendoim, algodão, feijão, arroz, milho. Como experiência, os técnicos propuseram introduzir a soja, enquanto os agricultores solicitaram plantar trigo, sendo respeitada tal proposta. No fornecimento de sementes, pelo IBRA - atuante em 1969 - houve especial preocupação por dar igualdade de oportunidade creditícias a todos os parceiros.

b) A execução desse programa deu lugar ao surgimento de duas funções: a de 'comunicação' (informações, convites para reuniões, etc.) e 'distribuição de sementes'. Os camponeses se associaram em grupos de 6 a 12 famílias, segundo critérios de vizinhança ou de identidade de produção (agrícola, pecuária, mista). Cada grupo escolheu dois 'encarregados' das mencionadas funções. As tarefas foram executadas com rapidez. Dispersão dos moradores e precariedade das estradas não impediram que 15 toneladas de sementes fossem distribuídas em 7 horas de trabalho. A comunicação se multiplicou, de pessoa a pessoa. Pedidos e relatórios chegaram com exatidão aos técnicos, aliviados.

c) Um processo de educação singular começou a funcionar: o treinamento em serviço. As capacidades de cada família - levan

10. Ver, sobre o tema, Reforma Agrária, março-abril, 1973, sobretudo "Iguatemi: uma experiência vitoriosa do sistema de agricultura de grupos", pp. 17.29.

tadas em pesquisa sobre nível de vida anterior, tipo de migração, alfabetização - foram movimentadas num programa de capacitação mútua na medida em que as exigências das tarefas práticas se apresentavam. Uma avaliação acompanhava cada experiência de participação.

d) Outras tarefas vieram completar o sistema de 'encargos' essenciais para o bem-estar dos grupos: controle da ocupação, infra-estrutura, desmatamento, crédito, agricultura, comercialização, ensino, saúde (além das mencionadas tarefas de comunicação e distribuição de sementes). Significou isto que todo mundo passou a ser responsável dentro de cada grupo. E cada chefe de família só poderia acumular dois 'encargos' caso faltasse número de sócios para os 'encargos' previstos. Foi a constituição definitiva das U.A.T.P.s, Unidades Agrárias de Trabalho e Produção - em número de 60 - já no fim do primeiro ano de colônia.

e) A primeira exigência comum a todas as U.A.T.P.s se apresentou no começo de 1970 com o problema da comercialização dos produtos. Para representar as 60 Unidades foi escolhido por estas um Conselho de 12 membros. Foi este que acertou as condições da venda numa espécie de 'leilão' diante dos compradores interessados.

f) Aumentaram as atribuições do Conselho - enfrentado com questões de ensino, saúde e habitação - e aumentou para 87 o número das Unidades. A experiência de 1970, refeita em reuniões e treinamentos conjuntos de parceiros e técnicos, levou à fundação da CAMPAI, Cooperativa Agro-Pecuária do Projeto de Assentamento de Iguatemi.

Nos Estatutos desta Cooperativa original, a participação é garantida pela atuação do Conselho de Representantes - em número de 87 - que representam a Assembléia geral dos parceiros diante da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, por sua vez eleitos pelos Representantes.

Nesta fase do seu desenvolvimento, o conjunto das Unidades que congregam a população de Iguatemi se encaminha para a empresa comunitária agrícola, em que os cultivos e as colheitas seriam comuns.

Com efeito, o processo está bem encaminhado: 97,4% da população se manifestava - em agosto de 1971 - satisfeito com o próprio trabalho, e 99% satisfeita com a comunidade em que vivia. Mas a caminhada continua sob a tensão das aspirações, que só no caso de 37,7% se manifestam relativamente satisfeitas.

2.2 - Os Pontos-estímulo da Organização

A simples análise das fases enumeradas acima mostra que elas se sucedem pelo impulso de certas exigências ou estímulos.

Da parte do homem individual, e da família, é constante a motivação para elevar o próprio nível de consumo e de renda. Em particular, o colono das áreas amazônicas chega com um passado de experiências negativas e com ambição. Uma rápida entrevista deverá recolher aspirações que nascem neste momento de transição:

- qual a história do colono (relação de trabalho no lugar de origem, estrutura fundiária, salário...)
- motivo da migração
- situação econômica atual (recursos, subsistência, etc.)
- aspirações para o futuro próximo. (tipo de produção visado, despesas previstas, possibilidade de mercado...).

Perguntando-se a respeito de cada tema, o parceleiro particular começará a pensar na dificuldade de sair para frente sozinho.

Da parte da população em geral é frequente o receio contra intermediários-caciques - concretizado às vezes na desconfiança em relação aos próprios técnicos - e que poderá ser a base para prestações de serviços mútuos a nível de vizinhança e grupos de interesses comuns. O estilo dos 'encargos' obedece às exigências mínimas de qualquer população agrícola:

- o encarregado da 'comunicação' convida para reuniões e distribui avisos;
- o responsável pela 'saúde' mantém ligação com enfermeiras e primeiros socorros;
- o encarregado do 'desmatamento' organiza 'mutirões' pa-

ra uma tarefa em que cada um precisa da ajuda de todos;

- o encarregado da 'infraestrutura' organiza trabalhos comuns de construção de moradias, estradas. ¹¹

Na realização dessas tarefas, porém, é importante que o 'encarregado' seja animador (orientador, estímulo) e não líder-executor: novos responsáveis irão surgindo assim, evitando novos paternalismos.

Da parte dos técnicos é fundamental a convicção de que o seu objetivo final é a organização da comunidade e não, simplesmente, a boa administração ou um maior rendimento econômico. O próprio despreparo prático e exiguidade numérica em que eles se encontram perante a população deverá levá-los a uma ação-reflexão conjunta com esta. Um roteiro esquemático para essa interação técnicos-população poderia ser:

- determinação do problema fundamental (partindo tanto de uma análise da realidade como da previsão de recursos existentes);
- elaboração do plano de ação (determinação de tarefas, distribuição delas entre outros tantos responsáveis, procura de recursos, previsão de técnicas e tempos de realização);
- execução suficientemente acompanhada pelos técnicos;
- avaliação na base da comparação entre os objetivos prefixados e os resultados, através da análise das causas de falhas e da proposta de meios para superá-las.

Todos esses agentes, porém, atuam dentro de condições objetivas que impõem caminhos e limites à ação. Trata-se, sobretudo, de condicionamentos econômicos típicos da nossa sociedade:

- o capital inicial de apoio à colonização não poderá ser aportado só pelo poder público que tem outras prioridades de investimento;
- as técnicas agrícolas, de outro lado, deverão corresponder a uma agricultura modernizada (única que pode concorrer com outras agriculturas regionais e internacionais);

11. Ver outros exemplos em O Trabalhador Rural, "Tarefa dos parceleiros", julho, 1971, p. 11.

- o tipo de produtos exigidos pelo mercado também será imposto pela concorrência ampla, nacional e internacional;
- o tipo de empresa produtiva, portanto, exigirá ir além da colonização em 'lotes individuais'.

2.3 - A Empresa Associativa de Colonização

Experiências de grupalização como a de Iguatemi se constroem por degraus de participação: a partir de pequenas tarefas comuns - derrubada, roçado, distribuição de sementes - até chegar a novas e mais rentáveis formas de produção e comercialização. Abriremos aqui algumas pistas que orientem essa caminhada gradativa para a organização da empresa comunitária de colonização.

Para um grupo de colonos, já em certo nível de organização, torna-se mais evidente a inviabilidade econômica da agricultura em 'lotes individuais' de colonização, segundo se indicou no início deste capítulo. É justamente a percepção dessa dificuldade que exigirá pensar em formas associativas de produção com características opostas às enunciadas para o sistema de lotes individuais. Iria surgindo um 'modelo ainda teórico', mas orientador, de empresa comunitária com os seguintes traços:¹²

12. Cf. e, sobre este tema, Seminário sobre Sistemas de Colonização da Amazônia - Documento Básico, nov., 1972, Belem, mimeo., cap. 5.3-10. E também: Coleção CONTAG, nº 27, "Regorma agrária e empresa comunitária", 1973, mimeo., pp. 10-15.

Empresa multifamiliar pela
associação de vários lotes

União e melhor conjugação de
terra, capital e mão-de-obra

Alta associatividade

Melhor aproveitamento da terra

Introdução de
tecnologia
mais elevada

Unificação da
administração

Comercialização elevada e unificada (de produtos, sementes, tecnologia) em mercados mais amplos (nacionais e internacionais)

Elevado excedente
econômico

Alto nível de vida - de
renda

Tendência a cultivos permanentes, mais comercializáveis

Concorrência com - e independência relativa perante o latifúndio

Associatividade mais organizada

As setas indicam algumas das tendências que ligam e reforçam fluxos de melhoramento e reativação dos fatores sócio-econômicos.

Em geral temos apenas um exemplo concreto da 'união que faz a força':

a) a nível econômico,

- multiplica-se a força do capital, da terra, das técnicas e da mão-de-obra, diminuindo o custo médio desses fatores e, portanto, aumentando o lucro médio;

- elimina-se a concorrência entre, de um lado, os trabalhadores e, de outro, os administradores e técnicos, em geral,

- diminui, proporcionalmente, o nível dos créditos bancários e aumenta a garantia;

- no processo de comercialização desaparece o intermediário e se cria maior igualdade de condições na concorrência de preços;

- o planejamento conjunto permite um uso mais produtivo

dos recursos e um enfrentamento das falhas dum setor com o sucesso do outro.

b) a nível social,

- unifica-se o interesse e se multiplica a participação dos parceleiros;

- problematiza-se e se reflete mais e melhor, pelo questionamento mútuo na programação, execução e avaliação das diversas tarefas,

- surge a autonomia do grupo através da co-responsabilidade nos erros e nos sucessos,

- cria-se verdadeiro entrosamento entre parceleiros e técnicos,

- abre-se o caminho para uma organização social da comunidade nos níveis não econômicos (educação, saúde, participação política, etc.).

Evidentemente, o ritmo de implantação da empresa comunitária deverá respeitar - a elas se adequando as adaptando a si - as condições culturais, sociais, econômicas, institucionais, etc. do contexto regional e nacional.

No que se refere à Amazônia, o citado Documento Básico do Seminário de Colonização mostrou a validade da empresa comunitária especialmente para essa área:

As condições atuais dos trópicos úmidos - distância, isolamento, desconhecimento relativo ao potencial agrícola e hostilidade do meio ambiente - sugerem a necessidade de adotar esquemas de organização da produção que minimizem o esforço individual improvisado e maximizem o esforço coletivo, que tendam a superar as dificuldades de produção e gerar núcleos sociais, organizados e solidários, capazes de conquistar o bem-estar social e o progresso econômico. ¹³

13. Cap. 5. 3 (o grifo é nosso).

Acrescentemos que a legislação brasileira vigente não só permite senão até estimula a associação de "dois ou mais trabalhadores rurais que se entenderem para aquisição de propriedade rural sob administração comum ou em forma de cooperativa" (Estatuto da Terra, art. 81).